



**Instituto Universitário de Lisboa**

*Escola de Sociologia e Políticas Públicas*

**Departamento de História**

**A GUERRA CIVIL EM SANTARÉM (1833-1834)**

*Impactos na Região e Exércitos em Confronto*

**Fernando Manuel da Silva Rita**

*Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de*

*Doutor em História Moderna e Contemporânea*

***Orientadora:* Doutora Fátima Sá e Melo Ferreira; Professora**

**Associada do ISCTE-IUL**

***Setembro de 2019***



**Instituto Universitário de Lisboa**

***Escola de Sociologia e Políticas Públicas***

**Departamento de História**

**A GUERRA CIVIL EM SANTARÉM (1833-1834)**

***Impactos na Região e Exércitos em Confronto***

**Fernando Manuel da Silva Rita**

***Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em História  
Moderna e Contemporânea***

**Júri:**

**Doutora Maria João Vaz; Professora Auxiliar do ISCTE-IUL (*Presidente*)**

**Doutor Nuno Gonçalo Monteiro; Investigador Coordenador do Instituto de Ciências  
Sociais da Universidade de Lisboa**

**Doutor António Ventura; Professor Catedrático da Faculdade de Letras da  
Universidade de Lisboa**

**Doutora Maria Antónia Lopes; Professora Associada com Agregação da Faculdade  
de Letras da Universidade de Coimbra**

**Doutor Pedro Marquês de Sousa; Professor Regente da Academia Militar**

***Setembro de 2019***

## **DEDICATÓRIA**

Nunca deixar de tentar, é conseguir alguma coisa logo à partida...

As oportunidades não se agarram, provocam-se...

Viver o momento de uma forma intensa, é não adiar vitalidade para a  
incerteza do futuro...

A procura de mudança no nosso caminho leva-nos à diferença,  
surpreendo-nos, e torna-nos pessoas melhores...

Uma só vida...há que vivê-la e senti-la bem...não interessa os anos que  
temos de vida...mas sim os a vida que temos nesses anos...

Ser versátil e eclético...é viver com prazer hoje...o que não podemos  
duplicar amanhã...

***Frases do autor***

***À minha filha, Filipa ...por tudo o que significou, significa e significará para mim...***

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico esta investigação à minha filha Filipa, com um pedido de desculpas pelo tempo que não lhe dediquei nas minhas repetidas viagens ao passado; à minha família e aos verdadeiros amigos que sempre incentivaram os meus estudos e também à Margarida pela afeição e constante apoio. Reservo ainda um agradecimento especial à Professora Doutora Fátima Sá, minha orientadora, pela confiança, apoio e permanente disponibilidade com que sempre acompanhou o desenvolvimento da presente tese.

Por fim um agradecimento a todos os que me auxiliaram nas longas horas de pesquisa arquivística, em particular, os funcionários do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico Militar, Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, Direção de Infraestruturas do Exército, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Municipal de Santarém, Biblioteca do Exército e Biblioteca da Academia Militar.

## RESUMO

A presente investigação tem como objetivo analisar a presença dos exércitos de D. Miguel e D. Pedro em Santarém, entre Agosto de 1833 e Maio de 1834, destacando dois momentos essenciais desta ocupação. O primeiro, de agosto a outubro de 1833, correspondeu ao início das movimentações dos exércitos na região, desde a entrada em Santarém no dia 17 de agosto de uma das divisões do exército miguelista que sitiava o Porto, e que posteriormente marchou a partir daqui para o cerco de Lisboa, até ao posicionamento definitivo dos exércitos de D. Miguel e D. Pedro na região de Santarém, a partir de 15 de outubro. O segundo momento, entre outubro de 1833 e maio de 1834, cerca de sete meses, abordará a ocupação propriamente dita da região, e as respectivas consequências, posicionando-se o exército de D. Miguel na vila de Santarém e as forças liberais na zona do Cartaxo. Tendo a zona de Santarém sido uma das mais atingidas pela presença destes exércitos, procurámos com a nossa investigação estudar os impactos sofridos pela população no seu quotidiano, socio-económico e político e a vida castrense dos exércitos em presença, entre os anos de 1833 e 1834.

Assim, este estudo foi organizado em duas partes. Na primeira, caracterizámos a região através do seu enquadramento geográfico e político, na época em estudo. Nesta parte do trabalho, foram também estudados os reflexos da ocupação militar no quotidiano sociopolítico e económico do espaço regional, com a análise dos índices de mortalidade e as consequências da presença militar nas deliberações da Câmara de Santarém, assim como os efeitos da presença dos exércitos, na produção e mercados da região. Na segunda parte, foram estudadas as unidades de D. Pedro e D. Miguel, empenhadas em operações militares na zona de Santarém. Nesse âmbito, foi investigado o seu posicionamento e as ações em combate na área, e ainda a forma como se processaram as subsistências e o recrutamento das tropas, durante a campanha militar de Santarém.

**Palavras-chave:** Exércitos, Campanha, Ocupação, Impactos, Consequências.

## **ABSTRACT**

The present investigation aims to analyze the presence of the armies of D. Miguel and D. Pedro in Santarém, between August 1833 and May 1834, highlighting two essential moments of this occupation. The first, from August to October 1833, corresponded to the beginning of the movements of the armies in the region, from the entrance in Santarém on August 17, of one of the divisions of the miguelista army that surrounded the Port, and that later marched from here for the siege of Lisbon, until the definitive positioning of the armies of D. Miguel and D. Pedro in the region of Santarém, as of October 15. The second moment, between October 1833 and May 1834, around seven months, will address the occupation proper of the region, and the consequences there of, placing the army of D. Miguel in the village of Santarém and the liberal forces in the zone of Cartaxo. With the Santarém area being one of the most affected by the presence of these armies, we sought with our investigation to study the impacts suffered by the population in their daily lives, socio-economic and political, and the military life of the armies in presence, between the years of 1833 and 1834.

Thus, this study was organized in two parts. In the first, we characterized the region through its geographic and political framework, at the time under study. In this part of the work, the reflexions of the military occupation in the socio-political and economic daily life of the regional space were also studied, with the analysis of the mortality rates and the consequences of the military presence in the deliberations of the Câmara de Santarém, as well as the effects of the presence of production and markets in the region. In the second part, the units of D. Pedro and D. Miguel, engaged in military operations in the Santarém area were studied. In this context, their positioning and combat actions in the area were investigated, as well as the way the subsistence and the recruitment of the troops were processed during the Santarém military campaign.

**Key Words:** Armies, Campaign, Occupation, Impacts, Consequences.

## ÍNDICE

|  |            |
|--|------------|
| <b>DEDICATÓRIA</b> .....   | <i>iii</i> |
| <b>AGRADECIMENTOS</b> .....  | <i>iv</i>  |
| <b>RESUMO</b> .....  | <i>v</i>   |
| <b>ABSTRACT</b> .....  | <i>vi</i>  |
| <b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....   | <i>xi</i>  |
| <b>ÍNDICE DE QUADROS</b> .....   | <i>xvi</i> |
| <b>INDICE DE ANEXO</b> .....   | <i>xix</i> |
| <b>SIGLAS, ABREVIATURAS E SIMBOLOS</b> .....   | <i>xx</i>  |
| <br>   |            |
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>1</b>   |
| 1. Contextualização da Investigação.....   | 2          |
| 2. Metodologia.....  | 4          |
| 3. Enquadramento Teórico .....   | 11         |
| 4. Modelo de Análise da Investigação.....  | 15         |
| <br>   |            |
| <b>PARTE I – A GUERRA CIVIL NA REGIÃO DE SANTARÉM EM 1833 E 1834:<br/>ENQUADRAMENTO E IMPACTOS</b> ..... | <b>20</b>  |
| <br>   |            |
| <b>1. A INFLUÊNCIA DO ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO NA MANOBRA DOS<br/>EXÉRCITOS</b> .....        | <b>21</b>  |
| 1.1. O espaço físico: o relevo e o clima da região.....  | 21         |
| 1.1.1. O reflexo do terreno nas movimentações militares.....   | 21         |
| 1.1.2. A ação das condições climáticas nas operações militares.....                                      | 38         |
| 1.2. O espaço administrativo da região em 1833 e 1834.....   | 45         |
| 1.3. O espaço estratégico: o valor militar da região de Santarém.....                                    | 50         |
| 1.3.1. Santarém nas Lutas Liberais: uma visão retrospectiva.....   | 66         |
| 1.3.2. Santarém nas Lutas do Pós-Guerra Civil.....   | 68         |

|  |            |
|--|------------|
| 1.4. O contexto internacional e a realidade portuguesa no período da Guerra Civil...   | 73         |
| 1.5. A campanha militar de Santarém no contexto da Guerra Civil: a ocupação da região pelos exércitos de D. Miguel e D. Pedro em 1833.....                     | 85         |
| <b>2. OS IMPACTOS DA GUERRA CIVIL NA VIDA SOCIAL, ECONÓMICA E POLÍTICA DA REGIÃO DE SANTARÉM.....</b>  | <b>95</b>  |
| 2.1. Os impactos da Guerra Civil na sociedade local: A influência do conflito na demografia da região.....   | 95         |
| 2.1.1. Santarém.....   | 97         |
| 2.1.2. Cartaxo.....  | 108        |
| 2.1.3. Pernes.....   | 114        |
| 2.2. Os Impactos da Guerra Civil na produção agrícola local.....   | 122        |
| 2.3. Os Impactos da Guerra Civil no património local.....  | 133        |
| 2.4. Os Impactos da Guerra Civil na política local: A importância da região de Santarém no desfecho da guerra e na mudança de regime político em Portugal..... | 143        |
| <br><b>PARTE II - OS EXÉRCITOS DA GUERRA CIVIL EM CONFRONTO NA REGIÃO DE SANTARÉM: O QUOTIDIANO CASTRENSE EM 1833 E 1834.....</b>                              | <b>150</b> |
| <br><b>1. ORGANIZAÇÃO, TECNOLOGIA E TÁCTICAS DOS EXÉRCITOS DE D. PEDRO E D. MIGUEL NA CAMPANHA MILITAR DE SANTARÉM: UMA COMPARAÇÃO.....</b>                    | <b>151</b> |
| 1.1. A organização dos exércitos de D. Pedro e D. Miguel na campanha militar de Santarém.....  | 151        |
| 1.1.1. Da organização militar.....   | 151        |
| 1.1.2. As tropas portuguesas.....  | 159        |
| 1.1.3. A presença estrangeira.....   | 170        |
| 1.1.4. Síntese comparativa.....  | 181        |

|   |            |
|---|------------|
| 1.2. A tecnologia dos exércitos de D. Pedro e D. Miguel na campanha militar de Santarém.....                                      | 183        |
| 1.2.1. Da tecnologia militar.....   | 183        |
| 1.2.2. O armamento e equipamento dos exércitos em confronto.....  | 193        |
| 1.2.3. Síntese comparativa.....   | 207        |
| 1.3. O posicionamento e as ações de combate dos exércitos de D. Pedro e D. Miguel na campanha militar de Santarém.....            | 210        |
| 1.3.1. Da tática militar.....   | 210        |
| 1.3.2. O posicionamento das tropas na região de Santarém.....   | 212        |
| 1.3.3. As ações de combate na região de Santarém: Os Combates de Pernes e a Batalha de Almoster.....                              | 218        |
| 1.3.3.1 Os Combates de Pernes.....  | 218        |
| 1.3.3.2. Batalha de Almoster.....   | 224        |
| 1.3.4. Síntese comparativa.....   | 233        |
| <b>2. O PESSOAL E AS SUBSISTÊNCIAS NOS EXÉRCITOS DE D. PEDRO E D. MIGUEL NA CAMPANHA MILITAR DE SANTARÉM: UMA COMPARAÇÃO.....</b> | <b>236</b> |
| 2.1. O combatente liberal e absolutista na campanha militar de Santarém.....  | 236        |
| 2.1.1. O Recrutamento Militar na Campanha de Santarém: Efetivos e Perdas (Baixas) das forças em confronto.....                    | 237        |
| 2.1.2. O Comando e o Moral e Bem-Estar das tropas em conflito: Disciplina Militar na Campanha de Santarém.....                    | 243        |
| 2.1.3. Síntese Comparativa.....   | 248        |

|  |            |
|--|------------|
| 2.2. As subsistências nos exércitos de D. Pedro e D. Miguel na campanha militar de Santarém: uma comparação..... | 250        |
| 2.2.1. O Reabastecimento e a Alimentação das tropas.....   | 251        |
| 2.2.2. Os Transportes na campanha.....   | 258        |
| 2.2.3. O Serviço de Saúde e outros Serviços de Campanha.....   | 262        |
| 2.2.4. Síntese Comparativa.....  | 268        |
| <br>   |            |
| <b>CONCLUSÕES.....</b>   | <b>270</b> |
| <b>FONTES E BIBLIOGRAFIA.....</b>  | <b>282</b> |
| <b>ANEXO DE FIGURAS DE UNIFORMES DA GUERRA CIVIL.....</b>  | <b>306</b> |

## INDICE DE FIGURAS

### PARTE I – O ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO NA MANOBRA DOS EXÉRCITOS

**Figura 1.1., 1.2. e 1.3.** – Gravuras com os protagonistas da guerra civil, D. Miguel e D. Pedro e a popular caricatura que representa a disputa entre os dois irmãos durante a guerra civil.....23

**Figura 1.4.** – Vista panorâmica da Vila de Santarém e do porto da Ribeira de Santarém, a partir da margem Sul do Tejo.....24

**Figura 1.5.** – Gravura do início do século XIX, com o percurso do rio Tejo desde a vila da Golegã até à foz do rio Alviela, que materializava o local onde o rio atingia as suas maiores dimensões na região de Santarém.....34

**Figura 1.6. e 1.7.** – Cartas com a representação das antigas Comarcas e Concelhos do Reino de Portugal em 1826, organização que se iria manter até ao final da Guerra Civil em 1834.....45

**Figura 1.8. e 1.9.** – O Concelho de Santarém em 1833/1834 e na atualidade.....48

**Figura 1.10. e 1.11.** – O Concelho do Cartaxo e de Pernes em 1833/1834.....49

**Figura 1.12., 1.13., 1.14. e 1.15.** – Gravuras com alguns protagonistas da Guerra Civil Portuguesa, à esquerda os marechais Saldanha e Terceira do lado de D. Pedro; à direita os generais Póvoas e Lemos do partido de D. Miguel.....57

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 1.16.</b> – Linha de defesa Santarém – Rio Maior; Linhas de Torres Vedras e Linhas de Lisboa.....   | 59  |
| <b>Figura 1.17.</b> – Eixos de aproximação e pontos importantes na província da Estremadura.....  | 59  |
| <b>Figura 1.18., 1.19., 1.20. e 1.21.</b> – Gravuras com a representação de quatro momentos marcantes das lutas liberais, de cima para baixo e da esquerda para a direita: a Revolução liberal do Porto de 1820, a revolta militar da Vila-Francada, a revolta popular da Maria da Fonte e ainda a Guerra da Patuleia.....                      | 72  |
| <b>Figura 1.22., 1.23., 1.24. e 1.25.</b> – Gravuras com alguns protagonistas de nacionalidade estrangeira da guerra civil, da esquerda para a direita, o general francês Solignac e os Almirantes Sartorius e Napier que prestaram serviço do lado de dom Pedro e ainda o General francês Bourmont que prestou serviço do lado miguelista..... | 84  |
| <b>Figura 1.26.</b> – Gravura que retrata o desembarque dos Liberais no ano de 1832 na Praia do Pampelido, ( <i>Mindelo</i> ), nos arredores da cidade do Porto.....  | 86  |
| <b>Figura 1.27.</b> – Planta com as posições fortificadas preparadas pelos Liberais na cidade de Lisboa e o respectivo dispositivo Miguelista no cerco à cidade entre Setembro e Outubro do ano de 1833, antes da retirada de D. Miguel para Santarém.....  | 89  |
| <b>Figura 1.28.</b> – O Posicionamento dos exércitos de D. Miguel e D. Pedro na região de Santarém.....   | 91  |
| <b>Figura 1.30.</b> – Evolução dos óbitos no antigo concelho de Santarém entre os anos de 1801 e 1849.....  | 102 |

**Figura 1.31.** – Evolução dos óbitos no antigo concelho do Cartaxo entre os anos de 1801 e 1849.....111

**Figura 1.32.** – Evolução dos óbitos no antigo concelho de Pernes entre os anos de 1801 e 1849.....116

**Figura 1.33.** – Conjunto de gráficos com os preços de referência em reis, dos cereais produzidos na vila de Santarém e no seu termo, entre os anos de 1829 e 1837.....128

**Figura 1.34.** – Conjunto de gráficos com preços de referência em reis, do vinho e do azeite produzidos na vila de Santarém e no seu termo, entre 1829 e 1837.....130

## **PARTE II – OS EXÉRCITOS DA GUERRA CIVIL EM CONFRONTO NA REGIÃO DE SANTARÉM**

**Figura 2.1.** – Nono Dispositivo do Exército do Reino, implementado durante o reinado D. Miguel, em 1831, onde se pode observar o Regimento de Infantaria nº16, posicionado em Santarém.....156

**Figuras 2.2. e 2.3** – Figuras com o Décimo e Décimo Primeiro Dispositivo Organizacional do Exército do Reino, implementados durante a Guerra civil em 1834 e no ano a seguir ao seu desfecho, em 1835. Nas imagens é possível observar a localização dos Regimentos de Infantaria nº 16 e de Artilharia nº 2, que estavam posicionados em Santarém, nesses períodos.....158

**Figuras 2.4. e 2.5.** – Gravuras que ilustram dois momentos decisivos da Guerra Civil em território continental e insular. À esquerda, a Batalha da Praia da Vitória, que ocorreu em pleno Atlântico Norte, no ano de 1829 na Ilha da Terceira. À direita, o desembarque das

|   |     |
|---|-----|
| tropas liberais em território continental, na praia de Pampelido, no ano de 1832, antes das operações do cerco do Porto.....  | 162 |
| <b>Figura 2.6.</b> - Espingarda estriada de origem inglesa Baker, que equipava as unidades de caçadores portugueses.....  | 185 |
| <b>Figuras 2.7. e 2.8.</b> – Gravuras com o Fecho de Pederneira à esquerda e de Percussão à direita, ambos característicos de armas do século XIX.....  | 187 |
| <b>Figura 2.9.</b> - Mosquete de Infantaria modelo 1768 Brown Bess de origem Britânica, com calibre de 19,05 mm, muito usado pelos Países aliados de Inglaterra, como Portugal, durante o século XIX.....   | 193 |
| <b>Figura 2.10.</b> - Espingarda de pederneira de antecarga e alma lisa dos padrões imperiais para tropas de Infantaria; modelo de 1766 “Charleville”; calibre 17,5 mm usado pelo exército francês na Guerra Peninsular.....  | 207 |
| <b>Figura 2.11.</b> – Gravura com representação de uma Peça de artilharia (Canhão), de um obus e de um morteiro.....  | 207 |
| <b>Figura 2.12. e 2.13.</b> – Perspetiva do moinho manuelino de rodízio (de roda horizontal) junto ao Rio Alviela no lugar da Ribeira de Pernes (foto esquerda) e panorâmica de várias azenhas (de roda vertical) existentes também na povoação de Pernes (foto direita) .....                                      | 219 |
| <b>Figura 2.14. e 2.15.</b> – Perspetiva do Rio Alviela junto ao lugar da Ribeira de Pernes (foto esquerda) e panorâmica das alturas da povoação de Pernes a partir do ponto mais alto da margem esquerda do rio (foto direita), posições ocupadas por forças miguelistas, no combate de 29 de janeiro de 1834..... | 222 |
| <b>Figura 2.16.</b> – Gravura das posições ocupadas pelos dois exércitos da Guerra Civil, durante a Batalha de Almoester. Entre o Vale e Almoester, na região do Cartaxo, as posições do exército Liberal. Na zona de Santarém, o dispositivo do exército Miguelista.....   | 225 |

**Figura 2.17. e 2.18.** – Mapa na escala de 1:100.000, para compreensão das operações em torno de Santarém (imagem esquerda) e planta do castelo de Santarém, com algumas obras de fortificação efetuadas pelos miguelistas após a ocupação de Santarém, datado de setembro de 1833 (imagem direita) .....227

**Figura 2.19. e 2.20.** – Gravuras com um dos momentos mais decisivos da Guerra Civil Portuguesa, na região de Santarém, a Batalha de Almoester, que decorreu em fevereiro de 1834. À esquerda é possível observar as várias manobras militares que decorreram junto da Ribeira de Almoester; por sua vez à direita é perceptível o movimento das tropas miguelistas, contrariado pelos liberais junto à Ponte de Santa Maria.....230

**Figura 2.21., 2.22, 2.23. e 2.24.** – Fotografias atuais com diferentes perspetivas do campo de Batalha de Almoester (em cima e em baixo à esquerda), confronto que decorreu no ano de 1834, durante as manobras militares na região de Santarém. (Em baixo à direita), uma fotografia panorâmica da Ponte de Santa Maria, ponto fulcral dessa contenda.....232

**Figura 2.25.** – Comparação dos efetivos do exército liberal e miguelista, nos anos de 1828,1832 e 1834, três períodos marcantes da Guerra Civil Portuguesa.....248

## ÍNDICE DE QUADROS

### PARTE I – O ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO NA MANOBRA DOS EXÉRCITOS

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1.1. – Modelo de Análise da Investigação.....                        | 18  |
| Quadro 1.2. - Óbitos no concelho de Santarém no período de 1801 a 1811..... | 98  |
| Quadro 1.3. - Óbitos no concelho de Santarém no período de 1812 a 1824..... | 99  |
| Quadro1.4. - Óbitos no concelho de Santarém no período de 1825 a 1835.....  | 100 |
| Quadro 1.5. - Óbitos no concelho de Santarém no período de 1836 a 1849..... | 101 |
| Quadro 1.6. - Óbitos no concelho do Cartaxo no período de 1801 a 1812.....  | 109 |
| Quadro 1.7. - Óbitos no concelho do Cartaxo no período de 1812 a 1824.....  | 109 |
| Quadro 1.8. - Óbitos no concelho do Cartaxo no período de 1825 a 1835.....  | 110 |
| Quadro 1.9. - Óbitos no concelho do Cartaxo no período de 1835 a 1849.....  | 110 |
| Quadro 1.10. - Óbitos no concelho de Pernes no período de 1801 a 1811.....  | 114 |
| Quadro 1.11.- Óbitos no concelho de Pernes no período de 1812 a 1824.....   | 115 |
| Quadro 1.12.- Óbitos no concelho de Pernes no período de 1825 a 1835.....   | 115 |
| Quadro 1.13. – Óbitos no concelho de Pernes no período de 1836 a 1849.....  | 116 |

## PARTE II – OS EXÉRCITOS DA GUERRA CIVIL EM CONFRONTO NA REGIÃO DE SANTARÉM

|  |     |
|--|-----|
| <b>Quadro 2.1.</b> – Constituição dos exércitos de D. Miguel e D. Pedro no ano de 1828.....  | 163 |
| <b>Quadro 2.2.</b> – Constituição dos exércitos de D. Miguel e D. Pedro no ano de 1832.....  | 166 |
| <b>Quadro 2.3.</b> – Constituição dos exércitos de D. Miguel e D. Pedro no ano de 1834.....  | 168 |
| <b>Quadro 2.4.</b> – Quadro comparativo dos Corpos Estrangeiros nos Exércitos de D. Pedro e de D. Miguel, nos anos de 1832 e 1834.....   | 179 |
| <b>Quadro 2.5.</b> – Comparação do armamento utilizado pelos exércitos na Guerra Peninsular e na Guerra Civil.....   | 206 |
| <b>Quadro 2.6.</b> – Quadro Comparativo do armamento e equipamento utilizados pelos exércitos de D. Pedro e D. Miguel na Campanha militar de Santarém durante a Guerra Civil Portuguesa..... | 208 |
| <b>Quadro 2.7.</b> – Comparação Tática do Combate de Pernes, entre os exércitos da Guerra Civil, que participaram nas operações na região de Santarém.....                                   | 233 |
| <b>Quadro 2.8.</b> – Comparação Tática da Batalha de Almoester, entre os exércitos da Guerra Civil, que participaram nas operações na região de Santarém.....                                | 234 |
| <b>Quadro 2.9.</b> – Quadro com os efetivos e perdas (baixas) no Combate de Pernes.....  | 240 |
| <b>Quadro 2.10.</b> – Quadro com efetivos e perdas (baixas) na Batalha de Almoester.....   | 241 |

|   |            |
|---|------------|
| <b>Quadro 2.11. – Comando e Moral no Combate de Pernes.....</b>   | <b>245</b> |
| <b>Quadro 2.12. – Comando e Moral na Batalha de Almoester.....</b>  | <b>246</b> |
| <b>Quadro 2.13. – Quadro Comparativo das subsistências dos exércitos de D. Pedro e D. Miguel na Campanha militar de Santarém (1833/184), durante a Guerra Civil Portuguesa.....</b> | <b>268</b> |

**ÍNDICE DE ANEXO - FIGURAS DE UNIFORMES DA GUERRA CIVIL**

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 1</b> – Soldado de Caçadores nº 3 (1834) .....                              | 307 |
| <b>Figura 2</b> – Soldado de Infantaria de Linha nº 10 (1834) .....                   | 307 |
| <b>Figura 3</b> – Soldado de Artilharia a Pé (1834) .....                             | 307 |
| <b>Figura 4</b> – Oficial de Cavalaria nº 4 (1834) .....                              | 307 |
| <b>Figura 5</b> – Soldado de Artilharia a Cavalo (1834) .....                         | 308 |
| <b>Figura 6</b> – Oficial de Lanceiros 2 (1834) .....                                 | 308 |
| <b>Figura 7</b> – Oficial do Corpo de Engenheiros (1834) .....                        | 308 |
| <b>Figura 8</b> – Oficial de Estado-Maior (1834) .....                                | 308 |
| <b>Figura 9</b> – Guarda Municipal de Cavalaria de Lisboa (1834) .....                | 309 |
| <b>Figura 10</b> – Guarda Municipal de Infantaria de Lisboa (1834) .....              | 309 |
| <b>Figura 11</b> – Porta Machados de Caçadores 8 (1834) .....                         | 309 |
| <b>Figura 12</b> – Tambor Mor de Infantaria 4 (1834) .....                            | 309 |
| <b>Figura 13</b> – Oficial de Infantaria de Linha nº11; Companhia de Atiradores ..... | 310 |
| <b>Figura 14</b> – Oficial de Cavalaria nº3 (1834) .....                              | 310 |
| <b>Figura 15</b> – Oficial de Caçadores nº1 (1834) .....                              | 310 |
| <b>Figura 16</b> – Oficial de Artilharia a Pé nº2 (1834) .....                        | 310 |

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

**AM** / Academia Militar

**ADS** / Arquivo Distrital de Santarém

**AGM** / Arquivo Geral da Marinha

**AHM** / Arquivo Histórico Militar

**AHPL** / Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

**ANTT** / Arquivo Nacional da Torre do Tombo

**ASCMS** / Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Santarém

**BA** / Biblioteca da Ajuda

**BEx** / Biblioteca do Exército

**BAC** / Biblioteca da Academia de Ciências

**BNP** / Biblioteca Nacional de Portugal

**BMS** / Biblioteca Municipal de Santarém

**CID** / Comando da Instrução e Doutrina

**CI** / Comando da Logística

**CMS** / Câmara Municipal de Santarém

**CPHM** / Comissão Portuguesa de História Militar

**DIE** / Direcção de Infra Estruturas

**EME** / Estado-Maior do Exército

**EP** / Exército Português

**EPE** / Escola Prática de Engenharia

**EPI** / Escola Prática de Infantaria

**FLUL** / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

**GEAEM** / Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar

**IGeoE** / Instituto Geográfico do Exército

**INE** / Instituto Nacional de Estatística

**IAEM** / Instituto de Altos Estudos Militares

**JRDS** / Junta Regional do Distrito de Santarém

**SCMS** / Santa Casa da Misericórdia de Santarém

**AA.VV.** / Autores Vários

**A** / Armário

**AH** / Armário Horizontal

**AP** / Armário Prateleira

**AV** / Armário Vertical

**Apud** / junto a; em

**Cap.** / Capítulo

**Cf.** / Conferir; conforme

**Cód.** / Códice

**Cx.** / Caixa

**Div** / Divisão

**Doc.** / Documento

**ed.** / Edição

**f.** / Fólio; Folha

**fls.** / Fólios; Folhas

**gv.** / Gaveta

**liv.** / Livro

**Mç.** / Maço

**MD** / Média

**ms.** / Manuscrito

**mss.** / Manuscritos

**P** / Prateleira

**p.** / Página

**pp.** / Páginas

**PQ** / Pequena

**S.M.** / Sua Majestade

**Sec.** / Secção

**s.d.** / Sem data

**s.l.** / Sem local

**V.A.R.** / Vossa Alteza Real

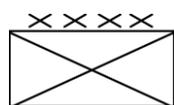
**v.** / Verso

**vd.** / Ver (Vidé)

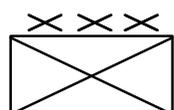
**vol.** / Volume

**tom.** / Tomo

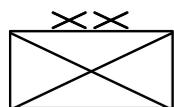
## **SIMBOLOS**



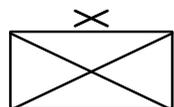
**Exército**



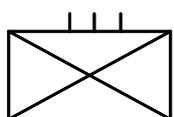
**Corpo de Exército**



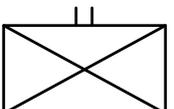
**Divisão de Infantaria**



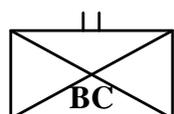
**Brigada de Infantaria**



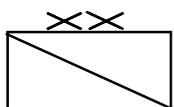
**Regimento de Infantaria**



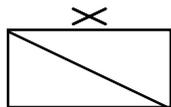
**Batalhão de Infantaria**



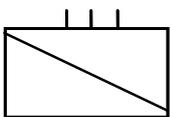
**Batalhão de Caçadores**



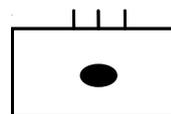
**Divisão de Cavalaria**



**Brigada de Cavalaria**



**Regimento de Cavalaria**



**Regimento de Artilharia**

**(. 42) Ponte de Cota, com a altitude de 42 m**

**(Δ 452) Vértice Geodésico, com a altitude de 452**

## ***INTRODUÇÃO***

---

## 1. Contextualização da Investigação

A antiga vila de Santarém viveu na primeira metade do século XIX um período de grande decadência, crise e agitação social, o que por pouco não lhe tirou o protagonismo que sempre teve, como um dos burgos mais importantes da organização territorial do País. Esta situação resultou essencialmente das lutas militares e sociais travadas na sua região, em dois momentos marcantes da história nacional, as invasões francesas e as guerras liberais.

Assim, na continuação da investigação por nós realizada na dissertação de mestrado sobre os acontecimentos que decorreram no concelho de Santarém durante a terceira invasão francesa, afigurou-se-nos assaz pertinente continuar a estudar no mesmo sentido os impactos sofridos pela região no decorrer das lutas liberais. Neste contexto e até por sermos naturais de Santarém, assumimos um grande interesse pelo desenvolvimento deste assunto. Alicerçados na curiosidade pela história local e conhecimento da região nesta época tão particular, criaram-se condições para optar pela escolha deste tema. Entendemos, assim, que esta investigação contribuirá para a compreensão e conhecimento deste período da História, manifestamente importante para a identidade local, regional e mesmo nacional.

A nossa investigação teve como *objetivo geral*, pesquisar os impactos provocados pela guerra civil no quotidiano social, político, económico e castrense da região de Santarém, nos anos de 1833 e 1834. Pelas razões enunciadas, tivemos como finalidade analisar a presença dos exércitos de D. Miguel e de D. Pedro na região de Santarém, entre agosto de 1833 a maio de 1834, destacando dois momentos essenciais desta ocupação.

O primeiro, de agosto a outubro de 1833, que compreendeu o início das movimentações dos exércitos no concelho. Desde a entrada em Santarém no dia 17 de agosto, de uma das divisões da vanguarda do exército realista que sitiava o Porto, e que

posteriormente marchou a partir daqui para o cerco de Lisboa<sup>1</sup>, até ao posicionamento definitivo dos exércitos de D. Miguel e de D. Pedro na região de Santarém, a partir de outubro. O segundo momento, desde 15 de outubro de 1833 a dezembro de 1834, abordou a ocupação propriamente dita da região até 18 de maio, e suas respectivas consequências até ao final desse ano, posicionando-se o exército de Dom Miguel na área de Santarém e as forças liberais em terras do Cartaxo e da Azambujeira<sup>2</sup>. Muitos destes acontecimentos contribuíram assim de forma decisiva para o fim do Antigo Regime em Portugal, cujas batalhas mais decisivas decorreram, como referimos, na região de Santarém. Algum destes factos que tiveram a sua origem com as invasões francesas e posterior ocupação inglesa possibilitaram aos liberais ascender ao poder político, ainda que de forma lenta e bastante complexa.

Os *Liberais*, também designados por *Pedristas* e *Constitucionais*, e em última instância *Libertadores* e *Malhados*, conforme o ângulo político, eram defensores do *liberalismo político*, doutrina em que existe o pressuposto filosófico de que os seres humanos têm por natureza certos direitos fundamentais enquanto membros de uma comunidade política, como o direito à vida, à liberdade e à felicidade. Os princípios fundamentais do liberalismo incluíam o respeito pelos direitos individuais e civis, um governo baseado no livre consentimento dos governados e estabelecido com base em eleições livres, assente num sistema de governo democrático com igualdade da lei e dos direitos para todos os cidadãos<sup>3</sup>. Por outro lado, os *Absolutistas*, também designados de *Miguelistas*, *Legitimistas*, *Realistas*, *Tradicionalistas*, *Conservadores*, *Apostólicos* e, em última instância, de *Rebeldes*, *Corcundas* e *Burros* pelos seus adversários, eram adeptos da teoria política que defendia que um monarca deve ser o centro do poder numa sociedade orgânica dividida em corpos. Em Portugal, enquanto reino, nunca existiu

---

<sup>1</sup> Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, p.523.

<sup>2</sup> *Idem*, pp.523 e 532.

<sup>3</sup> Esta doutrina acabou por servir inevitavelmente os interesses da burguesia, uma vez que a pequena burguesia e parte da burguesia tradicional viram nela uma oportunidade de derrubar o regime absolutista vigente, que não satisfazia os seus próprios interesses, mas em contrapartida servia os da nobreza e do clero. AA.VV., *História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)*, Quinto Volume, direção de José Mattoso, pp.65 e 66.

verdadeiramente o absolutismo, mas sim o que os monárquicos chamavam de *Monarquia Tradicional*<sup>4</sup>, pois o rei português sempre teve poder limitado pelas cortes e por outros órgãos de soberania. Mas na realidade o reino de Portugal passou por várias fases de desenvolvimento no sentido do aumento de autoridade e concentração do poder nas mãos dos reis, atingindo o seu auge no reinado do rei D. José, até ao aparecimento da *Monarquia Constitucional* a partir de 1820.

## 2. Metodologia

Sobre o campo da metodologia nas ciências sociais, no início do século XX alguns sociólogos avançavam com a ideia de que os historiadores deviam apoiar-se num método estritamente monográfico e descritivo, cabendo aos sociólogos o método comparativo. A base desta afirmação deve-se à circunstância de o facto histórico, único e irrepetível, ser particularmente incomparável com outros. Muitos historiadores acabaram por contrapor estes críticos, referindo que podiam provar que, apesar de um dado fenómeno ser único e portanto incomparável em alguns aspetos, podia, no entanto, segundo diferentes ângulos de análise encaixar numa determinada classe com outros factos, de acordo com uma classificação organizada em torno das características comuns e diferenças observadas nos mesmos. No fundo defendiam a aplicação do método comparativo na análise de fenómenos históricos, como uma mais-valia para a investigação histórica. A título de exemplo, se estudarmos numa, perspectiva histórica vários povos em diferentes épocas e locais, comparando os seus direitos, as suas ideias e todos os fatos sociais que os envolvem, podemos mostrar desta forma o que eles têm de comum e diferente<sup>5</sup>.

Podemos ainda acrescentar que a melhor aplicação do método, no que diz respeito à origem dos fenómenos, passa pela análise do seu comportamento em diversos lugares numa determinada época, sendo este procedimento do espaço o mais seguro e o mais

---

<sup>4</sup> *Idem*, pp.67 e 68.

<sup>5</sup> Carlos Rama, *Teoria da História*, 1980, pp. 102 e 103.

preciso, não podendo no entanto ser deixado de lado a comparação do mesmo fenómeno no tempo em diferentes épocas, apesar das enormes dificuldades que a mesma apresenta. Sendo a comparação uma etapa da generalização e de elaboração de juízos, a História, utilizando este método, passa de descritiva a explicativa, permitindo a sua relação com outras ciências como a sociologia, a economia política e a geografia. Por esta razão é necessário em termos cronológicos comparar períodos semelhantes ou contínuos tendo em conta o fator temporal da aproximação e no aspeto geográfico contemplar as proximidades e as distâncias geográficas que são congruentes. Uma grande vantagem deste método será então permitir ao investigador elaborar análises pontuais com quadros comparativos que incluam temas e assuntos paralelos. Foi o que fizemos na nossa investigação, quando comparámos a conflitualidade presente na guerra peninsular (durante a terceira invasão francesa), em 1810 e 1811 na região de Santarém, com os acontecimentos que decorreram na mesma zona em 1833 e 1834 durante a guerra civil entre D. Pedro e D. Miguel, o que nos permitiu desta forma levantar diversidades e aspetos em comum relevantes para o desenvolvimento da nossa pesquisa<sup>6</sup>.

Desta forma, procurando um contributo válido para a nossa investigação e pelas razões acima enunciadas, utilizámos então o *método comparativo*, perspetivando a sequência temporal fundamental para a compreensão da época em estudo, e a respectiva evolução do conflito e da sociedade local nesse período. Procurou-se então, explicar os respectivos processos de mudança, com a conseqüente pesquisa da origem dos acontecimentos em observação e dos seus efeitos<sup>7</sup> no contexto da época. Para tal, comparámos esses factos com outras épocas, nomeadamente com o período das Invasões Francesas numa *perspectiva diacrónica*, já numa lógica *sincrónica*<sup>8</sup> analisámos igualmente o seu comportamento em diferentes lugares da região no período em estudo, viabilizando desta forma a identificação de variáveis atuantes, em cada contexto temporal

---

<sup>6</sup> *Idem*, pp. 104 e 105.

<sup>7</sup> José Mattoso, *Obras Completas – A Escrita da História: Teoria e métodos*; pp. 187 e 188.

<sup>8</sup> “*Sincronia pressupõe investigação num determinado tempo curto, ou seja, transversal ou em corte*” *idem*, p.161.

definido. Esta metodologia permitiu-nos assim tentar trazer algo de novo, para os nossos domínios científicos, no que diz respeito aos objetivos do nosso estudo<sup>9</sup>.

Tendo sido a região de Santarém, uma das mais atingidas pelas diferentes fases da guerra civil, procurámos com a nossa investigação estudar os choques sofridos pelas suas gentes no quotidiano da época. Para tal, levantámos a seguinte pergunta de partida: *“Que influência teve a Guerra Civil, na vida castrense, social, económica e política da região de Santarém, entre 1833 e 1834?”*.

Para a reconstrução dos diferentes impactos, provocados pela ocupação militar na região, houve ainda necessidade de elaborar mais algumas questões que derivavam na sua generalidade da pergunta de partida. Algumas destas interrogações assentam essencialmente no âmbito da história militar, que se apresenta como o estudo das instituições militares, regimentos, estados-maiores e doutrinas estratégicas e táticas que as forças militares seguem no campo da batalha, como refere John Keegan, na sua obra *“O Rosto da Batalha”*. Segundo ele *“não é devido àquilo que os exércitos são, mas devido ao que os exércitos fazem, que a vida das nações e dos indivíduos se modificam”*<sup>10</sup>. Foi por esta razão que elegemos este domínio como o principal do nosso estudo, de forma a averiguar o quotidiano castrense das forças dos dois exércitos que ocuparam posições na zona de Santarém e do Cartaxo, participando em diferentes batalhas e combates na região durante a guerra civil. Neste contexto articulámos a seguinte questão derivada: *“Em que medida as divergências organizativas, táticas e tecnológicas dos dois exércitos contribuíram para a vitória de D. Pedro na campanha de Santarém?”*. Por sua vez no mesmo campo de ação, e com o desígnio de abordar o emprego dos recursos humanos e o apoio de serviços no esforço de guerra, formulámos ainda outra questão: *“De que forma as diferenças no recrutamento militar e nas subsistências para os dois exércitos concorreram para o sucesso de D. Pedro na campanha de Santarém?”*.

---

<sup>9</sup> José Amado Mendes, *A História como Ciência: Fontes, Metodologia e Teorização*, pp.143 a 161 e Manuela Sarmento, *op.cit.*, p. 5.

<sup>10</sup> John Keegan, *O Rosto de Batalha*, p.21.

No âmbito da vida social, e tendo em atenção a mortalidade da população civil na região durante o período da ocupação militar, comparada com anos considerados normais, onde não houve conflitos armados significativos, elaborámos a seguinte questão derivada: *“Como evoluiu a mortalidade da população civil na região de Santarém, durante a guerra civil?”*. No campo de ação da vida política local, objetivámos ainda outra questão: *“Quais foram os efeitos da guerra civil, na administração municipal da região, entre 1833 e 1834?”* Ainda no espaço da vida económica, materializaremos mais uma pergunta: *“Quais foram as consequências da guerra civil, na vida económica da região, entre 1833 e 1834?”*

No passo seguinte da metodologia para a edificação do nosso trabalho de investigação, elaborámos diferentes hipóteses, que permitiram traçar um caminho na construção de um modelo de análise para a tese, com a intenção de obter respostas para as questões por nós levantadas. Foram assim enunciadas as seguintes hipóteses:

- *“ A melhor organização, emprego tático e tecnologia do exército de D. Pedro, permitiram a sua vantagem nas operações que decorreram na campanha militar de Santarém”*
- *“ A eficácia do recrutamento militar e das subsistências no exército de D. Pedro, contribuiriam para o sucesso das suas operações no âmbito da campanha militar de Santarém”*
- *“ Com a guerra, houve um aumento acentuado da mortalidade da população civil na região de Santarém, em 1833 e 1834”*
- *“ Após a guerra civil, existiu por parte das diferentes câmaras da região, prioridade nas medidas para recuperação do património local e limpeza dos espaços urbanos”;*
- *“ Houve uma grande crise económica na região, devido à destruição e necessidade de recursos por parte dos exércitos, durante a guerra civil”;*

Para respondermos às questões levantadas e testar a validade das hipóteses formuladas, procedemos, no campo da *Heurística*<sup>11</sup>, à recolha de informações em vários arquivos e bibliotecas, onde procurámos pesquisar diferentes fontes documentais e

---

<sup>11</sup> Fase da metodologia da História que se dedica à procura e recolha de fontes. José Amado Mendes, *A História como Ciência: Fontes, Metodologia e Teorização*, pp.87 a 122 e *Dicionário de Língua Portuguesa*, 1999, p.867.

bibliográficas. Compilámos assim dados a partir de fontes primárias manuscritas e impressas (*Hermenêutica*)<sup>12</sup> que não hesitámos em integrar tal como se apresentam na redação do nosso texto, assim como de várias fontes secundárias assentes num manancial de obras de diferentes quadrantes, importantes para a investigação, que constituíram uma base de trabalho extensa e diversificada. A este procedimento juntámos ainda várias bases de dados para melhorar a leitura da informação recolhida junto dos assentos paroquiais das diferentes povoações da região, assim como dos livros de Registo Geral da Câmara Municipal de Santarém e do Cartaxo. Nessas bases de dados, foram então inseridos todos os óbitos das freguesias com averbamentos<sup>13</sup> entre 1801 e 1849, datas dos dois censos oficiais da população, ocorridos em Portugal na primeira metade do século XIX juntamente com os preços de referência de diferentes géneros alimentares escriturados nos livros camarários, entre os anos de 1829 e 1837. Foi assim abrangido um horizonte temporal que além de ter englobado todos os dados registados entre os recenseamentos referidos, envolveu ainda momentos marcantes para o estudo das lutas liberais na região de Santarém, o caso da Vila-Francada e da Patuleia, com destaque para os dois anos da Guerra Civil que ocorreram na região de Santarém, entre 1833 e 1834. Para auxiliar a representação dessa mesma informação, foram ainda construídos vários gráficos e tabelas, tendo sido colocados alguns no corpo do trabalho e outros em anexo, para desta forma facilitar a compreensão dos resultados obtidos na nossa pesquisa.

Assim, o nosso estudo foi organizado em duas partes. Na primeira, caracterizámos a região de Santarém na época, através do seu enquadramento geográfico e histórico. A região em estudo foi então descrita na sua vertente geomorfológica, com a caracterização do relevo através das formas do terreno e das características das bacias

---

<sup>12</sup> Fase da metodologia Histórica que se dedica à compreensão crítica das fontes e interpretação. José Amado Mendes, *A História como Ciência: Fontes, Metodologia e Teorização*, pp.122-135 e *Dicionário de Língua Portuguesa*, 1999, p.864.

<sup>13</sup> Universidade do Minho, *Sistemas informáticos para a análise de dados demográficos*, 2001, p. 12 e Maria Norberta Amorim, *Demografia histórica*, 1995, pp. 13 e 14, André Nouschi, *Introdução às Ciências Históricas: História e Demografia*, pp.37 a 74.

hidrográficas. Descrevemos ainda o espaço regional quanto ao clima, o tipo de vegetação e características dos seus solos.

Procurámos com esta análise do terreno e das condicionantes climáticas determinar os seus efeitos na manobra dos exércitos de D. Miguel e D. Pedro, que escolheram a região de Santarém como área de operações durante a guerra civil, incrementando assim o estudo da história militar numa perspectiva regional e local. Para este fim, realizámos também uma análise comparativa com tudo o que se passou neste particular em relação aos exércitos da guerra peninsular, que se movimentaram na mesma região entre 1810 e 1811. Para completar este enquadramento juntámos ainda aos mapas da época, relatos de protagonistas desse período e a cartografia militar<sup>14</sup> da região, com o intuito de averiguar a forma como o terreno e as condições meteorológicas influenciaram a mobilidade, proteção e operacionalidade das unidades militares que atuaram na zona de Santarém.

Para melhor compreensão da região em estudo, identificámos igualmente a organização administrativa dos diferentes concelhos que a compunham em 1833 e 1834, no que diz respeito às suas dimensões, composição, e demografia, através de uma analogia com as suas características e extensões atuais. Para finalizar, ainda no âmbito da história militar, averiguámos o valor defensivo da região, analisando a sua importância estratégica no contexto nacional, tendo em conta as suas características geográficas. Será assim destacado neste ponto, o valor militar da zona de Santarém durante as lutas liberais, numa comparação com a sua importância durante as invasões francesas, de forma a avançar com algumas razões que poderão justificar a escolha da região como um dos palcos mais importantes das operações militares e do apoio de serviços, durante a guerra civil. Por sua vez, no campo do enquadramento político, começámos por posicionar a realidade da nossa guerra civil no contexto internacional que se vivia na época. Foi ainda referida a importância da campanha militar de Santarém no referido

---

<sup>14</sup> No nosso estudo foram consultadas todas as *Cartas Militares da Região em Estudo, nas Escalas 1/25 000 e 1/50 000*, para melhor compreensão do espaço físico em observação, elaboradas pelo Centro de Informação Geoespacial do Exército.

conflito e os seus efeitos no desfecho da guerra e na conseqüente mudança do regime político em Portugal. Com este objetivo foram então analisados os diferentes acontecimentos que estiveram na génese e levaram à retirada do exército de D. Miguel do bloqueio de Lisboa para a região de Santarém, sendo igualmente destacada a perseguição movida pelo exército de D. Pedro até à mesma zona. Esta delimitação permitiu compreender melhor a escolha de Santarém como centro de operações do exército de D. Miguel, após o insucesso que o exército realista teve no cerco que empreendeu na capital. Para completar este primeiro bloco do nosso estudo, foram também estudados os impactos da ocupação militar no quotidiano social, político e económico da região. Analisámos então no âmbito da história social da região, os índices de mortalidade da população civil durante a presença dos exércitos de D. Miguel e de D. Pedro. Nesse particular, estudou-se a influência do posicionamento dos exércitos na incidência da mortalidade dentro da região e quais as causas dessa mesma mortalidade.

Por sua vez, no campo da história política, estudámos os efeitos da presença do rei e do seu governo em Santarém no que diz respeito à política de guerra por eles desenvolvida; à qual acrescentámos a análise das conseqüências da ocupação militar na administração municipal das diferentes câmaras da região, em relação aos impactos patrimoniais e à limpeza dos espaços urbanos. Houve ainda espaço para a vertente da história económica, com o intuito de avaliar os efeitos da guerra civil na produção e mercados da região de Santarém. Pelo facto de ter havido várias forças do exército português e estrangeiras a atuar na região, tanto na ordem de batalha do exército de D. Miguel, como na do exército de D. Pedro, estudámos, numa segunda parte da nossa tese, todas as unidades militares empenhadas em operações militares, na zona de Santarém. No domínio da história militar, foi assim analisada a organização e equipamento dessas unidades, o seu posicionamento e ações em combate na região, os recursos humanos, e ainda a forma como se processou o apoio logístico aos dois exércitos, durante o período da guerra civil que decorreu em Santarém. Para este esforço particular da nossa pesquisa, recorreremos a mapas e crónicas da época, a par da cartografia militar atual da região; tentámos assim completar o mais possível este tipo de

levantamento, sobre os dois exércitos que aqui operaram na guerra civil, nos anos de 1833 e 1834.

### 3. Enquadramento Teórico

Sobre o assunto em análise, e no que diz respeito à situação em que nos encontrávamos em termos de conhecimento antes de iniciar a nossa investigação, iremos aqui referir qual o nosso *estado da arte*. Apesar de não serem muitos, na nossa pesquisa cruzámo-nos no entanto com alguns estudos e outro tipo de bibliografia, que evoluíram sobre o nosso tema segundo diferentes perspetivas. Rapidamente se constituirão como parte da bibliografia base da nossa busca científica, contribuindo igualmente para a construção de um quadro de referência, na designada fase conceptual do processo de investigação em curso. Tendo sido várias as temáticas abordadas por esses trabalhos, os mesmos contribuíram para o progresso da nossa investigação, quando procurámos completar as suas diferentes perspetivas, tendo assim o nosso estudo acrescentado também algo de novo, em relação ao atual estado da arte do tema por nós escolhido.

Desta forma, o trabalho de investigação desenvolvido por Maria Irene Pereira de Almeida, sobre a *Dinâmica Populacional e Crises de Mortalidade no Concelho de Santarém, no Século XIX*, no âmbito da Dissertação de Mestrado em Estudos da População desenvolvida em 1998, constituiu um valioso contributo, para a nossa intenção de analisar os índices de mortalidade da população civil, provocados na região de Santarém pela guerra. Abordando este estudo, a crise de mortalidade provocada pela presença dos exércitos de D. Miguel e de D. Pedro na região de Santarém apenas nos anos de 1833 e 1834, o mesmo acabou por contabilizar apenas os óbitos das freguesias que pertencem ao atual e moderno concelho de Santarém, não entrando em linha de conta com a sua verdadeira constituição na época.

Como tal, foi nossa intenção, numa primeira abordagem, ajustar esse tipo de estudo ao genuíno contexto administrativo da época, tendo nós conduzido a análise da mortalidade para um horizonte temporal mais abrangente, de cerca de cinquenta anos.

Este procedimento permitiu incluir vários momentos marcantes das lutas liberais, a Vila-Francada (1823), a própria guerra civil, e ainda a Patuleia (1846), nos quais a região acabou por ter um papel determinante.

Assim, com o objetivo de melhorar a análise dos índices de mortalidade já referidos, foram estudados junto dos registos paroquiais de óbitos, todos os falecimentos ocorridos na região entre os censos estatísticos oficiais realizados em 1801 e 1849. Comparámos desta forma, a crise de mortalidade de 1833/1834, provocada pela Guerra Civil e a Cólera na região, com outros anos considerados normais, onde não ocorreram crises, reforçando assim a interpretação dos dados a recolher para o período em estudo. Da mesma forma e com base numa análise diacrónica, confrontámos a crise de 1833 e 1834, com a presença dos exércitos de Masséna e Wellington na mesma região em 1810 e 1811, período onde se verificou igualmente uma crise de mortalidade provocada por um conflito bélico de larga escala, à qual se juntaram os dados dos censos oficiais de 1801 e 1849, como já foi referido.

No estudo dos impactos sociais, procurámos ainda relacionar os efeitos do posicionamento tático e deslocações dos exércitos de D. Pedro e de D. Miguel, na incidência da mortalidade das várias freguesias da região em estudo, ocupadas entre 1833 e 1834. Essa análise sincrónica permitiu verificar as diferenças na mortalidade dos três concelhos da região de Santarém, abrangidos pela nossa pesquisa.

Ao compararmos o concelho do Cartaxo, onde estiveram posicionadas as tropas de D. Pedro, com o de Santarém e de Pernes, onde se concentravam os miguelistas, foi possível diversificar as conclusões a retirar, a partir dos dados por nós recolhidos. Por último, com base nos registos paroquiais e memórias da época, procurámos ainda apurar quais foram as principais causas que contribuíram para a crise de mortalidade, que se verificou nos anos da guerra civil em Santarém. Esta análise resulta do facto da guerra ser uma luta sanguinolenta entre grupos organizados, com efeitos demográficos, contribuindo de forma determinante para o aumento da mortalidade<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Gaston Bouthol, *O fenómeno guerra*, p.123.

Igualmente, no campo da história política local, foi consultado o estudo de Maria Filomena Soares Dias, realizado no âmbito do mestrado em História Cultural e Política, desenvolvido em 1994, que aborda o papel da *Câmara da vila de Santarém, no período que decorreu entre a Vila-Francada e a Convenção de Évoramonte*. Ao ter analisado o papel dos homens, os factos e ideias mais relevantes produzidos pela ação das vereações da câmara, esta obra constitui, juntamente com o livro de Luís Eugénio Ferreira, *Santarém entre as Guerras Liberais (1820-1835)* e o artigo de Jorge Custódio, *As linhas de força da História Social de Santarém no século XIX*, um conjunto de preciosos elementos que complementaram a pesquisa a realizar por nós, no âmbito da história política local de Santarém. Com base nas informações que foram recolhidas por estes estudos, sobre a ação da câmara de Santarém durante a ocupação militar de 1833 e 1834, analisámos prioritariamente quais as decisões das câmaras de Santarém e do Cartaxo, que incidiram particularmente na resolução dos impactos provocados pela guerra junto do património civil e religioso da região. Outras fontes, como memórias e registos paroquiais, consultadas por nós, acabaram por reforçar também a informação a recolher sobre este assunto. Na mesma temática, mas numa perspetiva mais genérica, analisámos ainda o papel do rei e do seu governo em Santarém, as suas possíveis influências na gestão do poder local, a par da política de guerra por eles desenvolvida no teatro de operações da região.

No campo da história militar, e no que diz respeito ao estudo da base técnica, orgânica e tática dos exércitos de D. Pedro e de D. Miguel, no período em que se confrontaram na região de Santarém, na nossa pesquisa bibliográfica não encontramos nenhum estudo específico sobre o assunto, percorrendo a nossa investigação um caminho novo nesta área.

Relativamente ao nosso estudo, adotámos ainda, como referencial teórico sempre presente, as perspetivas que resultam da influência da metodologia da história regional e local, na construção de um trabalho científico. Com esta finalidade presente, foram várias as fontes importantes desse domínio científico que foram utilizadas por nós no decorrer da investigação, como foram o caso da obra de 1997 de José Mattoso, sobre *A Escrita da História, Teoria e Métodos*, que no seu ponto quatro aborda a temática da História

Regional e Local; a *História como Ciência: Fontes, Metodologia e Teorização* de José Amado Mendes de 1987, juntamente com alguns artigos da sua autoria sobre a problemática da História Local<sup>16</sup>; o compêndio francês de *Histoire Local et Régional* de Guy Thuillier e Jean Tulard de 1992 e ainda o ensaio de Graça Maria Soares Nunes sobre *História Regional e Local: Contributo para o Estudo de Identidades Locais* de 1996, incluído no oitavo caderno da coleção de Sociomuseologia.

Neste âmbito inserimos ainda descrições geográficas e memórias, onde foram analisadas algumas corografias da época e as memórias paroquiais das diferentes freguesias da região em estudo, existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Por sua vez, nas fontes ligadas à administração periférica da Coroa, estiveram sobre observação os livros dos Registos Gerais das Mercês de D. Pedro IV e D. Miguel, as Chancelarias dos próprios e comuns de D. Pedro IV e da Usurpação, vários livros da Intendência-Geral da Polícia, assim como alguns maços de documentos do Ministério do Reino, da Mordomia-Mor da Casa Real, do Desembargo do Paço, e das Provedorias das Lezírias, de Santarém e de Tomar.

Também os processos políticos do Reinado de D. Miguel, assim como a documentação dos Arquivos Históricos do Ministério das Finanças e do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, existentes na Torre do Tombo, foram objeto da nossa observação. Já nas fontes de carácter administrativo municipal, consultámos os livros das atas das vereações e do registo geral da câmara entre 1833 e 1834, existentes na Biblioteca Municipal de Santarém (BMS), e no Arquivo Municipal do Cartaxo (AMC). Nas fontes ligadas à administração militar, foram ainda consultadas as coleções das ordens do dia do exército realista e liberal, do ano de 1833 e 1834, a par da imensa e variada documentação sobre a guerra civil existente nos fundos da Carta Constitucional de D. Pedro e do Governo de D. Miguel, existentes no Arquivo Histórico Militar (AHM).

---

<sup>16</sup> Os artigos de José Amado Mendes referidos no texto são os seguintes: *História Local e Memórias: do Estado-Nação à época da Globalização*, da Revista Portuguesa de História, tomo XXXIV, Universidade de Coimbra, 2000; e *Para uma Nova História Local: Reflexões e Perspectivas*, Beira Alta, volume XLIX, fascículos 1 e 2, 1990.

Ao termos realizado a consulta de todos os registos paroquiais, das diferentes freguesias da região de Santarém desde 1801 a 1849, existentes no ANTT e no Arquivo Distrital de Santarém (ADS), a par de alguns requerimentos do expediente do patriarcado de Lisboa (AHPL), completámos assim a nossa pesquisa no que diz respeito às fontes ligadas à administração religiosa. Na pesquisa documental, analisámos ainda alguma informação considerada pertinente e adequada para o nosso estudo, integrada no imenso espólio histórico disponível junto do arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Santarém (ASCMS).

As fontes literárias impressas, periódicas, como a Gazeta de Lisboa e a Crónica Constitucional de Lisboa, que constituíram a informação oficial dos diferentes governos, foram igualmente alvo de uma extensa pesquisa, que incidiu principalmente nos números publicados entre os anos de 1833 e 1834. No âmbito do património material, as fontes iconográficas também não foram esquecidas, tendo sido aproveitados vários mapas da época e gravuras, assim como diferentes fotografias para ilustrar as diferentes partes do trabalho.

#### 4. Modelo de Análise da Investigação

Desta forma a sistematização escolhida para a compreensão do processo de mudança provocado pela guerra civil na região de Santarém em 1833 e 1834 pode ser resumida no quadro seguinte, onde o fenómeno *guerra civil* constitui o nosso primordial *fator de análise*. Em termos conceptuais, uma guerra civil poderá ter como início outro tipo de conflitualidade interna, de que são exemplos a revolta militar ou um golpe de estado, que poderá evoluir posteriormente para a divisão do país, como se de dois ou mais países se tratasse. São guerras em que os atores utilizam meios militares institucionalmente legais ou idênticos, como aconteceu com D. Pedro e D. Miguel. A guerra entre estes grupos poderá assemelhar-se a uma guerra de cariz convencional, que poderá envolver várias potências<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Carlos Manuel Mendes Dias, *Sobre a Guerra, Política, Estratégia e Tática*, pp. 108 e 109.

Assim, o facto *guerra* surgiu no processo de análise como a nossa *variável independente*<sup>18</sup> principal, com a capacidade de influenciar as estruturas sociais e militares (*dimensão*<sup>19</sup> *organizacional*) da região de Santarém (*dimensão espacial*) durante os anos de 1833 e 1834, (*dimensão temporal*). Porque, segundo Gaston Bouthol, as guerras, além de nítidos pontos de referência cronológica, constituíram igualmente grandes padrões de mudança na sociedade. Este mesmo sociólogo francês acrescentava, por outras palavras, que a guerra foi e é uma das mais exímias formas de transição concebidas na vida social que “tornam muitas vezes impossível o retorno ao estado anterior<sup>20</sup>”. Neste enquadramento a nossa investigação acabou por entrar no campo da *Polemologia*<sup>21</sup>, a partir do momento que pretendeu retratar a guerra como fenómeno social passível de ser observado cientificamente, com a análise dos impactos demográficos, económicos e políticos da guerra civil em Santarém.

Também, no modelo referido, surgem *categorias de análise*, que permitiram avaliar os impactos do fenómeno em estudo na estrutura demográfica, política e económica da região, assim como as respetivas consequências nas diferentes organizações castrenses empenhadas na região, assumindo-se desta forma como as *variáveis dependentes*<sup>22</sup> do nosso estudo.

---

<sup>18</sup> “As *variáveis independentes* são relativas a causas ou fatores iniciais que não são alteráveis pelas outras *variáveis* do mesmo modelo” José Amado Mendes, *A História como Ciência: Fontes, Metodologia e Teorização*, p. 194

<sup>19</sup> As *Dimensões* seleccionadas no nosso modelo constituem-se como elementos essenciais para a consecução dos objetivos do estudo desenvolvido por nós, permitindo assim uma melhor compreensão e análise do conceito-chave (Guerra Civil) em observação; Raymond Quivy, e Luc Van Campenhoudt, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1998, pp.113,122, 123 e 124.

<sup>20</sup> Gaston Bouthol, *Op.Cit.* pp.10 a 13.

<sup>21</sup> A *Polemologia* constitui-se segundo Gaston Bouthol, como o estudo objetivo e científico das guerras como fenómenos sociais que podem ser observados como quaisquer outros fenómenos do mundo social, afirmando-se esse mesmo estudo como um novo ramo da Sociologia. Gaston Bouthol, *O fenómeno guerra*, p.13.

<sup>22</sup> “As *variáveis dependentes* são aquelas cuja alteração ou variação depende das alterações verificadas nas *variáveis independentes*”; José Amado Mendes, *Idem*, p. 194

Por último avançámos no esquema da pesquisa com vários *indicadores de análise*<sup>23</sup>, de carácter particularmente quantitativo, como a análise da mortalidade da população civil entre 1801 e 1849; a flutuação dos preços de alguns géneros alimentares durante o mesmo período; e ainda alguns quadros com o estado em que ficaram as igrejas e os conventos da região, durante a guerra civil. Foram observados ainda outros indicadores de cariz quantitativo, que espelharam as consequências da presença dos exércitos na administração municipal, através da análise da ação das diferentes câmaras da região, descrita nas respetivas atas e registos municipais.

Os últimos indicadores a serem analisados resultaram do estudo comparado que se efetuou durante todo o processo da investigação, que teve como intenção avaliar continuamente as diferenças existentes entre os dois exércitos em confronto na região, no que diz respeito às pessoas (pessoal, liderança, moral, disciplina e treino), aos processos (procedimentos táticos e logísticos), à tecnologia (equipamento, armamento e infraestruturas) e ainda à organização. Finalizámos a nossa investigação com a verificação das hipóteses levantadas e a sua respetiva justificação, tendo-se concluído a nossa tese com as indispensáveis reflexões finais.

---

<sup>23</sup> Os *indicadores de análise* constituem-se como *atributos, características ou manifestações* observáveis e mensuráveis das dimensões do fenómeno em estudo, Raymond Quivy, e Luc Van Campenhout, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, pp.113,122, 123 e 124.

**Quadro 1.1. – Modelo de Análise da Investigação**

| <b>Níveis de Análise</b> | <b>Fatores de Análise</b><br><br><i>(Variáveis Independentes)</i> | <b>Categorias de Análise</b><br><br><i>(Variáveis Dependentes)</i>             | <b>Indicadores de Análise</b>  |
|--------------------------|---|--|--|
| Dimensão Conceptual      | Guerra Civil  | Impactos Demográficos <sup>24</sup><br><br>Impactos Patrimoniais <sup>25</sup> | Gráficos com a mortalidade da população civil na região desde 1801 a 1849  |
|                          |   |  | Relação dos impactos no património local após a retirada dos exércitos da região   |
| Dimensão Espacial        | Região de Santarém  | Impactos Económicos <sup>26</sup>  | <b>Consequências na Produção Agrícola</b><br><br>Gráficos com os preços de referência dos diferentes géneros alimentares na região entre 1829 e 1837 |
| Dimensão Temporal        | Anos de 1833 e 1834   | Impactos Políticos <sup>27</sup>   | Relação das medidas da administração municipal após a retirada dos exércitos da região   |

<sup>24</sup> Cf. Registos Paroquiais da Região entre 1801 e 1849.

<sup>25</sup> Cf. Atas das Câmaras da Região entre 1833 e 1835.

<sup>26</sup> Cf. Registos Gerais das Câmaras da Região entre 1829 e 1837.

<sup>27</sup> Cf. Atas das Câmaras da Região entre 1833 e 1835.

|                         |   |  |                                   |   |
|-------------------------|---|--|-----------------------------------|---|
| Dimensão Organizacional | Estruturas sociais; políticas; económicas e Militares | Adaptações na Organização Castrense <sup>28</sup> dos exércitos empenhados na região e eventuais consequências | Organização (Base Orgânica)       | Constituição, Composição e Ordenação dos Exércitos  |
|                         |   |  | Tecnologia (Base Técnica)         | Armamento e Equipamento   |
|                         |   |  | Táticas e Processos (Base Tática) | Procedimentos Táticos   |
|                         |   |  | Pessoal (Recrutamento Militar)    | Efetivos, Perdas, Recrutamento, Liderança, Moral e Disciplina.  |
|                         |   |  | Subsistências (Apoio Logístico)   | Procedimentos Logísticos: Reabastecimento, Alimentação, Transportes, Serviço de Saúde e outros Serviços de Campanha |

**Fonte:** José Amado Mendes, *A História como Ciência: Fontes, Metodologia e Teorização* e Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt; *Manual de Investigação em Ciências Sociais*; com alterações do autor.

<sup>28</sup> António Telo, *Tecnologia e Armamento: Os Militares e a Inovação no Século XIX*, pp. 336 a 376, in *Nova História Militar*, volume 3, 2003 e Miguel Freire, *Um olhar atual sobre a “transformação” do conde de Lippe*, 2005, pp. 314 a 328.

**PARTE I - A GUERRA CIVIL NA REGIÃO DE SANTARÉM EM  
1833 E 1834: ENQUADRAMENTO E IMPACTOS**

---

# 1. A INFLUÊNCIA DO ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO NA MANOBRA DOS EXÉRCITOS

## 1.1. O espaço físico: o relevo e o clima da região

### 1.1.1. O reflexo do terreno<sup>29</sup> nas movimentações militares

A região de Santarém no período da guerra civil, dimensão espacial do nosso estudo, apresentava-se morfologicamente dividida em três zonas com características geográficas distintas: Na zona central e Norte surgiam os planaltos formados por terrenos do terciário que ocupavam grande parte do seu território. A Sul e a Nascente com origem mais recente na era quaternária<sup>30</sup>, evoluía o vale do Tejo com as suas vastas áreas planas de areias, cascalhos, lamas e aluviões<sup>31</sup>, na margem direita e esquerda do rio. Por último a Oeste surgia o maciço orográfico da Serra dos Candeeiros, onde podíamos

---

<sup>29</sup> A problemática da influência do *terreno* nas movimentações militares já tinha sido abordada logo no início do século XIX, pelo Engenheiro Militar do Real Corpo de Engenheiros, o major José Maria das Neves Costa, no livro *Memória Militar do Terreno ao Norte de Lisboa*, onde dissertou sobre o assunto, em maio de 1809. O terreno aqui objeto do nosso estudo (na região de Santarém) apresentava, segundo a descrição do Major Neves Costa, características de “*um terreno mais baixo e regular*” quando comparado com o terreno “*assaz e irregular, tanto a respeito do seu relevo geográfico, como da sua agricultura*” situado nas imediações a norte da cidade de Lisboa. ANTT, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, *Memória de José Maria das Neves Costa*, de 24 de Maio de 1809, com aditamento de 1814. mç 190, doc nº 4 e Major Neves Costa, *Memória Militar Respectiva ao Terreno ao Norte de Lisboa*, 1888, pp.1 a 36.

<sup>30</sup> Os terrenos na região de Santarém resultaram ao longo dos séculos de formações geológicas, que tiveram origem em diferentes idades ou eras geológicas: desde a era Secundária ou Mesozoica (períodos Jurássico e Cretáceo), passando pela era Terciária ou Cenozoica (períodos Miocénico e Pliocénico) e ainda terrenos mais recentes da era Quaternária ou Antropozoica (períodos Plistocénico e Holocénico). Francisco Luís Pereira de Sousa, *O terramoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal*, Distritos de Santarém e Portalegre, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1919, vol. II, pp. 452 e 453.

<sup>31</sup> Os *Aluviões* são depósitos de sedimentos clásticos (areia, cascalho e lama) formado por um sistema fluvial (rios e ribeiras) no leito e nas margens desses mesmos cursos de água. Inclui ainda as planícies de inundação e as zonas do estuário, no caso dos grandes rios. Nestes locais os materiais mais finos irão se depositar durante o extravasamento dos seus leitos, em períodos de maior precipitação, que provocam desta forma o fenómeno vulgarmente designado por “*cheias*”. Cfr. Círculo de Leitores, *Lexicoteca: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, p.177.

encontrar formações pertencentes à era secundária nos conjuntos rochosos de origem calcária. Com esta delimitação geográfica, o espaço em observação nos anos de 1833 e 1834, dimensão temporal da nossa investigação, constituía-se então como um terreno de configuração predominantemente ondulada mas de baixas altitudes, com elevações quase sempre inferiores aos cem metros em quase toda a sua extensão. Já na zona do vale do Tejo e seus afluentes, o espaço era praticamente plano, não ultrapassando em média os dez metros de altura. No entanto, próximo do lugar de Rio Maior a região em estudo alcançava os seus maiores níveis altimétricos, atingindo um valor máximo de trezentos e vinte sete metros de altitude<sup>32</sup>.

Neste enquadramento, a vila de Santarém surgia como a povoação mais importante da região em investigação, constituindo-se como a sede de concelho e cabeça de comarca na época em observação. Foi ainda palco de alguns episódios fundamentais da história nacional da primeira metade do século XIX, assumindo-se como um dos pilares geográficos da condução da guerra civil no território continental. Este estatuto deve-o ao facto de no ano de 1833, ter-se constituído como o local de estacionamento das principais manobras do exército de D. Miguel, num cenário em tudo comparável ao que se passou durante a terceira invasão francesa, quando o Marechal francês Masséna resolveu fazer desta vila o seu quartel-general. Foi neste mesmo período, mas em 1834, que o oficial James Edward Alexander<sup>33</sup>, observador militar inglês deste conflito, a iria descrever como um burgo localizado “noventa metros acima da planície, com vários pináculos e cúpulas a quebrarem as linhas das casas”; acrescentava ainda que o rio

---

<sup>32</sup>António Pena, *Santarém: Um roteiro natural do Concelho*; Santarém, António Pena – Consultoria e divulgação de recursos naturais, Lda, 1996, p. 10 e INE, *Anuário estatístico da região do Alentejo*, Lisboa, INE, 2007, p. 32.

<sup>33</sup> Este oficial inglês, nascido em 1803, possuía uma vasta obra publicada de livros de viagens sobre diferentes países, onde se evidenciavam as facetas do *Alexandre* escritor, militar, explorador, naturalista e geógrafo. Detentor de grande espírito aventureiro, percorreu vários países durante toda a sua vida, em missões de carácter militar e científico, tendo estado em Portugal e na região de Santarém durante o ano de 1834, em plena guerra civil. Descreveu assim de forma pormenorizada toda a geografia da região, juntamente com todos os acontecimentos militares que nela decorreram, durante o período em que permaneceu no nosso país. As descrições militares e geográficas que fez do nosso reino na época, deram assim origem ao livro “*Sketches in Portugal, During the Civil War of 1834*”.

“Tejo corre próximo, abaixo de Santarém, para Este, onde a cidade [segundo este autor, porque neste período ainda era vila], se divide numa parte inferior e outra superior, e a colina é muito íngreme<sup>34</sup>”.



**Figura 1.1., 1.2. e 1.3.** – Gravuras com os protagonistas da guerra civil, D. Miguel e D. Pedro e a popular caricatura que representa a disputa entre os dois irmãos durante a guerra civil.

**Fonte:** BNP, *Biblioteca Nacional Digital*; e-80-v (1828);e-1424-v (1833);e-3539-p (1833).

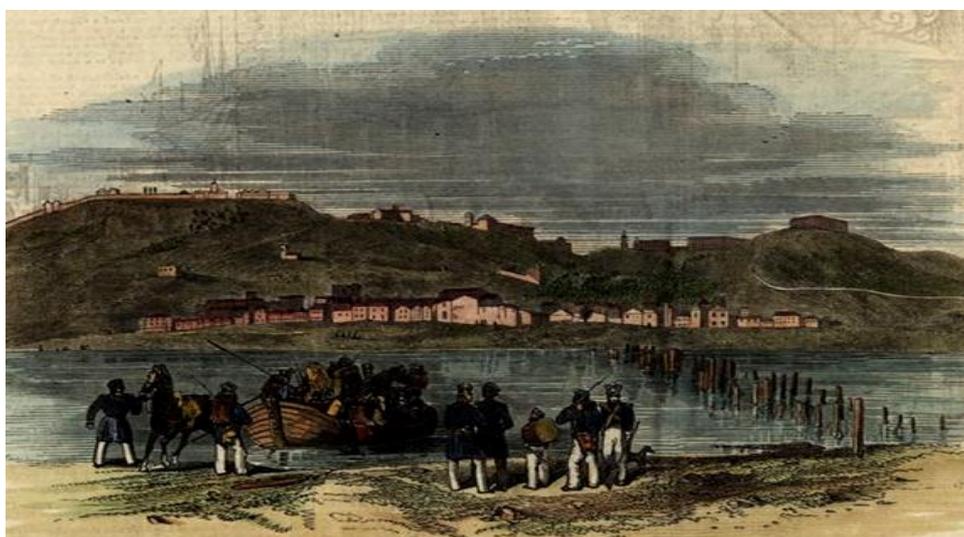
Ele mesmo observando Santarém a partir dos montes que se situavam na margem direita do Rio Maior, também designado neste local por Vala da Asseca, caracterizava que o “lado [da povoação] que se nos apresentava era verde e inclinado, coberto por oliveiras e sobreiros dispersos. A cidade, contendo treze igrejas, catorze mosteiros e dez mil habitantes, tinha sido residência da corte de muitos dos primeiros reis de Portugal e era famosa na história do país<sup>35</sup>”. Mas foram várias as descrições feitas por militares sobre a vila de Santarém, após terem participado em operações na região. No início do Século XIX durante a terceira invasão francesa, um oficial do exército de Massena<sup>36</sup>,

<sup>34</sup> James Edward Alexander, *Sketches in Portugal, During the Civil War of 1834*, pp. 71 e 72.

<sup>35</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>36</sup> O oficial em causa chamava-se *M. Guingret* e foi um dos muitos comandantes de batalhão do exército de Massena durante o período da terceira invasão francesa. A sua experiência nesta campanha em Portugal levou-o igualmente a redigir as suas memórias em livro, que designou por: *Rélation historique et militaire de la Campagne de Portugal sous le maréchal Masséna, prince d'Essling: contenant les opérations militaires qui se rapportent a l'expédition de Masséna, et les divers faits de l'armée de Portugal, jusqu'a la fin de la guerre d'Espagne*.

descrevia igualmente Santarém como uma antiga e bonita vila situada a catorze léguas<sup>37</sup> de Lisboa. Acrescentava ainda nas suas memórias, que a vila se situava em cima de um monte que dominava, de um dos lados, o rio Tejo. Sendo as terras à sua volta muito ricas em olival, trigo e vinha, que segundo ele se colhiam dois meses após terem sido semeados<sup>38</sup>. Ainda sobre Santarém, praticamente um século antes da guerra civil, D. Luiz Caetano de Lima, na sua geografia histórica, referia no ano de 1736, que a vila estava edificada num planalto com a forma de coroa. Tinha ainda vários esporões que se encontravam divididos por vales, de onde se podia avistar uma formosa e fértil planície. Acrescentava que a mesma tinha a forma de meia-lua, cujas pontas caíndo sobre o Tejo, estavam orientadas para nascente<sup>39</sup>.



**Figura 1.4.** – Vista panorâmica da Vila de Santarém e do porto da Ribeira de Santarém, a partir da margem esquerda do Tejo.

**Fonte:** BNP, *Biblioteca Nacional Digital*, e-4667-p (1830).

<sup>37</sup>A *légua* era uma antiga medida itinerária, que em Portugal se dividia em três tipos de *légua*, segundo o livro de 1838, do Major de Artilharia Fortunato José Barreiros: a *Léngua Terrestre de 18 ao grau*, a *Léngua de 3804 Passos Geométricos Portugueses* e ainda a *Léngua do Riba - Tejo*, até ao momento em que foi publicado o decreto de 2 de maio de 1855, que definiu uma nova *Léngua Métrica* equivalente nos dias de hoje a 5 000 metros. Tomaremos aqui como referência para o período e locais em estudo, a *Léngua Ribatejana* apresentada por Fortunato Barreiros, que corresponderia na atualidade, após a respetiva conversão, a cerca de 6 277 metros. Fortunato José Barreiros, *Memória sobre os Pesos e Medidas de Portugal, Inglaterra e França*, Taboa 10<sup>a</sup> (Medidas Itinerárias), 1838, p.65.

<sup>38</sup> *Idem*, chez Bargeas, imprimeur-libraire, 1817, pp. 122 e 123.

<sup>39</sup> D. Luíz Caetano de Lima, *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa*, Lisboa, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, volume II, p. 204.

A segunda povoação mais importante da região na época em estudo era a vila do Cartaxo, que em 1833 foi escolhida como sede do exército liberal sob o comando de D. Pedro. Promovida ao estatuto de sede de concelho em 10 dezembro de 1815, foi igualmente objeto de atenção em termos militares do inglês James Alexander que a descreveu como sendo “uma povoação com uma igreja e poucas centenas de habitantes, [que] fica no centro de um planalto, setenta e cinco metros acima do Tejo e a uma distância de cinco quilómetros para a direita<sup>40</sup>”.

Na comparação com o outro conflito bélico já referido por nós, que marcou igualmente a região do Cartaxo, a vila foi então também importante em termos estratégicos devido às suas características geográficas. No período da terceira invasão francesa perante a ocupação militar de Santarém pelo exército de Masséna, o exército aliado reagiu posicionando as suas forças numa postura que se achou de equilíbrio, nas alturas da margem direita da vala da Asseca. Associada a este dispositivo das forças aliadas, surgiu então a primeira divisão inglesa Spencer posicionada na vila do Cartaxo numa segunda linha, que tinha a missão de apoiar as forças em contacto na linha de alturas referida. Mas não foram só os aliados que aproveitaram as características geográficas da região para a realização de movimentos militares neste período. Observando as memórias do pároco do Cartaxo, António Teixeira Leitão, muitos habitantes da vila deixaram-se ficar de propósito perante a possibilidade da invasão das tropas francesas, porque numa forma errada acharam que a sua permanência salvaria as suas casas ou então porque simplesmente não arranjaram transporte para si e para os seus bens. Esta invasão acabou por se verificar no dia 10 de Outubro de 1810, quando o exército francês entrou finalmente no Cartaxo, ocupando assim com várias manobras militares estas terras na margem direita do Tejo<sup>41</sup>.

Outra povoação que reuniu igualmente importância na zona de Santarém no período da guerra civil foi a vila de Pernes, sendo palco de diferentes movimentos militares e combates entre as duas facções envolvidas. Elevada a sede de concelho no ano de 1514,

---

<sup>40</sup> James Edward Alexander, *op.cit.*, p.71.

<sup>41</sup> Cf. AHM, Pároco António Teixeira Leitão, *Memórias do ano de 1810 da freguesia de S. João do Cartaxo*, folha 2, escritas no ano de 1811.

era nas palavras do padre Ignacio da Piedade e Vasconcellos uma povoação que “dista três legoas de Santarém para a parte Norte. A sua situação he impinada na decida de hum monte, he sitio fresco, porque fica entre dous rios<sup>42</sup>”.

Também durante a terceira invasão francesa, a região de Pernes foi analogamente suporte de um dispositivo de defesa militar, aproveitando na altura o marechal Massena as suas características geográficas. Sobre este assunto, num ofício enviado a D. Miguel Pereira Forjaz, em 1 de Dezembro de 1810, o general Wellington confirmava então que os franceses se mantinham em Santarém, reforçando no entanto a direita desta posição com a colocação de tropas em Pernes e Alcanede, para evitar movimentos aliados na região de Pernes<sup>43</sup>.

No que diz respeito à bacia hidrográfica da região, o rio Tejo constituía-se como o seu principal curso de água. Com uma largura que variava entre os quatrocentos e os seiscentos metros e uma profundidade média de seis metros, atingia o seu ponto mais largo na foz do rio Alviela. O rio com uma corrente forte de regime caudaloso, assente num leito de características arenosas<sup>44</sup> e margens densamente arborizadas por salgueiros e freixos, constituía-se na altura como um obstáculo<sup>45</sup> de valor para as forças

---

<sup>42</sup> Padre Ignacio da Piedade e Vasconcellos, *História de Santarém Edificada*, Lisboa Occidental, 1740, p. 258.

<sup>43</sup> *Gazeta de Lisboa*, nº 289, 3 de Dezembro de 1810.

<sup>44</sup> Cf. *Cadastro Militar das folhas nº 341 e 353*, da carta militar de Portugal, série M 888, na escala de 1:25 000, Lisboa, IGeoE, 2004.

<sup>45</sup> De acordo com o Tratado Teórico e Prático das Operações Secundárias da Guerra, escrito no ano de 1825, pelo militar francês A. Lallemand, traduzido para português pelo então coronel José Maria das Neves Costa, no ano de 1834, num terceiro capítulo dedicado às marchas, era referido que devia “*facilitar-se às tropas os meios de executar marchas com ordem, e com promptidão*” por essa razão era evidenciado que “*os obstáculos que podem causar demoras ou desarranjos, devem ser rigorosamente desviados*” ou convenientemente ultrapassados. A. Lallemand, *Theoria das Operações Secundárias da Guerra*, 1º Caderno, 1834, p.19. Esta preocupação dos teóricos militares da época assenta no facto de um *Obstáculo* em linguagem militar constituir-se como um acidente de terreno natural, ou resultante da ação do homem, que detêm, restringe ou canaliza os movimentos das forças militares. Os grandes rios não vadeáveis (que não podiam ser atravessados a pé) eram excelentes obstáculos, porque a sua travessia exigia a utilização de meios importantes (pontes, barcos, etc.) O grau de dificuldade da travessia era assim determinado pela largura, profundidade, velocidade da corrente, características das margens e do fundo e pela capacidade de colocação rápida de pontes táticas para a sua transposição. Desta forma um rio com mais de cento

militares, que tentassem atravessar o seu curso em operações militares. Sobre esta realidade, de um rio se poder constituir como um verdadeiro obstáculo na época em estudo, o major Fortunato Barreiros, descrevia no seu ensaio de 1837, sobre os princípios gerais da Grande Tática, que “os rios e ribeiras caudalosas suspenderão, as marchas dos exércitos, se não oferecessem vãos, ou não permitissem, o estabelecimento de pontes”. As restrições dos “primeiros he dada pela natureza, nos pontos em que as agoas oferecem maior fundura do que quatro palmos e meio, seis palmos, ou três palmos<sup>46</sup>, (segundo Fortunato Barreiros segundo se trata de Infantaria, da Cavallaria, ou da Artilharia (para que o respectivo cartuchame se não molhe)<sup>47</sup>”.

Podemos constatar ainda esse facto no diário de Dom Francisco Alexandre Lobo<sup>48</sup> recordando as dificuldades que o mesmo sentiu na travessia do rio Tejo na madrugada de 23 de abril de 1834. Durante a sua fuga de Viseu para o exílio em Inglaterra devido à aproximação que os liberais faziam da cidade, cruzou o rio às seis da manhã e constatou que “a navegação é ali muito perigosa em grossura de águas, mas os práticos,

---

e cinquenta metros de largura e mais de um metro e meio de profundidade era considerado como um obstáculo de grande importância. O seu valor podia ainda ser aumentado destruindo pontes e colocando obstáculos nas margens; Escola Prática de Infantaria, *Preparação do campo de batalha pelas informações*, Mafra, EPI., 2005, p. 13 e Escola Prática de Engenharia., *Manual de Fortificação de Campanha*, Tancos, EPE., 2006, Cap. 10, p. 2.

<sup>46</sup> Segundo Fortunato Barreiros, no seu ensaio sobre Pesos e Medidas de 1838, aplicando a regra de conversão para o metro francês, Quatro palmos e meio, medida portuguesa na época, corresponderia a cerca de 1mt, seis palmos equivaleria a 1,32mt, e três palmos a 66 cm. Fortunato José Barreiros, *Memória sobre os Pesos e Medidas de Portugal, Inglaterra e França*, Taboa 1ª (Medidas Lineares), 1838, p.20.

<sup>47</sup> Major Fortunato José Barreiros, *Ensaio Sobre os Princípios Geraes de Strategia e de Grande Tactica*, 1837, pp.113 e 114.

<sup>48</sup> *Dom Francisco Alexandre Lobo* nasceu em Beja a 14 de Setembro de 1763, onde estudou latim, grego e filosofia na sua terra natal, tendo-se matriculado depois na Faculdade de Teologia na Universidade de Coimbra, doutorando-se em 4 de Outubro de 1787. Em 3 de Maio de 1819 foi eleito bispo de Viseu sendo sagrado nessa função a 16 de Julho de 1820. Em Abril de 1834, quando as forças liberais se aproximavam de Viseu, D. Francisco Lobo, temendo pela sua vida, deixou no dia 13 de Abril o Paço de Fontelo, depois de ter nomeado três eclesiásticos para o governo da diocese, rumando nessa altura para sul. Escreveu nesse período um pequeno diário onde relatou a sua fuga desde o dia 13 de Abril até ao dia 24 de Agosto do ano de 1834, quando já se encontrava exilado em Londres. Cf. Introdução de António Ventura, in *D. Miguel e o fim da Guerra Civil: Testemunhos*, 2006, p.9.

conhecendo pelo ponto dos penedos a que as águas chegam, a grandeza do perigo, costumam evitá-lo com dextriedade<sup>49</sup>”.

Mas as dificuldades na travessia deste rio em operações militares, já tinham sido sentidas da mesma forma anos antes, em plena terceira invasão francesa. Em fevereiro de 1811, durante o desenvolvimento das operações militares do exército de Masséna na região de Santarém, um oficial francês descreveu as atribuladas peripécias porque passou nessas águas, ao circular à deriva nesse rio com uma pequena *flotilha*<sup>50</sup>. Assinalava na época que a sua viagem foi extremamente dificultada pela corrente forte do rio, ao ponto da barca onde seguia ter praticamente afundado quando encalhou num rochedo submerso. Perante este contratempo a embarcação adornou e encheu-se logo de seguida de água, sendo a sua tripulação salva pela ação espontânea de um dos seus marinheiros, que se lançou ao rio e libertou a embarcação em que eles seguiam com uma alavanca<sup>51</sup>. Mas rios navegáveis na época, como o Tejo, constituíam-se também como eixos de desenvolvimento e simultaneamente caminhos transmissores de inovações. O Tejo era assim um veículo de comunicação entre economias complementares, uma no litoral e outra no interior, possibilitando na época a entrada em circuitos económicos internacionais de produtos oriundos do miolo do território português e espanhol. Neste enquadramento, anos antes do início da guerra civil na região de Santarém, o Tejo foi então alvo em 1828 de vários planos de navegação de iniciativa essencialmente espanhola, de forma a permitir a navegação a vapor desde a localidade espanhola de Aranjuez até Lisboa. Com estas motivações foi então assinado um ano depois, em 31 de Agosto de 1829, na capital portuguesa, um tratado entre os reis Fernando VII de Espanha e na altura D. Miguel I de Portugal, que tinha como objetivo legalizar o projeto de navegação na distância referida<sup>52</sup>.

---

<sup>49</sup> O testemunho de D. Francisco Alexandre Lobo, bispo de Viseu, in *D. Miguel e o fim da Guerra Civil: Testemunhos*, 2006, p.131.

<sup>50</sup> Uma *flotilha* da marinha de guerra é constituída apenas por embarcações de menor porte e poder de fogo, de entre a totalidade dos navios que constituem uma esquadra ou frota de guerra. Cfr. Círculo de Leitores, *Lexicoteca: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, p.1089.

<sup>51</sup> General Koch, *As Memórias de Masséna*, 2007, p. 169.

<sup>52</sup> Jorge Gaspar, *Os Portos Fluviais do Tejo*, Lisboa, 1970, pp. 153, 162 e 163.

Foi por estas razões, que a antiga vila de Santarém, hoje situada na secção do rio conhecida por médio Tejo, com uma extensão de sessenta e oito quilómetros desde a Azambuja até Tancos<sup>53</sup>, apresentava já no século XIX uma indispensável carreira de transportes fluviais. Essa forma de ligação para barcos de médio e longo curso, utilizados no transporte de mercadorias entre os portos do rio Tejo e a cidade de Lisboa a par de outras povoações costeiras, incluía igualmente embarcações usadas no transporte de pessoas, conhecidos como barcas de passagem ou levadouras<sup>54</sup>.

Mas a importância do rio como via de comunicação, utilizada identicamente para fins militares, revelou-se patente numa descrição feita por Luz Soriano na sua história da guerra civil, a propósito da retirada<sup>55</sup> do exército miguelista para Santarém, e das ações que o exército liberal devia ter tomado em sua perseguição<sup>56</sup>. Descrevendo esta manobra

---

<sup>53</sup> De acordo com uma classificação proposta em 2 de Novembro de 1880, por causa de obras a realizar no regime do rio e dos seus principais afluentes, o rio Tejo aparecia caracterizado em mais três secções, o *Tejo marítimo ou baixo Tejo* com 65 quilómetros desde a foz até à Azambuja, o *alto Tejo* com cerca de 75 quilómetros de Tancos até Vila Velha de Ródão e o *Tejo superior* numa extensão de 7 quilómetros em território nacional de Vila Velha de Ródão até à fronteira espanhola; Cf. Fernando Rita, *A Guerra Peninsular em Santarém*, p. 23.

<sup>54</sup> *Idem*, p.23.

<sup>55</sup> De acordo igualmente com o Tratado Teórico e Prático das Operações Secundárias da Guerra, escrito no ano de 1825, no mesmo terceiro capítulo dedicado às marchas, era referido que numa Retirada “*cada columna deve igualmente ser coberta por huma retaguarda, a qual sustendo o alcance do inimigo, tem por objeto facilitar a chegada do Corpo Principal, com segurança e celeridade, a huma boa posição, ou o lugar a que se destina*”. A. Lallemand, *Theoria das Operações Secundárias da Guerra*, 1º Caderno, 1834, p.19. A preocupação deste teórico militar nesta época assenta na razão de uma *Retirada* constituir um tipo de operação retrógrada, pela qual uma força que não está em contacto, se afasta do inimigo para evitar o combate. Sendo uma Operação retrógrada qualquer movimento tático organizado que uma unidade executa para a retaguarda ou para se afastar do inimigo; Exército Português/ Estado-Maior do Exército, RC 130-1, Operações, EME, 1987, cap. 9, p. 39.

<sup>56</sup> De acordo igualmente com a mesma obra acima referida, no dito terceiro capítulo dedicado à teoria das marchas de corpos militares, era referido igualmente que numa Perseguição “*a vanguarda deve compôr-se unicamente de cavalaria, porque esta arma gosa da propriedade de poder, por consequência, observar de mais perto os movimentos do inimigo*” que se encontra num processo de retirada. Este conceito de A. Lallemand, surge do facto de uma *perseguição* surgir logo após a exploração do sucesso por parte de uma força que atacou com êxito, aproveitando assim o momento em que a força inimiga se encontra desmoralizada e as suas unidades começam a desintegrar-se, face a uma pressão contínua da força vitoriosa. EP / EME, op.cit., 1987, Cap. 8, p. 76.

referiu que a estrada do Ribatejo utilizada no movimento para a retaguarda pelos miguelistas, deveria ter sido flanqueada por “vasos de guerra [liberais], que n’isto podessem ser empregados no rio Tejo<sup>57</sup>” obstruindo desta forma a passagem de D. Miguel, o que evitaria a ocupação da posição de Santarém. Acrescentava ainda na sua obra que, perante a importância estratégica de Santarém, o comando liberal não tomou as melhores medidas para evitar a sua ocupação pelos miguelistas, restando apenas ao almirante Charles Napier<sup>58</sup> “dirigir-se pelo Tejo acima, [...] com a sua esquadrilha dos escaleres dos navios de guerra e as lanchas do arsenal da marinha, [...] levando consigo alguma tropa da guarnição de Almada, um brigue-escuna e uma canhoneira<sup>59</sup>”.

Também o absolutista francês Auget de St. Sylvan<sup>60</sup>, no ano de 1834, sobre a importância do Tejo como via militar, relatou que numa das suas várias missões arriscadas em Portugal, “para ir desde Vilafranca até ao navio Almirante [que o

---

<sup>57</sup> Simão José da Luz Soriano, *História da Guerra Civil*, 1885, p. 85.

<sup>58</sup> Este Almirante de origem escocesa teve uma longa carreira naval que ultrapassou os 54 anos de serviço ativo. Serviu nas Guerras Napoleónicas, na Guerra da Síria, na Guerra da Crimeia e na Guerra Civil Portuguesa, para além de outros conflitos de menor dimensão. Em Portugal acabaria por assumir, em 1833, o comando da esquadra liberal, com o pseudónimo de Carlos de Ponza, para não perder a sua patente na armada inglesa, pelo facto de combater no estrangeiro sem licença do seu Governo. Ao comando da pequena armada liberal, no dia 5 de Julho de 1833 obteve uma vitória decisiva na Batalha do Cabo de São Vicente, vencendo nessa contenda naval o almirante Manuel António Marreiros, comandante da esquadra miguelista, que acabou por morrer nesse combate. A derrota naval sofrida pela armada miguelista apressou o fim da Guerra Civil portuguesa, permitindo o rápido avanço sobre Lisboa das forças comandadas pelo duque da Terceira. Cf. AA.VV., *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, p. 26 e Introdução de António Ventura, in, *A Guerra da Sucessão entre D. Pedro e D. Miguel*, 2006, p.10.

<sup>59</sup> Simão José da Luz Soriano, *idem*, 1885, p. 59.

<sup>60</sup> *Auget de St. Sylvan* foi uma figura de primeiro plano do partido carlista espanhol, apesar da sua condição de cidadão francês. Feito Barão de Los Valles por Dom Carlos, foi seu agente secreto e ainda seu ministro, cumprindo missões arriscadas em Portugal, Espanha, França e Inglaterra. Publicou em 1837, um pequeno livro com a seguinte designação: “*Un Capitulo de la Historia de Carlos V*” que integra passagens referentes a Portugal, onde se relatam as desventuras de Dom Carlos Maria Isidro no nosso reino, nos últimos meses da Guerra Civil portuguesa. Cf. Prólogo de António Ventura, in, *D. Miguel e o fim da Guerra Civil: Testemunhos*, 2006, p.8.

transportava, teve] que descer o Tejo e atravessar toda a esquadra [barcos de guerra] dos partidários de D. Pedro, os quais seguramente pensaram que [ele] era inglês<sup>61</sup>”.

Ainda no mesmo contexto, o miguelista Francisco de Paula Ferreira da Costa acrescentava nas suas memórias que, durante a sua deslocação na direção de Santarém em 11 de Outubro de 1833, algumas forças miguelistas prepararam-se “para receber o inimigo que se dizia avançava pela esquerda do rio, com alguma força, protegido por canhoiras que subiam o Tejo, com o intento de tomar o nosso exército de flanco, para lhe fazer diversão<sup>62</sup>”.

A mesma realidade também se verificou no âmbito das operações inglesas que decorreram em território nacional durante a primeira invasão francesa, quando o comerciante inglês Sir Richard D. Henegan aludiu à importância do rio Tejo como via de comunicação para fins militares. No ano de 1808, relatava nas suas memórias, de forma expressiva, as peripécias de um transporte de munições em quinze barcos de quarenta toneladas até Santarém, com o intuito de guarnecer o exército inglês, que seguia na época em operações para o país vizinho<sup>63</sup>.

Por estes motivos, a vila de Santarém assumia-se desta forma, na região, como o mais importante centro de trocas comerciais e militares com o litoral, no período que aqui estudamos. Nas proximidades de Santarém havia por este motivo dois portos fluviais, um em Santa Iria (povoação atualmente conhecida por Ribeira de Santarém) e outro em São João Evangelista de Alfange, dois dos seus arrabaldes mais importantes, ambos situados na margem direita do rio<sup>64</sup>. Por estes portos da designada zona baixa ou ribeirinha da vila, se fazia então todo o comércio da sua parte mais alta, onde estava instalado o bairro aristocrático de Marvila, que era constituído essencialmente pelas moradias e casas de negócio dos comerciantes. Desta forma era assim garantido o fluxo até ao litoral das principais mercadorias produzidas em Santarém, sendo recebidas no sentido inverso as

---

<sup>61</sup>O Testemunho do Carlista Auget de St. Sylvan, Barão de Los Valles, in *D. Miguel e o fim da Guerra Civil: Testemunhos*, 2006, p.107.

<sup>62</sup> Francisco Paula Ferreira da Costa, *Memórias de um Miguelista (1833-1834)*, p.120.

<sup>63</sup> Maria Leonor Machado de Sousa, *A Guerra Peninsular em Portugal. Relatos Britânicos*, p. 287 e Fernando Rita, *op.cit.*, p. 23

<sup>64</sup> Martinho Vicente Rodrigues, *op.cit.*, p. 657.

mercadorias determinantes para a vida da urbe. Por estes portos fluviais exportavam-se ainda os produtos destinados a outros países e regiões, como Espanha, o Norte de África e a Flandres; estabelecendo-se igualmente uma ligação comercial permanente entre o norte e o sul do país, envolvendo as províncias da Estremadura, da Beira e do Alentejo<sup>65</sup>.

Mas por este importante elo de ligação comercial, também viajavam e chegavam a Santarém ilustres viajantes, que aproveitavam nas suas movimentações este tipo de rota. Foi o que aconteceu, com o rei D. João VI, que desembarcou no porto ribeirinho de Santa Iria com o intuito de serenar os ânimos do povo de Santarém<sup>66</sup> de acordo com o Juiz de Fora da vila José Maria Vasconcellos Mascarenhas, após os acontecimentos políticos que se sucederam à Vila-Francada. Este movimento, que decorreu no ano de 1823, trouxe aos absolutistas uma ocasião que esperavam há muito tempo, que passava por derrubar as instituições liberais no contexto da política nacional da época.

Ainda sobre o rio Tejo, na zona podiam encontrar-se mais três portos na margem direita do rio, o porto da Azinhaga, o porto de Muge em frente à povoação de Muge, situada na margem esquerda, e o de Valada, pertencendo estes dois últimos ao concelho do Cartaxo. Na margem esquerda do Tejo, surgiam também em terrenos do concelho de Santarém, mais dois portos: o de Santa Marta (atual povoação de Benfica do Ribatejo) e do Pinheiro (presentemente Pinheiro Grande)<sup>67</sup>. No século XIX, o rio Tejo era então o principal elo de ligação entre as povoações ribeirinhas da região e os burgos de maior dimensão situados na costa atlântica, constituindo-se desta forma como um elemento determinante para a economia local. Neste contexto a atividade agrícola dependia essencialmente dele, no que diz respeito à irrigação das culturas e à fertilização dos solos, quase sempre garantida à custa dos períodos das grandes cheias anuais do Tejo. Este volume anormal de águas transformou o rio num verdadeiro obstáculo ao movimento das tropas durante as atividades militares que decorreram na região de Santarém durante os anos das lutas liberais. Esta realidade foi retratada poucos meses

---

<sup>65</sup> Jorge Custódio, *Linhas de Força da História Social de Santarém no século XIX*, pp.30 e 31.

<sup>66</sup> José Maria Vasconcellos Mascarenhas, *Jornada de El-rei o senhor Dom João Sexto, à Vila de Santarém em Janeiro de 1824*, Imprensa da ria Formosa, Lisboa, 1824, pp.15 e 16.

<sup>67</sup> Padre João Bautista de Castro Vasconcellos, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762, tom.I, p. 35.

antes da Vila-Francada, em fevereiro de 1823, onde, numa sessão das Cortes, eram referidos os “Trinta e quatro dias de copiosas e não interrompidas chuvas, a par de ventos tempestuosos” que no mês de janeiro tinham trazido ao “Tejo, uma cheia tão grande, de cuja igual não há memória<sup>68</sup>”. Como consequência as estradas tornaram-se “invadiáveis, pelos muitos muros e ribanceiras que as tem obstruído”, intransitáveis pelas muitas árvores arrancadas, principalmente oliveiras, juntamente com “a ruína e destroço dos vallados da borda do Tejo; este damno he certo, porém ainda se ignora a grandeza deste mal<sup>69</sup>”. Os episódios de cheias no Tejo eram realmente muito frequentes e consecutivos, ao ponto de afetar a deslocação de diferentes tipos de tropas na região, como já tinha sucedido também em Novembro de 1810, durante os acontecimentos da última invasão francesa. O general Montbrun, comandante da divisão de cavalaria francesa, ficou efetivamente retido nos dias 16 e 17 em Santarém, por causa de uma inundação do Tejo, que cobrira os campos e tinha deixado os caminhos impraticáveis. Também em Abril de 1811, houve registo de uma cheia na região de Santarém, de acordo com os livros da Intendência Geral da Polícia, em que notícias da região do Ribatejo anunciavam que uma cheia tinha cobrido totalmente os campos<sup>70</sup>.

Continuando a caracterização da rede hidrográfica da região em estudo, temos no rio Alviela um dos principais afluentes do Tejo, apresentando as suas maiores dimensões um quilómetro a nordeste da povoação de Vale de Figueira, na foz com o rio Tejo, onde tinha uma largura de cerca de cem metros. Sobre as características deste rio, já em 1740, o padre Ignacio da Piedade e Vasconcellos referia nas suas crónicas que “o seu curso não he muito dilatado e perde o nome na entrada que faz no Tejo, e so se conhece rio na distância de tres legoas e meia<sup>71</sup>”. O rio, que na maior parte da sua extensão tinha

---

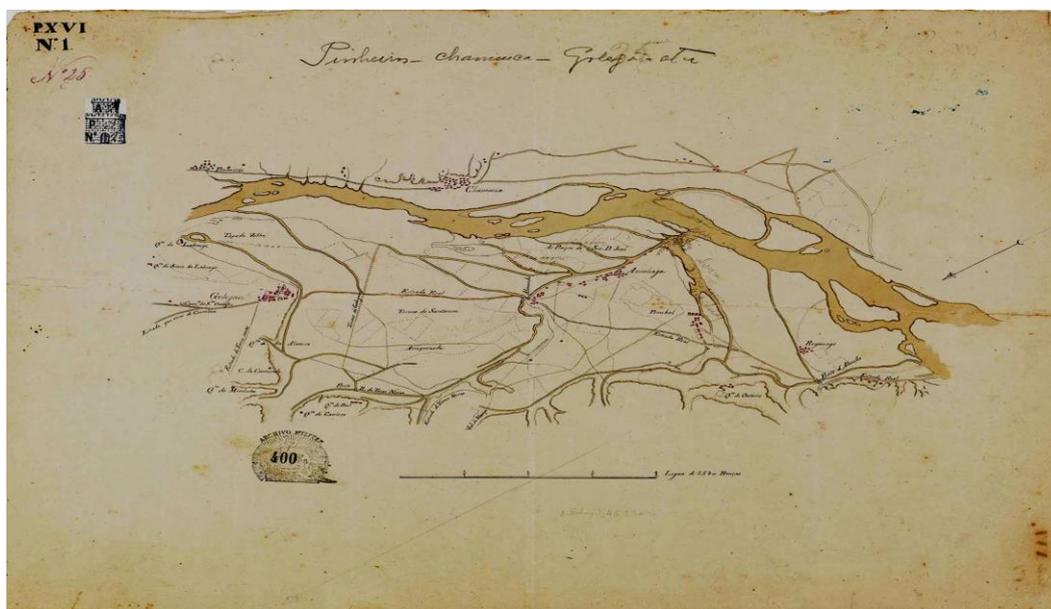
<sup>68</sup> Cf. Estrato da sessão das cortes realizadas no dia 3 de Fevereiro do ano de 1823, publicada no *Diário do Governo* nº 30, datado de 4 de Fevereiro.

<sup>69</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>70</sup> BNL, Reservados, *Relation de quelques évènements remarquables de la campagne de Masséna en Portugal, par un officier qui accompagna l'armée française*, Coleção Pombalina, ms. 747, fl. 7 e ANTT, *Intendência Geral da Polícia, Contas para as diferentes secretarias de estado, desde 18 de Março de 1811 até 5 de Agosto de 1811*, liv. 12, p. 65.

<sup>71</sup> Padre Ignacio da Piedade e Vasconcellos, *op.cit.*, Lisboa Occidental, 1740, p. 258.

uma largura que variava entre os vinte e os trinta metros<sup>72</sup> e uma corrente considerada fraca e pouco caudalosa, não causou assim restrições de maior envergadura aos movimentos de tropas nas suas proximidades durante o período da guerra civil na região, como pudemos constatar nas fontes da época, que não fazem nenhuma referência especial à travessia desse curso de água. Constatando o mesmo, um oficial francês, durante a guerra peninsular, referia no seu relatório de operações em 20 de fevereiro de 1811 que era possível manobrar barcas no rio Alviela sem grandes riscos<sup>73</sup>. Como acontecia com o rio Tejo, neste curso de água desenvolvia-se igualmente um serviço de transportes fluviais designado por *barcos do Alviela*, considerado determinante para a economia local, que era então utilizado na condução de pessoas e mercadorias entre as respetivas populações ribeirinhas que o ladeavam<sup>74</sup>.



**Figura 1.5.** – Gravura do início do século XIX, com o percurso do rio Tejo desde a vila da Golegã até à foz do rio Alviela, local onde o rio atingia as suas maiores dimensões na região de Santarém.

**Fonte:** GEAEM / DIE; 3225/2A/27/39; planta de J. Whatman de 1804.

<sup>72</sup> Cf. *Cadastro Militar da folha nº341*, da carta militar 1:25 000, série M 888.

<sup>73</sup> General Koch, *Memórias de Massena*, 2007, p. 169 e Fernando Rita, *Guerra Peninsular em Santarém*, p.25.

<sup>74</sup> Martinho Vicente Rodrigues, op.cit., p. 657 e Fernando Rita, idem, *ibidem*.

O Rio Maior era outro afluente do Tejo com alguma importância na região. Este curso de água, que nascia na Serra dos Candeeiros atravessava depois a povoação de Rio Maior que lhe dava o nome, passando a denominar-se de Vala da Asseca a partir da reunião das ribeiras de Alcobertas e de Almoester com o seu curso. Desaguava finalmente na margem direita do rio Tejo, perto da vila da Azambuja, já com o nome de Vala Real da Azambuja. Com uma largura que variava entre os dez e os vinte metros e uma profundidade de dois a três metros, constituía um obstáculo de alguma importância que poderia causar algumas restrições aos movimentos de forças em formações de combate, porque os terrenos à sua volta se tornavam pantanosos em períodos de grande precipitação. Nas palavras de James Edward Alexander, esta zona pantanosa era constituído por “um conjunto de campos regados pelo Rio Maior, o qual, depois de passar por baixo das pontes do Celeiro e Asseca, vira à direita e se junta ao Tejo a alguma distância do Cartaxo”<sup>75</sup>.

Sobre o mesmo assunto, nas suas recordações da guerra peninsular, Jonathan Leach, oficial inglês que participou na campanha da terceira invasão francesa, confirmava, igualmente em Novembro de 1810, que o Rio Maior era um obstáculo difícil de transpor nos meses de Inverno devido aos terrenos pantanosos que existiam à sua volta, o que dificultou em muito as suas operações na região de Santarém, como comandante companhia da divisão ligeira de Craufurd<sup>76</sup>.

Na mesma região torna-se relevante para o nosso estudo destacar a Ribeira de Almoester, por ter sido palco de um dos acontecimentos mais marcantes da guerra civil em Santarém. Envolvendo a oeste e a norte a povoação que lhe dá o nome, desaguava dois quilómetros a nordeste deste local, na margem direita do rio Maior junto ao lugar do Casal do Paul. Com uma largura que oscilava entre os dez e os vinte metros e uma fundura de cerca de dois metros, constituía-se igualmente como um obstáculo de valor, a constatar pelas memórias de Alexander que a considerou como um “*curso de água sinuoso, normalmente impossível de passar a vau*”<sup>77</sup>.

---

<sup>75</sup> James E. Alexander, *op.cit.* p.71

<sup>76</sup> Maria Leonor Machado de Sousa, *op.cit.*, p. 234 e Fernando Rita, *op.cit.*, p.25.

<sup>77</sup> James E. Alexander, *idem*, p.84.

Segundo ele, esta ribeira foi na altura o cenário privilegiado da batalha de Almoester, tendo-se estabelecido nessa contenda como o flanco oeste da posição ocupada pelo marechal Saldanha, que durante a batalha dispões as suas forças num planalto em forma de quadrado, com cerca de oito quilómetros de lado<sup>78</sup>.

Como conclusão podemos afirmar, após a análise que fizemos do espaço físico da região de Santarém, na época em estudo, que a mesma oferecia, à exceção do maciço da Serra dos Candeeiros, dobras de terreno pouco expressivas que não impediam a observação das tropas a longas distâncias e eram facilmente contornáveis por movimentos de tropas apeadas, muito frequentes na época. Estas particularidades geomorfológicas<sup>79</sup> incrementavam assim a importância da zona de Santarém, como área de operações<sup>80</sup>, a seleccionar por qualquer exército em campanha. Teremos que juntar igualmente a estas características, a sua rede hidrográfica que criava nela um espaço com excelentes vias de

---

<sup>78</sup> *Idem, ibidem*; p.84. Na região de Santarém surgiam ainda mais dois cursos de água com alguma importância, no espaço físico que a caracterizava: O *Rio Almonda* e a *Vala de Alpiarça*. O *Almonda* afigurava-se já como um afluente do Tejo que corria no limite do concelho de Santarém com o da vila da Golegã. Nascendo na Serra de Aire, atravessava a vila de Torres Novas e desaguava na margem direita do rio Tejo junto ao lugar da Azinhaga, povoação do termo de Santarém. Com uma largura que oscilava entre os vinte e os trinta metros e uma fundura de dois a três metros, constituía-se também como um obstáculo de valor, nas zonas de terreno pantanoso ou inundado da região do Paul do Boquilobo, onde o piso podia afetar o deslocamento de unidades militares, principalmente no Inverno. Também a ponte sobre o Almonda junto à Quinta do Paul, foi considerada um ponto importante no rio, porque se constituía como um dos centros de gravidade das comunicações do exército absolutista dentro da sua área de operações que tinha como referência Santarém. A *Vala de Alpiarça*, por seu lado, era o único afluente do Tejo que desaguava na margem esquerda do termo, perto da localidade de Sta. Marta de Monção de Benfica (atual Benfica do Ribatejo). Com uma largura média entre os dez e os vinte metros e uma profundidade de cerca de dois metros, podia assumir-se como um obstáculo de alguma importância, aquando da sua passagem por forças militares em partes do seu percurso, devido ao seu caudal que era considerável de Inverno. Nascia perto da vila de Ulme, com a designação de ribeira de Ulme, devido ao facto de atravessar esta vila, passando a denominar-se vala de Alpiarça a partir da freguesia que lhe dava o nome. Cf. *Cadastro Militar das folhas nº 341 e 353*, da carta militar 1:25 000, série M 888; Padre João Bautista de Castro Vasconcellos, *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, 1762, p. 105 e Fernando Rita, *op.cit*, pp.25 e 26.

<sup>79</sup> A *geomorfologia* assenta no estudo das formas de relevo, que a superfície da região apresenta; Cf. AA.VV., *Dicionário de língua portuguesa*, Porto, Porto Editora, 2004, p. 827.

<sup>80</sup> *Área de operações* é toda a área delimitada necessária para conduzir as operações militares e a respectivas subsistências dessas mesmas operações; Fernando Rita, *op.cit*, p.26.

comunicação para transporte de abastecimentos<sup>81</sup>, material militar e tropas, apesar das limitações que foram referidas em determinadas circunstâncias especiais. Neste contexto, a escolha desta região por qualquer chefe militar, com o intuito de posicionar e movimentar tropas com alguma vantagem sobre o opositor, seria de alguma forma evidente, como aconteceu com Masséna em 1810 e D. Miguel em 1833.

De acordo com a análise da cartografia, o espaço físico da região possuía ainda uma compartimentação transversal<sup>82</sup> em relação ao rio Tejo, que percorre a zona segundo a direção Nordeste-Sudoeste. Esta organização do terreno era então definida pela área situada entre dois dos seus principais afluentes, o rio Maior e o rio Alviela, que circulam no sentido Noroeste-Sudeste em direção ao Tejo.

Esta zona, que se iniciava numa passagem existente na Serra dos Candeeiros junto ao lugar de Rio Maior e se prolongava até ao rio Tejo nas proximidades da vila de Santarém, tinha então um importantíssimo corredor de mobilidade<sup>83</sup>. Pelas suas características, o mesmo foi palco das principais movimentações das forças militares em confronto na região, no período da Guerra Civil e Peninsular.

---

<sup>81</sup> Esta realidade foi descrita num estudo sobre o serviço de Subsistências do Exército Anglo-Luso durante a Terceira Invasão Francesa, da autoria de Manuel da Costa Dias, realizado no ano de 1913. Era ali referido a importância do Rio Tejo no transporte de abastecimentos para o Exército Aliado “entre Lisboa e Abrantes”, o que se verificou igualmente durante a Guerra Civil. Esses abastecimentos incluíam todos os víveres para homens e animais, fardamento, armamento e equipamento, no fundo todas as “munções de guerra e de boca” necessárias aos homens que atuavam na região de Santarém; Manuel Costa Dias, *O Serviço de Subsistências no Exército Anglo-Luso*, 1913, pp. 83 e 84.

<sup>82</sup> Um *compartimento de terreno* é toda a zona limitada, pelo menos lateralmente, por acidentes (elevações, zonas arborizadas, povoações e extensos lençóis de água) que impedem a observação e execução de fogos diretos para o seu interior, a partir de posições situadas no seu exterior. Sendo assim, a *compartimentação transversal* do concelho assenta num compartimento de características obliquas em relação ao traçado do Rio Tejo; Fernando Rita, *op.cit.*, p. 26.

<sup>83</sup> Um *corredor de mobilidade* constitui uma área aberta através da qual uma unidade militar de um determinado escalão e tipo pode manobrar, de acordo com os conceitos táticos, que lhe são mais adequados; Fernando Rita, *idem*, p. 27.

#### 4.1.2. A ação das condições climáticas nas operações militares

A ocupação militar da região de Santarém, que ocorreu entre agosto de 1833 e maio de 1834, acabou por incluir estações do ano como a do Outono e do Inverno. Estes períodos eram caracterizados por ciclos de maior precipitação, que aumentavam gradualmente na região desde o rio Tejo até à Serra dos Candeeiros<sup>84</sup>. Por esta razão a precipitação própria dessas estações do ano podia afetar seriamente o movimento dos exércitos que atuassem na região em operações militares, prejudicando assim o deslocamento do pessoal e material. Sobre esta preocupação, Lallemand, militar francês do Real Corpo de Estado-Maior do Exército Francês, enunciava no seu compêndio tático de 1825, na parte dedicada às marchas das diferentes unidades militares, da importância do reconhecimento dos caminhos, para averiguar se “são praticáveis em todas as estações” e se os mesmos “são de bom ou mau transitio”, para tropas de infantaria, cavalaria, artilharia e equipagens<sup>85</sup>.

Todo este cenário acabou por se tornar uma realidade, principalmente na região de Santarém. Na página 43 da *Crónica Constitucional* nº79, era referido que no dia 24 de outubro de 1833, perante as “circumstancias da estação; Santarém é uma ilha de montanhas no meio de vastas planícies, de que umas são alagadas pelas inundações do Tejo, que as torna de todo modo impraticáveis, outras ficam paludosas com qualquer chuva, ou se cobrem d’ agua pela enchente de muitas valas que as cortão”.

Sobre a repetida interferência das chuvas na deslocação das tropas, Luz Soriano, na sua *História da Guerra Civil*, tornou clara esta realidade, ao descrever que o acesso sueste à vila de Santarém utilizado por forças absolutistas e liberais no período em que a guerra decorreu em Santarém, era um “caminho, enterrado pela fralda do monte, a que, por assim dizer, está sotoposto, é de mais a mais intransitável no tempo de Inverno, porque aparando as águas das chuvas, que por elle se derramam nas enxurradas, que

---

<sup>84</sup> António Pena, *op.cit.*, p.11 e Fernando Rita, *idem*, p.28.

<sup>85</sup> A. Lallemand, *Theoria das Operações Secundárias da Guerra*, 1º Caderno, 1834, p.17.

lhe vem das vertentes do mesmo monte, fazem de quasi todo elle nesta estação um verdadeiro lodaçal, ou continuado atoleiro<sup>86</sup>”.

Ainda sobre as chuvas que se faziam sentir em outubro de 1833 e o seu impacto nos diferentes tipos de movimentos de tropas na região, o miguelista Francisco Paula Ferreira da Costa<sup>87</sup> referia que, após uma viagem de barco, chegarem ao porto da Ribeira de Santarém, onde por volta do meio-dia desembarcaram, mas “tendo chovido bastante [nessa] manhã, estava toda a margem até entrar na povoação tão cheia de lodo, que era impossível transitar<sup>88</sup>”. Comparando esta realidade com as operações francesas que ocorreram na mesma região, em Outubro de 1810, o barão de Marbot, afirmava as mesmas dificuldades, quando nas suas memórias escreveu que depois de apanharem um tempo magnífico, foram surpreendidos pelas chuvas de outono que transformaram os caminhos em torrente, o que aumentou a dificuldade de garantir víveres, e sobretudo forragens para os animais<sup>89</sup>.

Igualmente sobre a forma como a chuva afectava as tropas francesas, Wellington confirmava, num dos seus ofícios em 8 de outubro de 1810, que na região de Santarém se tinham iniciado as chuvas em grande abundância, o que provavelmente tinha aumentado as dificuldades do inimigo, e demorados os seus progressos<sup>90</sup>. Mas no Outono e Inverno de 1810, o exército aliado também sofreu com o rigor destas chuvadas. O combatente inglês Jonathan Leach declarava no seu diário que desde os confrontos das linhas de Torres Vedras até à retirada dos franceses para Santarém, que as chuvas nunca deixaram de cair, e depressa abriram caminho através das tendas, de modo que

---

<sup>86</sup> Simão José da Luz Soriano, *História da Guerra Civil*, 1885, p.88.

<sup>87</sup> Francisco de Paula Ferreira da Costa nasceu em Lisboa em 1770, tendo falecido na mesma cidade por volta do ano de 1850. Este escritor português que foi partidário do regime de dom Miguel desempenhou durante esse período diferentes cargos públicos, onde se destacaram o de escrivão da *Inspeção dos quartéis e obras militares*, juntamente com o de funcionário da *Junta da Bula da Santa Cruzada*. Em termos literários tornou-se conhecido, por ter publicado um livro de memórias sobre o período da guerra civil que aqui analisámos, intitulado *"Memórias de um Miguelista (1833-1834)"*. Cfr. Francisco Paula Ferreira da Costa, *Memórias de um Miguelista (1833-1834)*, p.147.

<sup>88</sup> Francisco Paula Ferreira da Costa, *Memórias de um Miguelista (1833-1834)*;p.147.

<sup>89</sup> General Barão de Marbot, *Memórias sobre a 3ª invasão francesa*, 2006, pp. 75 e 88.

<sup>90</sup> *Gazeta de Lisboa* de 15 de Outubro de 1810, nº 247 e Fernando Rita, *op.cit.*, p.28.

raramente as tropas tinham a roupa seca. Ainda perto de Santarém, no dia 19 de Outubro de 1810, referia que ao pernoitarem num bosque para ficarem o mais confortáveis possível, acabaram por passar uma noite muito desagradável, pela grande quantidade de chuva que poderia produzir<sup>91</sup>. Também o coronel Orwey, comandante de uma brigada de cavalaria portuguesa, posicionada na margem esquerda do Tejo, confirmava em 4 de Fevereiro de 1811, as adversidades que as tropas portuguesas nessa altura ainda viviam com as chuvas. Segundo ele, havia dificuldades em alimentar os cavalos da sua unidade, porque as chuvas impediam o transporte das palhas, para algumas das quintas<sup>92</sup> onde se encontravam os regimentos que constituíam a sua brigada.

No que diz respeito à humidade, ela é elevada em todo a região. Assim, deve ter sido frequente no período da ocupação, os nevoeiros ou neblinas matinais nas zonas mais baixas, o que atenuava a visibilidade das forças militares. Sobre esta realidade o miguelista Francisco Paula Ferreira da Costa referia que em Outubro de 1833 em viagem pela região de Santarém nas imediações do Pombalinho, se afastaram desta povoação devido a “uma neblina tão cerrada que quase não nos víamos uns aos outros.” No final do mês acrescentava ainda nas suas memórias que a estação que se vivia na região não era rigorosa, no entanto “o maior inconveniente que ela motivou neste Inverno, naquele local, foram contínuas cerrações e tão densas que houve dia de serem precisas luzes pelo meio da tarde<sup>93</sup>”. Esta condição atmosférica facilitava no entanto as operações ofensivas<sup>94</sup> e retrógradas<sup>95</sup> dos exércitos, aumentando a sua ocultação<sup>96</sup> e a possibilidade

---

<sup>91</sup> Maria Leonor Machado de Sousa, *op.cit.*, pp. 231 e 235.

<sup>92</sup> AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ cx. 22/ doc. nº 2, Correspondência do marechal Beresford para dom Miguel Pereira Forjaz, datada de 4 de Fevereiro de 1811.

<sup>93</sup> Francisco Paula Ferreira da Costa, *op.cit.*; pp.133 e 169.

<sup>94</sup> Nas *Operações Ofensivas*, um “*exército ataca o inimigo por toda a parte, por onde o encontra.*” Major Fortunato José Barreiros, *Ensaio Sobre os Princípios Geraes de Strategia e de Grande Tactica*, 1837, p.59.

<sup>95</sup> Nas *Operações Retrógradas* um exército procura disputar o terreno palmo a palmo, contra um inimigo vitorioso, para poder ter tempo de se voltar a reunir numa posição favorável. Para esse efeito aproveita assim “*todas as vantagens que o mesmo terreno lhe oferece, mas vai sucessivamente cortando as pontes, embaraçando as estradas e vãos, defendendo desfiladeiros*” no fundo emprega “*todos os meios que lhe possuem embargar o passo*” [ao inimigo]. Fortunato José Barreiros, *Ensaio Sobre os Princípios Geraes de Strategia e de Grande Tactica*, 1837, p.51.

de conseguir o fator surpresa, condições aproveitadas pelo exército de D. Miguel na sua retirada para Santarém, após o cerco de Lisboa. No entanto, a baixa visibilidade dificultava as operações defensivas<sup>97</sup>, porque não auxiliava o comando, controle e coesão de uma força que ocupasse uma determinada posição, complicando desta forma os seus reconhecimentos, vigilância e a aquisição de objetivos, como se verificou com as forças aliadas de D. Pedro, durante a retirada miguelista. Sobre o aproveitamento deste tipo de condições na realização de manobras militares, o oficial francês, barão de Saint Pardoux<sup>98</sup> ao serviço de D. Miguel, referia nas suas memórias que “nos dias 13, 14 e 15 de Outubro o exército [miguelista] separado de todas as bagagens inúteis que incomodavam a sua marcha operou o seu movimento de retirada com uma tal ordem que foi admirada pelos seus inimigos<sup>99</sup>” do exército liberal.

Os ventos que surgem com alguma frequência na região, com origem no quadrante Noroeste e em períodos de vendaval com início no Sul, poderão ter reduzido, em determinadas situações devido à sua velocidade, a eficácia para o combate de forças que atuavam contra o vento durante o período do conflito, devido ao possível levantamento de poeiras e areias. Mas era na propagação de doenças que os ventos se mostravam determinantes. Segundo as observações médicas feitas em Santarém, após as invasões

---

<sup>96</sup>Quando se ataca uma posição ou cobre uma marcha de flanco, segundo Lallemand “*deve-se saber escolher lugares, donde possam a cuberto inquietar, e fazer o maior mal possível ao inimigo*”. Nesta realidade, a *Ocultação* de uma força militar, poderia aproveitar as condições atmosféricas, os acidentes naturais do terreno e outros meios que nele existem, com o intuito de evitar a sua observação pelo inimigo; A.Lallemand, *Theoria das Operações Secundárias da Guerra*, p. 39 e IAEM, *Dicionário de Termos Militares*, p. 26.

<sup>97</sup>Nas *Operações Defensivas* “o exército espera o inimigo em uma posição forte, só com o objetivo de *nella se manter, o que a experiência tem mostrado, ser quasi sempre funesto*.” Fortunato Barreiros, *Ensaio Sobre os Princípios Geraes de Strategia e de Grande Tactica*, 1837, p. 59.

<sup>98</sup>O *Barão de Saint Pardoux*, veio para Portugal nos finais de Julho ou início de Agosto de 1833, onde foi promovido ao posto de capitão, passando a servir na cavalaria da *Guarda Real de Policia de Lisboa*, como major supranumerário, por decreto de 6 de Agosto. Natural de Laudeaée, Vandéia, sabia espanhol, geografia, desenho militar, sendo digno de ocupar o posto imediato, de acordo com o seu processo do AHM, pelo seu zelo e afeição ao serviço de Dom Miguel. Saint Pardoux ficou em Portugal até ao fim da guerra civil, e ainda em 1834 escreveu um livro sobre o conflito fratricida da guerra civil, que dilacerou Portugal. António Ventura, *Introdução in A Guerra Civil em Portugal; 1833-1834*; p.12.

<sup>99</sup>Barão de Saint Pardoux, *A Guerra Civil em Portugal; 1833-1834*; p.68.

francesas, pelo médico Luiz Gonzaga da Silva, os ventos constituíam acima de tudo um fator importante na propagação de epidemias. Ele mesmo confirmou que os ventos que sopravam de Noroeste na vila contribuía para a disseminação de doenças, ao transportarem na sua direção os vapores das águas que se encontravam estagnadas junto à Vala da Asseca<sup>100</sup>. Mais tarde, Luz Soriano, sobre o mesmo assunto, referia que a presença de tropas de D. Miguel em posições defensivas nas imediações da Vala da Asseca durante os anos de 1833 e 1834 explicou em grande parte o surto de cólera, que proliferou entre as tropas absolutistas, no período em que as mesmas ocuparam a vila. Muitos destes militares constituíram depois o elo de ligação, para a propagação da doença junto da população civil da região de Santarém. O barão de Saint Pardoux descreveu com grande realismo toda esta sequência de acontecimentos, quando referiu que na vila de Santarém, o grande número de tropas miguelistas, provocou uma “horrenda epidemia que nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro, levou 5000 soldados e mais de 300 oficiais<sup>101</sup>”, destes números acabou por fazer parte a irmã de D. Miguel, Dona Maria de Assunção de Bragança, que neste período iria morrer com a mesma doença em Santarém, durante a sua permanência com o irmão na vila.

Por último, aludiremos à *temperatura*, que na região de Santarém se manifestava em duas zonas bem definidas, uma de pequenas dimensões, mais fresca, na franja oeste junto à Serra dos Candeeiros e outra mais quente que englobava a quase totalidade do território de Santarém. Neste contexto, a condição climática em causa, poderá ter afetado em situações extremas as possibilidades dos combatentes, equipamento e do respectivo apoio logístico. Foi por esta razão que Luiz Gonzaga da Silva acrescentou também no seu relatório médico, que os calores ardentíssimos contribuía para a propagação de doenças, referindo que na zona da Vala da Asseca, a ação do sol ardente sobre as águas estagnadas, levava à exalação de um ar fétido e insuportável<sup>102</sup>, que tinha afetado com febres os habitantes da proximidade, principalmente nas estações mais quentes. Já

---

<sup>100</sup> Luiz Gonzaga da Silva, *Introdução Histórico-Médica para as observações médicas em a villa de Santarém, exigidas pela portaria de 24 d'Outubro de 1812*, in *Jornal de Coimbra*, vol. IV, nº XIX, Julho de 1813, pp.139 e 141.

<sup>101</sup> Barão de Saint Pardoux, *op.cit.*, p.71.

<sup>102</sup> Luiz Gonzaga da Silva, *op.cit.*, pp.139 e 142.

no período da Guerra Civil, Luz Soriano, sobre este mesmo condicionalismo, referia que apesar de Santarém se constituir como uma forte posição militar, com uma grande vantagem para quem a ocupasse, estava no entanto sujeita a “ares tão suspeitos no tempo do estio [calor] e por então mui sujeita a febres intermitentes<sup>103</sup>”. Esta situação não se aplicava no entanto só ao calor que se fazia sentir em tempo de verão ou primavera, porque também em pleno outono, no dia 12 de outubro de 1833 nas imediações da vala da Asseca na região do Cartaxo, Francisco Paula Ferreira da Costa descrevia as dificuldades que viviam as tropas miguelistas durante a sua retirada para Santarém, “fazendo bastante calor neste dia<sup>104</sup>”.

Em sentido contrário o frio afetava igualmente as condições dos militares, que em manobras na campanha de Santarém durante o Inverno de 1833 e 1834, sentiram duramente os seus efeitos, quer em termos morais, quer operacionais. Junto das tropas miguelistas fortificadas em Santarém, este cenário era confirmado pelo combatente Pinho Leal, que presenciou com os seus camaradas as agruras do frio e de outras condicionantes climáticas, num “exército de operações reduzido a 10 ou 12 000 homens, rôtos e descalços<sup>105</sup>”.

Neste mesmo contexto o barão Saint Pardoux confirmava que era realmente adversa a vida quotidiana dos soldados miguelistas que dormiam durante as operações que realizavam, “sobre as lajes dos conventos abandonados, e mal cobertos numa estação fria, e muitas vezes com o fato molhado<sup>106</sup>”. Mas seria o soldado miguelista Bento Fernandes, a partir de Santarém, que descreveria de forma contundente o cenário de pavor que os militares viviam na região ao passarem o inverno de 1833 “com muito frio [...] e cobertos de piolhos<sup>107</sup>”. Em 20 de janeiro de 1811, durante o período das invasões francesas, Beresford passava pela mesma situação na região de Santarém, ao solicitar a possibilidade do Arsenal Real do Exército, fornecer mais agasalhos, principalmente

---

<sup>103</sup> Simão José da Luz Soriano, *op.cit.*, 1885, p. 91.

<sup>104</sup> Francisco Paula Ferreira da Costa, *Memórias de um Miguelista (1833-1834)*, p.123.

<sup>105</sup> Pinho Leal, *op.cit.*, p.526.

<sup>106</sup> Barão de Saint Pardoux, *op.cit.*, p.154.

<sup>107</sup> José Bento Fernandes, *Diário de um Soldado Miguelista*, in *Revista de História*, volume 13,1924, Lisboa, p.294

mantas portuguesas<sup>108</sup> para as diferentes unidades do exército português. Este drama afetou também as populações da região, que ao abandonaram as suas casas, se refugiaram em zonas mais seguras. Para fugirem da invasão francesa havia desta forma famílias que se viram em consequência dela, reduzidas a um estado de pobreza colossal, vivendo em jornadas feitas durante uma estação chuvosa<sup>109</sup> e fria, onde muitas vezes não tinham qualquer tipo de refúgio, sofrendo assim em pleno as contrariedades do clima<sup>110</sup> da região de Santarém.

---

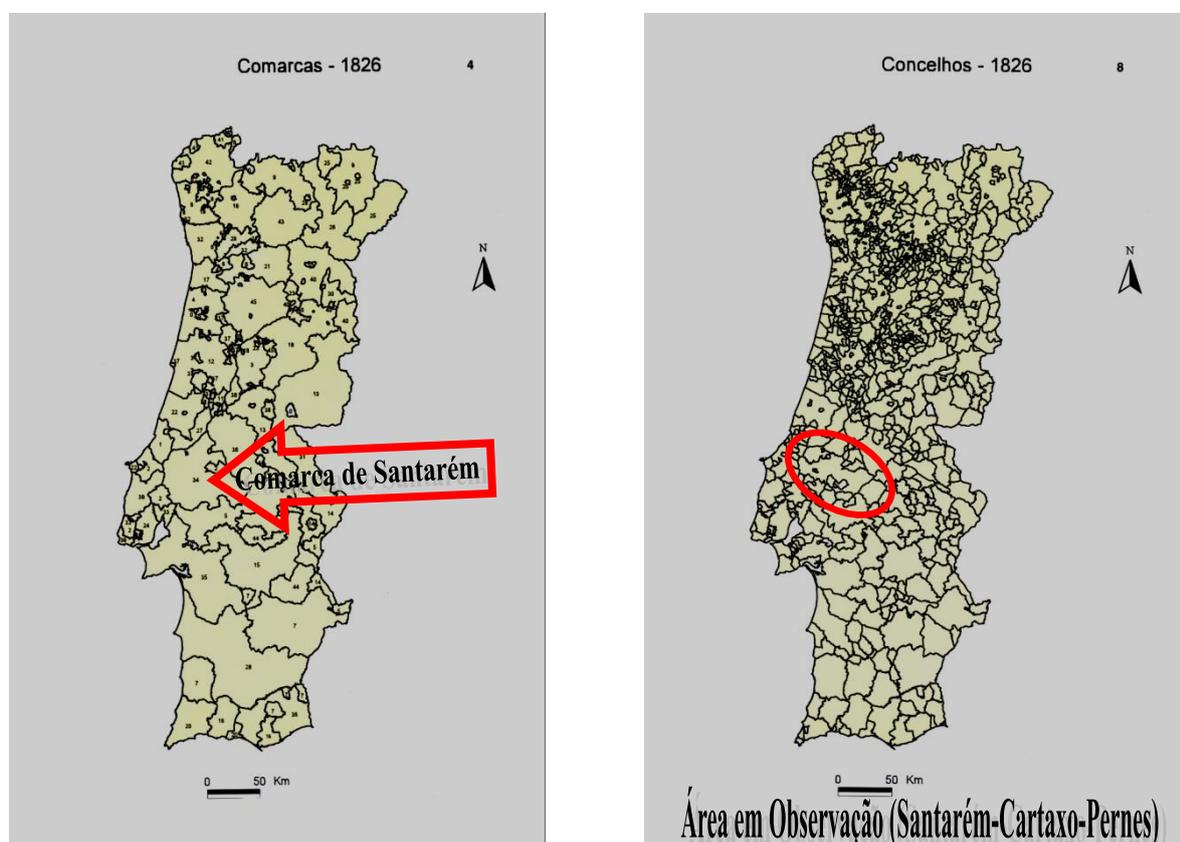
<sup>108</sup> (AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ cx. 22/ doc. nº 1), *Correspondência do marechal Beresford, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre equipamento*, datada de 20 de Janeiro de 1811.

<sup>109</sup> ANTT, Intendência geral da polícia, *Contas para as diferentes secretarias de estado desde 18 de Março de 1811 até 5 de Agosto de 1811*, Livro 12, 30 de Março de 1811, pp. 17 e 18 v.

<sup>110</sup> A região em estudo ocupa um espaço em que o clima se posiciona entre o marítimo de transição e o continental atenuado, devido à penetração de algum ar atlântico através do sistema orográfico de Aire e Candeeiros. Carlos Alberto Medeiros, *op.cit.*, p.98.

## 1.2. O espaço administrativo da região em 1833 e 1834

A parte da região de Santarém que foi selecionada para o nosso estudo tinha na sua constituição três antigos concelhos da organização de 1826, que se manteve inalterável até 1834. Santarém, Cartaxo e Pernes eram assim municípios que estavam integrados em termos organizativos na Comarca de Santarém, antiga jurisdição do Reino que tinha como administrador um Corregedor, magistrado que era nomeado pela coroa e seu principal representante no território, com importantes funções administrativas e judiciais<sup>111</sup>. Esta antiga divisão do Reino, tinha na época, 3 339,57 km<sup>2</sup> e uma população de 73 481 habitantes, que se refletia numa Densidade Populacional de 21,61 habitantes por km<sup>2</sup>.



**Figura 1.6. e 1.7.** – Mapas com a representação das antigas Comarcas e Concelhos do Reino de Portugal em 1826, organização que se iria manter até ao final da Guerra Civil em 1834.

**Fonte:** Luís Nuno Espinha da Silveira, *Território e Poder: Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal*, 1997, p.32

<sup>111</sup> Nuno Gonçalo Monteiro (Coord.), *Os Poderes Locais no Antigo Regime*, in César Oliveira (Dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1995, pp.85 a 88.

Na qualidade de município mais relevante da região em observação, surgia o concelho de Santarém, não só pelas dimensões territoriais que apresentava quando comparado com as suas medidas atuais<sup>112</sup>, mas sobretudo pela importância administrativa e institucional que detinha em termos organizativos, na estrutura da sua antiga comarca.

Com um grande número de freguesias, o seu território estendia-se para a margem esquerda do rio Tejo, fazendo parte da sua organização, seis freguesias desse lado do rio. Era o caso de Alpiarça, hoje sede de concelho, as freguesias do Pinheiro Grande, Chouto e Vale de Cavalos, inseridas presentemente no concelho da Chamusca e ainda as freguesias de Sta. Marta de Monção de Benfica<sup>113</sup> e da Raposa, que atualmente estão na dependência do concelho de Almeirim. Na margem direita do Tejo, surgiam também várias povoações, hoje pertencentes ao município de Rio Maior. Tínhamos então dentro do espaço concelhio de Santarém, em 1833 e 1834, as paróquias de Arruda dos Pisões, Outeiro da Cortiçada, Rio Maior e S. João da Ribeira. Por sua vez povoações como a da Azinhaga e Pombal que pertenciam na época a Santarém, acabaram por ser transferidas mais tarde para o município da Golegã. Com a primeira a ser deslocada ainda no século XIX no ano de 1895, e a segunda com a designação atual de Pombalinho, transferida em pleno século XXI no ano de 2013.

Mas também são várias as povoações que sempre pertenceram ao município de Santarém até aos dias de hoje. Nesta situação estão as freguesias rurais de Abitureiras, Achete, Alcanhões, Almoester, Azóia de Baixo, Azóia de Cima, Casével, Póvoa da Isenta, Póvoa de Galegos, Romeira, S. Vicente do Paúl, Tremês, Vale de Figueira, Vale,

---

<sup>112</sup>O concelho de Santarém faz hoje parte da unidade territorial *Lezíria do Tejo*, com uma superfície de 552,54 km<sup>2</sup> e apresenta na atualidade um comprimento máximo de 35 km na direção norte / sul entre o Covão dos Porcos no Maciço de Porto de Mós e a foz da vala travessa no rio Tejo. Por sua vez a sua parte mais larga surge na orientação oeste / este, entre a Gançaria e Vila Nova com 31 km de extensão, pelo que é considerado um concelho de média dimensão a nível nacional *in* António Pena, *op.cit.*, 1996, p.10.

<sup>113</sup>Conhecida atualmente por Benfica do Ribatejo. Governo Civil de Santarém, *Sistema de informação geográfica de emergência de Santarém*, Santarém, GCS, 2008; Mapa com a organização administrativa do concelho de Almeirim.

Vaqueiros e Várzea. Algumas destas localidades sofreram, relativamente à época em estudo, algumas alterações na sua designação. Foi o caso da povoação do Vale, que com o passar dos anos mudou o nome para Vale de Santarém devido à sua proximidade em relação à sede de concelho, a freguesia de Póvoa de Galegos que, em 1925 por vontade do povo, acabou por ficar conhecida por Póvoa de Santarém<sup>114</sup> pela mesma razão. Em relação às freguesias urbanas que pertenciam ao concelho em 1833 e 1834, eram treze as paróquias que constituíam o burgo urbano de Santarém na época. Paróquias como Sta. Maria de Alcáçova, S. Martinho, N. Sra. de Marvila, S. Salvador, S. Nicolau, Santíssimo Milagre, S. Julião, S. Lourenço, S. João Evangelista de Alfange, Sta. Iria, Sta. Cruz, S. Mateus e S. Tiago<sup>115</sup> que se transformaram nos dias de hoje com a recente organização administrativa de 2013 na união de freguesias de Marvila, S. Salvador, S. Nicolau e Sta. Iria da Ribeira de Santarém.

No que diz respeito à demografia do concelho, são claras as diferenças entre a população do século XIX e a contemporaneidade. O município hoje (com base nos censos do ano de 2011) com um total de 62.200 habitantes distribuídos por uma área de 560 km<sup>2</sup> apresenta assim uma densidade populacional de 112 hab / km<sup>2</sup>.<sup>116</sup> Já no início do século XIX, no ano de 1801, data do último censo oficial que se verificou até ao período em estudo, o município com maiores dimensões, que rondavam os 1.350 km<sup>2</sup>, para uma população que na época não ultrapassava os 36.922 habitantes<sup>117</sup>, apresentava então uma densidade populacional de cerca de 25 hab / km<sup>2</sup>.

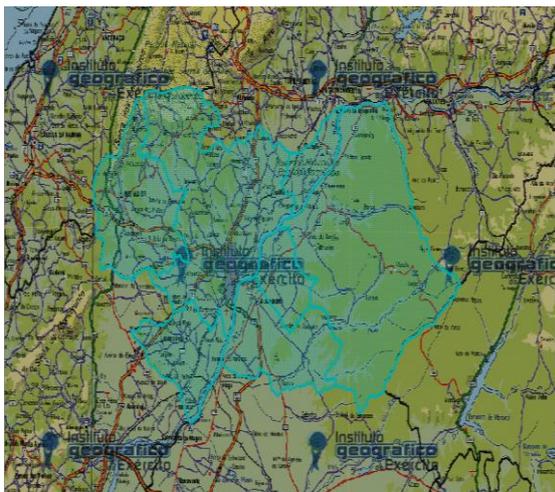
---

<sup>114</sup>Albertino Henriques Barata, *O termo de Santarém através dos tempos*, in *Correio do Ribatejo* de 28 de Janeiro de 1977, Santarém, CMS, Cadernos culturais, 1992, pp.15 e 16.

<sup>115</sup>FCG, Centro Cultural Português, *A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique com introdução de Joaquim Veríssimo Serrão*, Paris, FCG, 1970, p. 6. Ver tabela 1, anexo de quadros e tabelas, p.224.

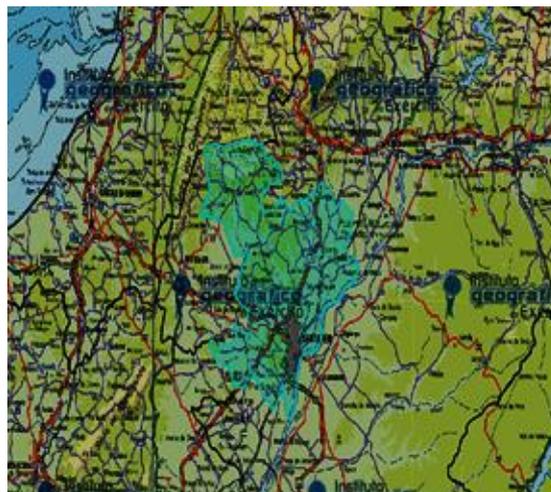
<sup>116</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Recenseamento da população e da habitação (Alentejo) / Censos 2011*, Lisboa, INE, p. 8, e INE, *op.cit.*, 2007, pp. 32, 68.

<sup>117</sup>Instituto Nacional de Estatística, *Os recenseamentos da população Portuguesa de 1801 e 1849, edição crítica*, 2001, Lisboa, INE, vol. I, coordenador: Luís Espinha da Silveira, pp.189,190 e 191. Estes recenseamentos aqui observados apresentam números incertos, pois resultaram da contagem dos fogos do concelho na época multiplicado por 4, e não dos habitantes que na realidade aí viviam, como acontece nos dias de hoje.



**Figura 1.8.** – O Concelho do Santarém em 1833/1834

**Fonte:** Sistema de informação geográfica; CIGeoE



**Figura 1.9.** – O Concelho na atualidade

**Fonte:** Sistema de informação geográfica; CIGeoE

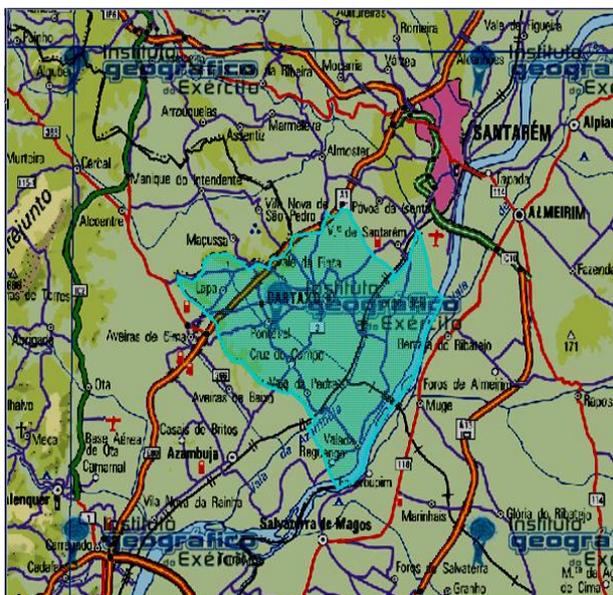
Em 1833 e 1834, freguesias como Pernes e Alcanede<sup>118</sup>, hoje pertencentes ao município de Santarém, eram antigas sedes de concelho da comarca de Santarém, tendo sido extintas com a reforma administrativa de 1855. Neste enquadramento e juntamente com o concelho de Santarém aditámos ainda à nossa investigação outros municípios já existentes na época. Foi o caso dos concelhos de Pernes e do Cartaxo (este último criado em 1815) pela importância histórica e geográfica que tiveram durante a ocupação e posicionamento dos exércitos durante a guerra civil na região. Procurámos, assim, completar, da melhor forma, o quadro dos impactos a analisar na zona de Santarém, no âmbito da vida social, política, económica e castrense da época.

O antigo concelho de Pernes era na época constituído pela própria vila de Pernes e conjuntamente pelas freguesias do Arneiro das Milhariças, Louriceira e Malhou. Após a sua extinção no século XIX todas as povoações foram transferidas para Santarém, passando mais tarde as povoações da Louriceira e do Malhou para o concelho de Alcanena, que foi criado apenas no ano de 1914. O concelho de Pernes, de pequenas

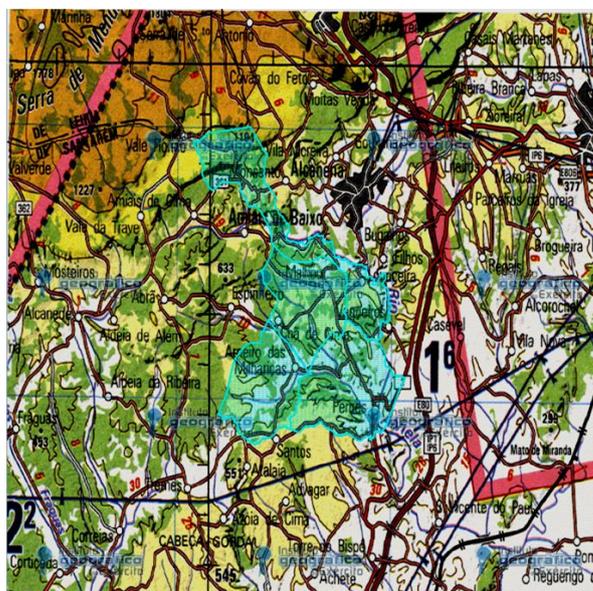
<sup>118</sup> O antigo concelho de Alcanede era constituído pela vila de Alcanede e as localidades de Abrã, Alcobertas e Fráguas, tendo as duas primeiras passado em 1855, para o município de Santarém e as restantes para o de Rio Maior. O concelho de Alcanede, que tinha uma área de cerca de 180 km<sup>2</sup>, com uma população de 4 609 habitantes, apresentava na época em estudo uma densidade idêntica à de Santarém, com 25 hab/ km<sup>2</sup>. FCG, Centro Cultural Português, *idem*, p. 8.

dimensões, ostentava no período em estudo, uma densidade populacional de 48 hab/km<sup>2</sup>, o que correspondia a uma população de 2 743 habitantes distribuídos por apenas 57 km<sup>2</sup> de território concelhio.

Já o ancestral concelho do Cartaxo que tinha uma densidade populacional idêntica ao de Pernes apresentava na sua constituição a respetiva vila do Cartaxo e as freguesias de Valada, Vale da Pinta, Ereira-Lapa e Pontével, distribuídas na altura por uma superfície territorial de 158 km<sup>2</sup> com uma população que não deveria estar muito longe do último censo oficial do concelho datado de 1849 que enunciava cerca de 7 520 habitantes<sup>119</sup>.



**Figura 1.10.** – O Concelho do Cartaxo em 1833/1834  
**Fonte:** Sistema de informação geográfica; CIGeoE



**Figura 1.11.** – O Concelho de Pernes em 1833/1834  
**Fonte:** Sistema de informação geográfica; CIGeoE

<sup>119</sup>Os números aqui observados para os concelhos do Cartaxo e Pernes são igualmente incertos, como os de Santarém, pois resultaram da contagem dos fogos destes concelhos no ano analisado, multiplicado por 4, e não dos habitantes que na realidade viviam nos mesmos, como acontece nos dias de hoje. Instituto Nacional de Estatística, *Os recenseamentos da população Portuguesa de 1801 e 1849, edição crítica*, 2001, Lisboa, INE, vol. I, coordenador: Luís Espinha da Silveira, pp.189,190 e 191.

### 1.3. O espaço estratégico: O valor militar da região de Santarém

Em termos militares, a região de Santarém no século XIX implantava-se num espaço, que fazia parte do último reduto que contribuía para a defesa do país, sendo determinante para a condução da guerra nesse período. Estávamos assim perante uma base de operações<sup>120</sup>, cuja posição estratégica<sup>121</sup> garantia a defesa da cidade de Lisboa, capital do país e principal objetivo português. Por esta razão podemos então afirmar que Santarém não se constituía apenas como um território de passagem e de ligação com outras comarcas da Estremadura, antiga província onde se encontrava inserido na época para efeitos de governo militar<sup>122</sup>. Sobre as características desta mesma província no período em estudo, o oficial espanhol J.B. do exército de José Ramon Rodil<sup>123</sup> acrescentava em 1834 nas suas memórias que era

---

<sup>120</sup> *Base de Operações* he formada de alguns pontos strategicos, que podem pôr obstáculo ás empresas do inimigo, taes como praças de guerra, um rio, uma cordilheira. Major Fortunato José Barreiros, Ensaio Sobre os *Princípios Geraes de Strategia e de Grande Tactica*, 1837, p.59.

<sup>121</sup> Segundo *Antoine Henri Jomini*, general e estudioso dos exércitos da época, que serviu no exército francês entre 1804 e 1813, a estratégia era a “*arte que abarca todo o Teatro de Guerra*”. Escreveu esta definição no livro que publicou em 1836, com o título “*Précis de l’art de la guerre*”, onde dividia a arte da guerra, em estratégia, grande tática, logística, tática dos detalhes e arte do engenheiro, doutrina que acabou por influenciar todo pensamento militar terrestre português durante o século XIX. Jomini *apud* José Freire Nogueira, *Das Guerras Liberais à Grande Guerra* in *Pensamento Estratégico Nacional*, pp. 44 e 45.

<sup>122</sup> As províncias desde meados do século XVII e até ao fim da Guerra Civil correspondiam, somente, a governos militares, para efeitos de recrutamento e mobilização de forças. Desta forma o Reino, e com base numa lei de recrutamento publicada em 21 de outubro de 1807, foram divididos em três divisões territoriais correspondentes às três grandes divisões do exército: Norte, Centro e Sul. Estas separações abrangiam por sua vez sete governos militares, que perduraram até 1834: que eram o caso do Algarve, Alentejo, Beira, Extremadura, Partido do Porto, Minho, e Trás – os – Montes, coincidentes todos à exceção do Partido do Porto, com a antiga divisão de carácter histórico e não administrativo, assente em províncias, que foi característica do Antigo Regime. José Filipe de Barros Rodrigues, *Organização dos Exércitos e Organização Militar Portuguesa*, 1935, p.754.

<sup>123</sup> *José Ramon Rodil y Galloso*, mais tarde primeiro *marquês do Rodil*, nasceu em 1789 e morreu no ano de 1853. Na sua carreira militar, foi deslocado para o Perú em 1817. Distinguiu-se aqui na defesa da praça de Callao, em 1824, quando era general de brigada e seu governador, travando a última batalha do exército espanhol em terras sul-americanas. Comandou o exército em operações no reino de Portugal no ano de 1834, em apoio de Maria Cristina, sendo posteriormente nomeado comandante do exército do norte contra os carlistas. Esteve ainda envolvido na guerra contra os

a “província mais fértil e abundante de Portugal. Produz muito trigo, vinho, azeite, milho, legumes, laranjas, limões, azeitonas e outras frutas. Pertence a esta província, Lisboa, capital de todo o reino, cuja população é aproximadamente 160 000 habitantes. [...] Está situada nas margens do Tejo; a sua baía é das mais cómodas e capazes para todo o tipo de embarcações<sup>124</sup>”.

Desta forma o teatro estremenho onde estava inserido a região de Santarém era um espaço determinante para a guerra não só por nele estar inserida a capital do reino, como foi referido, mas também pela sua geomorfologia, que lhe garantia três das melhores linhas de defesa do país, na direção este – oeste entre o rio Tejo e o Oceano Atlântico. Era, o caso da *linha Santarém – Rio Maior – Lagoa de Óbidos*<sup>125</sup>, que tinha como referência o planalto de Santarém, as alturas entre o Vale e Almoster, a par do afloramento rochoso da Serra dos Candeeiros, tudo nas imediações do concelho de Santarém, com uma extensão de 30 Km, e a partir daqui as elevações entre Rio Maior e a Lagoa de Óbidos, passando pelas alturas das Caldas da Rainha e de Gaeiras, igualmente numa extensão de 30 km, totalmente fora dos municípios em estudo<sup>126</sup>.

Mais a sul surgiam as *linhas de Torres Vedras*<sup>127</sup> que tiveram um papel decisivo no âmbito da terceira invasão francesa, a par das *linhas de defesa de Lisboa*<sup>128</sup>, que foram utilizadas pelos liberais durante o cerco absolutista à capital, entre setembro e outubro do

---

Carlistas no ano de 1836. No seu percurso de vida acabou por ter funções políticas, tendo sido mais tarde ministro da guerra e presidente do Conselho de Ministros entre 1842 e 1843. *Introdução* de António Ventura, in *D. Miguel e o fim da Guerra Civil: Testemunhos*, 2006, p.17

<sup>124</sup>O Testemunho de um *oficial espanhol, J.B.*, do exército de José Ramon Rodil, in *D. Miguel e o fim da Guerra Civil: Testemunhos*, 2006, p.38. Este testemunho assenta nas memórias de J.B., siglas utilizadas por um oficial ainda hoje não identificado e que participou na expedição espanhola do general Rodil no nosso país em 1834, no apoio aos liberais, mas com a missão clara de capturar Dom Carlos Maria Isidro, apoiante da causa de dom Miguel que aqui se encontrava refugiado e protegido pelo monarca.

<sup>125</sup>José das Neves Costa, *Memória Militar Respetiva ao Terreno ao Norte de Lisboa*, 1809, pp.1 e 2.

<sup>126</sup>Corpo de Estado-Maior, *Reconhecimento da Linha de Posições (Santarém-Rio Maior e Peniche)*, 1902, pp. 46 a 55.

<sup>127</sup>*Idem*, 1809, pp.33 a 36.

<sup>128</sup>General João Pereira Bastos, *Da Revolução de 1820 à Convenção de Évora – Monte e morte de D. Pedro IV, Resumo Chronologico – Histórico*, pp. 137 e 138.

ano de 1833. Possuía também vários pontos táticos importantes<sup>129</sup> onde se incluía a vila de Santarém e Abrantes que podiam então ser aproveitados pelos exércitos que percorressem este teatro<sup>130</sup>.

Com duas áreas distintas, uma de características fluviais e outra marítima, divididas pela cordilheira Central, que em Portugal tem início na Serra da Estrela, oferecia igualmente dois corredores de mobilidade bem definidos até Lisboa, onde o maciço central lhes conferia resguardo lateral contra ataques do inimigo. Estes corredores, regiões abertas à possível manobra tática de forças de diferentes escalões, tinham a sua origem no complexo das Serras de Penela e do Sicó, situadas na região de Miranda do Corvo, Condeixa e Penela, permitindo ao invasor optar pela área de operações que lhe pudesse trazer maior sucesso<sup>131</sup>.

No que diz respeito ao relevo deste teatro, era no maciço calcário estremenho, constituído pelas serranias dos Candeeiros, Aire, Porto de Mós e Mendiga, na sequência do desenvolvimento da cordilheira central para Sudoeste<sup>132</sup> que surgia o acidente orográfico de maior importância estratégica. Parte deste obstáculo inscrevia-se na antiga região de Santarém, aqui em estudo, estando profundamente ligado à *linha de defesa Santarém – Rio Maior – Lagoa de Óbidos*, na direção este – oeste, já referida por nós.

Em relação à hidrografia, excetuando o rio Tejo, não existia mais nenhuma linha de água no teatro de guerra da região de Santarém que alcançasse grande valor militar, quer como obstáculo suportando uma linha de defesa, ou então como corredor de mobilidade que podia aproveitar o seu vale numa eventual deslocação de tropas. Sobre esta possibilidade de movimento, Francisco de Paula Ferreira da Costa referiu que na retirada do exército

---

<sup>129</sup>Um *Ponto Tático Importante* na defensiva é, segundo o compêndio de Fortunato Barreiros, “uma posição que o exército poderia ocupar em uma linha de defesa ou retirada”. Na ofensiva, segundo o mesmo autor, já constituía um “ponto que se deve atacar para vencer mais facilmente as tropas que combatemos, seja qual for o seu número”. Major Fortunato José Barreiros, *Ensaio sobre os Princípios Geraes de Strategia e de Grande Tactica*, 1837, pp. 9 e 10.

<sup>130</sup>Ver *figura 1.16. e 1.17.* na página 61 deste trabalho, onde estão representadas as linhas de defesa e os pontos importantes aqui mencionados.

<sup>131</sup>Coronel Miranda Cabral, *Conferências sobre Estratégia; Estudo geoestratégico dos teatros de operações nacionais*, Lisboa, Topografia Maurício & Monteiro, 1932, p.176.

<sup>132</sup> Carlos Alberto Medeiros, *op.cit.*, p.64.

miguelista para Santarém, em Outubro, o plano foi “alterado porque umas horas, depois de nós chegarmos, tocou a rebate e as tropas que se achavam aqui tomaram as armas e se prepararam para receber o inimigo que se dizia que avançava pela esquerda do rio, com alguma força<sup>133</sup>”. Ainda no âmbito da rede hidrográfica, surgiam também na região de Santarém cursos de água como o rio Alviela, o rio Maior (vala da Asseca) e a ribeira de Almoester, que no contexto do século XIX apresentavam características que lhes conferiam alguma importância tática<sup>134</sup> em operações que pudessem ser eventualmente realizadas na sua proximidade.

Já a vegetação, com manchas de arvoredo denso pouco significativas, permitia uma maior liberdade de movimentos na zona sul do teatro onde se incluía a região de Santarém, quando comparada com a zona Norte do mesmo teatro que era densamente arborizada. Nessa região Sul era possível a livre circulação de unidades de vários escalões e tipos em direção à cidade de Lisboa, mesmo por fora dos itinerários de Marcha<sup>135</sup>, que na época assentavam essencialmente nas principais vias de comunicação que existiam na antiga província da Estremadura.

A superfície então correspondente à região de Santarém situava-se na área de operações do teatro designada por fluvial, podendo ser abordada pelo Alentejo<sup>136</sup> através da margem esquerda do rio Tejo. Esta região proporcionava a uma força atacante de determinado escalão e tipo, um espaço relativamente adequado e fácil para atingir os objetivos<sup>137</sup> secundários, que constituíam as vilas de Santarém e Abrantes na época, o que facilitava desta forma o alcance do objetivo principal nesse período, a cidade de Lisboa.

---

<sup>133</sup> Francisco Paula Ferreira da Costa, *op.cit.*, p.120.

<sup>134</sup> De acordo com Fortunato Barreiros: “A Strategia, pelas suas raízes etymologicas, significa Comando do Exército; he a arte de dirigir as tropas, aos pontos decisivos do theatro de guerra, é a tactica, a de as empenhar em combate nesses pontos. Sendo pois a segunda o instrumento da primeira segue-se que lhe está subordinada e, bem assim, que todo o plano strategico deve ser exequível pelos meios da tactica”. Fortunato José Barreiros, *Ensaio Sobre os Princípios Geraes de Strategia e de Grande Tactica*, 1837, pp. 1 e 2.

<sup>135</sup> Coronel Miranda Cabral, *op.cit.*, p. 176.

<sup>136</sup> Ver *figura nº 1.17.*, p. 61.

<sup>137</sup> Segundo o Major Fortunato Barreiros existem dois tipos de objetivos: “Os determinados pelos fins, ou objetos a que as operações se dirigem, devendo nelles terminar as ditas operações” e os intermédios que formam uma “linha de progresso das operações; os pontos que estão neste caso

Foi por esta razão que D. Miguel em 1833, apesar das dificuldades de transposição do rio Tejo a partir de outubro<sup>138</sup> ordenou ao general Mac Donnell<sup>139</sup> que posicionasse na margem esquerda, uma força constituída por homens de infantaria, cavalaria e artilharia, com o intuito de defender a posição Santarém recentemente ocupada, contra possíveis ataques dos liberais direcionados a partir do Alentejo.

O mesmo motivo levou Wellington em 1810 a colocar a divisão de Hill no teatro de operações alentejano, nos preparativos da defesa contra uma possível invasão de Massena por esse eixo de aproximação. A mesma atuou na região de Portalegre, onde fiscalizava os movimentos do 2º corpo do exército francês, comandado por Reynier, que na época operava na região de Alcântara, na Estremadura espanhola<sup>140</sup>.

Mas caso uma progressão militar se realizasse pela margem direita do Tejo, como aconteceu durante a 1ª Invasão francesa em novembro de 1807, sob o comando do General Junot, a mesma teria como eixo de aproximação, um caminho de penetração segundo a direção Miranda do Corvo – Espinhal – Tomar – Torres Novas – Pernes – Santarém, penetrando na região em estudo através do seu limite Norte, até se conseguir controlar a vila de Santarém.

---

*denominão-se Secundários e os primeiros Primários*”. Fortunato José Barreiros, *Ensaio Sobre os Princípios Geraes de Strategia e de Grande Tactica*, 1837, pp. 7 e 8.

<sup>138</sup>O Tejo constituía um obstáculo de grande importância no Inverno para este eixo, mas com pouco valor em alguns dos seus troços no verão, principalmente a norte de Santarém, entre a região de Abrantes e Vila Velha de Ródão. Estava assim facilitada a transição de tropas de qualquer invasor através do rio, o que aumentava a necessidade de vigilância e defesa na sua margem direita, por qualquer força que o utilizasse como obstáculo natural à progressão do inimigo. Coronel Miranda Cabral, *op.cit.*, p. 172.

<sup>139</sup>O general escocês *Reinaldo Mac Donnell* serviu no exército miguelista em substituição do general francês Bourmont a partir de Setembro de 1833, assegurando o comando das tropas de D. Miguel no cerco a Lisboa. Como comandante em chefe, conduziu de forma surpreendente o movimento de retirada desse mesmo cerco no dia 10 de outubro, tendo mandado fortificar posteriormente a posição de Santarém. Acabou por ser demitido por D. Miguel em 20 de Dezembro de 1833, sendo substituído nas suas funções pelo general Póvoas. Regressou a Portugal em 1846, onde chefiou uma força de guerrilha, tendo morrido em 30 de Janeiro de 1847, na povoação de Vila Pouca de Aguiar. Cf. Francisco Paula F. da Costa, *op.cit.*, p.113.

<sup>140</sup>Cf. *Victoriano José César, A Terceira Invasão Francesa*, p. 41.

A este eixo proveniente da beira alta<sup>141</sup>, correspondia uma antiga estrada, que foi percorrida por várias forças militares durante o período em observação. Podemos constatar este facto com o que aconteceu em agosto de 1833, quando D. Miguel após passar revista às suas tropas em Coimbra, iniciou a sua marcha sobre Lisboa com as três colunas do seu exército ali constituídas, segundo a direção referida. A partir desta cidade, a segunda coluna comandada pelo general Lemos<sup>142</sup> utilizou esta mesma via entrando em Santarém no dia 17 de agosto. Haveria de seguir posteriormente para Lisboa, de forma a cercar as tropas liberais que estavam sediadas na cidade desde o dia 24 de julho de 1833. Este eixo foi também utilizado a partir de 14 de janeiro de 1834, quando se deu a perseguição da cavalaria liberal à guarnição miguelista de Leiria, após um ataque da mesma a esta povoação, que forçou a retirada de cerca de 1 500 miguelistas para Coimbra.

Esta guarnição utilizou a mesma estrada tendo executado uma ação retardadora<sup>143</sup> de Coimbra para Torres Novas onde acabou por ser derrotada em conjunto com a famosa cavalaria miguelista oriunda de Chaves. Explorando este sucesso liberal e com base em ordens do marechal Saldanha<sup>144</sup> avançaram na época outras forças liberais para Pernes e

---

<sup>141</sup> Ver figura nº 1.17, p. 61.

<sup>142</sup> O general José António de Azevedo Lemos nasceu em Vila do Conde em 1 de Outubro de 1786 e faleceu em Lisboa em 16 de Fevereiro de 1870. Foi um Militar português que se destacou durante no período da Guerra Civil Portuguesa como um dos principais comandantes das forças miguelistas. Teve papel importante no Cerco do Porto e foi o último comandante-em-chefe das forças absolutistas, tendo sido nessa condição em que foi forçado a assinar a Convenção de Évora Monte como principal representante do partido miguelista. Cf. Francisco Paula Ferreira da Costa, *op.cit.*, pp.179 e 180.

<sup>143</sup> Numa ação retardadora ou retardamento uma *“columna militar deve ser cuberta por huma rectaguarda, a qual sustendo o alcance do inimigo, tem por objetivo facilitar a chegada do Corpo Principal, com segurança e celeridade, a huma boa posição, ou o lugar a que se destina”*. Estamos no fundo perante um tipo de operação retrógrada, na qual uma unidade sob pressão do inimigo troca o mínimo de espaço pelo máximo de tempo, infligindo ao inimigo o máximo de danos sem, contudo, se deixar empenhar decisivamente em combate. Sendo uma Operação retrógrada qualquer movimento tático organizado, que uma unidade executa para a retaguarda ou para se afastar do inimigo. A.Lallemmand, *Theoria das Operações Secundárias da Guerra*, 1825, p.19 e Publicação Doutrinária do Exército, 3-01-00 / *Tática das Operações de Combate – volume 1 – Operações Ofensivas e Defensivas*, 2015, cap. 3, p.118.

<sup>144</sup> João de Saldanha Oliveira e Daun nasceu em Lisboa em 17 de novembro de 1790 e morreu em Londres, 20 de novembro de 1876. 1º Conde de Almoester teve ainda os títulos de 1º conde, marquês e duque de Saldanha. Oficial do Exército que atingiu o posto de marechal foi um

para a Golegã, de forma a apossarem-se dos géneros destinados aos miguelistas posicionados na vila de Santarém. Foi a partir deste momento que a vila de Pernes, já ocupada pelos constitucionais em 27 de janeiro de 1834, acabou por ser atacada posteriormente pelos miguelistas comandados pelo marechal de campo Canavarro<sup>145</sup>, ocorrendo um dos eventos militares mais importantes da época na região, que ficou conhecido por *combate de Pernes*.

Dentro deste acontecimento entre os dias 29 e 30 de janeiro de 1834, Canavarro acabou por ser destroçado por Saldanha que o perseguiu na estrada militar já referida até Vale de Lobos a norte de Santarém, tendo esta retirada decorrido em apenas dezoito dias<sup>146</sup>. De forma idêntica foi esta estrada militar utilizada durante a terceira invasão francesa, após a batalha do Buçaco, pelo exército de Wellington, que ao executar uma ação retardadora de Coimbra para as linhas de Torres, fez deslocar a divisão de Hill através dessa estrada militar em direção a Santarém, para ocupar a sua posição no flanco direito das linhas de Torres em Alhandra. Por último, com a retirada definitiva de Massena do

---

dos diplomatas e políticos mais importantes da primeira metade do século XIX em Portugal, com uma carreira política que se iniciou durante a Guerra Civil portuguesa e só terminou com a sua morte em 1876. Entre outros cargos e honrarias, foi marechal-general do exército, par do reino, conselheiro de estado efetivo, ministro em Londres, mordomo-mor da Casa Real, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, vinte e quatro vezes ministro, assumindo designadamente as pastas da Guerra e dos Negócios da Fazenda, e, por quatro vezes, presidente do Conselho de Ministros de Portugal em 1835, entre 1846 e 1849, entre 1851 e 1856 e em 1870. Dedicou-se também ao estudo da filosofia e foi um dos pioneiros da homeopatia em Portugal. O marechal duque de Saldanha é lembrado na toponímia de muitas povoações e por um monumento nacional, na Praça do Duque de Saldanha em Lisboa, que foi inaugurado em 18 de fevereiro de 1909. Cf. *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal, volume II*, pp.199 e 200.

<sup>145</sup>O *general Carlos Alberto de Sousa Canavarro*, antigo coronel comandante do regimento de infantaria nº 17, tornou-se conhecido pela sua ação do lado dos miguelistas, já como general, no famoso combate de Pernes, que decorreu na região de Santarém em janeiro de 1834, tendo perdido o mesmo contra as forças liberais de Saldanha. Cf. Francisco Paula Ferreira da Costa, *op.cit.*, p.179.

<sup>146</sup>General João Pereira Bastos; *Da Revolução de 1820 à Convenção de Évora-Monte: Resumo Chronológico-Histórico*, pp. 143,144.

território nacional, em março de 1811, a mesma estrada serviu de suporte a essa manobra e à perseguição movida pelo exército anglo-luso na altura<sup>147</sup>.



**Figura 1.12., 1.13., 1.14., 1.15.** – Gravuras com alguns protagonistas da guerra civil, à esquerda os marechais Saldanha e Terceira do lado de D. Pedro; à direita os generais Póvoas e Lemos do partido de D. Miguel.

**Fonte:** BNP, Biblioteca Nacional Digital, e-3-a (1834); e-2293-v (1833); e-4671-p (1834); 8-378-v (1834).

Na margem direita do Tejo um invasor poderia ainda abordar a região de Santarém por nordeste, segundo o eixo de aproximação Beira Baixa<sup>148</sup> segundo um caminho de penetração que passaria por Castelo Branco – Sobreira Formosa (perto de Proença-a-Nova) – Abrantes – Santarém, mantendo Abrantes e Santarém como objetivos intermédios, determinantes para a conquista de Lisboa. Foi este o caminho seguido por uma das colunas das forças espanholas do general Rodil, que em Maio de 1834 já operavam em Portugal como aliados das forças constitucionais. Sobre esta mesma deslocação o oficial espanhol J.B. (Anónimo) já referido por nós relatava nas suas memórias que, em 4 de maio de 1834, o duque da Terceira e o general espanhol reuniram-se em Mangualde para definir movimentos futuros de forma a combater os miguelistas que ainda estavam sediados em

<sup>147</sup> Victoriano José César, *Invasões Francesas em Portugal: Invasão francesa de 1810*, pp. 124 e 125, e *Gazeta de Lisboa*, 8 de Outubro de 1810.

<sup>148</sup> Ver figura 1.17., p.61.

Santarém. O duque da Terceira<sup>149</sup> tomou assim a direção de Coimbra e o general Rodil, para além de manter pequenas guarnições em localidades estratégicas, vulneráveis às ações de guerrilhas miguelistas, encaminhou o grosso da sua força para Castelo Branco e daí para Sul, em direção ao Tejo<sup>150</sup>. Mas segundo o seu relato, a partir de 10 de maio uma nova conferência acabaria por fazê-lo atravessar o rio Tejo na região de Abrantes, percorrendo a partir deste momento o designado eixo de aproximação do Alentejo, segundo o caminho de penetração Marvão- Gavião-Abrantes- Golegã- Santarém e Lisboa. Se esta manobra permitiu por um lado a ligação com os defensores liberais que tinham tomado Marvão, foi na quebra de comunicações e linhas de reabastecimento entre a praça de guerra de Elvas e a vila de Santarém, na posse dos miguelistas, que residiu a principal razão da mudança do seu percurso.

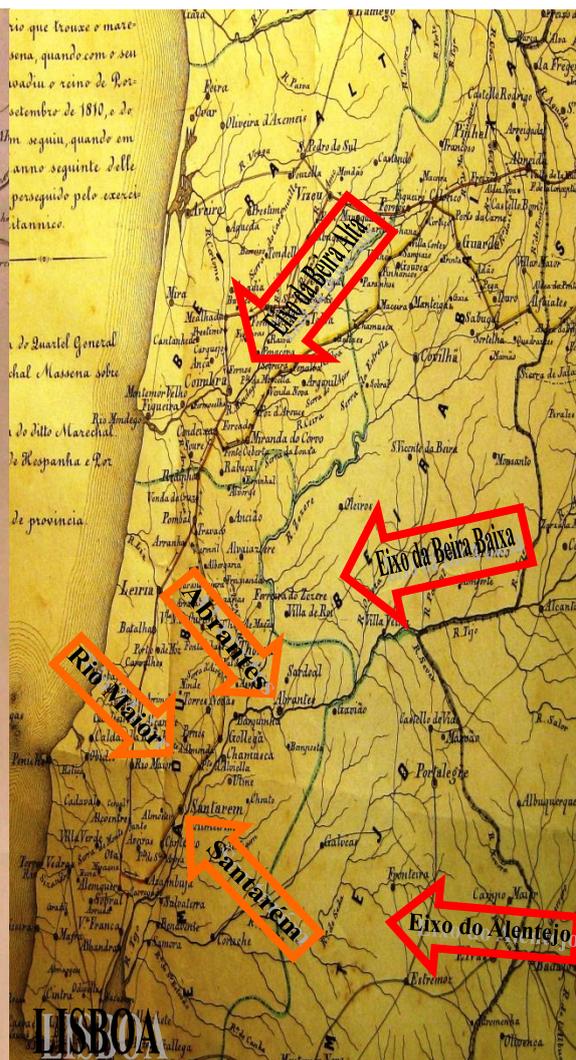
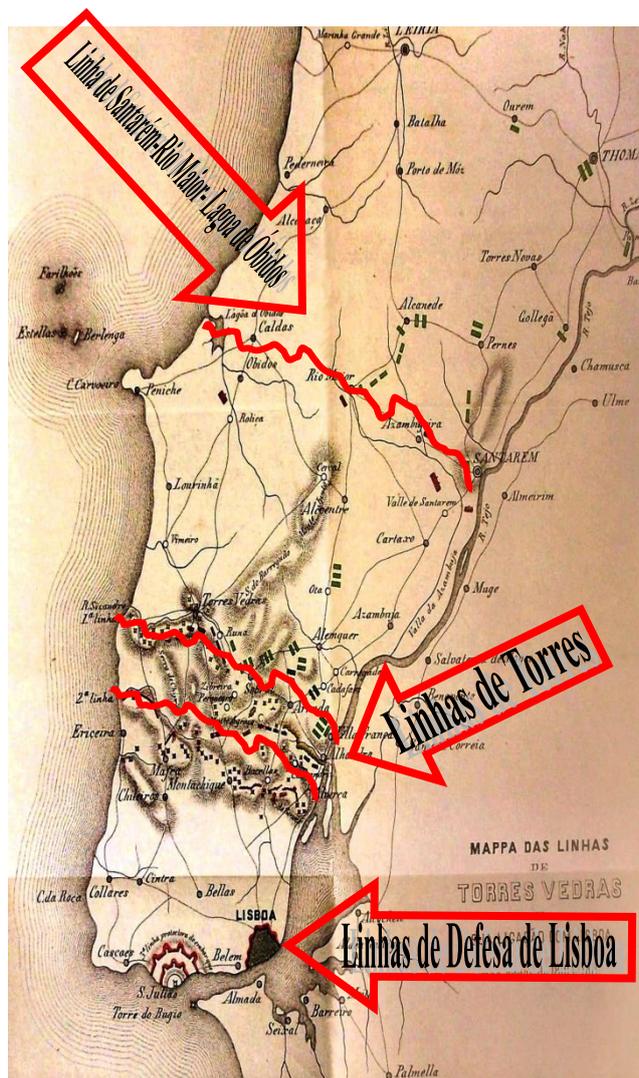
Wellington, em 1810, também contemplou este tipo de movimentações, ao enviar as forças de Beresford para guarnecer as praças de Abrantes e Tomar. Estas tropas constituíam-se como uma importante reserva, que ao passar o rio Tejo em Abrantes podiam apoiar a divisão de Hill nas operações do Alentejo ou nas passagens da Serra do Muradal, caso Reynier se movimentasse sobre a região de Castelo Branco<sup>151</sup>.

---

<sup>149</sup> O *Duque da Terceira* foi um dos principais comandantes das Guerras liberais. Foi sétimo conde de Vila Flor recebeu a mais alta distinção nobiliárquica, a par da ascensão à dignidade de Marechal, em virtude da corajosa resistência que promoveu na ilha Terceira. Durante a guerra civil entre 1828 e 1834, fez toda a campanha do Algarve, tendo entrado em Lisboa no dia 24 de Julho à cabeça das forças liberais. Vencedor de batalha de Asseiceira, decisiva para a vitória da causa liberal, assinava pouco depois a Convenção de Évora-Monte, em representação de dom Pedro, duque de Bragança e Regente. Foi por quatro vezes Presidente do Conselho de Ministros. Teve a excecional honra de ser sepultado com o duque da Saldanha no Panteão Real. Cf. *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal, volume II*, pp.282 e 283.

<sup>150</sup> Introdução de António Ventura, in *D. Miguel e o fim da Guerra Civil: Testemunhos*, 2006, p.18.

<sup>151</sup> Victoriano José César, *op.cit.*, p. 41.



**Figura 1.16.** – Linha de defesa de Santarém – Rio Maior – Lagoa de Óbidos; Linhas de Torres Vedras e Linhas de Defesa de Lisboa

Fonte: Luz Soriano, 1884, tom. III, Mapa das Linhas de Torres e de Lisboa, p. 232.

**Figura 1.17.** – Eixos de aproximação e pontos importantes na província da Estremadura  
Fonte: AHM, 1810, Mapa com diferentes itinerários de progressão de várias forças militares, em território nacional

Nas guerras liberais, no teatro de operações estremenho o objetivo principal dos contendores era, como vimos, a capital, Lisboa. Existiam no entanto vários objetivos secundários ou intermédios, entre os quais, a vila de Santarém e o lugar de Rio Maior, povoações inseridas na região em análise, além de outros fora da mesma região como Óbidos, Caldas da Rainha, Torres Vedras, Sobral e Alhandra, que contribuíam para a conquista do objetivo primordial. Rio Maior era considerado um objetivo intermédio, porque nele existia um importante nó de comunicações do teatro em estudo, situado junto à

passagem da Cordilheira Central. Esta região servia de ligação entre as áreas de operações marítima e fluvial, constituindo-se como fundamental o seu controle pelos exércitos, pois possibilitava balançar forças e manobrar pelo interior das duas áreas de operações referidas<sup>152</sup>. Esta situação aconteceu com D. Miguel, que fez passar por Rio Maior na sua marcha para o contacto<sup>153</sup> a terceira coluna do exército que iria cercar Lisboa, comandada pelo marechal Nunes, depois de terem percorrido a área de operações marítima segundo a direção Coimbra – Condeixa – Pombal – Leiria – Batalha – Molianos – Rio Maior<sup>154</sup>, transitando para a zona fluvial neste ponto, em direção a Lisboa.

Esta situação aconteceu com Massena em 1810, quando fez passar por Rio Maior a suas forças, depois de terem percorrido a área de operações marítima segundo a mesma direção referida anteriormente, transitando para a zona fluvial em Rio Maior, em direção às linhas de Torres. Sobre este movimento e a importância de Santarém, o General Barão de Marbot escreveu nas suas memórias que no dia 9 de Outubro, a vanguarda do exército francês chegou, finalmente, às margens do Tejo e ocupou Santarém, vila na altura muito importante em termos comerciais<sup>155</sup>. Outro objetivo intermédio para alcançar Lisboa era a vila de Santarém. Pela sua localização geográfica num planalto, esta povoação, além de controlar o principal nó rodoviário da área de operações fluvial, a estrada Lisboa – Porto, via Cartaxo, permitia a vigilância do rio Tejo e o domínio dos pontos essenciais entre a Serra de Aire e Candeeiros e o rio Tejo, controlando desta forma todas as passagens ao longo da zona de operações fluvial. Como tal, a sua conquista e posse trazia grandes vantagens a uma força que a ocupasse, o que aconteceu com D. Miguel após a retirada do cerco a Lisboa. Sobre a posição de Santarém<sup>156</sup>, Saint Pardoux, o legitimista francês ao serviço de Dom Miguel, acrescentava nas suas memórias em 1833 que os miguelistas a ocuparam por causa das

---

<sup>152</sup> Coronel Miranda Cabral, *op.cit.*, 1932, p. 230.

<sup>153</sup> A *Marcha para o contacto* segundo A. Lallemand, num terceiro capítulo dedicado às marchas, era referido que se devia “*facilitar-se às tropas os meios de executar marchas com ordem e com prontidão, destinada a estabelecer o contacto com o inimigo ou a restabelecer o contacto perdido, nas condições mais favoráveis*”. A. Lallemand, *Theoria das Operações Secundárias da Guerra*, 1<sup>o</sup> Caderno, 1834, p.19.

<sup>154</sup> Ver figura 1.17., p.61.

<sup>155</sup> General Barão de Marbot, *Memórias Sobre a Terceira Invasão Francesa.*, 2006, p.75.

<sup>156</sup> Ver figura 1.17., p.61.

“únicas vantagens que a natureza oferece à sua defesa, guarnecendo de tropas os desfiladeiros que a protegem<sup>157</sup>”. Por esta razão, segundo ele, a vila de Santarém tinha-se tornado o centro de operações militares do exército miguelista. Portanto, seria a este local que devia chegar todo o dinheiro das províncias, os víveres e as munições de guerra.

Pela mesma razão, o simpatizante liberal James Edward Alexander mencionava, em 1834, que a posição ocupada pelo exército miguelista em Santarém após se ter retirado de Lisboa “estava fortemente entrincheirada e apesar de poder ser tomada, ainda assim custaria a perda de 4 000 homens, homens que encheriam as valas ao estilo da guerra de Napoleão. Mas como teria de ser evacuada, não valia a pena sacrificar tão grande número de vidas por agora.”. Nos seus escritos persistia ainda com a ideia que Santarém era uma posição “naturalmente muito forte e estava ainda mais fortalecida pela localização: em frente às ravinas que davam para os vales do Rio Maior e do Tejo existiam montes pouco elevados, nas quais havia diversas peças de artilharia, formando uma linha de defesa fora dos limites da posição naturalmente fortificada do planalto do Cartaxo<sup>158</sup>” que na altura estava ocupada pelas forças liberais que aqui iniciavam o seu cerco à vila de Santarém.

Já durante a terceira invasão francesa sobre a localização de Santarém, Fririon, o chefe de estado-maior de Massena, afirmava que a mesma era muito forte, ao ponto do exército aliado não ter tentado sequer atacar os franceses nessa posição, preferindo aguardar pacientemente<sup>159</sup>. Também, Wellington, no seu relato de campanha de novembro de 1810, ao tomar conhecimento que o exército francês se encontrava no concelho de Santarém, abandonou a intenção de atacá-lo de imediato, devido não só ao estado dos caminhos e dos cursos de água desse período, mas porque os franceses tinham reunido o seu exército numa das posições mais fortes do país<sup>160</sup>. Similarmente o historiador inglês Napier caracterizava também na altura a posição de Santarém e apontava as dificuldades que o exército anglo-luso teria em atacá-la, apoiada como estava na esquerda por um paul até ao rio Tejo e na direita pelos terrenos pantanosos do Rio Maior, ambos de difícil

---

<sup>157</sup> Barão de Saint Pardoux, *op.cit.*, p.68.

<sup>158</sup> James Edward Alexander, *op. cit.*, p.71.

<sup>159</sup> Cf. Barão Fririon, *Journal historique de la campagne de Portugal entreprise par les Français sous les ordres du Marechal Massena*, 1841, p.115; *Gazeta de Lisboa*, 23 de Novembro de 1810, nº 281.

<sup>160</sup> *Gazeta de Lisboa*, 23 de novembro de 1810, nº 281.

transposição<sup>161</sup>. Tinha ainda um único itinerário de marcha para o exército aliado que era muito estreito e estava obstruído por abatisses<sup>162</sup>, constituindo a própria cidade com as suas fortificações outro ponto de defesa. Entre 1866 e 1890 também o historiador Luz Soriano, na sua obra sobre a guerra civil encomendada pelo governo da época, ao descrever de forma pormenorizada o relevo e hidrografia que caracterizava a posição de Santarém, concluía de forma clara que o exército liberal teria muitas dificuldades em atacá-la, porque “*esta fortíssima posição militar, inexpugnável pela reunião da arte com a natureza, dominando o vasto panorama de terrenos, que lhe ficam à volta, tem em si tudo quanto se precisa para a manutenção de um exercito, favorecendo igualmente quantas correrias se queiram d’ali fazer sobre o Alentejo e Estremadura.*”<sup>163</sup> Sobre o mesmo assunto acrescentava na sua obra que D. Miguel, após o cerco de Lisboa, por proposta ainda de Bourmont<sup>164</sup>, traçou um novo plano de guerra, que o fazia passar de uma postura ofensiva para uma posição de cariz defensivo, porque o estado do seu exército assim o exigia, devido às dificuldades logísticas e de recrutamento que o mesmo atravessava no momento.

Por esta razão “*a villa, hoje cidade de Santarém, era pois escolhida por elle para base das suas ultteriores operações, e por conseguinte ponto de reunião, e centro de todos os possíveis recursos de campanha.*” Particularizando no que diz respeito aos recursos humanos do seu exército, era sua intenção concentrar igualmente em Santarém os

---

<sup>161</sup> William Napier, *History of the war in the peninsula and the south of France, from the year 1807 to the year 1814*, Volume III, 1862, pp 61 e 62.

<sup>162</sup> *Abatisses* são obstáculos de natureza militar, utilizados para bloquear uma estrada ou um desfiladeiro, pode usar-se na sua construção árvores derrubadas. EPE, Manual de Fortificação de Campanha, cap.12, p. 11.

<sup>163</sup> Simão José da Luz Soriano, *op.cit.*, 1885, pp. 90 e 91.

<sup>164</sup> O *conde de Bourmont* foi um militar e político francês, que atingiu o posto de marechal de França. Monárquico e legitimista foi um dos emigrados realistas que fez parte das forças do Exército do Reno que se opuseram à Revolução Francesa. Foi incorporado nos exércitos napoleónicos, tendo participado na Guerra Peninsular e nas campanhas contra a Prússia e a Rússia. Foi ministro da Guerra (1829) do rei Carlos X de França e o herói da conquista de Argel pelos franceses (1830). Após um percurso político e militar complexo, acabou por se refugiar novamente no Reino de Portugal, sendo então contratado por D. Miguel I de Portugal para comandar as tropas realistas durante a fase final da guerra civil portuguesa entre miguelistas e liberais nas operações que decorreram no ano de 1833. Cf. Francisco Paula Ferreira da Costa, *op.cit.*, p.113 e Maria Lousada e Fátima Sá e Melo Ferreira, *D. Miguel*, pp.171,173 e 174.

recrutamentos das diferentes províncias, para tornar o seu exército o mais numeroso possível.<sup>165</sup> Ainda sobre a escolha da vila como teatro de operações privilegiado, Luz Soriano refere que *“para Santarém, e para as suas imediações, se transferiu pois em meiado de Outubro de 1833, o teatro de guerra civil, que, estabelecido primeiramente no Porto, de lá viera para Lisboa, e d’ aqui passara finalmente para aquella cidade [vila], forçados como os miguelistas se viram a dar este passo, vencidos pelos constitucionais”*<sup>166</sup>.

Pelo que foi exposto, podemos afirmar que a linha Santarém – Rio Maior se podia constituir como uma importante linha geral de defesa de diferentes exércitos na zona, caso as forças militares abordassem ou partissem a partir da vila para diferentes regiões do país como a Beira Baixa, Beira Alta, Alentejo ou mesmo a Estremadura, como aconteceu com os liberais e os miguelistas nos anos de 1833 e 1834. Mas não é só durante a guerra civil entre 1828 e 1834, que a importância estratégica da região de Santarém é reconhecida em termos militares. Logo durante a primeira invasão Francesa, o comandante em chefe do exército francês, general Junot, evidenciou preocupações em relação à região de Santarém. Rapidamente percebeu que em termos estratégicos a mesma se podia estabelecer como o centro de gravidade do fornecimento de abastecimentos para o seu exército, devido à sua localização que permitia a vinda dos géneros do interior do país usando o Tejo como via de comunicação, constituindo-se ao mesmo tempo como uma base para uma possível retirada através do Alentejo, Beira Baixa e Beira Alta conforme a situação que se vivesse na época<sup>167</sup>. No mesmo contexto em 1808, o coronel francês Vincent, chefe do corpo de engenheiros a atuar em Portugal, elaborou um estudo geoestratégico da região de Lisboa, entre o Tejo e o mar, contemplando os possíveis ataques à cidade, capital do reino<sup>168</sup>. Nesse trabalho concluiu que Lisboa podia ser protegida por duas linhas naturais de defesa: a linha do rio Tejo desde a barra até Santarém, que podia ser facilmente assegurada e a

---

<sup>165</sup> Simão José da Luz Soriano, op.cit., 1885, pp. 30 e 31.

<sup>166</sup> Simão José da Luz Soriano, op.cit., 1885, p. 91.

<sup>167</sup> José Acúrcio das Neves, *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*, 1811, pp.80 e 81.

<sup>168</sup> António Pedro Vicente, *Para a história da engenharia francesa em Portugal: aspectos da actuação do coronel Vincent. 1807/1808*, 1972, p. 662.

linha de montanhas quase intransponíveis, que se estendiam desde o Cercal até ao Cabo da Roca, passando pelo acidente geográfico de Montejunto.

Sobre a vila de Santarém, acrescentava numa memória sobre diversos lugares de Portugal, que a vila estava muito bem localizada, para apoiar o flanco direito de uma linha que defendesse Lisboa contra os diferentes eixos de aproximação. Na sua perspectiva, deveriam estabelecer-se algumas defesas em Santarém, uma vez que este local se constituía como um importante ponto de passagem para o interior do reino, opondo-se também à passagem de forças militares através do rio Tejo<sup>169</sup>. Como tal, um exército que defendesse a cidade de Lisboa teria de tomar, como primeira posição defensiva, a margem direita do Tejo nos seus pontos mais relevantes: a linha de alturas de Vila Franca e Castanheira e o planalto de Santarém, que, quando ocupados, permitiriam não só defender a linha do Tejo, como atacarem o inimigo pela retaguarda e de lado, quando este se deslocasse em direção a Lisboa, contornando o, afloramento rochoso de Montejunto<sup>170</sup>. Também sobre este maciço orográfico, o Major do Real Corpo de Engenheiros, José Maria das Neves Costa, no seu estudo sobre o valor militar das linhas de Torres Vedras, destacava nas diferentes considerações militares que fazia, a importância da serra de Montejunto. Segundo ele, o inimigo que se aproximasse da cidade de Lisboa, encontraria a cerca de doze léguas esta serra, que separava as operações ofensivas contra a capital. Assim, o inimigo poderia dirigir o seu ataque principal, entre a dita serra e o mar, opção tomada por Wellesley, futuro Duque de Wellington, na primeira invasão francesa quando fez o seu ataque aos franceses comandados por Junot, que estavam posicionados na região de Lisboa. A outra possibilidade seria entre a serra e o rio Tejo, como aconteceu em 1810 com o exército de Massena, onde as posições da região de Santarém se mostraram essenciais para a conduta das operações do seu exército. Também, por outras razões táticas, Wellington, durante a primeira invasão Francesa, previa no seu plano de campanha à frente do exército anglo-luso, ocupar Santarém com a força do general John Moore, que lhe seria

---

<sup>169</sup> Cf. *Memoire sur plusieurs places, et postes du Portugal por Colonel du génie Vicent* in António Pedro Vicente, *Manuscritos do Arquivo histórico de Vincennes*, p. 103.

<sup>170</sup> Cf. *Reconnaissance d'une portion de terrain en avant de Lisbonne comprise entre le Tage et la mer, et considérations sur les attaques de terre à redouter pour la ville por Colonel du génie Vicent* in António Pedro Vicente, *Manuscritos do Arquivo histórico de Vincennes*, p. 151.

atribuída de reforço. O objetivo dessa ocupação permitiria ao general Moore apoiar as ações desencadeadas por Wellesley na faixa atlântica, obrigando os franceses a destacar forças para esta zona do rio Tejo, impossibilitando ao mesmo tempo a sua possível retirada através dos eixos do Alentejo e Beira Baixa, o que espelha bem o valor militar da região de Santarém<sup>171</sup>. Em 1809, já durante a segunda invasão francesa, as operações que aconteceram essencialmente no Norte do país, não afastaram o protagonismo de Santarém, que acabou por desempenhar um papel importante como depósito de víveres e munições no apoio à campanha. Também nos preparativos realizados pelos franceses para a terceira invasão, Thiébault antigo chefe de estado-maior de Junot, no seu plano de campanha<sup>172</sup> para as operações que foram realizadas durante essa invasão, apontava Lisboa como objetivo principal da conquista do país, mencionando a hipótese da defesa reunir as suas forças na posição de Santarém para proteger a passagem do vale do Tejo e cobrir Lisboa, numa linha de defesa constituída por Santarém – Rio Maior – Óbidos – Peniche, atrás da qual surgia uma segunda linha que passava por Montachique e uma terceira linha entre Sacavém -Sintra<sup>173</sup>. Este militar francês acrescentava também que muito mal passaria o exército que entrasse em Portugal sem vir bem abastecido de víveres. Mesmo bem organizado em termos táticos e em estação favorável, arriscava-se a incalculáveis desastres e mesmo ao total aniquilamento. Como observámos, ao período crítico da guerra peninsular seguiu-se outro não menos doloroso para o país e principalmente para a região de Santarém.

---

<sup>171</sup>Cf. ANTT, *Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, Memória de José Maria das Neves Costa*, de 24 de Maio de 1809, com aditamento de 1814. mç 190, doc nº 4. José Acurcio das Neves, *op.cit.*, pp.129 e 130.

<sup>172</sup>Uma *Campanha* constitui uma série de operações militares planeadas e conduzidas para atingir um objetivo estratégico numa determinada área e tempo, envolvendo várias forças. Exército Português / Comando Instrução e Doutrina, *op.cit.*, p.B3.

<sup>173</sup>Cf. Général Thiébault, *Plan d'une nouvelle campagne en Portugal* in António Pedro Vicente, *Manuscritos do Arquivo histórico de Vincennes*, pp. 241 a 246.

### 1.3.1. Santarém nas Lutas Liberais: uma visão retrospectiva

Este período de catorze anos tornou-se conhecido na historiografia nacional pela designação de *Lutas Liberais* ou *Guerras Liberais*. Foi um longo tempo de conflitos internos entre o liberalismo iniciado com a revolução<sup>174</sup> de 1820 e o absolutismo representado pelo infante D. Miguel, que só terminou em 1834, com o fim da guerra civil após a realização da convenção de Évora-Monte. A revolução que inicia as lutas liberais começou no Porto em 24 de agosto de 1820, encabeçada na altura pelo Brigadeiro António da Silveira Pinto da Fonseca e pelo Coronel Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, envolveu na altura a guarnição militar do Porto, dando assim origem à Junta do Supremo Governo do Reino. Mais tarde em 15 de setembro, a mesma alastrou a Lisboa, tendo os portuenses e lisboetas em outubro formado uma Junta Provisional única. Neste contexto e apesar do objeto do nosso estudo incidir sobre os acontecimentos que decorreram no âmbito da guerra civil na região de Santarém entre 1833 e 1834, foram no entanto vários os factos históricos marcantes, que tiveram lugar na vila no período acima referido e mesmo após o término da guerra civil, até ao momento em que eclodiu a designada regeneração<sup>175</sup> em 1851.

A primeira fase das lutas liberais envolveu igualmente D. João VI<sup>176</sup> que deixou o Brasil, rumo a Portugal, em março de 1821. Rei de Portugal desde 1816 até sua morte em 1826, acabou por ser um dos últimos representantes do absolutismo, tendo vivido um reinado bastante agitado, sem paz duradoura. Não esperando ser rei, ascendeu à posição de herdeiro da Coroa, pela morte de seu irmão mais velho, D. José, tendo no entanto assumido a regência, a partir do momento que sua mãe, Dona Maria I, foi declarada mentalmente incapaz. Teve então de lidar após a Guerra Peninsular, com a ingerência por parte das nações mais poderosas da Europa, como a Espanha, França e Inglaterra, nos assuntos internos do reino. Obrigado a fugir de Portugal quando as tropas napoleónicas invadiram o

---

<sup>174</sup>Cf. Damião Peres, *História Política: A Revolução de 1820 e os seus antecedentes* in *História de Portugal*, Vol. VII, 1935, pp. 9 a 59.

<sup>175</sup> Cf. Vasco Pulido Valente, *Os Militares e a Política (1820-1856)*, pp.53 a 58.

<sup>176</sup>Cf. Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, *D. João VI: O Clemente*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2006 e *Dicionário Enciclopédico História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, p.358.

país, ao chegar à colónia brasileira em 1808 enfrentou revoltas liberais que refletiam eventos semelhantes na metrópole, e foi compelido a retornar à Europa em meio de novos conflitos. Foi no seu reinado que se perdeu o Brasil quando seu filho D. Pedro proclamou a independência e viu ainda o seu outro filho, D. Miguel rebelar-se contra ele. O seu casamento foi da mesma forma acidentado, e a esposa, Dona Carlota Joaquina, repetidas vezes conspirou contra o marido em favor de interesses pessoais ou de Espanha, seu país natal. No entanto, também deixou uma marca duradoura especialmente no Brasil, criando inúmeras instituições e serviços que sedimentaram a autonomia nacional, sendo considerado por muitos investigadores, o criador do moderno estado brasileiro. Apesar disso, é até hoje um dos personagens mais caricaturados na historiografia portuguesa, sendo acusado de ser pouco decidido e ter pouca sensibilidade política.

Em 23 de Setembro de 1822, a então primeira Constituição política da Monarquia Portuguesa foi concluída e assinada pelos deputados, sendo ratificada pelo rei durante o mês de outubro desse ano. Contrariando esta intenção de mudança liberal na monarquia portuguesa, dá-se a revolta anticonstitucional de 27 de maio de 1823, conhecida por *Vila-Francada*<sup>177</sup>, que materializou o começo da conspiração liderada por D. Miguel contra o rei, seu pai. Durante este movimento, foi em Santarém, pelas vantagens da sua localização, que acabou por se instalar na época o quartel-general dos revoltosos. Mais tarde, no mês de outubro do ano de 1833, após ser levantado o cerco do Porto, a guerra vai transferir-se para sul, sendo as posições de Santarém escolhidas por D. Miguel devido à sua importância estratégica. Aqui seriam acoissadas pelas forças liberais comandadas por Saldanha que os tinha perseguido a partir de Lisboa e se fixara na região do Cartaxo.

Desde esse momento a vila de Santarém foi o baluarte do miguelismo, constituindo estes acontecimentos o foco do nosso estudo. De Santarém saíram as tropas miguelistas em Fevereiro de 1834 para a batalha de Almoester, regressando desse local derrotado pelo marechal Saldanha o grosso do exército de D. Miguel. Em maio as mesmas tropas eram derrotadas pelo duque da Terceira, que vindo de norte com as suas tropas para o Cartaxo, as venceu na batalha da Asseiceira que materializou o fim da guerra. Logo de seguida os

---

<sup>177</sup> Cf. José Mattoso, *História de Portugal: Liberalismo (1807-1890)*, quinto volume, pp.67 e 68 e *Dicionário Enciclopédico História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, pp.333 e 334.

miguelistas iriam abandonar Santarém, atravessaram o rio Tejo e embrenharam-se no Alentejo, onde a 26 de Maio de 1834, acabou por ser assinada a convenção de Évora-Monte que colocava um fim definitivo no conflito.

### 1.3.2. Santarém nas Lutas do Pós-Guerra Civil

Mas novas lutas surgiram depois subir ao trono D. Maria II<sup>178</sup> em Setembro de 1834 por morte de seu pai, D. Pedro, regente em seu nome na época. Dona Maria II foi assim rainha de Portugal ininterruptamente entre 1834 a 1853. Filha de D. Pedro IV de Portugal e da arquiduquesa Dona Leopoldina da Áustria, era a irmã mais velha do imperador brasileiro D. Pedro II. Foi cognominada de a educadora ou a boa mãe, em virtude da aprimorada educação que dispensou aos seus muitos filhos. Maria da Glória era loira, de pele muito fina, olhos azuis como a mãe austríaca. Foi a 31<sup>a</sup> Rainha de Portugal e dos Algarves aquando da abdicação do pai, de 1826 a 1828, e de 1834 a 1853. Foi então durante a segunda fase do seu reinado, em setembro de 1836, que eclodiu a revolução militar conhecida por Setembrismo<sup>179</sup>, que proclamava agora o restabelecimento da constituição de 1822, em substituição da carta constitucional outorgada por D. Pedro IV em abril de 1826. Setembrismo foi a designação dada à corrente mais à esquerda do movimento liberal. O setembrismo derivou diretamente do vintismo, recebendo a sua designação do apoio prestado por este grupo à Revolução de setembro. Por coincidência, a Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1822, fora também aprovada em Setembro. O movimento defendia a supremacia da soberania popular, lutando ativamente pela substituição da Carta Constitucional de 1826, outorgada pelo soberano, por uma constituição aprovada por um congresso democraticamente eleito pelo povo. Face à incipiência do sistema político português de então, sem partidos organizados na aceção moderna do termo, o partido setembrista, isto é, a corrente mais à esquerda do liberalismo,

---

<sup>178</sup> Cf. Maria de Fátima Bonifácio, *D. Maria II*, Lisboa, Temas e Debates, 2007 e *Dicionário Enciclopédico História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, p.436.

<sup>179</sup> Cf. José Mattoso, *História de Portugal: Liberalismo (1807-1890)*, quinto volume, pp.100 a 104 e *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol. II, Publicações Alfa, pp. 224, 225 e 226.

assumiu-se como oposição ao cartismo, a facção mais conservadora que apoiava a Carta Constitucional de 1826. Começou assim uma luta armada entre os partidários de uma e de outra facção, de que resultou em 1842 um golpe de estado de Costa Cabral, que restaura a carta de 1826. O uso que desta fez o governo de Costa Cabral (*Cabralismo*<sup>180</sup>) incitou novas lutas políticas e, em outubro de 1846, com a revolução popular originada no Porto por José Passos, que deu origem a uma nova guerra civil, designada por *Patuleia*<sup>181</sup>, que colocou novamente em armas o exército português, desta vez opondo Cartistas a Setembristas.

A *Patuleia ou Guerra da Patuleia* acabou por ser o nome dado à Guerra Civil entre Cartistas e Setembristas na sequência da revolta da *Maria da Fonte*<sup>182</sup> que se iniciou em abril de 1846. Este conflito acabou por decorrer uns meses mais tarde, na sequência do golpe palaciano de 6 de outubro de 1846, conduzido por D. Maria II, que obrigou o governo do Duque de Palmela a demitir-se, sendo o mesmo substituído por um claramente cartista, presidido pelo marechal Saldanha. Esta Guerra Civil teve então uma duração de cerca de oito meses, opondo os cartistas (com o apoio da rainha) a uma coligação não esperada que juntava setembristas a miguelistas. A guerra terminou com uma vitória cartista, negociada a 30 de Junho de 1847 na assinatura da *Convenção de*

---

<sup>180</sup> *Cabralismo* é a designação pela qual ficou conhecido o período, de 1842 a 1846, na altura em que António Bernardo da Costa Cabral dominou a política portuguesa. O cabralismo caracterizou-se pela adoção da doutrina constitucional contida na restaurada Carta Constitucional de 1826, tomada como um dogma a respeitar escrupulosamente, permitindo assim criar um enquadramento estável que foi explorado pelo governo. Este caracterizou-se por ser um executivo forte, decididamente apoiado pelos poderes régios consignados na Carta, com relevo para o poder moderador investido na soberana. Com o apoio expresso da rainha D. Maria II, a frente parlamentar do governo era assegurada por uma maioria obediente, congregada num partido exclusivista e apostado em manter afastadas as investidas da esquerda liberal e os restos do miguelismo. Cf. José Mattoso, *História de Portugal: Liberalismo (1807-1890)*, quinto volume, pp.107 a 111 e *Dicionário Enciclopédico História de Portugal, vol. I*, Lisboa, Publicações Alfa, p. 88.

<sup>181</sup> Cf. José Mattoso, *História de Portugal: Liberalismo (1807-1890)*, quinto volume, pp.112 a 119 e *Dicionário Enciclopédico História de Portugal, vol. I*, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 87 e 88.

<sup>182</sup> Esta revolta ou revolução para alguns, constituiu uma forma de acção colectiva e de mobilização popular, tão característica do século XIX português, que teve a sua origem na resistência das camadas rurais à mudança “modernizadora” do liberalismo. Cf. Fátima Sá e Melo Ferreira, *Modernização e conflito no mundo rural do séc. XIX: politização e “política popular” na Maria da Fonte*. Revista de História da Faculdade de Letras do Porto, 2004, pp. 31 à 49.

*Gramido*<sup>183</sup> mas apenas após a intervenção de forças militares estrangeiras ao abrigo da Quádrupla Aliança, com Espanha, França e o Reino Unido.

Neste contexto foi então mais uma vez Santarém, pela sua importância estratégica e valor militar, palco desta guerra. A vila foi assim ocupada em novembro pelo Conde das Antas com a melhor das forças patuleias, opondo-se desta forma às tropas do marechal Saldanha, partidárias da rainha, que ocuparam novamente posições no Cartaxo, numa recriação do que já tinha acontecido entre 1833 e 1834. Apesar de Saldanha ter vencido as forças patuleias em dezembro em Torres Vedras, só em junho de 1847 com a convenção já referida, teve fim esta guerra civil. Mas o regresso de Costa Cabral ao poder em 1849, excitava novamente a opinião pública, e Saldanha voltava novamente a comandar, com o apoio de Alexandre Herculano, uma sublevação militar em Maio de 1851, que iria conseguir a demissão deste ministro cartista dando assim início a um movimento que ficou conhecido como *Regeneração*. Este movimento que caracterizou um período particular da Monarquia Constitucional Portuguesa foi instaurado após a revolta militar de 1 de Maio de 1851, levando à queda definitiva de Costa Cabral. Apesar do governo que resultou do golpe ser presidido pelo marechal Saldanha, o principal personagem da Regeneração acabou por ser o militar Fontes Pereira de Melo. Para muitos autores, este período da designada Regeneração iria durar cerca de 17 anos, tendo terminando com a revolta da Janeirinha, em 1868, quando o denominado Partido Reformista chegou ao poder.

A Regeneração foi caracterizada pelo esforço de incremento económico e da modernização de diferentes estruturas e equipamentos sociais em Portugal, a que se associaram pesadas medidas fiscais. Seria então o próprio marechal Saldanha que substituiria Costa Cabral na pasta que o mesmo ocupava e iria convocar cortes em julho

---

<sup>183</sup>A *Convenção de Gramido* foi um acordo assinado em 29 de Junho de 1847, no lugar de Gramido, em Valbom, Gondomar, com o objetivo de pôr fim à guerra da Patuleia. A Convenção foi assinada entre os comandantes das forças militares espanholas e britânicas que tinham entrado em Portugal ao abrigo da Quádrupla Aliança e os representantes da Junta do Porto. Este acontecimento selou a derrota dos setembristas frente aos cartistas, na segunda guerra civil que assolou o reino português entre 1846-1847. Cf. José Mattoso, *História de Portugal: Liberalismo (1807-1890)*, 5º volume, pp.116 e 117.

de 1852, as quais promulgariam o *Ato Adicional*<sup>184</sup> à carta de 1826, contribuindo para terminar de vez o período revolucionário que vinha depauperando o país desde 1820. A Regeneração foi na altura caracterizada por um esforço de desenvolvimento económico e de modernização de Portugal, a que se associaram pesadas medidas fiscais. Neste contexto a primeira ação foi de cariz institucional e passou por aprovar o ato Adicional de 1852 à Carta Constitucional de 1826, que colmatou a falta de democraticidade da atividade parlamentar e da disputa político-partidária. Criavam-se assim condições de equilíbrio que levariam ao rotativismo político durante algumas décadas.

---

<sup>184</sup> Cf. José Mattoso, *História de Portugal: Liberalismo (1807-1890)*, quinto volume, pp.94 a 100 *Dicionário Enciclopédico História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, pp.144 e 145.



**Figura 1.18., 1.19., 1.20. e 1.21.** – Gravuras com a representação de quatro momentos marcantes das lutas liberais, de cima para baixo e da esquerda para a direita: a Revolução liberal do Porto de 1820, a revolta militar da Vila-Francada, a revolta popular da Maria da Fonte e ainda a Guerra da Patuleia.

**Fonte:** BNP, Biblioteca Nacional Digital, e-3559-p (1820); e-2295-v (1823); e-4732-p (1846) e cfr. "A Ilustração; volume II", (1846), p.71.

#### 1.4. O CONTEXTO INTERNACIONAL E A REALIDADE PORTUGUESA NO PERÍODO DA GUERRA CIVIL

A guerra civil foi sem dúvida um dos factos mais marcantes da história nacional da primeira metade do século XIX. Integrado no período das designadas lutas liberais<sup>185</sup>, foi um dos acontecimentos mais relevantes dos vários que decorreram entre a revolução liberal de Agosto de 1820, com origem no Porto, e o movimento da Regeneração, que teve lugar em Maio de 1851, por iniciativa do duque de Saldanha, e com a caução política e intelectual do historiador, escritor e jornalista Alexandre Herculano. Todo este período acabou por constituir uma das etapas de duras e diferentes experiências na opção que os portugueses fizeram em relação à mudança do regime político do país.

No âmbito da guerra civil, a sucessão de várias lutas então travadas, teve como objetivo essencial, a afirmação de um novo sistema constitucional nas instituições monárquicas da época. Para além das ações das forças políticas e militares nacionais envolvidas no conflito, houve ainda uma ampla participação política e militar internacional no conflito português. Essa participação acabou por ter como motivo a visível mudança na postura de vários países europeus, que no início se opunham em maioria às novas ideias que punham em causa, a continuação dos então majoritários regimes monárquicos europeus de cariz absolutista e mais tarde se tornaram poderosos defensores do liberalismo como aconteceu com a França e a Espanha a partir da década de 1830. Assim, no período da guerra civil em Portugal surgiu um cenário de diferentes interferências diplomáticas e políticas diretas ou indiretas de iniciativa estrangeira que acompanhavam a evolução da situação portuguesa.

Este jogo de interesses variou muitas vezes com a alteração das respetivas situações de políticas internas, que se iam vivendo em cada país. Destas interposições resultou em diversas ocasiões a participação direta de estrangeiros no conflito, materializada muitas vezes no apoio militar prestado em homens, equipamento e

---

<sup>185</sup> Cf. António Ventura, *Guerras Liberais: Vila-Francada, Abrilada e Batalhas de Almoester e da Asseiceira (1822-1834)*, 2006.

armamento, quer à facção miguelista, quer à liberal, tornando assim a contribuição estrangeira fundamental para o desfecho da guerra civil em Portugal<sup>186</sup>.

Assim, países como o Brasil, antiga colónia de Portugal, a Inglaterra, a França, a Espanha, a Áustria e mesmo a própria Santa Sé, contribuíram na altura para a internacionalização do diferendo português, que teve como resultado a transformação do regime político em Portugal. Se tivéssemos que enumerar o grau de preponderância dos diferentes países que se envolveram no conflito, o Brasil seria por várias razões um dos mais influentes na sucessão dos diferentes acontecimentos que se verificariam em Portugal durante as lutas liberais.

Nesse período, a realidade política portuguesa e brasileira transformou-se profundamente a partir de Março de 1821, com o regresso de D. João VI e da sua corte a Portugal, ficando na altura como regente da colónia brasileira o seu filho D. Pedro. Mas as mudanças no quotidiano brasileiro e português só iriam evoluir quando passado um ano, em setembro de 1822, D. Pedro acabou por declarar a independência do Brasil nas margens do Ipiranga. Para esta situação muito contribuíram as posições assumidas pelas Cortes de Lisboa que voltavam a conferir ao Brasil, o estatuto de colónia. Perante a iniciativa de D. Pedro, contrária às intenções da metrópole, Portugal acabou por reconhecer a independência do Brasil em Agosto de 1825, muito por ação da pressão diplomática de Inglaterra, junto do rei D. João VI. O imperador D. Pedro nasceu no Palácio de Queluz, em 12 de outubro de 1798 e morreu com tuberculose no mesmo local em 24 de setembro de 1834. Quando Portugal foi ocupado durante a primeira invasão francesa em 1807, partiu com a restante família real para o Brasil. Mais tarde, com a eclosão da Revolução Liberal de 1820 no Porto e a rápida adesão de Lisboa e do resto do país ao movimento, o seu pai, D. João VI, iria retornar a Portugal em abril de 1821, deixando D. Pedro a governar o Brasil como regente. Perante a tentativa do governo português, de retirar a autonomia política ao Brasil, em vigor desde 1808, voltando novamente à condição de colónia ultramarina, o que levou ao descontentamento geral dos cidadãos mais influentes, que povoavam esta colónia.

---

<sup>186</sup> Cf. Introdução de António Ventura com o título; *A Internacionalização da Guerra Civil: Liberais, Miguelistas e Carlistas*, in *Dom Miguel e o Fim da Guerra Civil: Testemunhos*, p. 11.

D. Pedro I escolheu então o lado brasileiro, declarando a independência do Brasil de Portugal, em 7 de setembro de 1822. No entanto, em março de 1826, assumiu ainda a condição de rei de Portugal com o título de Pedro IV, antes de abdicar do trono em favor da sua filha mais velha, futura D. Maria II. Nesse mesmo ano, em Lisboa, o trono de sua filha foi usurpado por D. Miguel I, seu tio. Por razões internas à política brasileira, em 7 de abril de 1831, Pedro, abdicou do trono do Brasil em favor de seu filho D. Pedro II e partiu para a Europa. Este seu regresso à Europa iria ser determinante para a formação de uma expedição militar destinada a devolver a Portugal as instituições liberais e a restabelecer os direitos da sua filha D. Maria da Glória no trono português<sup>187</sup>.

Mas é em Março de 1826, com a morte de D. João VI, que a situação política entre os dois países se adensaria ainda mais, devido às complicações de cariz dinástico da sucessão no trono português, do qual o legítimo sucessor era agora o novo imperador do Brasil. Seria por essa razão que D. Pedro iria outorgar uma Carta Constitucional em Abril desse ano, na qual abdicaria do trono de Portugal em proveito da sua filha menor, na altura com sete anos, a referida Maria da Glória, que deveria no entanto casar com o seu tio D. Miguel. Tudo isto acabou por acontecer em outubro de 1826 após D. Miguel ter jurado essa mesma Carta Constitucional ao mesmo tempo que contraía esponsais com a sua sobrinha através de procuração. Permanecendo no Brasil, D. Pedro iria ainda nomear um ano mais tarde o seu irmão como lugar-tenente e regente do reino de Portugal por decreto de outubro de 1827. Esta nomeação oficial só aconteceu após o mesmo ter completado os vinte cinco anos de idade, que, de acordo com o artigo 92 da carta, era o momento a partir da qual D. Miguel poderia assumir essas funções, devido à menoridade da futura rainha<sup>188</sup>.

D. Miguel era o terceiro filho do rei D. João VI e de D. Carlota Joaquina de Bourbon nasceu no Palácio Nacional de Queluz em 26 de Outubro de 1802 e morreu exilado no Grão-ducado de Baden, em 14 de Novembro de 1866. Foi rei de Portugal entre 1828 e 1834 com o título de D. Miguel I. De acordo com os liberais, Dom Miguel usurpou o título real à sua sobrinha D. Maria da Glória, filha de Dom Pedro IV. Por sua vez, os adeptos de D.

---

<sup>187</sup> Eugénio dos Santos, *D. Pedro IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 7 a 18 e AA.VV., *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, pp.94 e 95.

<sup>188</sup> General João Pereira Bastos, *Da Revolução de 1820 à Convenção de Évora – Monte*, pp.5 a 10.

Miguel contrapunham que D. Pedro I do Brasil perdesse o direito à Coroa Portuguesa desde que erguera armas contra Portugal e declarara a independência do Brasil, assumindo igualmente o lugar de imperador desse novo estado<sup>189</sup>.

Mas esta aparente solução do problema por parte de D. Pedro, acabaria por ser comprometida em Fevereiro de 1828, com o retorno de D. Miguel a Portugal. Recebido em apoteose, teve assim o caminho aberto para assumir o poder absoluto, após o longo período de exílio de cerca de quatro anos em Viena de Áustria, devido ao golpe da Abrilada<sup>190</sup> que tinha encetado contra o seu pai no ano de 1824. A Abrilada foi uma revolta política de carácter absolutista que teve lugar em Abril de 1824. Sucedeu à Vila-Francada em 1823 e foi um dos muitos acontecimentos que esteve na origem da Guerra Civil Portuguesa que durou de 1828 a 1834. No dia 30 de Abril de 1824, o Infante D. Miguel, que havia sido nomeado comandante em chefe do Exército Português, cercou no palácio da Bemposta, o rei D. João VI, seu pai e deteve nos calabouços do Castelo de São Jorge e nos da Torre de Belém, importantes personalidades civis e militares do país. Entre elas destacavam-se as figuras do Intendente-geral da Polícia, Barão de Rendufe, o marquês de Palmela, Ministro dos Negócios Estrangeiros, e o Conde de Suberra, Ministro da Guerra. D. Miguel, que contava com o apoio de sua mãe Carlota Joaquina, considerava-os culpados de serem partidários do liberalismo e conspirarem contra seu pai.

No Brasil, para além do desagrado devido ao envolvimento do Imperador nesta confusa situação política de posições pouco conciliáveis em Portugal, existia ainda o receio por parte do povo brasileiro dum possível regresso ao estatuto de colónia, caso o imperador voltasse a reunir na sua pessoa os dois estados. Perante este cenário passou a existir uma certa resistência por parte do governo imperial quanto ao apoio a dar aos liberais que, em Portugal, combatiam já os absolutistas. Apesar de no ano de 1828, terem sido viabilizados apoios financeiros à causa liberal através do duque de Palmela, já no ano seguinte eram

---

<sup>189</sup> Maria Alexandre Lousada e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, D. Miguel, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 9 a 11 e *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, pp.472 a 474.

<sup>190</sup> Cf. General João Pereira Bastos, *Da Revolução de 1820 à Convenção de Évora – Monte*, pp. 32 e 33 e José Mattoso, *História de Portugal: Liberalismo (1807-1890)*, quinto volume, pp.70 a 72.

dadas instruções ao embaixador brasileiro em Londres, Visconde de Itabaiana, para suspender esse mesmo apoio.

Semelhante posicionamento era igualmente assumido na época pelo governo conservador presidido pelo duque de Wellington no Reino Unido. Nesse período os ingleses manifestaram mesmo a sua preferência pela causa miguelista, ao ponto de acolher de forma oficial D. Miguel em Dezembro de 1827 em Londres. Foi mesmo a partir deste país, após as conversações referidas, que embarcou rumo a Portugal em 9 de fevereiro de 1828. O governo inglês agia assim em sintonia com as posições dos vários países que constituíam a Santa Aliança a par ainda de outros países como a Espanha e mesmo a França.

Como já foi referido, logo após o regresso de D. Miguel a Portugal, o mesmo constituiu de imediato um governo antiliberal, renunciando então ao casamento acordado com D. Maria II, impondo-se desta forma como rei absoluto. Como consequência deste acontecimento, Portugal iria entregar-se a um longo período de lutas fratricidas para instaurar novamente no país o regime constitucional, com reações liberais a esta situação no Porto, Minho, Trás-os-Montes, Algarve, Madeira e na Terceira. Mas o primeiro grande golpe liberal contra D. Miguel acabaria por ser conduzido pelo marquês de Palmela e o marechal Saldanha a partir de Inglaterra.

A conhecida *Belfastada*<sup>191</sup> deu-se então em Junho de 1828 e constituiu-se como uma das primeiras grandes manobras dos exércitos que iriam dar desta forma início a uma longa guerra civil. A *Belfastada* foi a designação dada à sublevação militar contra o regime miguelista desencadeado em 1828 a partir do Porto e que foi acompanhado pelo desembarque de um grupo de exilados liberais vindos de Inglaterra a bordo do navio *Belfast*, daí o nome dado a este acontecimento. Esta ofensiva liberal não teve êxito, pelo que os dirigentes liberais foram obrigados a refugiar-se no navio e partir de novo para Inglaterra.

Após esta acção da retirada terrestre das forças liberais para a Galiza sob a direcção de Sá da Bandeira houve um período de intensa perseguição miguelista aos liberais, que acabaram por ser presos ou se exilaram na sua maioria na Grã-Bretanha e França, onde constituíram núcleos de apoio logístico ou diplomático à causa que defendiam.

---

<sup>191</sup> Cf. General João Pereira Bastos, *Da Revolução de 1820 à Convenção de Évora – Monte*, pp. 48 e 49 e José Mattoso, *História de Portugal: Liberalismo (1807-1890)*, quinto volume, pp.80 e 81.

Mais tarde, em 1830, um governo provisório na Ilha Terceira, sob a presidência do duque de Palmela, iria constituir-se como o último reduto e grande bastião da causa liberal. Neste enquadramento, a difícil situação política no Brasil levaria D. Pedro a concluir todos os procedimentos de abdicação como imperador daquele país em abril de 1831, no seu filho menor Dom Pedro de Alcântara. Após este procedimento embarcaria de seguida para a Europa para conseguir apoios em homens e material principalmente em França e na Grã-Bretanha para a sua causa contra o irmão. Avançou posteriormente para Portugal onde acabou por assumir a regência do governo liberal dos Açores em Fevereiro de 1832. Neste local, em março do mesmo ano, iria constituir um ministério de que faziam parte o duque de Palmela, Mouzinho da Silveira e Agostinho José Freire. Juntamente com estas iniciativas, também o mapa da política europeia evoluía agora a seu favor.

Em Novembro de 1830 tinham-se iniciado as primeiras críticas no parlamento inglês ao governo de Wellington, pela posição que o mesmo mantinha a favor da causa absolutista portuguesa. A queda desse governo nesta data e a sua substituição por um chefiado pelo Lord Charles Grey, iria alterar completamente a postura inglesa em relação ao assunto<sup>192</sup>. É por essa razão que, em 1831, o ministro dos negócios estrangeiros inglês, Palmerston<sup>193</sup>, daria a entender a D. Pedro que a Inglaterra não se oporia à ajuda que nesse momento a França se mostrava disposta a prestar à causa liberal. Este posicionamento inglês foi evidente, a partir do momento que a marinha inglesa apoiou as operações dos liberais na foz do Douro a partir de Julho de 1832, perante o cerco que sofriam no Porto por parte das forças miguelistas. Na mesma altura foi ainda dada autorização ao almirante George Sartorius<sup>194</sup> para assumir o comando da esquadra dos liberais, comando esse que

---

<sup>192</sup> Jorge Moreira Silva, *Das Naus à Vela às Corvetas de Ferro: A Marinha de Guerra e a Evolução da Sociedade Portuguesa de 1807 a 1857*, pp.17 a 27.

<sup>193</sup> Henry John Temple, 3º visconde Palmerston, foi um britânico estadista que serviu duas vezes como primeiro-ministro em Inglaterra, em meados do século XIX. Acabou por ser mais lembrado pela sua direção da política externa britânica, num período em que a Grã-Bretanha estava no auge do seu poder mundial, evidenciando-se pela sua intervenção na Guerra Civil portuguesa no âmbito da designada Quádrupla Aliança. Cfr. General João Pereira Bastos, *Da Revolução de 1820 à Convenção de Évora – Monte*, p.8.

<sup>194</sup> Sir George Rose Sartorius, que recebeu o título de visconde da Piedade em 1836, seguido das honrarias de visconde do Mindelo e de 1º conde de Penha Firme, foi um almirante britânico que

seria exercido mais tarde, já no ano de 1833, pelo almirante Charles Napier. O apoio inglês a favor de D. Pedro tornava-se assim mais evidente na fase final da guerra civil, principalmente com a ação decisiva de Napier na batalha naval do Cabo de S. Vicente<sup>195</sup>, e pela cooperação que o mesmo deu às operações em terra, ao desembarcar no Algarve as tropas do conde de Vila Flor, futuro duque da Terceira, que eram transportadas na sua esquadra.

Durante o longo e litigioso problema dinástico que envolveu os dois irmãos, a França adotaria também uma atitude que se caracterizaria por uma mudança de posições. No princípio da disputa portuguesa, a sua política externa estava alinhada, como observámos, com os interesses da Santa Aliança, este país chegou mesmo a acolher o príncipe D. Miguel durante alguns dias no final de 1827, quando o mesmo estava em trânsito para Londres. Este acontecimento não significava contudo menos simpatia da população francesa pela causa liberal. A este propósito, após o movimento da *Abrilada* de 1824, com Carlos X no trono, já o embaixador de França em Lisboa, Hyde de Neuville<sup>196</sup>, interviu para proteger o rei D. João VI e continuava a reconhecer o duque de Palmela como o responsável pela condução da política externa, evitando que fosse preso. Cinco anos depois, seria o mesmo diplomata, então ministro da marinha, quem favorecia as iniciativas dos liberais portugueses e dava acolhimento aos emigrados que procuravam a França à espera de uma oportunidade de participarem na luta. Mais tarde após uma revolta popular de três dias no ano de 1830, que depôs o rei Carlos X, pelas medidas repressivas que implementava em França numa

---

comandou as forças navais ao serviço de D. Pedro IV, durante a primeira fase das lutas liberais. Foi substituído nessas mesmas funções por Sir Charles Napier em 1833. Depois da sua passagem pela Armada Portuguesa reingressou na armada britânica tendo atingido o elevado e prestigioso posto de *Admiral of the Fleet*. Para além das suas funções navais, George Sartorius foi também um talentoso aquarelista, criador de diversas obras ainda hoje relevantes e valiosas. Cf. Jorge Moreira Silva, *As Guerras Liberais: Acção da Marinha (1828/1834)*, in *Revista da Armada*, pp.15 a 18.

<sup>195</sup> Jorge Moreira Silva, *idem*, *ibidem*.

<sup>196</sup> *Jean-Guillaume, barão Hyde de Neuville*, foi um político pró-monárquico e diplomata francês que, entre outros cargos, foi Ministro da Marinha e do Ultramar de França e embaixador desse país em Portugal e nos Estados Unidos da América. Foi um dos mais fiéis apoiantes da legitimidade da Casa de Bourbon no trono de França. O papel que desempenhou nos acontecimentos políticos que rodearam a *Abrilada* levou a que fosse agraciado com a Grã-Cruz da Ordem da Torre e Espada e feito 1º conde e depois 1º marquês da Bemposta. Cf. João Pereira Bastos, *op.cit.*, p.8.

aproximação ao antigo regime, assumia o poder com uma monarquia de cariz liberal, laica e burguesa, o duque de Orleans, Luís Filipe. Estavam assim criadas as condições ideais para um apoio cada vez mais organizado e decisivo da França aos adversários do regime absolutista em Portugal. Neste contexto, enquanto D. Pedro era recebido por este rei francês, devido à maior aproximação deste país à causa que ele defendia, o embaixador da França em Londres, príncipe de Talleyrand<sup>197</sup>, intercedia a favor dos liberais contra os miguelistas na corte inglesa, quando estes tentavam impedir a aquisição de navios que iriam constituir a futura esquadra liberal sob o comando do almirante Sir Rose George Sartorius, como já foi referido. Para além das movimentações diplomáticas, a marinha gaulesa destacava ainda esquadras que apoiavam indiretamente a causa liberal ao exigirem dos miguelistas as reparações pelos danos causados aos cidadãos de França, em Lisboa. Esta intenção foi manifestamente declarada pelo governo francês, a partir do momento em que uma esquadra de grandes dimensões comandada pelo almirante Roussin chegou a Lisboa em 11 de Julho de 1831. Aqui apreendeu vários navios da esquadra de D. Miguel numa contínua retaliação face aos incidentes provocados pelos miguelistas junto dos franceses residentes em Portugal, que resultou num rude golpe para a marinha de guerra absolutista. Num apoio cada vez mais efetivo do governo francês à causa liberal, o mesmo colocava ainda os seus portos à disposição dos liberais para os navios que tinham adquirido em Inglaterra, como aconteceu com as embarcações liberais que saíram com D. Pedro de Belle-Isle na Bretanha, em direção aos Açores, em fevereiro de 1832.

A marinha gaulesa destacava similarmente esquadras que apoiavam indiretamente a causa liberal ao exigirem dos miguelistas as reparações pelos danos causados aos cidadãos franceses em Lisboa. Durante o mesmo ano de 1832, a cooperação com a França assumiria um protagonismo ainda maior, nomeadamente quando Palmela negociou em

---

<sup>197</sup> *Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord*, mais conhecido por *Talleyrand*, revelou grande capacidade de sobrevivência política, ao ocupar os mais altos cargos no governo revolucionário francês, sob Napoleão, durante a restauração da monarquia dos Bourbons e ainda sob a égide do rei Luís Filipe de Orleães. Aliado aos liberais, participou de forma ativa na ascensão do mesmo ao trono, no ano de 1830. Embaixador em Londres de 1830 a 1834 teve uma participação determinante nas negociações entre França e o Reino Unido, em prol da criação do reino da Bélgica e na assinatura da aliança entre França, Reino Unido, Espanha e Portugal, mais conhecida por *Quádrupla Aliança*. Cf. General João Pereira Bastos, *idem*, *ibidem*, p.8.

Paris a obtenção de fundos monetários, munições e a contratação de voluntários para as forças de D. Pedro. Outra demonstração deste apoio da França à longa guerra civil que assolava Portugal manifestou-se igualmente com a chegada ao país do general Jean Baptiste Solignac<sup>198</sup>, em Janeiro de 1833, para comandar o exército de D. Pedro até meados do mesmo ano.

No contexto internacional já descrito, a Espanha foi outro país que nunca deixou de estar envolvido, quer politicamente, quer militarmente na guerra civil portuguesa, até por razões de proximidade e afinidade com Portugal. Foram várias as vezes que este país permitiu a abertura das suas fronteiras mais próximas e acessíveis, para o movimento de tropas e de refugiados das fações que se digladiavam em Portugal.

Constituía-se assim como um espaço de passagem e ligação a ter em conta nas operações que decorriam no teatro de guerra português, principalmente entre os anos de 1828 e 1834. No entanto e dentro da mesma lógica, Portugal servia igualmente de refúgio aos espanhóis como base política, logística e militar durante as suas respetivas contendas. Foi o que aconteceu com Dom Carlos de Bourbon<sup>199</sup>, irmão de Fernando VII, que entrou no nosso país em Março de 1833, fazendo-se acompanhar da sua família, respetiva comitiva e algumas forças da sua confiança, mantendo no entanto a partir do nosso país contactos com os seus partidários em Espanha. Com esta atitude estava disposto a inverter as

---

<sup>198</sup> *Jean-Baptiste Solignac* foi um aristocrata, político e militar, que se destacou durante as Guerras Napoleónicas. Foi o comandante das forças liberais escolhido por Dom Pedro entre janeiro e junho de 1833 durante a Guerra Civil portuguesa. Dom Miguel decidiu também contratar nesse período, para o comando do seu exército, um general francês, neste caso Louis Bourmont, que tinha servido junto de Napoleão, acumulando nessa altura triunfos, que não seriam alcançados na curta missão que teve em Portugal. Cf. General João Pereira Bastos, *op.cit.*, pp.8, 111 e 122.

<sup>199</sup> *Carlos de Bourbon*, ou *Carlos Maria Isidro*, conhecido pela designação de Infante Carlos de Bourbon, foi o pretendente ao trono de Espanha que esteve na origem do carlismo e das consequentes guerras carlistas que dilaceraram aquele país durante boa parte do século XIX. Acreditava na sucessão legítima, pelo que, apesar de repetidamente incentivado pelos seus partidários a pegar em armas contra o seu irmão, sempre lhe foi fiel. Após a morte do irmão, embora nunca tenha verdadeiramente reinado, foi intitulado de Carlos V pelos partidários do chamado ramo carlista, tendo mantido uma longa luta contra os apoiantes de sua sobrinha. Cf. Introdução de António Ventura com o título; *A Internacionalização da Guerra Civil: Liberais, Miguelistas e Carlistas*, in *D. Miguel e o Fim da Guerra Civil: Testemunhos*, pp. 11 a 19.

decisões que estavam a ser tomadas quanto à sucessão dinástica no seu país de que se sentia totalmente excluído.

Seis anos antes, em março de 1827, tinham sido as forças de D. Miguel a utilizar transitoriamente o território espanhol, onde se refugiaram depois de terem abandonado Bragança, perseguidos na altura por uma divisão comandada pelo conde de Vila Flor. Mais tarde, seria a esquadra de D. Miguel a entrar com as suas embarcações no porto de Vigo, em 8 de Outubro de 1832, com o objetivo de descarregar munições que eram assim destinadas ao reabastecimento do seu exército, que operava no norte do país, na região de Viana do Castelo. O rei Fernando VII, partidário do absolutismo, era um fiel seguidor dos princípios da Santa Aliança<sup>200</sup>, mas ao decidir atribuir competências de regência à sua mulher, Maria Cristina, permitiu uma maior aproximação da monarquia do seu país aos princípios do liberalismo. Por outro lado, o apoio dado em Portugal a Dom Carlos Maria Isidro por parte de D. Miguel, que desta forma não aceitava Isabel, filha de Fernando VII, como futura rainha de Espanha, iria também aproximar o governo espanhol da causa de D. Pedro.

Neste mesmo enquadramento, o futuro tratado da Quádrupla Aliança estabelecido em abril de 1834, por D. Pedro em Portugal, a Espanha, a França e ainda a Inglaterra, condicionaria também a coroa espanhola a disponibilizar todos os seus meios para expulsar os infantes D. Carlos de Bourbon e D. Miguel dos domínios portugueses, indo de encontro aos seus próprios interesses. Por sua vez a Áustria, que tinha Metternich<sup>201</sup> como chanceler,

---

<sup>200</sup> A *Santa Aliança* foi um tratado político-religioso que surgiu na sequência da queda de Napoleão e da celebração do Congresso de Viena (1814-1815). Tendo como objetivo a Restauração do Antigo Regime, foi elaborado pelo czar russo Alexandre I, sendo assinado em Paris pelo mesmo, pelo imperador da Prússia, Frederico Guilherme III, e pelo imperador da Áustria, Francisco I, a 26 de setembro de 1815. Com uma forte ingerência religiosa, onde transparecia a vontade de aplicar os princípios cristãos à política, o acordo, além de contemplar a não-agressão mútua, visava a continuidade do absolutismo na gestão dos estados, de forma a contrariar as diferentes sublevações que se iam fazendo sentir, um pouco por toda a parte na Europa, numa altura em que o Povo pretendia uma política mais liberal e de cariz nacionalista. Cf. Guilherme Silva e William Gonçalves, *Dicionário de Relações Internacionais*, pp. 250 a 252 e General João Pereira Bastos, *op.cit.*, p. 43.

<sup>201</sup> *Klemens von Metternich*, foi um político, diplomata e estadista do Império Austríaco. Após a queda de Napoleão, apoiou vigorosamente a restauração da dinastia dos Bourbon em França, e foi um

alinhava totalmente com a política e os princípios da Santa Aliança, da qual fazia parte. Estava assim naturalmente destinada a envolver-se na disputa entre D. Pedro e D. Miguel que lutavam pelo trono português. Mas D. Pedro que na altura era imperador do Brasil resolveu, como sucessor legítimo de D. João VI à coroa portuguesa, abdicar em favor de sua filha menor, Maria da Glória, em 1826. Sendo esta filha do seu primeiro casamento com a arquiduquesa Maria Leopoldina, filha por sua vez do Imperador da Áustria, com esta decisão acabou por conseguir criar algum embaraço diplomático na corte de Viena, que apoiava abertamente D. Miguel, ali exilado desde 1824 após o golpe da Abrilada, como já foi referido. D. Miguel tinha merecido então as simpatias como pretendente a monarca de poderes absolutos, muito embora tivesse ali jurado a Carta Constitucional, nos termos de um acordo com o seu irmão, que incluía o casamento com a sua sobrinha.

Era assim bastante ambígua, a posição da corte austríaca em relação ao diferendo que separava os dois irmãos em Portugal. Por isso numa fase posterior, em que parecia, ultrapassada, ou pelo menos atenuada essa indefinição política, D. Pedro, já empenhado pessoalmente na luta contra D. Miguel, enviaria ele mesmo ao imperador em Viena uma carta em que anunciava as suas intenções. Informaria então esse monarca da sua chegada aos Açores, em fevereiro de 1832, a bordo da fragata Rainha de Portugal, de onde iria partir para o continente em julho do mesmo ano, para travar algumas das batalhas mais decisivas da guerra civil, que só terminariam dois anos depois com a vitória dos liberais<sup>202</sup>.

---

dos mais distintos apoiantes da reconquista absolutista em Portugal, apoiando sempre Dom Miguel e opondo-se decididamente ao governo liberalista em funções, após o retorno deste príncipe ao reino português. Cf. General João Pereira Bastos, *idem*, p. 44.

<sup>202</sup> Joaquim Veríssimo Serrão; *História Política, Militar e Constitucional: O Segundo Liberalismo; da esperança à desilusão* in História de Portugal, volume VII, pp. 13 a 21.



**Figura 1.22., 1.23., 1.24., 1.25.** – Gravuras com alguns protagonistas de nacionalidade estrangeira da guerra civil, da esquerda para a direita, o General Francês Jean – Baptiste Solignac e os Almirantes Ingleses Sartorius e Napier que prestaram serviço do lado de D. Pedro e ainda o Marechal Francês Louis Auguste de Bourmont que prestou serviço do lado miguelista.

**Fonte:** BNP, Biblioteca Nacional Digital, e-3569-v (1833); e-225-v (1833); e-4732-p (1834) e e-4738-p (1834).

### **1.5. A CAMPANHA MILITAR DE SANTARÉM NO CONTEXTO DA GUERRA CIVIL: A OCUPAÇÃO DA REGIÃO PELOS EXÉRCITOS DE D. MIGUEL E D. PEDRO EM 1833**

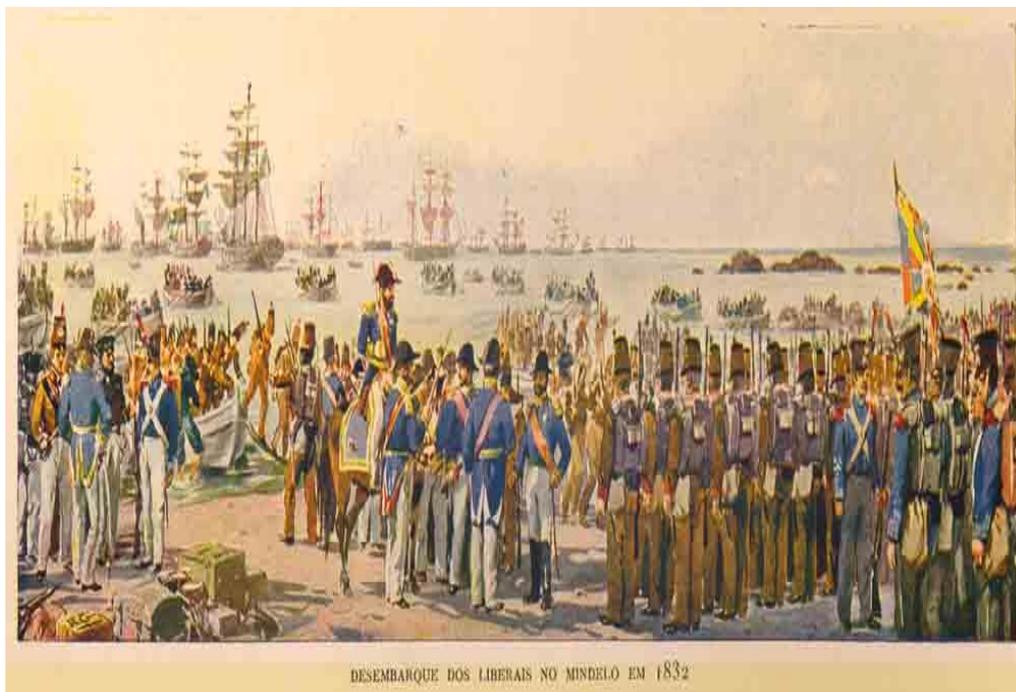
Partindo da ilha Terceira, a guerra acabou por se transferir em 8 de julho de 1832 para território continental com a chegada do exército liberal sob o comando de D. Pedro à praia do Pampelido e ao Mindelo, locais geograficamente situados entre a vila de Leça da Palmeira e Vila do Conde. Um dia depois a força constitucional chegaria à cidade do Porto que ocupava sem qualquer tipo de resistência. Começava desta forma a guerra civil em território continental, que se iria prolongar durante praticamente mais dois anos até à Convenção de Évora-Monte em 26 de maio de 1834. Neste período decorreram várias campanhas em diferentes regiões do país, onde acabaram por acontecer as mais intensas e sangrentas batalhas e combates. Tiveram assim lugar acontecimentos militares marcantes como os *Cercos do Porto e de Lisboa*, e ainda a longa *Campanha Militar de Santarém*, objeto principal do nosso estudo, que viu na sua região e proximidades ocorrerem as duas batalhas terrestres mais importantes da guerra civil: a *batalha de Almoster* e da *Asseiceira*.

Esta sequência de acontecimentos no continente iniciou-se, como foi observado, com a campanha do Porto, onde surgem diferentes manobras militares associadas ao conhecido cerco à cidade, posto em prática pelos miguelistas durante mais de um ano contra os liberais, até ao mês de agosto de 1833. Nas diferentes operações militares desenvolvidas então em volta do Porto, foram vários os combates que aí decorreram durante esse ano. Combates como o de Vila Nova de Gaia, de Penafiel, Valongo, Ponte Ferreira, logo em julho de 1832 e o de Souto Redondo perdido pelos liberais em agosto do mesmo ano, atestam as primeiras grandes movimentações militares nessa região<sup>203</sup>. Após estes confrontos, o cerco do Porto surgiu como um facto incontornável, com a fortificação incessante da cidade, onde os liberais agora assumiam uma postura essencialmente defensiva. Porque no fundo a população continuava a ser nalgumas

---

<sup>203</sup> General João Pereira Bastos, *Da Revolução de 1820 à Convenção de Évora – Monte e morte de D. Pedro IV*, pp. 90 a 97.

regiões maioritariamente miguelista, apesar da chegada de D. Pedro, que nunca constituiu por si só, um motivo suficientemente forte para a povo na sua generalidade mudar de opção ou escolha.



**Figura 1.26.** – Gravura que retrata o desembarque dos Liberais na Praia do Pampelido, no Mindelo, local nos arredores da cidade do Porto, no ano de 1832.

**Fonte:** Aguarela da autoria do pintor Roque Gameiro.

Desta forma acabou por se prolongar durante mais um ano o cerco aos liberais, sendo a situação aflitiva dos cercados evidente, espelhada nos ataques gerais e sortidas sucessivas às linhas Porto. Neste contexto a defesa enérgica da Serra do Pilar por parte dos liberais sobressaiu devido aos oito ataques que esta posição sofreu durante o ano de 1832 por parte dos miguelistas. Com a chegada de Solignac, general francês indigitado para comandar o exército constitucional e do general Saldanha exilado em França, surge uma nova organização no exército liberal em Fevereiro, mas os combates em torno do cerco continuam a acontecer com grande frequência, aumentando assim o aperto aos liberais na cidade<sup>204</sup>.

<sup>204</sup> Eduardo Vidal; *História de Portugal (Quinto Volume)*, 1877, pp. 354 e 355.

Neste enquadramento e depois de um conselho de guerra em junho de 1833, os constitucionais, por decisão de D. Pedro, vão pôr em prática um arrojado plano. Desguarnecem a cidade do Porto e enviam uma armada até ao Algarve com o Almirante Napier e o Conde de Vila Flor, como comandante de uma expedição de 2 500 homens, para concretizarem o ataque aos miguelistas a partir do sul do país.

No dia 24 de Junho dá-se o desembarque dessa expedição na Praia da Alagoa entre Cacela e Monte Gordo, perto de Tavira, onde acaba por se dar o primeiro encontro com tropas miguelistas. Uns dias depois no mar surge o confronto de Napier com a esquadra naval miguelista que deu origem à decisiva e determinante batalha marítima do Cabo de São Vicente, com a vitória dos liberais em 5 de Julho de 1833. Os liberais que procuraram dominar o continente em operações pouco profundas com o seu apoio naval, acabaram por desenvolver no início operações de carácter essencialmente defensivo.

Esta opção tática acabou por não resultar, levando a um impasse que teve como consequências o seu bloqueamento na cidade do Porto por ação dos miguelistas. Perante este cenário a manobra de envolvimento marítimo efetuada em Julho de 1833, juntamente com a vitória sobre a esquadra miguelista no mar, acabou por mudar o rumo dos acontecimentos em favor dos liberais na guerra civil, provocando desta forma desequilíbrios profundos junto do seu adversário.

Com esta mudança de rumo na guerra dá-se a audaciosa marcha dos constitucionais comandados pelo conde de Vila Flor através do Alentejo para conquistar Lisboa, que só terminou com a batalha da Cova da Piedade – Cacilhas em 23 de Julho de 1833 e a conquista de Lisboa no dia seguinte pelos suas tropas, a que se seguiu a debandada dos miguelistas a partir do Porto durante dez dias até Coimbra<sup>205</sup>.

Com a conquista da capital D. Pedro e o governo constitucional transferem-se para Lisboa e D. Miguel, já com o general francês Bourmont à frente do seu exército, decide no início do mês de Agosto levantar o cerco do Porto e passar à ofensiva em direção a Lisboa.

---

<sup>205</sup> Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo: Os últimos dias do cerco*, 1894, pp. 314 a 321.

Perante esta iniciativa, D. Pedro acaba por desenvolver as mesmas atividades de fortificação que tinha posto em prática no Porto, tendo em conta agora o possível ataque dos miguelistas às linhas de Lisboa. Neste contexto, as tropas de D. Miguel concentraram-se em Coimbra, divididas em três divisões, tendo começado a partir daqui a sua marcha para Lisboa.

As primeiras movimentações militares no âmbito da campanha de Santarém começaram aqui com a passagem de uma dessas colunas comandadas pelo General Lemos pela vila, no dia 17 de Agosto de 1833. Sobre este assunto, Pinho Leal, combatente, na época, do lado miguelista, referia, a título de memória, no seu *Portugal Antigo e Moderno* que “uma divisão da vanguarda do exército realista que sitiava o Porto, entra em Santarém, onde é recebida com luminárias e repiques de sinos, e grande regosijo (real ou fingido) dos santarenos. D’aqui marcham para o cerco de Lisboa.”<sup>206</sup>

A partir de 5 de setembro, os miguelistas tentam penetrar as linhas de Lisboa durante mais de um mês, mas sem sucesso, com sucessivos ataques à cidade. Fruto desta realidade, Bourmont pede a demissão e é substituído em 19 de Setembro de 1833 como comandante em chefe do exército miguelista, pelo general MacDonnell. Nesta altura já no quartel-general de D. Miguel se planeava tomar Santarém como a base de operações, ao ponto de no dia 22 de setembro começarem a chegar à vila uma grande quantidade de abastecimentos, nos preparativos para uma futura ocupação.

---

<sup>206</sup> Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, p.523.



**Figura 1.27.** – Planta com as posições fortificadas (pontos vermelhos) preparadas pelos liberais na cidade de Lisboa e o respectivo dispositivo miguelista no cerco à cidade entre setembro e outubro do ano de 1833, antes da retirada de D. Miguel para Santarém.

**Fonte:** GEAEM / DIE; 2209/2/16/22; planta da cidade de 1833.

O princípio do fim das aspirações miguelistas chegaria no dia 11 de outubro, quando o exército realista, na véspera, foi forçado a concentrar-se no Lumiar, retirando pela uma hora da madrugada, no maior segredo, para Loures. As tropas de D. Pedro só tiveram conhecimento desta retirada ao romper da manhã, tendo os miguelistas nesta ação abandonado todos os feridos e muito material de guerra<sup>207</sup>.

<sup>207</sup> J. Barbosa Colen, *História de Portugal Popular e Ilustrada*, 1904, pp. 276 à 316.

No entanto, às 10 horas da manhã do mesmo dia já o esquadrão da guarda avançada dos constitucionais entrava em contacto com o inimigo, travando-se o *combate de Loures*, perdido igualmente pelos miguelistas que retiraram para Vialonga.

Foi a partir daqui que se deu a retirada definitiva do exército realista, que passou sucessivamente por Vila Franca em 12, Vila Nova da Rainha no dia 13, marchando ainda na mesma noite para o Cartaxo, onde acabariam por ser alcançados pela guarda avançada constitucional no dia seguinte. Foi este acontecimento que acabou por acelerar a ocupação de Santarém que foi materializada no dia 15 de outubro de 1833.

Segundo Pinho Leal “o sr. D. Miguel e o seu exército entram em Santarém, em retirada do cerco de Lisboa; mas na melhor ordem, e sem ser incomodado na sua marcha, pelas tropas liberaes.” Continuava a sua descrição referindo que a “*única cousa bôa que cá fez Macdonell, foi esta retirada.*”<sup>208</sup>

Começava desta forma a campanha militar de Santarém, foco da nossa investigação, a partir do momento em que acontecia a ocupação efetiva da região pelas tropas em conflito e, que iria se estender por mais sete meses até ao mês de maio de 1834. Os miguelistas faziam então do planalto ocupado pela vila o seu bastião, no fundo iriam ocupar uma posição que se iria constituir como o seu último reduto. Aqui D. Miguel iria estabelecer a residência e o seu governo no palácio do *Provedor das Lezírias* dando ordens simultaneamente para reconstruir com solidez e celeridade as velhas fortificações de Santarém, o que levou Pinho Leal a afirmar que na época Santarém “*se transformou em uma formidável praça de guerra*”<sup>209</sup> em muito pouco tempo.

---

<sup>208</sup> Pinho Leal, *idem*.

<sup>209</sup> Pinho Leal, *idem*, *ibidem*.

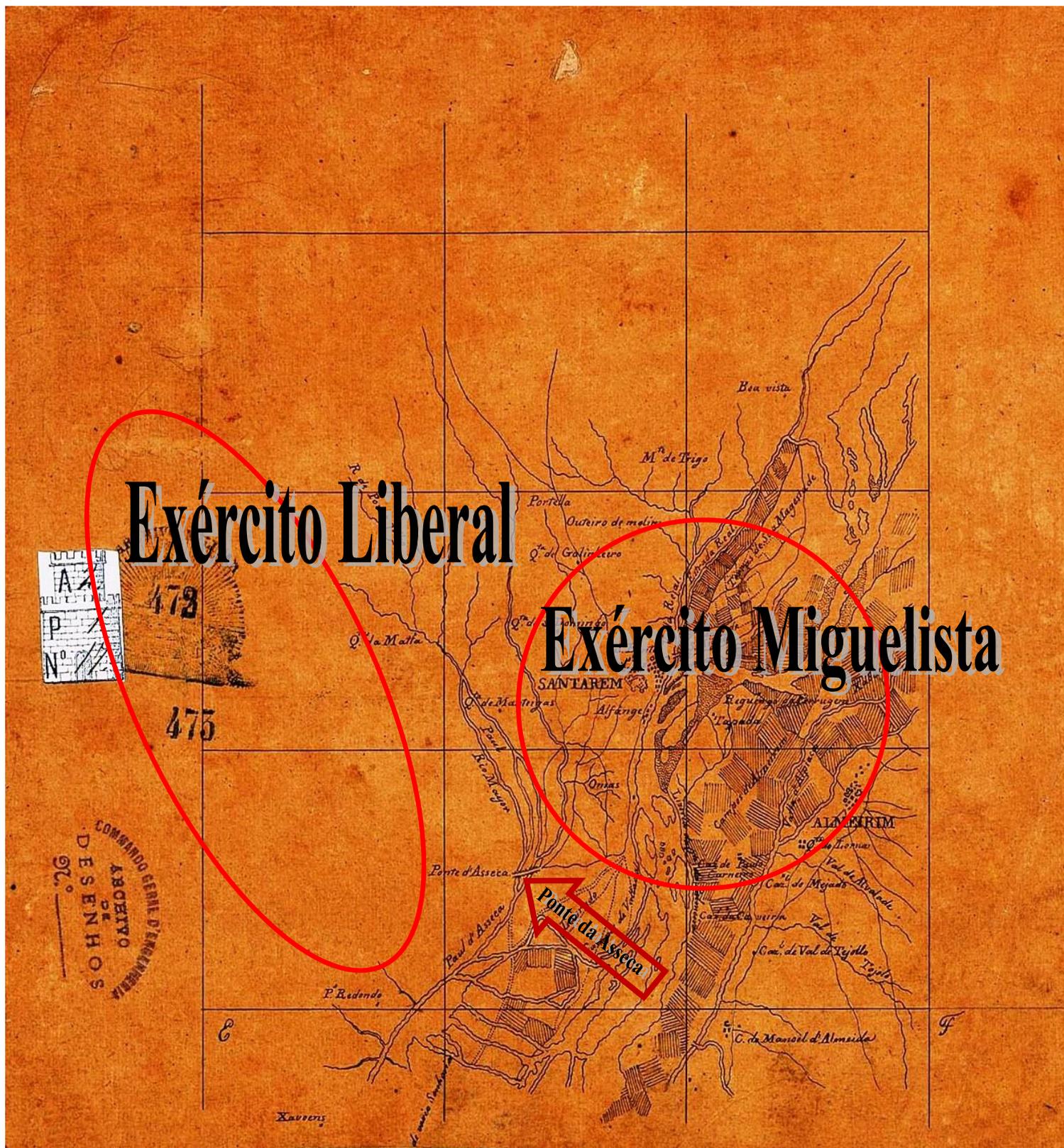


Figura 1.28. – O Posicionamento dos exércitos de D. Miguel e D. Pedro na região de Santarém

Fonte: GEAEM / DIE; 4031-III-2-18-26; Planta da vila e arredores de Santarém de 1831.

Em 16 de outubro de 1833 são também os constitucionais que entram na região de Santarém após a perseguição aos miguelistas, ocupando posições essencialmente no concelho do Cartaxo numa linha que passava pela Azambujeira ( $\Delta$  89), Atalaia ( $\Delta$  81), Póvoa de Isenta ( $\Delta$  103) e Vale de Santarém ( $\Delta$  75), tendo na sua frente o obstáculo natural da Vala da Asseca<sup>210</sup>.

Os realistas perante este dispositivo reagem colocando os seus postos avançados nas alturas da margem esquerda deste mesmo curso de água, em frente da Ponte da Asseca. Não esqueceram no entanto a margem esquerda do rio Tejo para onde enviaram uma força constituída por elementos de infantaria, cavalaria e artilharia, de forma a evitar possíveis ataques à posição de Santarém, por parte de forças liberais que pudessem ocupar essa margem. Também a partir daqui poderão bombardear as canhoelas liberais, que no rio apoiavam as operações terrestres para tomar a vila. Neste mesmo contexto o general miguelista Macdonnell enviou ainda uma coluna de 2 000 homens para Leiria para garantir as comunicações de Santarém com o norte do país e Abrantes, num apoio efetivo e necessário às operações que decorriam na região.

Perante este cenário os constitucionais posicionados na região do Cartaxo reagem no dia 11 de novembro, investindo sobre Santarém e atacando Pernes, de forma a cortarem as comunicações que foram estabelecidas pelos miguelistas até ao norte do País, passando por Leiria, com início na vila que ocupavam<sup>211</sup>. No expediente do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, é possível encontrar um requerimento datado de 20 de outubro de 1833, de um habitante da vila de Santarém, para contrair matrimónio na Aldeia Gavinha no concelho de Alenquer, devido ao impedimento para se casar em “São Nicolao de Santarém; [porque] aquella villa se acha ocupada pelo exército da usurpação e o suplicante não [pôde

---

<sup>210</sup>Cf. *Cadastro Militar das folhas nº 341 e 353*, da carta militar de Portugal, série M 888, escala 1:25 000, Lisboa, IGeoE, 2004.

<sup>211</sup>Joaquim Veríssimo Serrão, *História Política, Militar e Constitucional: As batalhas de Pernes e Almoester* in *História de Portugal*, volume VIII, pp. 49 a 54.

assim] fazer-se proclamar naquella vila; se vê então por motivos de consciência efetuar aquelle matrimónio, através do paracho que he o d'Aldeia Gavinha<sup>212</sup>.

Na campanha de Santarém, além dos contratempos de guerra que se viviam na região, surge ainda no final do ano de 1833 a epidemia de cólera que aflige a vila e que, de acordo com as palavras do barão de Saint Pardoux, trouxe mais de 5 000 baixas para o lado miguelista<sup>213</sup>, entre dezembro e fevereiro de 1834. Observando a adversidade dos miguelistas no final do ano, os liberais realizaram nessa altura uma reunião entre D. Pedro e o marechal Saldanha. Aqui definiram um plano que visava atacar Leiria, Coimbra e as províncias do norte, para varrer as forças inimigas que se movimentavam por essas regiões de forma a isolar D. Miguel em Santarém, ficando o comando do exército posicionado no Cartaxo entregue ao duque da Terceira.

Era um sinal que D. Pedro desejava acabar com a guerra, o mais depressa possível, solicitando também em termos diplomáticos a intervenção estrangeira, para afastar o príncipe espanhol D. Carlos instalado no norte de Portugal, em Vila Real, onde o seu irmão D. Miguel, agora lhe prestava apoio e proteção. Como já referimos, esta ação de D. Miguel no apoio às intenções do príncipe espanhol, vem aproximar o governo espanhol de D. Pedro, a par da Inglaterra e da França. Igualmente neste período volta a existir uma nova mudança no comando do exército miguelista, fruto das adversidades que os absolutistas viviam na época, sendo o general MacDonnell substituído nessas funções, devido à inação que revelou, pelo então general português Álvaro Póvoas.

Tudo isto numa altura em que segundo o historiador Luz Soriano, combatente do lado liberal na guerra civil, o exército miguelista tinha em Santarém e nas suas proximidades 12 000 a 13 000 homens, em volta do Porto 7 000 militares, em Coimbra, Figueira e Leiria, 3 000 homens; contra 12 000 homens do lado de D. Pedro em Santarém, 3 000 no Porto, e 1 700 em Peniche e no Algarve. No entanto outros autores avançavam que em janeiro de 1834, o exército liberal em operações na região de Santarém, tinha na ordem dos 20 000 homens de 1ª linha e 1 500 cavalos, numa fase em que os efetivos do exército de D. Miguel

---

<sup>212</sup>Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, *Documentação não tratada arquivisticamente, relativa ao expediente de 1833 do patriarcado de Lisboa*, Caixas com Documentos a Avulso.

<sup>213</sup>Barão de Saint Pardoux, *A Guerra Civil em Portugal (1833-1834)*, p.71.

eram cada vez mais reduzidos, muito por ação das deserções e da epidemia de cólera que grassava na região de Santarém.

Com este enquadramento, em Janeiro, são vários os movimentos que vão decorrer no âmbito da campanha de Santarém; em 11, marcha uma força constitucional da região do Cartaxo para Rio Maior, de forma a juntar-se com outra de Alcobaça; com um efetivo de 4 500 continuava presente a intenção do marechal Saldanha de cortar as comunicações miguelistas na zona de Leiria. No dia 13 já Saldanha estava na Batalha, preparando o ataque a Leiria que se deu no dia seguinte. Neste ataque à guarnição miguelista de Leiria, a mesma acabou por retirar para Coimbra, sendo energicamente perseguida pela cavalaria liberal. Após este evento, Saldanha desloca-se novamente para a região de Santarém, chegando a Torres Novas em 25 de janeiro, onde derrota a famosa cavalaria de Chaves, dando ordens aqui a duas unidades que se deslocassem para Pernes e para a Golegã, de forma a assenhorearem-se dos géneros que ali estavam e eram destinados ao inimigo absolutista<sup>214</sup>. Será nesta sequência que se darão os preparativos para um conjunto de movimentos militares que se iriam transformar num dos combates mais significativos na região de Santarém. Os *Combates de Pernes* que se desenrolaram entre Novembro de 1833 e o final do mês de Janeiro de 1834. Os miguelistas a partir daqui empenharam-se desde o início do mês de fevereiro em criar condições para concretizar um ataque decisivo, que já há algum tempo projetavam, tendo sido mandadas recolher a Santarém forças do Alentejo, Porto e Coimbra<sup>215</sup>. D. Pedro, por sua vez mandava para o sul o barão de Sá da Bandeira como governador do Algarve, com a missão de impedir a vinda de recursos dessa província para Santarém e no norte ordenava ao General Torres, no Porto, para passar à ofensiva contra as forças miguelistas, que ainda se movimentavam nessa parte do país. Estávamos então perante os preparativos daquela que foi considerada por muitos autores como a última e decisiva batalha da Guerra Civil, a *Batalha de Almoster* que aconteceu no dia 18 de fevereiro de 1834, na região de Santarém<sup>216</sup>.

---

<sup>214</sup> Virgílio Arruda, *Do Brasil ao Ribatejo: A retirada de Pernes*, pp. 181 a 185.

<sup>215</sup> Coronel Ignacio Augusto Alves, *Episódios Militares das Lutas Cívicas (1832-1851)*, pp. 7 a 11.

<sup>216</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História Política, Militar e Constitucional: As batalhas de Pernes e Almoster* in *História de Portugal*, volume VIII, pp. 49 a 54.

## 2. OS IMPACTOS DA GUERRA CIVIL NA VIDA SOCIAL, ECONÓMICA E POLÍTICA DA REGIÃO DE SANTARÉM

### 2.1. OS IMPACTOS DA GUERRA CIVIL NA SOCIEDADE LOCAL: A INFLUÊNCIA DO CONFLITO NA DEMOGRAFIA DA REGIÃO

Quando se iniciou a pesquisa dos efeitos da guerra civil na mortalidade e na evasão da população civil da região de Santarém, usámos como fonte primária essencial os antigos registos paroquiais. Esta documentação manuscrita permitiu-nos então refazer parte da vida das populações da época em estudo, cuja organização local se desenvolvia em torno da entidade administrativa e eclesiástica designada por *paróquia*. Nesses assentos paroquiais, o pároco da respetiva povoação fazia o averbamento dos acontecimentos religiosos marcantes na vida da comunidade a que presidia, redigindo os batismos, os casamentos, os óbitos e todos os outros cerimónias que assinalavam o dia-a-dia das gentes<sup>217</sup> nas diferentes localidades. Desta forma, a nossa recolha de informação assentou essencialmente na pesquisa dos livros de óbitos dos antigos concelhos de Santarém, Cartaxo e Pernes durante a primeira metade do século XIX, porque os mesmos ainda se constituem hoje como a principal fonte de leitura da mortalidade, tanto ao nível local como regional de épocas mais recuadas. Surgiram assim na nossa investigação, livros de várias freguesias dos concelhos referidos, que constituíram assim um meio quase exclusivo para apurar os impactos da guerra na região de Santarém em 1833 e 1834, no que diz respeito à mortalidade da população nas diferentes localidades que a constituem. Estes livros não apresentavam um formulário padronizado para cada registo, como tal, o padre tinha sempre a possibilidade de acrescentar a cada um dos assentos considerados normais, outros pormenores que julgasse pertinentes para a caracterização de um determinado indivíduo que era registado. Foi através dessa atuação que recolhemos alguma informação suplementar, útil para o estudo das pessoas, lugares e acontecimentos que marcaram as comunidades da região, na época em investigação<sup>218</sup>. Como algumas paróquias tinham

---

<sup>217</sup>Maria Norberta Amorim, *Demografia Histórica*, 1995, pp.23 a 26.

<sup>218</sup>Maria Norberta Amorim, *Informatização normalizada de arquivos, reconstituição de paróquias e história das populações*, 1995, pp.35,36 e Mário Leston, *Demografia – objecto, teorias e métodos*, 2004, pp.102 a 105.

lacunas e falhas nas séries de registos do período em estudo entre 1801 e 1849, por razões que se prenderam com o seu extravio ou destruição ao longo do tempo, a recolha de informação ficou nesse caso condicionada apenas aos assentos existentes, tendo sido feita a análise de todos os que estavam disponíveis. Povoações como Arruda dos Pisões, Azóia de Cima, Cartaxo, Rio Maior, Romeira, São João da Ribeira, Tremês, Vaqueiros, Vale de Figueira, e ainda freguesias que faziam parte do tecido urbano da vila de Santarém, São Julião e São Mateus, apresentaram falhas nos registos de óbitos de alguns anos em observação. Colmatou-se no entanto esta lacuna com uma pesquisa de outros averbamentos como os livros de batismo, casamentos e mistos, a par dos assentos do Hospital Real de Santarém com óbitos de todas as povoações da região, na tentativa de encontrar alguma informação que pudesse caracterizar as respectivas freguesias no que à sua demografia diz respeito. Integraram-se ainda nesta recolha de informação sobre a mortalidade regional, os censos oficiais de 1801 e 1849<sup>219</sup> das várias paróquias em observação, datas que acabaram por constituir os limites temporais do horizonte demográfico do nosso estudo.

Das várias causas possíveis que justificam o desaparecimento e deterioração dos livros de registo, muito contribuiu sem dúvida os impactos da terceira invasão francesa na região durante os cinco meses que durou o conflito nesse local entre 1810 e 1811, como se pôde observar num dos livros de óbitos da igreja de Santo Estêvão do Milagre em Santarém. Num dos muitos registos por nós analisados, é destacada a visita que foi feita na época às igrejas invadidas do Arcediagado de Santarém, onde o secretário dessa visitaçãõ acabou por referir que a mesma perdeu quase todos os livros de assentos, e o reverendo encomendado ficou advertido de que devia começar desde logo a assentar todas as informações possíveis, para restituir os assentos perdidos. Também no Cartaxo, numa memória coeva, o padre António Teixeira Leitão descrevia que em outubro de 1810, foram várias as casas incendiadas e destruídas na povoação, tendo a sua residência ardido completamente, assim como todo o arquivo da igreja, onde estavam depositados todos os

---

<sup>219</sup>Instituto Nacional de Estatística, *O recenseamento da população Portuguesa de 1801 e 1849*, edição crítica vol. I, coordenador: Luís Espinha, 2001, Lisboa, INE, 2001.

registos paroquiais<sup>220</sup>. Mais tarde seriam os efeitos da guerra civil, objeto do nosso estudo, que na região de Santarém se prolongou durante oito penosos meses, desde outubro de 1833 a maio de 1834, a constituir-se também como causa para o desaparecimento e deterioração dos mesmos livros de registo. Sobre esta realidade o soldado miguelista José Bento Fernandes referia que logo no início da ocupação, a vila de Santarém apresentava muitos templos e igrejas queimados<sup>221</sup>, situação que se verificou em toda a região envolvente que tinha sido ocupada pelos exércitos da guerra civil. Neste mesmo contexto, a fuga das populações devido à conflitualidade na região poderá também ter criado condições para a desorganização da vida paroquial, afetando igualmente a elaboração dos diferentes registos. Com o êxodo das populações, verificou-se então a desordem na maior parte das localidades por onde passavam ou estava previsto passarem os dois exércitos da guerra civil. Esta realidade criou situações extremas, como aquela que foi descrita pelo barão de Saint Pardoux em Maio de 1834, quando o mesmo referiu que o exército realista na vila de Santarém apresentava um aspeto lastimoso num local onde “as ruas estavam a quase desertas e as poucas pessoas que nelas se encontravam tinham os rostos emagrecidos pelas privações e doenças<sup>222</sup>”. Neste contexto abordaremos então a geografia dos óbitos na região em 1833 e 1834, com base nas consequências da sua ocupação pelos exércitos de D. Miguel e D. Pedro e a forma como o seu posicionamento influenciou a incidência da mortalidade.

### 2.1.1. Santarém

Nos quadros e figura que surgem abaixo, surgirá espelhada a evolução da mortalidade da população civil do concelho de Santarém na primeira metade do século XIX. Foram desta forma analisados todos os óbitos ocorridos junto das populações do seu município entre 1801 e 1849. Estes limites da nossa observação assentaram, como já foi referido, nas datas dos únicos censos oficiais implementados pelas autoridades nesta parte do século, objeto da nossa observação.

---

<sup>220</sup> ANTT, *Fundo de registos paroquiais de óbitos das freguesias de Santo Estevão do Milagre em Santarém e do Cartaxo*.

<sup>221</sup> José Bento Fernandes, *Diário de um soldado miguelista*, in *Revista de História*, vol. 13, p. 294.

<sup>222</sup> Barão de Saint Pardoux, *Op. Cit.*, p.82.

Quadro 1.2. - Óbitos no concelho de Santarém no período de 1801 a 1811

| Freguesias / Anos                |                                | 1801       | 1802       | 1803       | 1804       | 1805       | 1806        | 1807       | 1808       | 1809        | 1810        | 1811 |     |
|----------------------------------|--------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|------------|------------|-------------|-------------|------|-----|
| Freguesias do termo da vila      | Abitureiras                    | 24         | 22         | 19         | 21         | 16         | 19          | 20         | 22         | 25          | 50          | 70   |     |
|                                  | Achete                         | 50         | 34         | 37         | 29         | 41         | 42          | 46         | 39         | 42          | 45          | 82   |     |
|                                  | Alcanhões                      | 21         | 27         | 31         | 21         | 30         | 24          | 33         | 37         | 39          | 42          | 64   |     |
|                                  | Almoster                       | 53         | 36         | 41         | 47         | 36         | 30          | 37         | 49         | 33          | 22          | 65   |     |
|                                  | Alpiarça                       | 83         | 71         | 66         | 54         | 48         | 47          | 58         | 51         | 44          | 101         | 160  |     |
|                                  | Arruda de Pisões               |            |            |            |            |            |             |            |            |             |             |      |     |
|                                  | Azinhaga                       | 6          | 7          | 5          | 8          | 7          | 6           | 6          | 7          | 6           | 12          | 18   |     |
|                                  | Azóia de Baixo                 | 17         | 16         | 8          | 8          | 18         | 17          | 8          | 24         | 13          | 8           | 30   |     |
|                                  | Azóia de Cima                  |            |            |            |            |            |             |            |            |             |             |      |     |
|                                  | Casével                        | 20         | 15         | 2          | 14         | 15         | 17          | 11         | 13         | 26          | 40          | 61   |     |
|                                  | Chouto                         | 21         | 19         | 18         | 24         | 17         | 16          | 13         | 15         | 20          | 43          | 64   |     |
|                                  | Outeiro da Cortiçada           | 24         | 22         | 20         | 16         | 23         | 21          | 23         | 27         | 22          | 48          | 80   |     |
|                                  | Pinheiro Grande                | 36         | 31         | 27         | 22         | 35         | 33          | 31         | 38         | 34          | 72          | 83   |     |
|                                  | Pombal                         | 25         | 13         | 29         | 24         | 31         | 28          | 29         | 10         | 20          | 23          | 57   |     |
|                                  | Póvoa de Galegos               | 8          | 7          | 6          | 9          | 5          | 6           | 9          | 10         | 9           | 16          | 46   |     |
|                                  | Raposa                         | 3          | 4          | 2          | 3          | 2          | 3           | 4          | 3          | 5           | 6           | 9    |     |
|                                  | Rio Maior                      |            |            |            |            |            |             |            |            |             |             | 142  | 223 |
|                                  | Romeira                        |            |            |            |            |            |             |            |            |             |             |      |     |
|                                  | S. João da Ribeira             |            |            |            |            |            |             |            |            |             |             |      |     |
|                                  | S. Vicente do Paúl             | 50         | 45         | 41         | 39         | 42         | 51          | 53         | 51         | 54          | 55          | 26   |     |
|                                  | Sta Marta de Monção de Benfica | 46         | 43         | 39         | 35         | 37         | 32          | 48         | 42         | 49          | 90          | 132  |     |
|                                  | Tremês                         |            |            |            |            |            |             |            |            |             |             |      |     |
|                                  | Vale                           | 39         | 37         | 31         | 27         | 33         | 27          | 40         | 42         | 36          | 80          | 123  |     |
|                                  | Vale de Cavalos                | 26         | 24         | 27         | 22         | 28         | 19          | 30         | 32         | 26          | 52          | 77   |     |
|                                  | Vale de Figueira               |            |            |            |            |            |             |            |            |             |             |      |     |
|                                  | Vaqueiros                      |            |            |            |            |            |             |            |            |             |             |      | 16  |
| Várzea                           | 15                             | 14         | 17         | 12         | 16         | 18         | 20          | 22         | 21         | 30          | 45          |      |     |
| Freguesias da vila               | N. Sra. de Marvila             | 54         | 49         | 57         | 51         | 55         | 53          | 56         | 46         | 43          | 23          | 33   |     |
|                                  | Salvador                       | 45         | 69         | 59         | 40         | 56         | 66          | 83         | 58         | 52          | 44          | 85   |     |
|                                  | S. João Evangelista de Alfange | 24         | 20         | 27         | 16         | 19         | 16          | 23         | 14         | 29          | 13          | 28   |     |
|                                  | S. Julião                      |            |            |            |            |            |             |            |            |             |             |      |     |
|                                  | S. Lourenço                    | 3          | 3          | 4          | 2          | 5          | 1           | 3          | 4          | 4           | 3           | 4    |     |
|                                  | S. Martinho                    | 6          | 5          | 4          | 3          | 4          | 5           | 3          | 4          | 2           | 6           | 7    |     |
|                                  | S. Mateus                      |            |            |            |            |            |             |            |            |             |             |      |     |
|                                  | S. Nicolau                     | 98         | 90         | 83         | 75         | 73         | 77          | 79         | 81         | 83          | 98          | 116  |     |
|                                  | S. Tiago                       | 3          | 2          | 4          | 3          | 2          | 3           | 4          | 3          | 5           | 6           | 7    |     |
|                                  | Smo. Milagre                   | 25         | 21         | 27         | 19         | 19         | 21          | 26         | 27         | 28          | 18          | 8    |     |
|                                  | Sta. Cruz                      | 22         | 18         | 21         | 15         | 25         | 23          | 24         | 23         | 21          | 44          | 70   |     |
|                                  | Sta. Iria                      | 16         | 13         | 14         | 11         | 17         | 16          | 17         | 18         | 16          | 33          | 47   |     |
|                                  | Sta. Maria de Alcáçova         | 4          | 3          | 6          | 4          | 5          | 7           | 9          | 10         | 7           | 8           | 13   |     |
| <b>Hospital Real de Santarém</b> | 104                            | 123        | 105        | 107        | 102        | 197        | 168         | 145        | 164        | 186         | 327         |      |     |
| <b>Total</b>                     | <b>971</b>                     | <b>903</b> | <b>877</b> | <b>781</b> | <b>862</b> | <b>941</b> | <b>1014</b> | <b>967</b> | <b>978</b> | <b>1459</b> | <b>2276</b> |      |     |

**Fonte:** ANTT e ADS; Fundo dos Registos Paroquiais disponíveis, das diferentes Freguesias do antigo concelho de Santarém entre os anos de 1801 e 1811.

**Quadro 1.3. - Óbitos no concelho de Santarém no período de 1812 a 1824**

|      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 1812 | 1813 | 1814 | 1815 | 1816 | 1817 | 1818 | 1819 | 1820 | 1821 | 1822 | 1823 | 1824 |
| 20   | 21   | 23   | 16   | 17   | 21   | 22   | 19   | 17   | 16   | 18   | 21   | 23   |
| 26   | 13   | 15   | 17   | 13   | 32   | 11   | 12   | 19   | 17   | 30   | 23   | 30   |
| 13   | 23   | 19   | 20   | 10   | 15   | 18   | 14   | 19   | 18   | 22   | 9    | 14   |
| 50   | 36   | 40   | 19   | 25   | 27   | 17   | 11   | 27   | 24   | 36   | 23   | 23   |
| 52   | 38   | 43   | 30   | 29   | 43   | 48   | 40   | 31   | 33   | 27   | 42   | 39   |
|      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
| 4    | 5    | 4    | 3    | 6    | 7    | 7    | 8    | 10   | 9    | 5    | 4    | 6    |
| 10   | 13   | 20   | 17   | 13   | 23   | 7    | 14   | 7    | 5    | 11   | 8    | 9    |
| 12   | 9    | 11   | 10   | 8    | 13   | 12   | 11   | 9    | 14   | 11   | 12   | 13   |
|      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
| 22   | 18   | 17   | 16   | 19   | 20   | 23   | 22   | 24   | 14   | 16   | 17   | 19   |
| 20   | 23   | 21   | 19   | 22   | 23   | 24   | 25   | 26   | 24   | 19   | 21   | 22   |
| 32   | 31   | 30   | 28   | 33   | 33   | 32   | 31   | 33   | 30   | 29   | 28   | 27   |
| 24   | 14   | 15   | 5    | 8    | 12   | 15   | 9    | 7    | 11   | 8    | 13   | 12   |
| 7    | 8    | 6    | 4    | 9    | 10   | 11   | 9    | 8    | 6    | 5    | 3    | 7    |
| 4    | 3    | 4    | 2    | 6    | 7    | 8    | 9    | 6    | 8    | 9    | 7    | 9    |
| 49   | 68   | 61   | 51   | 54   | 56   | 62   | 65   | 59   | 60   | 62   | 61   | 67   |
|      |      |      |      |      | 7    | 10   | 9    | 6    | 7    | 5    | 6    | 9    |
|      |      | 30   | 29   | 35   | 37   | 29   | 27   | 25   | 23   | 32   | 30   | 29   |
| 26   | 28   | 25   | 26   | 18   | 13   | 19   | 15   | 17   | 13   | 29   | 23   | 18   |
| 44   | 42   | 40   | 39   | 45   | 47   | 41   | 40   | 39   | 36   | 34   | 39   | 36   |
|      | 21   | 20   | 22   | 23   | 25   | 22   | 21   | 20   | 19   | 24   | 25   | 22   |
| 36   | 37   | 2    | 3    | 7    | 21   | 11   | 17   | 16   | 18   | 14   | 15   | 21   |
| 23   | 29   | 27   | 22   | 31   | 32   | 23   | 22   | 19   | 20   | 22   | 24   | 20   |
|      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
| 3    | 6    | 4    | 5    | 6    | 6    | 9    | 7    | 6    | 5    | 7    | 4    | 8    |
| 7    | 15   | 13   | 2    | 10   | 13   | 14   | 18   | 14   | 5    | 16   | 10   | 16   |
| 33   | 24   | 28   | 22   | 41   | 26   | 22   | 38   | 26   | 25   | 38   | 32   | 43   |
| 48   | 42   | 39   | 38   | 39   | 67   | 43   | 55   | 56   | 51   | 51   | 44   | 55   |
| 23   | 20   | 29   | 17   | 18   | 15   | 16   | 32   | 14   | 12   | 14   | 19   | 10   |
|      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|      | 3    | 3    | 1    | 3    | 4    | 0    | 2    | 0    | 2    | 3    | 2    | 1    |
| 3    | 6    | 2    | 3    | 3    | 2    | 9    | 11   | 7    | 7    | 13   | 4    | 10   |
| 1    | 2    | 1    | 2    | 1    | 2    | 3    | 1    | 2    | 1    | 2    | 1    | 3    |
| 39   | 58   | 52   | 33   | 42   | 44   | 62   | 63   | 35   | 27   | 56   | 58   | 59   |
| 5    | 2    | 4    | 2    | 6    | 7    | 2    | 3    |      | 2    | 1    |      | 1    |
| 26   | 19   | 17   | 23   | 25   | 26   | 27   | 25   | 22   | 20   | 19   | 26   | 19   |
| 22   | 16   | 23   | 21   | 24   | 22   | 13   | 18   | 17   | 9    | 10   | 8    | 9    |
| 16   | 13   | 18   | 15   | 19   | 18   | 20   | 25   | 19   | 24   | 21   | 17   | 46   |
| 8    | 5    | 6    | 7    | 8    | 5    | 6    | 4    | 3    | 5    | 6    | 2    | 3    |
| 151  | 149  | 113  | 69   | 78   | 80   | 141  | 140  | 111  | 120  | 145  | 151  | 167  |
| 859  | 860  | 825  | 658  | 754  | 861  | 859  | 892  | 776  | 740  | 870  | 832  | 925  |

**Fonte:** ANTT, Fundo dos Registos Paroquiais disponíveis, das diferentes Freguesias que pertenciam ao antigo concelho de Santarém entre 1812 e 1824.

**Quadro1.4. - Óbitos no concelho de Santarém no período de 1825 a 1835**

|                             | 1825                           | 1826       | 1827       | 1828       | 1829       | 1830       | 1831       | 1832       | 1833        | 1834        | 1835       |    |
|-----------------------------|--------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|-------------|------------|----|
| Freguesias do termo da vila | Abitureiras                    | 20         | 19         | 13         | 11         | 15         | 14         | 12         | 9           | 40          | 61         | 23 |
|                             | Achete                         | 21         | 28         | 25         | 25         | 17         | 22         | 24         | 23          | 25          | 29         | 17 |
|                             | Alcanhões                      | 13         | 20         | 10         | 19         | 20         | 26         | 30         | 27          | 62          | 40         | 18 |
|                             | Almofter                       | 29         | 27         | 29         | 26         | 40         | 33         | 51         | 47          | 65          | 93         | 18 |
|                             | Alpiarça                       | 29         | 23         | 34         | 22         | 35         | 26         | 22         | 37          | 47          | 61         | 24 |
|                             | Arruda de Pisões               |            |            |            |            |            |            |            |             |             |            |    |
|                             | Azinhaga                       | 10         | 7          | 5          | 9          | 12         | 13         | 12         | 11          | 20          | 27         | 9  |
|                             | Azóia de Baixo                 | 8          | 6          | 9          | 14         | 17         | 8          | 6          | 4           | 25          | 6          | 5  |
|                             | Azóia de Cima                  |            |            |            |            |            |            |            |             |             |            |    |
|                             | Casével                        | 13         | 16         | 18         | 19         | 20         | 26         | 30         | 27          | 62          | 40         | 18 |
|                             | Chouto                         | 15         | 14         | 16         | 17         | 18         | 13         | 16         | 19          | 21          | 30         | 12 |
|                             | Outeiro da Cortiçada           | 25         | 22         |            | 21         | 19         | 17         | 19         | 20          | 30          | 50         | 23 |
|                             | Pinheiro Grande                | 30         | 27         | 24         | 21         | 19         | 22         | 24         | 19          | 43          | 70         | 21 |
|                             | Pombal                         | 18         | 30         | 24         | 32         | 34         | 37         | 46         | 25          | 48          | 54         | 22 |
|                             | Póvoa de Galegos               | 7          | 5          | 4          | 7          | 9          | 8          | 7          | 6           | 16          | 25         | 11 |
|                             | Raposa                         | 6          | 5          | 8          | 6          | 4          | 3          | 7          | 6           | 8           | 17         | 6  |
|                             | Rio Maior                      | 34         | 41         | 39         | 37         | 45         | 37         | 33         | 47          | 59          | 89         | 39 |
|                             | Romeira                        | 10         | 9          | 5          | 7          | 6          | 9          | 4          | 7           | 16          | 23         | 8  |
|                             | S. João da Ribeira             | 30         | 27         | 25         | 23         | 22         | 19         | 17         | 27          | 37          | 70         | 16 |
|                             | S. Vicente do Paul             | 25         | 21         | 21         | 27         | 53         | 44         | 51         | 40          | 47          | 47         | 20 |
|                             | Sta Marta de Monção de Benfica | 29         | 23         | 27         | 19         | 21         | 26         | 30         | 29          | 44          | 75         | 22 |
|                             | Tremês                         | 24         | 27         | 21         | 20         | 19         | 18         | 27         | 23          | 31          | 60         | 19 |
|                             | Vale                           | 21         | 28         | 37         | 21         | 19         | 19         | 23         | 6           | 29          | 56         | 10 |
|                             | Vale de Cavalos                | 22         | 19         | 21         | 18         | 23         | 16         | 18         | 19          | 31          | 68         | 22 |
| Vale de Figueira            |                                |            |            |            |            |            |            |            |             |             |            |    |
| Vaqueiros                   | 6                              | 4          | 3          | 7          | 8          | 3          | 4          | 5          | 10          | 17          | 6          |    |
| Várzea                      | 12                             | 19         | 15         | 17         | 13         | 14         | 13         | 9          | 44          | 51          | 11         |    |
| Freguesias da vila          | N. Sra. de Marvila             | 32         | 36         | 35         | 38         | 36         | 38         | 30         | 38          | 60          | 128        | 23 |
|                             | Salvador                       | 42         | 34         | 57         | 52         | 39         | 48         | 70         |             | 27          | 44         | 25 |
|                             | S. João Evangelista de Alfange | 13         | 13         | 20         | 19         | 15         | 21         | 30         | 16          | 23          | 16         | 7  |
|                             | S. Julião                      | 5          | 3          | 4          | 5          | 6          | 2          | 7          | 3           | 8           | 14         | 4  |
|                             | S. Lourenço                    | 2          | 5          | 0          | 1          | 0          | 4          | 2          | 4           | 6           | 11         | 0  |
|                             | S. Martinho                    | 7          | 4          | 4          | 3          | 5          | 7          | 12         | 10          | 8           | 15         | 1  |
|                             | S. Mateus                      | 4          | 7          | 3          | 4          | 7          | 2          | 5          | 6           | 8           | 17         | 4  |
|                             | S. Nicolau                     | 34         | 41         | 61         | 62         | 63         | 59         | 70         | 55          | 66          | 109        | 36 |
|                             | S. Tiago                       | 1          | 1          |            |            | 1          | 1          |            | 1           | 4           | 30         | 19 |
|                             | Smo. Milagre                   | 22         | 20         | 20         | 20         | 20         | 20         | 20         | 20          | 20          | 20         | 20 |
|                             | Sta. Cruz                      | 1          | 7          | 12         | 14         | 16         | 5          | 10         | 5           | 18          | 22         | 7  |
| Sta. Iria                   | 41                             | 36         | 43         | 28         | 18         | 21         | 31         | 21         | 47          | 63          | 28         |    |
| Sta. Maria de Alcáçova      | 3                              | 1          | 2          | 3          | 2          | 1          | 3          | 5          | 6           | 6           | 5          |    |
| Hospital Real de Santarém   | 158                            | 150        | 123        | 110        | 137        | 136        | 139        | 141        | 295         | 369         | 67         |    |
| <b>Total</b>                | <b>802</b>                     | <b>825</b> | <b>817</b> | <b>804</b> | <b>873</b> | <b>838</b> | <b>955</b> | <b>817</b> | <b>1456</b> | <b>2023</b> | <b>646</b> |    |

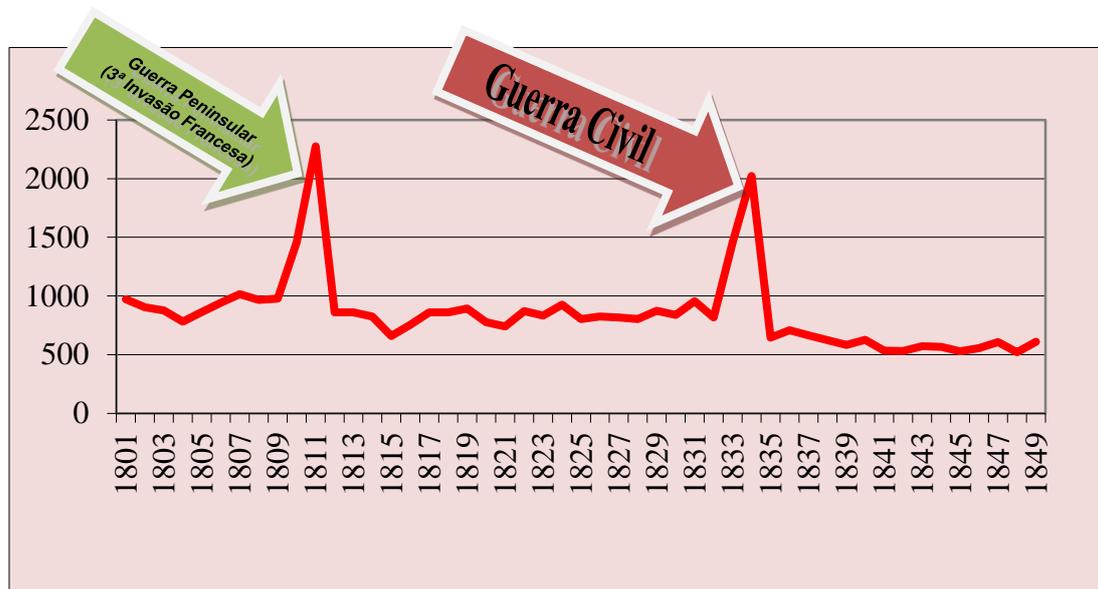
**Fonte:** ANTT, Fundo dos Registos Paroquiais das diferentes Paróquias que pertenciam ao antigo concelho de Santarém, entre 1825 e 1835.

**Quadro 1.5. - Óbitos no concelho de Santarém no período de 1836 a 1849**

| 1836 | 1837 | 1838 | 1839 | 1840 | 1841 | 1842 | 1843 | 1844 | 1845 | 1846 | 1847 | 1848 | 1849 |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 16   | 14   | 11   | 9    | 7    | 10   | 11   | 6    | 5    | 7    | 4    | 5    | 6    | 3    |
| 18   | 21   | 23   | 22   | 24   | 21   | 19   | 12   | 11   | 14   | 12   | 10   | 13   | 10   |
| 14   | 4    | 11   | 5    | 3    | 4    | 2    | 10   | 21   | 18   | 23   | 4    | 15   | 9    |
| 20   | 20   | 27   | 16   | 20   | 27   | 11   | 20   | 29   | 29   | 26   | 47   | 42   | 57   |
| 33   | 21   | 23   | 29   | 32   | 31   | 24   | 29   | 24   | 34   | 37   | 33   | 26   | 31   |
|      |      |      |      | 16   | 18   | 17   | 16   | 19   | 21   | 19   | 14   | 15   | 20   |
| 13   | 8    | 7    | 8    | 9    | 10   | 6    | 7    | 5    | 9    | 8    | 7    | 9    | 11   |
| 3    | 9    | 2    | 12   | 16   | 11   | 2    | 6    | 7    | 2    | 3    | 10   | 6    | 2    |
|      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
| 14   | 4    | 11   | 5    | 3    | 4    | 2    | 10   | 21   | 18   | 23   | 10   | 6    | 4    |
| 11   | 9    | 12   | 14   | 16   | 11   | 9    | 10   | 9    | 7    | 9    | 8    | 7    | 10   |
| 21   | 22   | 23   | 18   | 16   | 15   | 12   | 11   | 10   | 9    | 8    | 7    | 9    | 6    |
| 16   | 18   | 19   | 17   | 14   | 19   | 22   | 21   | 12   | 11   | 13   | 10   | 11   | 14   |
| 30   | 20   | 28   | 22   | 27   | 16   | 25   | 17   | 10   | 8    | 17   | 37   | 25   | 26   |
| 10   | 9    | 15   | 13   | 11   | 10   | 7    | 8    | 6    | 5    | 4    | 5    | 3    | 2    |
| 8    | 9    | 5    | 3    | 6    | 9    | 6    | 3    | 8    | 5    | 4    | 7    | 6    | 4    |
| 41   | 30   | 29   | 26   | 23   | 21   | 24   | 28   | 31   | 19   | 21   | 25   | 22   | 18   |
| 6    | 8    | 5    | 4    | 3    | 4    | 7    | 2    | 5    | 8    | 6    | 4    | 6    | 2    |
| 18   | 19   | 20   | 17   | 14   | 13   | 16   | 19   | 22   | 11   | 10   | 13   | 8    | 15   |
| 36   | 16   | 13   | 10   | 7    | 9    | 6    | 8    | 9    | 6    | 11   | 10   | 9    | 12   |
| 19   | 21   | 19   | 24   | 21   | 14   | 13   | 11   | 10   | 9    | 8    | 6    | 9    | 7    |
| 17   | 19   | 20   | 21   | 22   | 13   | 14   | 18   | 19   | 20   | 19   | 17   | 14   | 16   |
| 11   | 2    | 7    | 9    | 8    | 6    | 4    | 7    | 5    | 8    | 7    | 6    | 8    | 9    |
| 20   | 17   | 15   | 16   | 14   | 13   | 11   | 9    | 8    | 6    | 7    | 5    | 6    | 4    |
|      |      |      | 16   | 12   | 11   | 9    | 8    | 7    | 9    | 6    | 9    | 10   | 5    |
| 7    | 5    | 3    | 6    | 9    | 11   | 7    | 6    | 4    | 3    | 8    | 6    | 7    | 5    |
| 11   | 16   | 12   | 9    | 19   | 8    | 12   | 15   | 9    | 16   | 11   | 36   | 17   | 25   |
| 12   | 23   | 16   | 10   | 24   | 14   | 21   | 11   | 16   | 15   | 16   | 10   | 21   | 25   |
| 21   | 20   | 19   | 17   | 13   | 11   | 9    | 16   | 14   | 11   | 17   | 15   | 9    | 14   |
| 13   | 6    | 6    | 8    | 10   | 6    | 8    | 5    | 3    | 10   | 5    | 7    | 7    | 8    |
|      |      |      |      |      |      |      |      | 4    | 2    | 6    | 4    | 3    | 4    |
| 0    | 0    | 2    | 1    | 0    | 0    | 0    | 2    | 3    | 2    | 6    |      |      | 3    |
| 4    | 3    | 1    | 1    | 3    | 1    | 1    | 7    | 3    | 1    | 3    | 7    | 1    | 2    |
| 3    | 2    | 7    | 5    | 6    | 3    | 9    | 5    | 7    | 9    | 10   | 7    | 8    | 6    |
| 37   | 54   | 44   | 24   | 32   | 20   | 28   | 30   | 22   | 25   | 31   | 17   | 0    | 18   |
| 15   | 13   | 11   | 5    | 8    | 9    | 7    | 5    | 6    | 7    | 4    | 3    | 7    | 12   |
| 20   | 12   | 15   | 16   | 9    | 8    | 7    | 10   | 13   | 9    | 8    | 14   | 6    | 7    |
| 12   | 10   | 8    | 7    | 5    | 4    | 7    | 6    | 4    | 8    | 4    | 5    | 5    | 7    |
| 43   | 51   | 45   | 30   | 32   | 26   | 28   | 43   | 25   | 23   | 33   | 59   | 45   | 9    |
| 5    | 3    | 2    | 2    | 5    | 4    | 3    | 4    | 5    | 7    | 7    | 2    | 5    | 6    |
| 109  | 125  | 87   | 106  | 108  | 88   | 105  | 110  | 116  | 86   | 82   | 105  | 89   | 162  |
| 707  | 663  | 623  | 583  | 627  | 533  | 531  | 571  | 567  | 527  | 556  | 606  | 521  | 610  |

**Fonte:** ANTT, *Fundo dos Registos Paroquiais das diferentes freguesias que pertenciam ao antigo concelho de Santarém entre 1836 e 1849.*

**Figura 1.30. – Gráfico com evolução dos óbitos no antigo concelho de Santarém entre 1801 e 1849.**



**Fonte:** ANTT, *Fundo dos registos paroquiais de todas as freguesias que pertenciam ao antigo concelho de Santarém, neste período.*

Todas as contagens contempladas nos diferentes anos em análise acabaram por assentar essencialmente na leitura dos óbitos lavrados nos registos paroquiais que, como já foi referido, constituíam o principal averbamento da população na época. Sendo assim nos quarenta e nove anos analisados, observou-se que foi em anos muito difíceis para o país e principalmente para a região, com a ocorrência de conflitos armados como a terceira invasão francesa e a guerra civil, que houve um acréscimo anormal de óbitos no concelho.

A mortalidade da população civil no município atingiu assim nos anos de 1833 e 1834 no auge da guerra civil, 1.456 e 2.023 falecimentos, respetivamente, atingindo o concelho no ano de 1811 em plena terceira invasão francesa os seus valores mais elevados de mortalidade, com 2.276 óbitos. Perante uma média de mortalidade de cerca de 853 óbitos, no horizonte temporal por nós estudado, estes valores surgem muito acima de outros números apresentados no gráfico acima, que correspondem na sua generalidade a anos considerados normais<sup>223</sup>.

<sup>223</sup> ANTT, *Fundo dos registos paroquiais*, das freguesias do antigo concelho de Santarém.

*Quais foram então as razões desta conjuntura demográfica no concelho?*

Esta questão leva-nos avançar com diferentes considerações, em primeiro lugar no que diz respeito aos números de 1810 e 1811, em plena terceira invasão francesa. Num contexto em as tropas francesas tinham-se movimentado e posicionado em força no concelho de Santarém a partir de outubro de 1810, essa mesma realidade iria provocar na altura um enorme êxodo das populações dos diferentes lugares do concelho e dos muito religiosos que nelas coabitavam.

Segundo o Marquês de Sá da Bandeira, com a aproximação do exército de Massena, no mês de outubro de 1810, a maior parte da população da vila de Santarém e das freguesias rurais do seu concelho abandonou as suas casas, migrando para as povoações da margem esquerda do Tejo, outros para a capital, ou então para as zonas mais altas da região. Sendo contemporâneo destes acontecimentos, afirmava que muitos habitantes do concelho acabaram por falecer nos locais para onde tinham fugido, por falta de alimentos e devido ao rigor do Inverno<sup>224</sup>. Sendo sobejamente conhecido o comportamento brutal e descomedido do exército francês, devido à política de saque posta em prática pelos seus corpos, tinha-se então espalhado o terror no concelho, muito por influência das notícias aterradoras que chegavam de outras partes do país por onde os mesmos tinham passado ou permanecido.

Além deste êxodo das populações, também a fuga dos religiosos já referida explica os valores dos óbitos registados em 1810, que se cifraram num valor bem abaixo do pique da guerra peninsular na região de Santarém, onde se verificaram 2.276 mortos em 1811, em plena terceira invasão francesa. Os apenas 1.459 óbitos registados neste ano em que se inicia a ocupação militar do concelho deve-se em parte ao registo tardio dos óbitos feito apenas em 1811; os mesmos serão assinalados pelos padres com maior frequência a partir de meados de março do mesmo ano, com a sua maior incidência a acontecer em abril, mês de regresso em massa das populações e religiosos às suas paróquias, após a retirada do inimigo da região de Santarém.

---

<sup>224</sup>Marquês de Sá da Bandeira, *Memória sobre as fortificações de Lisboa pelo General de divisão Marquês de Sá da Bandeira*, pp.101 a 109.

Mas apesar deste êxodo, nem todos fugiram ou abandonaram as suas terras e casas, muitos optaram por ficar ou não resistir. Ficaram então sujeitos aos vários atos de guerra e atrocidades cometidas pelos franceses junto das populações locais, na procura de alimentos escondidos e sobretudo aquando da retirada em 1811, fenómenos que justificam, em muito, a mortalidade verificada nesse mesmo ano. Sobre esta realidade do que aconteceu aos que ficaram, vários padres descreveram, de uma forma muito factual, os violentos ataques dos soldados franceses à população civil, em diferentes freguesias do concelho, como aconteceu com o vigário encomendado de Achete, que descreveu a morte de um homem que não recebeu os sacramentos porque não se conseguiu identificar o cadáver em consequência de muitas pancadas e maus tratamentos a que foi sujeito pelos franceses<sup>225</sup>.

Já na freguesia urbana de S. Nicolau, em 21 de julho de 1811, o padre coadjutor, por ordem do vigário da vila de Santarém, registava o óbito de um morador da Quinta da Formiga, limite desta freguesia, “o qual falecera da vida presente, devido à violência dos inimigos franceses no mês de Novembro de mil oitocentos e dez, tendo ficado sepultado na mesma quinta, não sendo conduzido à dita sua freguesia, pelas condições físicas em que se encontrava segundo a sua mulher e outras testemunhas<sup>226</sup>”. Também num tempo, em que eram comuns as pilhagens, destruição e incêndios de culturas juntamente com a inviabilidade de qualquer tipo de sementeira, surgiram várias situações de grande carência alimentar. Da mesma forma a saúde pública piorou, surgindo então situações de maior facilidade de contágio perante doenças e epidemias, o que incrementou igualmente a mortalidade no concelho em 1811.

Este cenário no município pode ser atestado por um registo da Intendência Geral da Polícia de 30 de março de 1811, em que era assumido que um grande número de moléstias grassavam na data da invasão pelas províncias da Beira e Extremadura, devido à falta de alimentos e higiene, o que levava milhares de pessoas a experimentar todas as causas que podiam contribuir para as diferentes doenças<sup>227</sup>. Na mesma informação dirigida ao príncipe regente, com o conteúdo do relatório, do provedor-mor de saúde, da corte e do reino, eram

---

<sup>225</sup> ANTT, *Fundo de registos paroquiais de Santarém*, Achete, óbitos (1811-1829).

<sup>226</sup> ANTT, *op.cit.*, São Nicolau (1810-1819).

<sup>227</sup> ANTT, Intendência geral da polícia, *op.cit.*, Liv. 12, 30 de Março de 1811, pp. 17 e 18 v.

ainda avançadas mais explicações para as moléstias, deste período. Razões, como a falta de limpeza das ruas, maus alimentos como a vaca, o contágio do ar, devido aos enterros em grande número e sepulturas aligeiradas, e ainda a presença do exército inimigo, foram motivos que permitiram, segundo os médicos, o aumento, do número de doentes e mortos.

Uma outra razão que justificará os picos de mortalidade nestes dois anos está intimamente ligada à epidemia de *Cholera-morbus*<sup>228</sup>, que ao disseminar-se a partir do norte do país em janeiro de 1833, chegou primeiro a Lisboa e mais tarde ao concelho de Santarém em meados do ano. Em 27 de abril de 1833, numa vereação da câmara era referida a morte de quatro vareiros (tripulantes das barcas que faziam o transporte para Lisboa) por motivos de um mal que se manifestou sob a forma de febres intestinais (enterocolite perniciosa), que se achava que era a cólera. Era também mandado queimar pela vereação, “alecrim e rosmaninho, para purificar os ares da vila, de um mal pestilente que a podia assolar<sup>229</sup>”.

Sobre o impacto da mesma epidemia na região, Francisco Vianna e António Barbosa, num estudo publicado no ano de 1854 sobre a cólera epidémica, avançavam que a mesma, depois de ter atingido Lisboa, espalhou-se por quase toda a antiga província da Estremadura, principalmente pelas “povoações do Riba-Tejo, entre as quaes foram sumamente flageladas Alhandra, Villa Franca de Xira e Santarém, que mais tarde, com a cumulação das tropas realistas, foi teatro de uma mortalidade incalculavel<sup>230</sup>”. Entre outubro de 1833 e abril de 1834, período da ocupação da região de Santarém pelos exércitos da guerra civil, já eram

---

<sup>228</sup> A cólera é uma doença com vários sintomas, causada pelo vibrião colérico (*Vibrio cholerae*), uma bactéria em forma de vírgula ou vibrião, que se multiplica rapidamente no intestino humano, produzindo uma potente toxina que provoca: *vómitos aquosos, diarreia intensa, coloração variada da pele desde o azul até ao roxo escuro, retardação das pulsações e o abatimento considerável das forças físicas e mentais*. Afeta apenas os seres humanos e a sua transmissão pode ter várias causas: *falta de higiene, exalação do ar em lugares insalubres, mudanças climatéricas acentuadas, grande percentagem de humidade, o contato com dejetos fecais de doentes e a ingestão oral principalmente de água e alimentos já contaminados com a bactéria*. Cf. BNP, *Ensaio acerca do que há mais essencial sobre a Cholera – Morbus Epidemica Redigida pela comissão médica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 1833; (Microfilme BNP com a cota: F.R. 914).

<sup>229</sup> Cf. Arquivo da BMS, Atas da Câmara Municipal de Santarém dos meses de Janeiro e Abril de 1833; f. 179, Livro 600.

<sup>230</sup> Cf. Francisco José da Cunha Vianna e António Maria Barbosa, *Ensaio sobre a cholera epidemica*, 1854, p.20.

muitos os óbitos declarados pelos diferentes párocos na região, devido à epidemia que por aqui grassava junto da população civil. Neste contexto, o padre de Marvila declarava que “aos trinta dias do mês de dezembro de mil oitocentos e trinta e três, falecêo com o sacramento da extrema-unção, por mais não permitir a moléstia, Francisco Baptista<sup>231</sup>”. Muitos outros nomes se juntaram a este assento, também nas freguesias rurais, como aconteceu com Pedro Nunes em São Vicente do Paúl, que no “dia cinco do mês de dezembro de 1833, faleceu da vida presente, sem sacramento nenhum, por não dar tempo a moléstia a recebellos<sup>232</sup>”. Também num requerimento de 18 de janeiro de 1834, endereçado ao Patriarcado de Lisboa, por Dona Ritta Marianna Gita da Cunha, moradora no Palácio Flor de Murta, na freguesia da Azinhaga, a mesma pedia que algumas missas fossem realizadas na ermida da sua quinta devido ao “seu contínuo estado de moléstia, a obrigar a curativos demorados que não lhe permitem concorrer à igreja da sua terra<sup>233</sup>”. Em resumo, podemos concluir que a presença dos exércitos de D. Pedro e D. Miguel no concelho, em momentos marcantes como a batalha de Almoester; a incidência extrema da cólera; as movimentações da tropa; as más condições de vida; a fome; o contágio epidémico fácil entre populações locais e os militares; são assim causas claras para os elevados números de mortalidade ocorrida nos dois anos aqui em investigação. Podemos confirmar o que referimos com as memórias do barão de Saint Pardoux, que escreveu na época que o general Macdonell, comandante em chefe miguelista, ao concentrar um grande número de tropas em Santarém, provocou com “esta afluência considerável [...] na vila, uma horrenda epidemia que arrebatou um tão grande número de oficiais e soldados<sup>234</sup>”. Acrescentava ainda na sua descrição sobre Santarém que “a imundice da vila, as exalações fétidas que saíam dos fossos vizinhos onde se lançavam os cadáveres que não havia tempo de enterrar, e fadigas tanto do corpo como do espirito, aumentava cada dia esta epidemia que a arte não podia suspender<sup>235</sup>”.

---

<sup>231</sup> ANTT, Cf. *Livro de óbitos, da paróquia de N<sup>a</sup> Sra. de Marvila em Santarém*, (1811-1863).

<sup>232</sup> ANTT, Cf. *Livro de óbitos, da paróquia de S. Vicente do Paúl*, (1826-1837).

<sup>233</sup> AHPL, Requerimento de 18 de janeiro de 1834 do Expediente de 1834, do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa.

<sup>234</sup> Barão de Saint Pardoux, *op.cit.*, p.71.

<sup>235</sup> Barão de Saint Pardoux, *idem*, p.80.

Ainda sobre a presença das tropas e o contágio provocado pelas mesmas junto das populações civis, o combatente miguelista Pinho Leal descrevia no seu *Portugal Antigo e Moderno* que uma epidemia exterminadora se desenvolveu em Santarém “matando mais de 5:000 homens do exército realista, e mais de 2:500 paizanos de ambos os sexos, e de todas as idades<sup>236</sup>”. No mesmo enquadramento referia ainda como causas desta mortalidade fora do normal, o facto de Santarém se ter tornado uma povoação insalubre e imunda devido à “aglomeração de tão grande número de militares, e de muitas famílias fugidas de Lisboa<sup>237</sup>”.

A esta realidade caótica o miguelista Francisco Paula Ferreira da Costa acrescentava ainda outro apontamento quando anotou no seu diário em 13 outubro de 1833, que havia fome em Santarém, tendo ele e os seus companheiros de viagem percorrido várias vezes a vila à procura de alimento para conseguir apenas comprar “três pães e algum queijo da terra”. Continuava acrescentando que os géneros que existiam em Santarém eram poucos para tanta gente que ali se concentrava que “sem exageração, talvez excedesse as 40 mil pessoas<sup>238</sup>”. Declarava ainda que ao iniciar a sua marcha a partir de Santarém com o filho no dia seguinte, pela estrada que o levaria ao rio Alviela, entre a Ribeira de Santarém e a povoação de Vale de Figueira, tiveram tanta vontade de comer que chegaram a “apanhar marmelos verdes de que comeram com satisfação, bem como algumas uvas que apanhavam à beira da estrada<sup>239</sup>”. Ainda segundo ele, a vila de Santarém apesar de ser grande e majestosa na época, não deixava de ser um local pequeno para tantas pessoas e militares que aqui chegavam com a guerra, para além dos seus habitantes. Por esta razão referiu a título de conclusão que a “acumulação de tanto povo, numa estação bastante cálida e neste ano bastante mudável e doentia, proporcionou logo uma atmosfera grossa e pestífera”, de que resultou um surto epidémico de cólera, que foi “aumentado pela falta e má qualidade dos alimentos e chegou a um excessivo grau pela pouca cautela no asseio<sup>240</sup>” que em quatro meses acabou por tirar a vida a mais 6 000 pessoas, entre as quais muitos soldados.

---

<sup>236</sup> Pinho Leal, *op.cit.*, p.523.

<sup>237</sup> Pinho Leal, *idem*, *ibidem*, p.523.

<sup>238</sup> Francisco de Paula Ferreira da Costa, *Memórias de um Miguelista (1833-1834)*, p.127.

<sup>239</sup> Francisco de Paula Ferreira da Costa, *idem*, p.130.

<sup>240</sup> Francisco de Paula Ferreira da Costa, *idem*, p.152.

No mesmo contexto, o soldado miguelista Bento Fernandes confirmou de forma idêntica o quadro de pavor que se vivia naquele tempo em Santarém. Relatou no seu diário que faltava comida e muitas casas estavam ao abandono. Segundo ele o luto e a fome reinavam no princípio do outono de 1833 em Santarém, que parecia mais uma povoação fantasma, onde não “havia rações que chegassem, por ser muita gente e não haver muito por onde moer<sup>241</sup>”. Com uma descrição em tudo idêntica à anterior, o miguelista António Guedes de Quinhones escrevia igualmente que “a vila de Santarém com o peso de muita, gente que tinha, tornou-se um chiqueiro de porcos. Os estrumes dos cavalos chegavam à altura dos primeiros andares das casas, de sorte que a fome e a imundície trouxe consigo um ramo de peste, que todos os dias causava grande mortandade<sup>242</sup>”.

### 2.1.2. Cartaxo

Nos quadros e figura abaixo, iremos apresentar por sua vez a evolução da mortalidade da população civil do concelho do Cartaxo durante praticamente os primeiros cinquenta anos do século XIX. Foram assim analisados todos os óbitos ocorridos junto das populações deste município entre 1801 e 1849. Nos limites da nossa observação assentaram as datas dos censos oficiais implementados pelas autoridades na primeira metade do século XIX, como fizemos para o concelho de Santarém. Todas as contagens contempladas nos restantes anos acabaram por assentar numa leitura dos óbitos lavrados nos registos paroquiais da população, na época em estudo. Nos quarenta e nove anos analisados, observou-se, tal como em Santarém, que foi em anos muito difíceis para o país e principalmente para o concelho, com fenómenos como a terceira invasão francesa e a guerra civil, que houve um acréscimo anormal de óbitos no concelho.

---

<sup>241</sup> José Bento Fernandes, *op.cit.*, in Revista de História, volume 13, p. 294.

<sup>242</sup> António Guedes de Quinhones, *Memórias de um Miguelista Renegado*, p.170.

**Quadro 1.6. - Óbitos no concelho do Cartaxo no período de 1801 a 1811**

| Freguesia/Anos | 1801    | 1802 | 1803 | 1804 | 1805 | 1806 | 1807 | 1808 | 1809 | 1810 | 1811 |
|----------------|---------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|                | Cartaxo |      |      |      |      |      |      |      |      |      | 91   |
| Ereira-Lapa    | 6       | 7    | 8    | 4    | 5    | 7    | 8    | 9    | 8    | 11   | 10   |
| Pontével       | 43      | 42   | 39   | 38   | 31   | 32   | 35   | 39   | 37   | 44   | 70   |
| Valada         | 45      | 39   | 36   | 35   | 34   | 33   | 29   | 40   | 38   | 46   | 94   |
| Vale da Pinta  | 5       | 4    | 3    | 6    | 5    | 7    | 4    | 5    | 7    | 10   | 14   |
| Total          | 99      | 92   | 86   | 83   | 75   | 79   | 76   | 93   | 90   | 202  | 408  |

**Fonte:** ANTT e ADS, *Fundo dos Registos Paroquiais de todas as freguesias que pertenciam ao antigo concelho do Cartaxo entre 1801 e 1811*

**Quadro 1.7. - Óbitos no concelho do Cartaxo no período de 1812 a 1824**

| 1812 | 1813 | 1814 | 1815 | 1816 | 1817 | 1818 | 1819 | 1820 | 1821 | 1822 | 1823 | 1824 |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 101  | 73   | 90   | 72   | 63   | 132  | 86   | 77   | 102  | 119  | 106  | 117  | 122  |
| 7    | 5    | 4    | 5    | 8    | 4    | 7    | 6    | 3    | 6    | 7    | 4    | 5    |
| 46   | 57   | 36   | 50   | 59   | 9    | 38   | 47   | 37   | 17   | 22   | 33   | 25   |
| 41   | 48   | 42   | 47   | 54   | 8    | 34   | 44   | 38   | 12   | 26   | 35   | 23   |
| 5    | 7    | 3    | 6    | 5    | 5    | 4    | 5    | 7    | 6    | 3    | 6    | 5    |
| 200  | 190  | 175  | 180  | 189  | 158  | 169  | 179  | 187  | 160  | 164  | 195  | 180  |

**Fonte:** ANTT e ADS, *Fundo dos Registos Paroquiais de todas as freguesias que pertenciam ao antigo concelho do Cartaxo entre 1812 e 1824.*

**Quadro 1.8. - Óbitos no concelho do Cartaxo no período de 1825 a 1835**

| Freguesia/Anos | 1825       | 1826       | 1827       | 1828       | 1829       | 1830       | 1831       | 1832       | 1833       | 1834       | 1835       |
|----------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
|                | Cartaxo    | 80         | 75         | 87         | 77         | 68         | 132        | 96         | 87         | 176        | 219        |
| Ereira-Lapa    | 7          | 5          | 4          | 5          | 7          | 4          | 7          | 6          | 13         | 15         | 8          |
| Pontével       | 45         | 55         | 36         | 54         | 59         | 31         | 49         | 57         | 67         | 85         | 42         |
| Valada         | 39         | 48         | 42         | 47         | 54         | 28         | 44         | 54         | 76         | 82         | 56         |
| Vale da Pinta  | 5          | 7          | 3          | 6          | 5          | 5          | 4          | 6          | 12         | 13         | 10         |
| <b>Total</b>   | <b>175</b> | <b>190</b> | <b>172</b> | <b>189</b> | <b>193</b> | <b>197</b> | <b>200</b> | <b>210</b> | <b>344</b> | <b>414</b> | <b>222</b> |

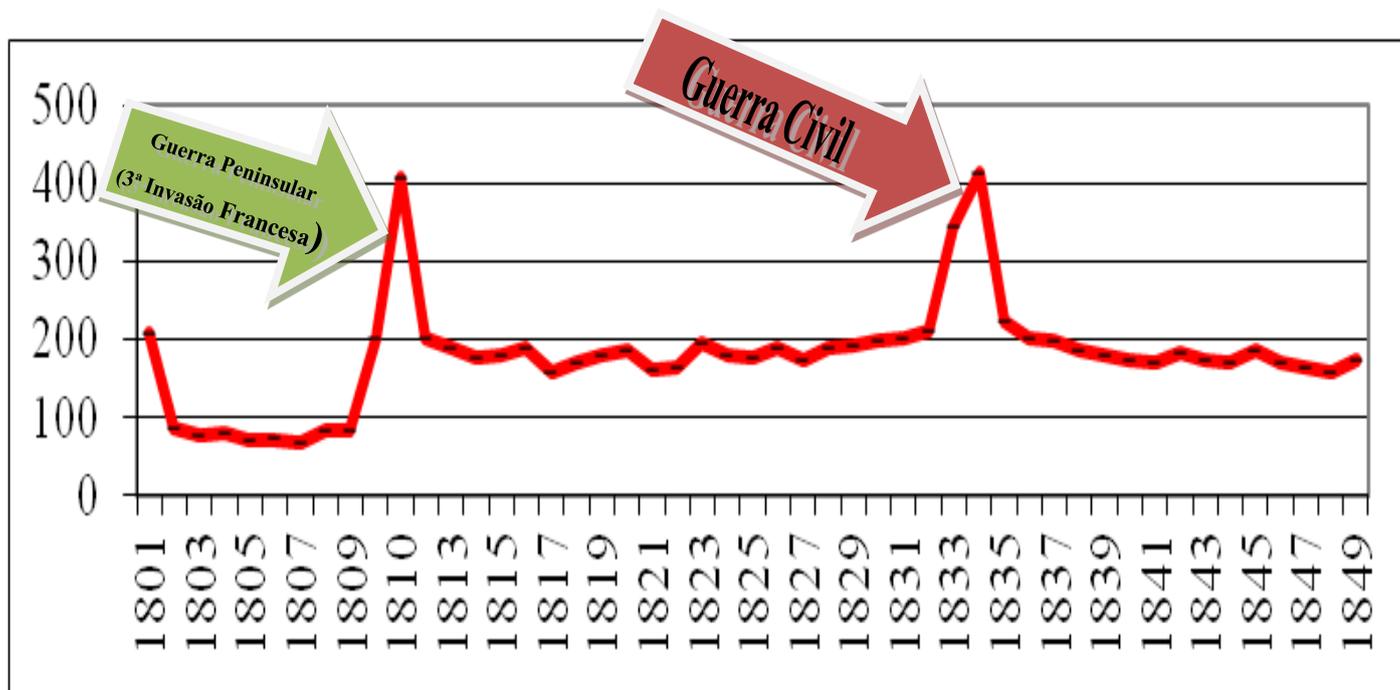
*Fonte: ANTT e ADS, Fundo dos Registos Paroquiais de todas as freguesias que pertenciam ao antigo concelho do Cartaxo entre 1825 e 1835.*

**Quadro 1.9. - Óbitos no concelho do Cartaxo no período de 1836 a 1849**

| 1836       | 1837       | 1838       | 1839       | 1840       | 1841       | 1842       | 1843       | 1844       | 1845       | 1846       | 1847       | 1848       | 1849       |
|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 101        | 73         | 90         | 70         | 54         | 103        | 96         | 77         | 78         | 99         | 98         | 86         | 72         | 90         |
| 7          | 9          | 9          | 5          | 8          | 4          | 7          | 6          | 8          | 9          | 7          | 7          | 5          | 4          |
| 46         | 57         | 37         | 50         | 54         | 29         | 38         | 40         | 36         | 37         | 32         | 36         | 37         | 36         |
| 41         | 48         | 42         | 47         | 52         | 28         | 34         | 44         | 38         | 32         | 30         | 31         | 38         | 39         |
| 5          | 10         | 8          | 6          | 5          | 5          | 9          | 5          | 9          | 8          | 3          | 5          | 7          | 3          |
| <b>200</b> | <b>197</b> | <b>186</b> | <b>178</b> | <b>173</b> | <b>169</b> | <b>184</b> | <b>172</b> | <b>169</b> | <b>185</b> | <b>170</b> | <b>165</b> | <b>159</b> | <b>172</b> |

*Fonte: ANTT e ADS, Fundo dos Registos Paroquiais de todas as freguesias que pertenciam ao antigo concelho do Cartaxo entre 1836 e 1849.*

Figura 1.31. – Gráfico com evolução dos óbitos do antigo concelho do Cartaxo entre 1801 e 1849.



**Fonte:** ANTT, *Fundo dos registos paroquiais, das freguesias do antigo concelho do Cartaxo desde 1801 a 1849.*

A mortalidade da população civil no município atingiu assim nos anos de 1810 e 1811 durante a terceira invasão francesa, 202 e 408 falecimentos respetivamente, atingindo o concelho no ano de 1834 em plena guerra civil os seus valores mais elevados de mortalidade com 414 óbitos e 344 no ano de 1833. Perante uma média de mortalidade de cerca de 195 óbitos, estes valores surgem muito acima de todos os outros números apresentados no gráfico, que se referem na sua maioria a anos considerados normais no que diz respeito à mortalidade anual<sup>243</sup>.

<sup>243</sup> ANTT, *Fundo dos registos paroquiais, das freguesias do antigo concelho do Cartaxo.*

*Quais foram então as razões dos números aqui apresentados no que diz respeito à mortalidade da população civil do município do Cartaxo?*

Esta pergunta leva-nos avançar com diferentes considerações, em primeiro lugar no que diz respeito aos números de 1811, em plena terceira invasão, as tropas de Massena e Wellington ao movimentarem-se e posicionarem-se em força no concelho de Cartaxo a partir de Outubro de 1810, provocaram um grande êxodo da maioria das populações dos diferentes lugares do município e dos muito religiosos e párocos que nelas coexistiam. Além das movimentações francesas, o dispositivo aliado, através do seu posicionamento no concelho do Cartaxo, contribuiu de alguma forma para este cenário de flagelo social. A antecedência no acesso ao reabastecimento de víveres por parte do exército em detrimento da população civil e os atos violentos de alguns militares agravaram assim a situação dos habitantes do concelho, incrementando aqui a sua taxa de mortalidade.

Wellington tinha então várias forças dispostas na região, com a brigada portuguesa Pack no planalto da Azambujeira – Alfouves e nas linhas de alturas entre Ponte do Celeiro e Freiria e a divisão ligeira de Craufurd nos terrenos pantanosos entre o rio Tejo e a Ponte do Celeiro. Por sua vez a brigada de cavalaria inglesa do General Anson movimentava-se na zona de Rio Maior enquanto a 2ª divisão de Hill, juntamente com a cavalaria portuguesa sob o comando de Fane, operava na região, mas na margem esquerda do rio. Mas além deste dispositivo, tínhamos ainda na região outras forças pertencentes ao exército de Wellington. Posicionadas à retaguarda das linhas referidas, surgiam no entanto várias unidades militares aliadas, que atuavam na região do Vale e do Cartaxo, onde estava o quartel-general de Wellington.

Os óbitos já referidos registados no Cartaxo<sup>244</sup> em 1810 e 1811 constituem assim um reflexo dessa presença e também da passagem do exército francês pela área destas freguesias. Como pôde comprovar na época, o oficial inglês, Jonathan Leach, ao referir no seu diário que todas as casas, em todas as vilas e aldeias que ficavam na sua linha de retirada, foram pilhadas pelos franceses. A devastação era então uma marca da sua

---

<sup>244</sup> ANTT, *Fundo de registos paroquiais do Cartaxo*, óbitos, (1811-1849).

passagem, de acordo com o mesmo autor, acrescentando às suas observações que a povoação do Cartaxo tinha partilhado do mesmo destino de todas as outras povoações pelas quais os mesmos tinham passado<sup>245</sup>. É de realçar que a presença do exército francês no Cartaxo iniciou-se logo em meados do mês de Outubro, com forças da cavalaria da reserva francesa a operar na vila. Também antes da retirada das linhas de Torres, Massena ordenou ao seu 2º corpo que fizesse seguir para o Cartaxo os seus parques de animais, armazéns e bagagens, para não incomodar a operação retrógrada que iria ser realizada pelo seu exército, o que reforçou a presença francesa na região<sup>246</sup>, logo nessa altura. Como observámos, algo de muito semelhante sucedeu neste município, nos anos da guerra civil, agora com outro tipo de protagonistas.

Na contenda com apenas fações nacionais em conflito, as consequências para o concelho seriam no entanto em tudo idênticas às da guerra peninsular, havendo neste caso maior incidência dos números da mortalidade da população local, no período em que decorreu a guerra civil na região. Logo na noite de 13 para 14 de Outubro de 1833 houve tropas miguelistas posicionadas no concelho do Cartaxo. Mas durante esse dia, sob pressão da guarda avançada liberal que os alcançaria neste local, os mesmos iriam retirar definitivamente para a posição que estabeleceriam em Santarém durante mais sete meses. Perante esta opção do exército miguelista na vila de Santarém, os constitucionais acabariam por ocupar posições numa linha definida sob a margem direita da Vala da Asseca, entre a povoação da Azambujeira (Δ 85) e o Alto do Vale (Δ 75), com posições intermédias nas povoações da Atalaia (Δ 81) e Póvoa de Isenta (Δ 103). Com este dispositivo procuravam controlar as pontes da Asseca e do Celeiro, surgindo o seu quartel-general nas proximidades da vila do Cartaxo. Perante este cenário, os miguelistas do lado de Santarém acabariam igualmente por estabelecer postos avançados nas alturas da margem esquerda deste curso de água, com o intuito de proteger a sua posição principal na vila de Santarém e suas imediações<sup>247</sup>.

---

<sup>245</sup> Relato de Jonathan Leach in Maria Leonor Machado de Sousa, *op.cit.*, p.233.

<sup>246</sup> Victoriano José César, *op.cit.*, pp.161 e 169.

<sup>247</sup> General João Pereira Bastos, *idem*, p. 141.

### 2.1.3. Pernes

Na figura e quadros abaixo, mostramos igualmente números que espelham a evolução da mortalidade da população civil do concelho do Pernes durante praticamente os primeiros cinquenta anos do século XIX. Foram assim analisados todos os óbitos sucedidos junto das populações do município desta vila entre os anos de 1801 e 1849. Nos limites da nossa observação assentaram as datas dos censos oficiais realizados na primeira metade do século XIX, em tudo idêntico ao que fizemos para o concelho de Santarém e do Cartaxo. Neste mesmo enquadramento os números dos restantes anos observados acabaram por assentar igualmente na leitura dos óbitos discriminados nos registos das paróquias que faziam parte deste antigo concelho.

**Quadro 1.10. - Óbitos no concelho de Pernes no período de 1801 a 1811**

| Freguesia /Ano                |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|-------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|                               | 1801 | 1802 | 1803 | 1804 | 1805 | 1806 | 1807 | 1808 | 1809 | 1810 | 1811 |
| <b>Arneiro das Milhariças</b> | 35   | 40   | 37   | 27   | 21   | 32   | 26   | 27   | 37   | 39   | 96   |
| <b>Louriceira</b>             | 30   | 15   | 14   | 15   | 17   | 15   | 19   | 26   | 35   | 30   | 58   |
| <b>Malhou</b>                 | 25   | 35   | 26   | 24   | 19   | 21   | 29   | 30   | 38   | 35   | 62   |
| <b>Pernes</b>                 | 80   | 75   | 73   | 54   | 38   | 42   | 46   | 47   | 56   | 69   | 123  |
| <b>Total</b>                  | 170  | 165  | 149  | 120  | 95   | 110  | 120  | 130  | 167  | 172  | 339  |

**Fonte:** ANTT, *Fundo dos Registos Paroquiais de todas as freguesias que pertenciam ao antigo concelho de Pernes desde 1801 a 1811.*

**Quadro 1.11. - Óbitos no concelho de Pernes no período de 1812 a 1824**

| 1812 | 1813 | 1814 | 1815 | 1816 | 1817 | 1818 | 1819 | 1820 | 1821 | 1822 | 1823 | 1824 |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 35   | 15   | 27   | 27   | 20   | 22   | 16   | 17   | 20   | 29   | 26   | 32   | 19   |
| 40   | 25   | 20   | 15   | 19   | 19   | 17   | 16   | 17   | 25   | 18   | 30   | 23   |
| 35   | 35   | 26   | 14   | 19   | 21   | 20   | 14   | 18   | 17   | 22   | 25   | 15   |
| 80   | 55   | 37   | 42   | 28   | 32   | 26   | 21   | 36   | 38   | 30   | 40   | 44   |
| 190  | 130  | 110  | 98   | 87   | 94   | 79   | 68   | 91   | 109  | 96   | 127  | 101  |

*Fonte:* ANTT, Fundo dos registos paroquiais de todas as freguesias que pertenciam ao antigo concelho de Pernes desde 1812 a 1824.

**Quadro 1.12. - Óbitos no concelho de Pernes no período de 1825 a 1835**

| Freguesia / Ano               |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |  |
|-------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|--|
|                               | 1825 | 1826 | 1827 | 1828 | 1829 | 1830 | 1831 | 1832 | 1833 | 1834 | 1835 |  |
| <b>Arneiro das Milhariças</b> | 19   | 15   | 27   | 27   | 30   | 28   | 34   | 37   | 80   | 97   | 54   |  |
| <b>Louriceira</b>             | 20   | 25   | 20   | 18   | 28   | 29   | 27   | 29   | 57   | 65   | 29   |  |
| <b>Malhou</b>                 | 23   | 28   | 26   | 24   | 31   | 31   | 30   | 34   | 68   | 87   | 32   |  |
| <b>Pernes</b>                 | 30   | 45   | 37   | 42   | 44   | 52   | 36   | 51   | 93   | 121  | 70   |  |
| <b>Total</b>                  | 92   | 113  | 98   | 123  | 133  | 140  | 127  | 151  | 298  | 370  | 185  |  |

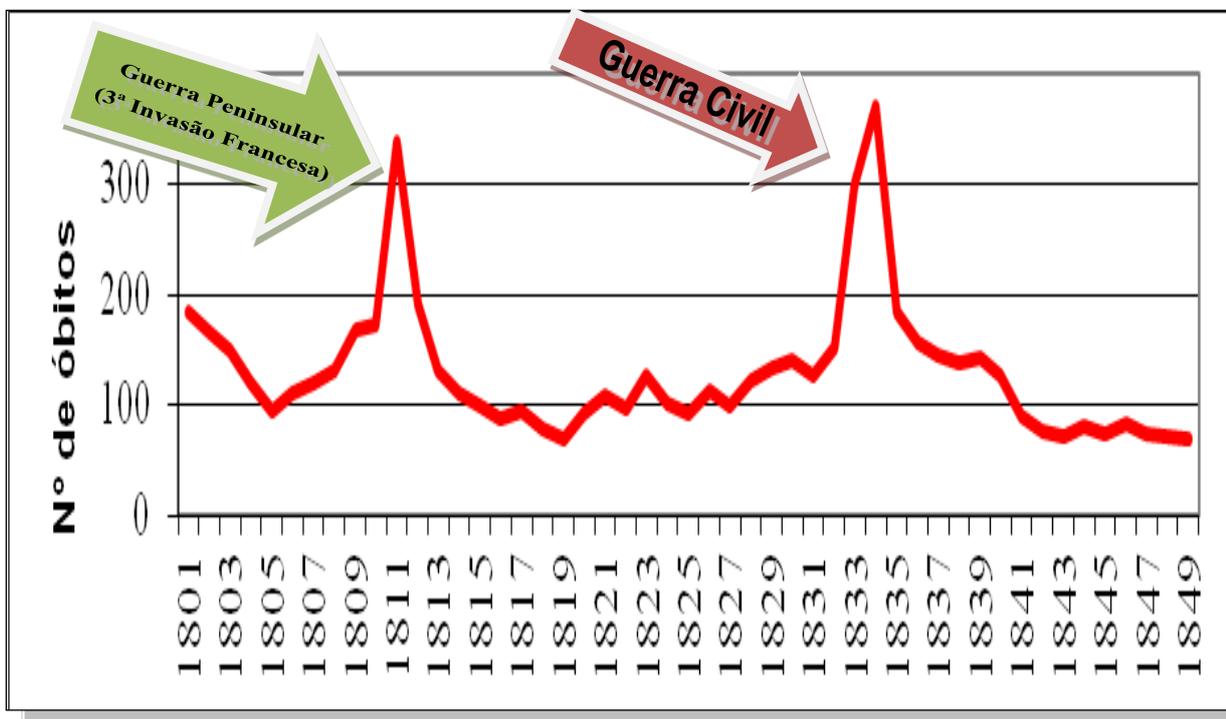
*Fonte:* ANTT, Fundo dos registos paroquiais de todas as freguesias que pertenciam ao antigo concelho de Pernes desde 1825 a 1835.

**Quadro 1.13. - Óbitos no concelho de Pernes no período de 1836 a 1849**

| 1836 | 1837 | 1838 | 1839 | 1840 | 1841 | 1842 | 1843 | 1844 | 1845 | 1846 | 1847 | 1848 | 1849 |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 30   | 25   | 37   | 31   | 30   | 17   | 16   | 18   | 20   | 18   | 22   | 17   | 19   | 14   |
| 40   | 30   | 29   | 25   | 27   | 19   | 17   | 17   | 17   | 25   | 18   | 16   | 15   | 17   |
| 36   | 35   | 26   | 34   | 22   | 21   | 18   | 14   | 18   | 17   | 16   | 19   | 13   | 16   |
| 50   | 55   | 47   | 52   | 48   | 32   | 25   | 22   | 26   | 24   | 26   | 22   | 24   | 21   |
| 156  | 145  | 139  | 142  | 127  | 89   | 76   | 71   | 81   | 74   | 82   | 74   | 71   | 68   |

*Fonte: ANTT, Fundo dos registos paroquiais de todas as freguesias que pertenciam ao antigo concelho de Pernes desde 1836 a 1849.*

**Figura 1.32. – Gráfico com a evolução dos óbitos no antigo concelho de Pernes entre 1801 e 1849.**



*Fonte: ANTT, Fundo dos registos paroquiais, das freguesias do antigo concelho de Pernes.*

Nos quarenta e nove anos analisados, observou-se como em Santarém e no Cartaxo que foi durante a terceira invasão francesa e no período da guerra civil, que houve um acréscimo anormal de óbitos no concelho. A mortalidade da população civil no município atingiu assim nos anos de 1810 e 1811 no apogeu da terceira invasão francesa, 173 e 339 falecimentos respetivamente, atingindo no entanto o concelho, em plena Guerra Civil, o seu valor mais elevado com 370 óbitos, no ano de 1834, em contraponto com os 298 habitantes falecidos no ano de 1833. Perante uma média de mortalidade de cerca de 130 óbitos, estes valores surgem muito acima de outros números apresentados no gráfico, que se referem em grande parte aos anos considerados normais<sup>248</sup>.

*Quais foram então os motivos para os números aqui apresentados no que diz respeito à mortalidade da população civil do antigo concelho de Pernes?*

Esta questão leva-nos avançar com diferentes considerações, em primeiro lugar no que diz respeito aos números de 1811, em plena terceira invasão, as tropas de Massena movimentaram-se e posicionaram-se em força no concelho de Pernes a partir de Outubro de 1810, acabaram por provocar o êxodo de grande parte das populações dos diferentes lugares do concelho e dos muito frades e párocos que nelas coexistiam.

No concelho de Pernes surgia o 8º corpo com dois regimentos, um localizado na freguesia do Arneiro das Milhariças e outro na vila de Pernes. Como se pôde observar no gráfico acima<sup>249</sup> surge em evidência um pico de mortalidade em 1811, o que se explica pelo registo fora do normal dos óbitos verificados na freguesia do Arneiro das Milhariças. A forte presença francesa na povoação do Arneiro das Milhariças levou a que o pároco lançasse no livro de óbitos, um número de falecimentos acima da média, no mês de junho. O registo total de 135 óbitos<sup>250</sup> dos quais não tem a certeza do mês e dia em que aconteceram prova bem o impacto da permanência das forças francesas na freguesia. O padre limitou-se então a

---

<sup>248</sup> ANTT, *Fundo dos registos paroquiais*, das freguesias do antigo concelho de Pernes.

<sup>249</sup> Gráfico com os valores dos óbitos das freguesias com registos do concelho de Pernes, durante os anos de 1810 e 1811.

<sup>250</sup> ANTT, *Fundo dos registos paroquiais de Santarém*, Arneiro das Milhariças, Óbitos (1811-1858)

registar apenas o nome dos paroquianos mortos de que ia tendo conhecimento, para a memória dos mesmos poder perdurar para o futuro<sup>251</sup>.

Algo de muito semelhante sucedeu neste município, nos anos da Guerra Civil. No dia 21 de dezembro de 1833, as tropas constitucionais posicionavam-se igualmente no concelho de Pernes. Numa manobra de antecipação iriam destruir os moinhos na posse de D. Miguel “que moíam a farinha para Santarém, o que motivou três dias de muita falta de pão<sup>252</sup>” no que diz respeito à alimentação das suas tropas posicionadas em Santarém. Os miguelistas assistiram mais tarde à ocupação de Pernes no dia 27 de janeiro pelas tropas de Saldanha, para se apossarem novamente dos géneros que ainda ali estavam e continuavam destinados às tropas absolutistas. Perante este cenário, o brigadeiro Canavarro, do lado miguelista, é mandado pelo general Póvoas com uma divisão no dia 28 de janeiro para atacar os liberais nesta posição.

Em Pernes, Canavarro, no dia 29, depois de reconhecer “a posição do inimigo, em vez de o atacar imediatamente, retirou-se uma légua atrás e veio tomar uma posição tão má que (segundo uma testemunha) se deixou surpreender, no dia seguinte, pela maneira mais vergonhosa<sup>253</sup>”, sendo destroçado por Saldanha, que de seguida o persegue até Vale de Lobos, a norte de Santarém. Num conflito entre irmãos, as consequências para o concelho foram no fundo idênticas às da guerra peninsular, havendo, no entanto, neste caso, uma maior incidência de mortalidade junto da população civil local, pelas razões acima enunciadas.

Desde o final da “segunda guerra mundial que os historiadores descobriram, graças ao trabalho dos demógrafos, a que ponto os estudos de demografia eram susceptíveis de esclarecer as análises relativas ao passado mais recente ou mais longínquo<sup>254</sup>”. No que diz respeito aos estudos de mortalidade, como aqueles aqui apresentados, vários demógrafos referem que a morte atingia desigualmente os homens, afetando principalmente os velhos e as crianças e menos os adultos, situação que se alterava em situações de guerra, catástrofe

---

<sup>251</sup> ANTT, *Idem*, Arneiro das Milhariças, Óbitos (1811-1858)

<sup>252</sup> Francisco de Paula Ferreira da Costa, *Memórias de um Miguelista (1833-1834)*, p.163.

<sup>253</sup> Barão de Saint Pardoux, *idem*, p. 78.

<sup>254</sup> André Nouschi, *Iniciação às Ciências Históricas*, p. 37.

ou epidemia. Para estes estudos como referimos, no início, destacam-se os registos paroquiais, de nascimentos e falecimentos, sendo os primeiros menos precisos do que os segundos para os demógrafos, porque nem sempre houve o cuidado de registar as crianças de tenra idade ou não batizadas<sup>255</sup>.

Neste enquadramento, existindo séries completas de registos, podemos esboçar um estudo do movimento geral demográfico, como foi observado por nós entre 1801 e 1849, para a região de Santarém. Um exame aprofundado permite então fixar a média de mortalidade, avançando com mortalidade anormal, que pode surgir em períodos de epidemia, fome ou de guerra, como já foi dito. Desta forma a demografia histórica preocupa-se não só em fixar os grandes traços da evolução demográfica de um grupo ou de uma população de uma região, como foi o nosso caso, com tudo o que isso implica, mas também se preocupa com toda a história das epidemias, crises, migrações locais e internacionais<sup>256</sup>. A análise de crises demográficas, como se verificou no nosso estudo, é um objecto de investigação privilegiado dos historiadores que se dedicam ao estudo das populações. Na verdade, elas são, pelas suas dimensões, um facto anormal, porque nelas morrem um grande número de homens. Quer sejam provocadas por uma guerra, epidemia ou por situações de fome extrema, três dos flagelos mais temidos pelos homens, até aos dias de hoje, a combinação dos três é evidentemente catastrófica, como aconteceu com a região de Santarém durante a guerra civil portuguesa.

Assim, causas como hecatombes militares, epidemias, massacres, catástrofes alimentares, foram privilegiados na nossa pesquisa, porque a sua recordação permanece viva durante muitos anos, na memória dos homens. Mas se, por um lado, são fáceis de descrever qualitativamente, são difíceis de medir quantitativamente, nas suas variadíssimas vertentes. Uma dos motivos assenta no facto de se ter de contar neste tipo de estudos, não somente com os mortos, mas também com os números dos vivos, porque “só a relação entre mortos e vivos permite determinar a amplitude do drama vivido<sup>257</sup>”.

---

<sup>255</sup> *Idem*, pp. 50 e 51.

<sup>256</sup> *Idem*, p.55.

<sup>257</sup> *Idem*, ibidem, p. 55.

Desta forma, no nosso trabalho podemos concluir que houve fortes impactos demográficos junto da população da região (os vivos) na primeira metade do século XIX, muito por acção da guerra civil e (dos mortos) resultantes da sempre presente trilogia (guerra, fome e doença) nos anos de 1833 e 1834, em toda a região. De facto, se por um lado a população do concelho de Santarém, no ano de 1801 (*primeiro censo oficial do século XIX e baliza temporal do nosso estudo*) era de 30 900 habitantes no total, já em 1849, (*no outro censo oficial igualmente balizador*), a mesma tinha sido reduzida para metade, com 15 425 habitantes apurados, apesar do concelho nesta época apresentar outras dimensões a partir da reorganização de 1836. São evidentes neste horizonte temporal, os impactos da Guerra Peninsular e Civil na região, numa altura em “que lá fora se dava o arranque industrial, com o simultâneo surto demográfico revolucionário<sup>258</sup>”. Neste mesmo período e contexto e servindo de comparação para esta parte do estudo, a população no que diz respeito só à vila de Santarém, contrariava igualmente a tendência do território nacional, ao apresentar em 1801 uma população de 9 164 habitantes contra os apenas 6 207 habitantes de 1864. No entanto a nível nacional o reino incrementava a sua população em quase um milhão de habitantes no mesmo período, a partir do momento que a sua população aumentava de 2 912 673 habitantes em 1801 para 3 829 618 habitantes em 1864<sup>259</sup>.

Causas já referidas, como a fuga maciça das populações do concelho durante as invasões francesas, a par da mortalidade observada por nós, durante a ocupação de Massena e Wellington na região em 1810 e 1811, constituíram assim uma primeira delapidação em termos populacionais do concelho de Santarém. Mais tarde os conflitos posteriores à revolução de 1820, a Vila-Francada, a perseguição dos liberais após a ascensão de D. Miguel, juntamente com as epidemias e a fome que aqui grassaram em 1833 e 1834 com a guerra civil, constituíram-se como outros factores<sup>0</sup> que iriam contribuir igualmente para a contracção da população, como foi por nós já observado.

---

<sup>258</sup>Jorge Custódio, *op.cit.*, p. 24.

<sup>259</sup>Teresa Ferreira Rodrigues, *História da População Portuguesa: Das Longas Permanências à Conquista da Modernidade*, pp.331 e 350 e Teresa Rodrigues Veiga, *A População Portuguesa no Século XIX*, p.51.

Mas esta realidade, com as suas diferentes causas, também pode ser observada na região, para o concelho de Pernes. Com 2 800 habitantes em 1801, ficou reduzido a 2 146 indivíduos em 1849, sendo ainda mais evidente o decréscimo da sua população na própria vila, que passou de 952 habitantes no início do século para 506 na meia centúria, muito por ação da forte conflitualidade que ocorreu no seu espaço nos períodos atrás referidos. Em sentido contrário o concelho do Cartaxo, apesar dos impactos da terceira invasão francesa, ficará bastante salvaguardado durante o período da guerra civil, devido à presença das tropas de D. Pedro no seu termo, o que possibilitou desta forma o incremento da sua população civil em cerca de 1 500 habitantes<sup>260</sup>, entre os censos de 1801 e 1849.

Podemos assim afirmar que a região de Santarém, apesar ter despertado da letargia em que se encontrava devido aos diferentes conflitos que sofreu no seu espaço, muito por ação das mudanças estruturais do novo regime que se instalou no país, nunca conseguiu na verdade alcançar o crescimento demográfico de outras regiões do território nacional, com as quais rivalizava no final do antigo regime<sup>261</sup>. Para esta situação muito contribuíram também os fortes impactos económicos que assolaram a região durante décadas, onde a destruição dos meios de subsistência e equipamento técnico, a par dos impactos patrimoniais e administrativos, inspiraram Garrett a ter o seguinte desabafo: “Ai Santarém, Santarém! Abandonaram-te, mataram-te, e agora cospem-te no cadáver. [...] Ergue-te esqueleto colossal da nossa grandeza, e mira-te no Tejo. Verás como ainda são grandes e fortes esses ossos desconjuntados que te restam<sup>262</sup>”.

Também sobre a influência da economia na demografia, André Nouschi afirmava que a evolução demográfica nas economias do antigo regime dependia intimamente das condições económicas. Segundo ele, a subida em excesso dos preços dos cereais e das colheitas de primeira necessidade, das várias que vão de seguida ser referidas por nós, significava “quase sempre miséria e um acréscimo de mortalidade<sup>263</sup>”.

---

<sup>260</sup> INE, *Censos de 1801 e 1849*, pp.190, 191, 745, 747, 748.

<sup>261</sup> Jorge Custódio, *op.cit.*, p. 28.

<sup>262</sup> Almeida Garrett, *op.cit.*, p. 194.

<sup>263</sup> André Nouschi, *op.cit.*, p. 61.

## 2.2. OS IMPACTOS DA GUERRA CIVIL NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA LOCAL

A constituição, multiplicidade e riqueza mineral dos solos da região de Santarém acabaram por ter reflexo direto no proveito que os homens fizeram dos mesmos ao longo de diferentes centúrias. Na planura das lezírias<sup>264</sup> do Tejo e seus afluentes, designadas pelo povo como *terrenos do campo*, surgiam os solos de aluvião que eram palco de uma utilização agrícola ativa e proveitosa na época em estudo, através da cultura de diferentes tipos de cereais.

Sobre as particularidades únicas deste tipo de solos, Luz Soriano descrevia na sua história da guerra civil “o fertilíssimo campo de Alvisquer, bem conhecido pelo nome de *campo de Santarém*, com uma légua de comprido e meia légua de largo [...] tão celebrado desde a mais remota antiguidade pela abundância e variedade das suas produções agrícolas. N’elle se encontram em tempo próprio tão longas searas, quantas se podem compreender com um golpe de vista, grande quantidade de vinhataria, e seguindo mais para o norte, várias encostas, cobertas de olivedos e árvores de fructa<sup>265</sup>”. Sobre as características dos terrenos do campo, do bairro e da charneca da região de Santarém, na estrada entre o Vale de Santarém e o Cartaxo, o militar inglês James Edward Alexander descrevia em 1833, que eram conduzidos “através de vinhas e campos de cereais”.

Nos solos mais pobres para a agricultura, designados de litólicos não húmicos e podzóis, popularmente conhecido por *charneca*<sup>266</sup> onde a opção assentou num aproveitamento florestal, baseada essencialmente no cultivo do sobreiro, azinheira, pinheiro e castanheiro, criando uma mancha verde que poderá ter condicionado a mobilidade dos exércitos que percorreram esta região, facultando no entanto a sua cobertura<sup>267</sup> em

---

<sup>264</sup> Uma lezíria designa uma zona agrícola muito fértil, situada na região do Ribatejo em Portugal. Cfr. Círculo de Leitores, *Lexicoteca: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, p.1334.

<sup>265</sup> Simão José da Luz Soriano, *op. cit.*, 1885, p. 90.

<sup>266</sup> Aristides de Amorim Girão, “O Ribatejo” in Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém, Santarém, JGDS, 1933, p. 14.

<sup>267</sup> Cobertura é a proteção da observação, podendo ser fornecida por bosques, florestas, arbustos, neve, erva alta ou culturas, o que permite segundo Fortunato Barreiros “atacar huma posição, ou cobrir huma marcha de flanco, sendo preciso em semelhantes casos, saber escolher lugares,

operações militares. Por último, nos solos calcários pardos e vermelhos<sup>268</sup>, designado popularmente por *bairro*<sup>269</sup> e que ocupava uma área maior na região, predominavam as culturas da vinha, da oliveira e os pomares, no fundo, a agricultura de sequeiro de características tipicamente mediterrânicas.

Sobre as características dos terrenos do campo, do bairro e da charneca que caracterizavam a região de Santarém, o militar inglês James Edward Alexander descrevia, no ano de 1833, que era possível observar na estrada entre o Vale de Santarém e o Cartaxo “vinhas e campos de cereais, com aloés, cactos e sebes de pilriteiros e depois, sobre uma charneca com a formosa urze a florir e muitos bolbos, salpicada pelas flores brancas da esteva. As árvores eram oliveiras e pinheiros e o solo era de areia leve<sup>270</sup>”. Pelo que foi referido, a região de Santarém constituía-se na época da guerra civil, como um território muito fértil caracterizado por uma agricultura bastante rendosa, que oferecia grandes recursos, facilitando o reabastecimento de víveres<sup>271</sup> dos exércitos que ocupassem o seu espaço para operações militares.

James Edward Alexander confirmava igualmente estas características da região quando em 1834 observava “as grandes e férteis planícies do Tejo (...) que rodeavam as muitas quintas e herdades. Era uma cena de profusão e abundância e causou-me satisfação observar os camponeses a trabalhar nas suas vinhas, a revolver o solo rico com enxadas em forma de cauda de andorinha, reparar nas numerosas manadas de cavalos, gado e rebanhos de ovelhas a alimentarem-se perto das facções rivais [Miguelistas]<sup>272</sup>”.

Esta mesma realidade agrícola de características excepcionais foi igualmente reconhecida durante o período da guerra peninsular, por um médico ao serviço do exército

---

*donde possão a cuberto inquietar, e fazer o maior mal possível ao inimigo*”. A.Lallemand, *Theoria das Operações Secundárias da Guerra*, 1825, p.39.

<sup>268</sup> Joaquim M. C. Cerqueira, *Agricultura, Solos e Clima*, Lisboa, Coleção Agros, 1978, pp. 65 a 70.

<sup>269</sup> António Pena, *Santarém, Um Roteiro Natural do Concelho*, p.16.

<sup>270</sup> James Edward Alexander, *op.cit.* p.74.

<sup>271</sup> Os víveres são provisões de boca, géneros ou mantimentos para alimentar as tropas e animais em operações numa determinada campanha militar; AA.VV., *Dicionário de língua portuguesa*, Porto Editora, 2004, p. 1731. Costa Dias, *O Serviço de Subsistências no Exército Anglo – Luso*, 1913, pp. 27 a 33.

<sup>272</sup> James Edward Alexander, *op.cit.* p.72.

britânico durante a primeira invasão francesa. Adam Neale que atravessou a zona de Santarém, em Outubro de 1808, escreveu no seu relato de viagens, que o rio Tejo constituía um curso de água pouco profundo, que serpenteava no vale junto à vila de Santarém por entre margens de areia dourada, podendo observar-se nas suas margens uma região muito fértil, coberta de árvores e diferentes tipos de culturas, que ofereciam um panorama imponente e magnífico<sup>273</sup>.

Mas esta realidade transformou-se com a presença da guerra civil na região, trazendo consigo várias implicações de carácter económico, que envolveram a destruição de culturas, a dizimação dos gados e o corte de árvores, provocando assim quebras invulgares na produção agrícola, pecuária e silvicultura. Em 1833 e 1834 diminuiu então de forma acentuada a capacidade produtiva da região, em relação aos anos agrícolas considerados normais, cujos prejuízos dependiam apenas das condicionantes climatéricas menos favoráveis. Esta situação foi observada com a análise dos preços de referência registados pela câmara de Santarém para diferentes culturas entre 1829 e 1837, que incluem na sua generalidade um aumento acentuado dos seus valores nos anos em que a guerra civil se transfere para Santarém.

Toda a região tinha sido transformada em 1833 e 1834 num verdadeiro campo de batalha que vivia na altura uma situação de caos que afetou similarmente a atividade dos transportes de mercadorias fluviais e terrestres, dentro do seu próprio espaço e no intercâmbio com outras regiões, a par de todo o comércio que tinha como centro de gravidade a vila de Santarém. Assim, Santarém e o seu termo, que ao longo dos vários séculos da sua história, foram sempre descritos pela riqueza dos seus produtos agrícolas e solos muito férteis, num cenário de agricultura florescente que abastecia mercados locais, regionais e nacionais, sofreu durante o período da guerra civil, um dos seus maiores declínios no contexto da sua longa história agrícola. Esta realidade foi confirmada no dia 18 de maio de 1834 por um dos seus conterrâneos, José de Freitas Amorim Barbosa<sup>274</sup>, que

---

<sup>273</sup> Cf. Maria Leonor Machado de Sousa, *op.cit.*, p.163 e Fernando Rita, *op.cit.*, pp. 27 e 28.

<sup>274</sup> José de Freitas Amorim Barbosa foi um advogado, lavrador e escritor relativamente conhecido no seu tempo, que teve algumas intromissões na política e era considerado um notável de Santarém, terra onde nasceu em 2 de Abril de 1799. Participou nas contendas civis pela facção liberal, tendo-se alistado como praça em 1833 no batalhão móvel do Ribatejo, sendo promovido depois ao posto

entrou em Santarém às oito horas da manhã, após a vila ter sido abandonada durante a noite pelas tropas miguelistas que a ocuparam durante sete meses. Era assim um dos primeiros liberais que conseguia regressar à sua terra natal, após largos meses de exílio por razões de carácter político. As descrições que faz deste momento nas suas memórias são de grande intensidade e angústia, por ver o estado deplorável em que a sua terra se encontrava. Era também, segundo Amorim Barbosa, um local onde se viviam situações de fome, devido à falta de todo o tipo de géneros necessários para alimentar a população que ainda restava na vila. Ao fazer na época, com as tropas que comandava, um levantamento dos mantimentos que chegavam a Santarém, constatou que na mesma só havia disponível para consumo dos seus habitantes, pequenas quantidades de “pão, queijo flamengo, laranjas e vinho!”<sup>275</sup>.

Neste enquadramento será então importante observarmos, quais foram os impactos sofridos pela agricultura da vila e o seu termo durante a ocupação dos exércitos, analisando igualmente as razões que os proporcionaram. Causas como a devastação em trânsito devido a requisição forçada de víveres ou géneros alimentares encetada pelos exércitos em confronto para alimentar as tropas, a par do uso do território como suporte para as atividades militares, são acontecimentos que explicam em parte esses efeitos.

Sobre estes mesmos impactos era referido, pelo lado liberal, numa *Crónica Constitucional* de 1833, que os rebeldes sitiados na vila de Santarém tinham-se dedicado até então à “rapina e violência, que tem exercido em toda a parte que poderam chegar”. De acordo com o relatado, esse método “tem-lhes dado até agora alguns meios de subsistências, porém esses vao escaceando de dia para dia”. Acrescentava-se ainda, que à requisição forçada de géneros junto das populações por onde circulavam em operações militares, praticavam “contínuos e tyrannicos vexames, com que opprimem os infelizes povos das circumvisinhanças”<sup>276</sup> da vila de Santarém e seu termo.

---

de tenente. Foi preso duas vezes pelo regime miguelista, tendo sido agraciado com a Ordem de Cristo. Em 1834 serviu ainda como ajudante do Governador Militar do Cartaxo, tendo escrito mais tarde a sua biografia em 1876, com o título *A Minha Vida e Aventuras Escritas em Outubro de 1876*; Cf. José de Freitas Amorim Barbosa, *op.cit.*, p.5.

<sup>275</sup> José de Freitas Amorim Barbosa, *op.cit.*, p.133.

<sup>276</sup> BNP, *Crónica Constitucional N.º 83 de 30 de outubro de 1833*, p.459.

O mesmo cenário já se tinha repetido com os franceses durante a guerra peninsular em 1811. Uma crónica da época do marquês Sá da Bandeira referia que após a retirada de Massena de Santarém e dos seus arredores, tinham desaparecido a maior parte dos seus olivais e pomares, que constituíam a principal riqueza daquela povoação, tendo os franceses durante a ocupação da vila cortado as oliveiras e laranjeiras e outras árvores dos numerosos pomares suburbanos<sup>277</sup>.

Na análise das diferentes dinâmicas presentes na economia da região de Santarém que incluíssem o período em estudo, foi para nós determinante o estudo dos preços de referência, devido ao papel regulador que os mesmos apresentavam nos mercados que estavam associados à produção agrícola regional<sup>278</sup>. O nosso estudo abrangeu assim um período de curta duração de nove anos, com base na informação disponível nos livros de registo dos Acórdãos do Senado da Câmara da Vila de Santarém<sup>279</sup>.

Foram encontrados apenas preços de referência de vários produtos agrícolas, entre 18 de novembro de 1829 e 14 de novembro de 1837, o que abrange o período que aqui estudamos. A fonte utilizada acabou por permitir a recolha de dados significativos, que nos mostraram a evolução desses mesmos preços na região em diferentes períodos, que alternaram entre a guerra e a paz. De acordo com André Nouschi, para que estes dados sejam significativos, é preciso que os preços sejam colhidos de um ano para o outro, sempre no mesmo período, neste caso no mesmo mês, como aconteceu na nossa investigação<sup>280</sup>.

Utilizamos assim os preços taxados pela Câmara da vila de Santarém, após as declarações dos lavradores da região. Após este procedimento, as mesmas eram aceites pelo senado da câmara e assente nos livros de acórdãos da edilidade. Os preços, que podiam ser publicados mensalmente e anualmente, eram os mais aconselhados a praticar

---

<sup>277</sup> Marquês de Sá da Bandeira, *op.cit.*, p.103.

<sup>278</sup> André Nouschi, *op.cit.*, pp.117,118.

<sup>279</sup> Cf. *Livros com Registos dos Acórdãos do Senado da Câmara da Vila de Santarém*. Foram conferidos os cinco livros de registos disponíveis no arquivo da BMS, com os acórdãos da câmara que contemplavam o período em estudo. Os mesmos tinham como horizonte temporal os anos de 1829 e 1857, tendo sido apenas publicados e encontrados preços de referência para os diferentes produtos agrícolas da região, entre os anos de 1829 e 1837.

<sup>280</sup> André Nouschi, *op.cit.*, p.120.

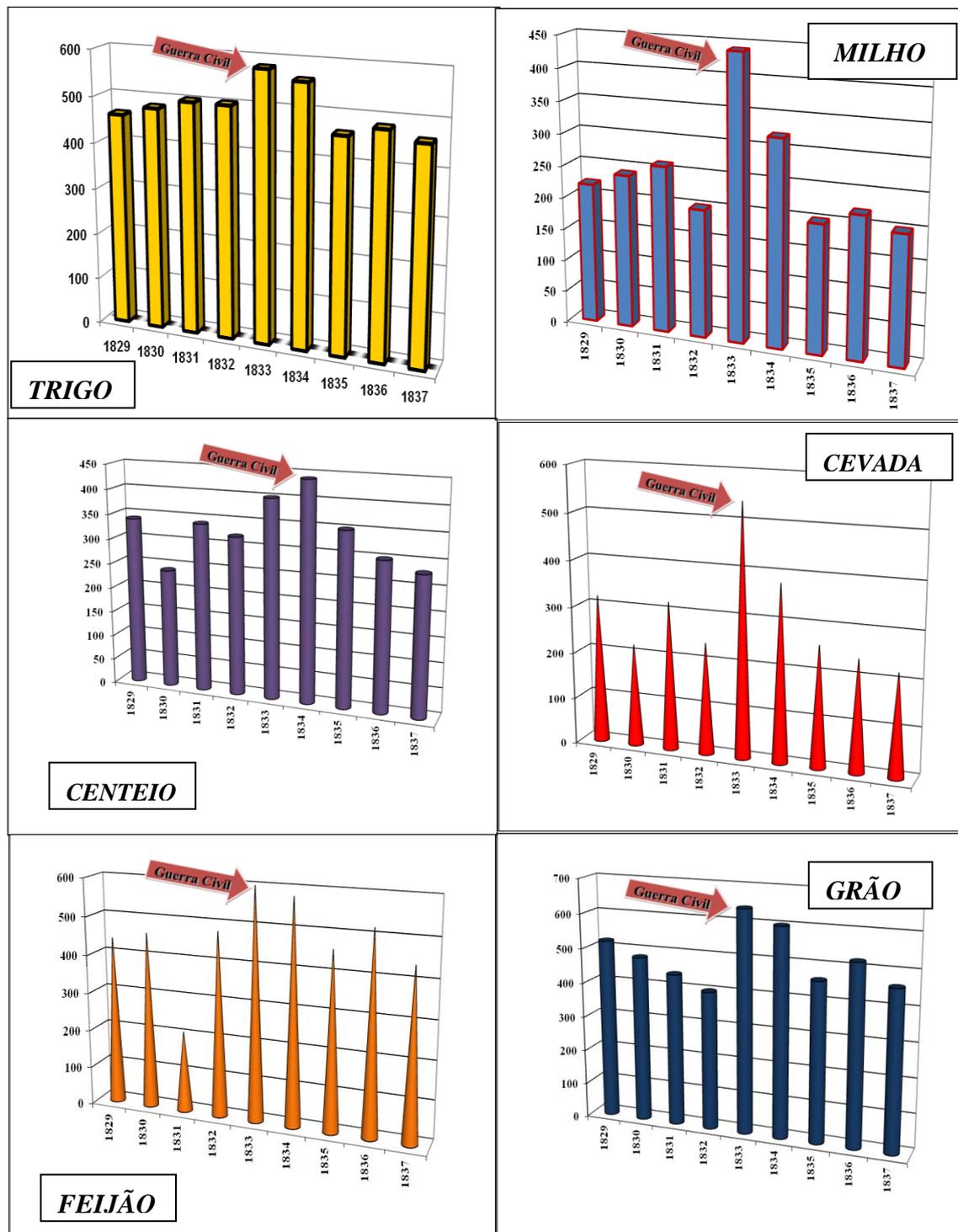
nos mercados da região<sup>281</sup>. No nosso caso obtivemos apenas os preços anuais, tendo sido possível construir séries completas nos nove anos referidos, para os seguintes cereais: trigo (*campo e bairro*), milho (*miúdo e grosso*), cevada (*campo e bairro*), centeio, grão-de-bico, feijão branco. Alcançámos o mesmo objetivo para outros produtos agrícolas como o vinho e azeite entre 1829 e 1837, com a informação que tínhamos disponível. Com base em gráficos construídos por nós a partir destas séries de preços, iremos de seguida fazer uma leitura dos mesmos, procurando entender os impactos da guerra civil na produção agrícola de Santarém e do seu termo. Observando os resultados é possível acompanhar a evolução dos preços dos cereais referidos durante nove anos.

Verificou-se, então, uma situação peculiar e transversal aos diferentes tipos de cereais analisados. Na generalidade, os preços atingem os valores mais elevados, nos anos da guerra civil em Santarém, em 1833 e 1834, apesar de haver diferenças pontuais entre si, como se pode observar nos gráficos da página seguinte. Nos outros anos estudados, apesar das várias leituras que se verificam para cada cereal que foi analisado, os valores são sempre mais baixos, em relação ao período que culminou com a guerra civil na região.

---

<sup>281</sup> Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal 1750-1850*, pp. 75 a 78 e Graça Soares Nunes, *Vila Franca de Xira: Economia e Sociedade*, p.162.

**Figura 1.33.** - Conjunto de gráficos com os preços de referência em réis, dos cereais produzidos na vila de Santarém e no seu termo, entre os anos de 1829 e 1837.



**Fonte:** Arquivo da Biblioteca Municipal de Santarém, Livros de Registo dos Acórdãos do Senado da Câmara da Vila de Santarém entre os anos de 1829 e 1837. (Foram consultados todos os livros que existiam em arquivo da primeira metade do século XIX).

Observando os dois gráficos seguintes é possível ainda observar a evolução dos preços para o vinho e o azeite durante os nove anos referidos. Verifica-se também a mesma situação em relação aos diferentes tipos de cereais analisados. Nos dois produtos mencionados, os preços disparam e atingem os valores mais elevados, nos anos da guerra civil em Santarém, ou seja, nos anos de 1833 e 1834, apesar de haver uma grande diferença no valor dos preços em réis entre si. Uma explicação para esta realidade em relação ao preço do azeite (mais caro) foi evidente numa sessão de 7 de junho de 1834 da câmara municipal de Santarém, que tomou medidas enérgicas acerca dos gados que pastavam e roíam os poucos olivais que nela tinham restado após a guerra e que não tinham sido cortados pelo “*exército usurpador nas imediações desta vila*”<sup>282</sup>.

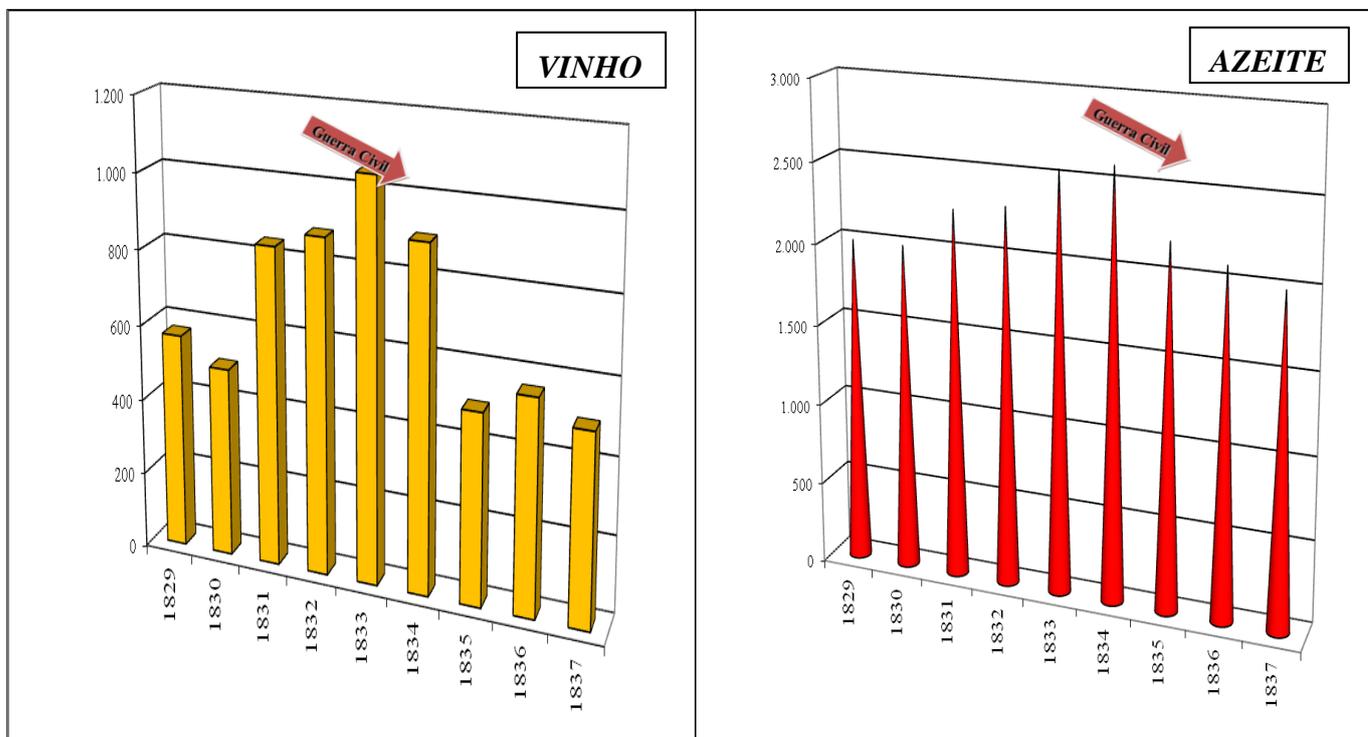
Houve mesmo em 20 de junho de 1834 uma deliberação que condenou “*em trinta mil réis o dono de um rebanho de gado que foi encontrado nos olivais de Vale de Estacas*”<sup>283</sup>. Toda esta situação acabou por afetar a produção, havendo uma maior procura perante uma tão pequena oferta disponível, que se refletiu no aumento acentuado dos preços, como foi referido. Nos outros anos estudados, apesar das várias leituras registadas para o vinho e o azeite, os valores em réis são sempre mais baixos, em relação aos anos mais acesos da guerra civil na região.

---

<sup>282</sup> Arquivo da Biblioteca Municipal de Santarém, *Actas da Câmara Municipal de Santarém de junho de 1834*; Cf. f. 30 v; Livro 601.

<sup>283</sup> Arquivo da BMS, *op.cit.*; Cf. f. 35; Livro 601.

**Figura 1.34.** - Conjunto de gráficos com preços de referência em réis, do vinho e do azeite produzidos na vila de Santarém e no seu termo, entre 1829 e 1837.



**Fonte:** Biblioteca Municipal de Santarém, Registos dos Livros de Acórdãos do Senado da Câmara da Vila de Santarém entre 1829 e 1837. (Foram consultados todos os livros que existiam em arquivo da primeira metade do século XIX).

*Quais foram então as razões que justificam a evolução dos números apresentados nos gráficos, no que diz respeito aos preços de referência dos vários géneros agrícolas produzidos em Santarém e no seu termo?*

No período da guerra civil em Portugal existiram em Santarém e no seu termo duas fases distintas na evolução dos preços dos vários produtos agrícolas aqui produzidos. Observamos assim uma primeira fase com tendência para preços mais baixos desde 1829 até 1832, a que se seguiu uma fase altista, que culminou com os valores mais altos em 1833, em quase todos os produtos agrícolas aqui estudados, à exceção do centeio e azeite, que atingiram os seus preços mais elevados no ano de 1834.

Esta situação pode ser explicada pelo início da ocupação militar da região em outubro pelos exércitos protagonistas da guerra civil. Podemos então afirmar que houve impactos evidentes da guerra no mercado de produtos agrícolas da região. A maior procura dos vários géneros agrícolas aqui produzidos gerada pela presença dos dois exércitos na região, acabou por inflacionar os preços no mercado em 1833 e 1834, como foi observado. No entanto, entre 1835 e 1837, há uma tendência de viragem, com o decréscimo dos preços dos cereais, devido ao fim da guerra. Uma das causas que explica então a menor produção passou pela devastação das colheitas e dos seus meios de cultivo, provocada pelos exércitos em trânsito que usaram a região como suporte das suas atividades militares.

Esta mesma realidade foi confirmada por vários lavradores de Santarém e do seu termo que pediram na época auxílios à Câmara para as suas lavouras, por terem sido prejudicados pelas tropas da usurpação, durante a ocupação de Santarém<sup>284</sup>. Por sua vez, a epidemia de cólera que se instalou na vila de Santarém e no seu termo em 1833, provocou um grande número de baixas junto da população civil. Este facto acabou por se repercutir na mão-de-obra essencialmente rural da região que, disponível em menor número, poderá ter afetado igualmente o cultivo dos campos e a respetiva produção agrícola. A estes acontecimentos acabou por se juntar a migração forçada de parte da população devido à presença dos exércitos e uma grande seca que ocorreu no ano de 1833, que contribuíram de forma significativa para os preços se manterem elevados no ano seguinte<sup>285</sup>.

Por sua vez a maior procura acabou por ter como causa maior a requisição forçada de víveres posta em marcha pelos exércitos em confronto para alimentarem as suas tropas. Esta situação acabou por deixar a população civil com poucas subsistências, o cenário de fome junto das populações locais acabou por trazer atrás de si uma busca incessante pelos poucos víveres disponíveis. Podemos constatar estes factos numa descrição da *Crónica Constitucional* quando era referida a situação que se vivia em Santarém, onde havia “falta de tudo, especialmente de pão” que começava a fazer sentir junto dos “soldados os terríveis

---

<sup>284</sup> Cf. *Livro de Registos dos Acórdãos do Senado da Câmara da Vila de Santarém entre o ano de 1833 e o ano de 1857*, p.106.

<sup>285</sup> Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal 1750-1850*, pp. 75 a 78 e Graça Soares Nunes, *op.cit.*, p.166.

efeitos da fome, que ha mais tempo experimenta o miserando povo d'quella villa, por que tudo é pouco para a tropa<sup>286</sup>”.

André Nouschi descreveu de forma clara na sua obra todo este cenário quando referiu que numa situação em que a procura é grande, a oferta de géneros é normalmente pequena para satisfazer tais necessidades, podendo provocar no seio de uma determinada sociedade local, um cenário em que *“os preços trepam rapidamente, a mortalidade aumenta consideravelmente, e a densidade da população diminui: [no fundo] o nível de vida diminui e o rendimento do trabalho decai para taxas muito baixas<sup>287</sup>”* como aconteceu na vila de Santarém.

---

<sup>286</sup> BNP, *Crónica Constitucional Nº 79 de 25 de outubro de 1833*, p.435.

<sup>287</sup> André Nouschi, *op.cit.*, pp.135,136.

### 2.3. Os Impactos da guerra civil no património local

Além dos efeitos na produção agrícola da região, a guerra civil afetou igualmente o parque patrimonial edificado da zona, onde se incluem propriedades religiosas e civis, passando também pelos imóveis de interesse militar. A degradação provocada no património local pelo conflito em estudo, a par das medidas tomadas pela administração municipal para a sua posterior recuperação, trouxeram atrás de si fortes repercussões para uma já fragilizada economia regional. Esta mesma realidade foi logo atestada em maio de 1834, por José Barbosa, que ao entrar na vila de Santarém com as forças liberais referiu o estado de devastação em que a sua terra se encontrava, exclamando nas suas memórias que “a vila causava horror!”<sup>288</sup>.

Podemos acrescentar ainda a este relato, os registos das atas da câmara municipal e as descrições de outros cronistas contemporâneos e posteriores, que mencionaram, de forma idêntica, os efeitos invulgares da guerra civil na sociedade e economia local. Foi por este motivo que acrescentamos a este estudo, os impactos dessa mesma guerra no património edificado de Santarém, como um fator marcante que afetou a economia da região. Foram realmente fortes e com consequências duradouras os impactos causados pela guerra civil no património local de Santarém.

Dez anos depois do conflito, Almeida Garrett descrevia, nas *Viagens na minha Terra*, o estado em que Santarém e o seu termo ainda se encontravam. Ao chegar a esta vila agrícola fluvial em 19 de julho de 1843, constatou que nesta terra “havia pouca frequência do povo, as hortas e os pomares [estavam] mal cultivados, as casas de campo arruinadas, tudo indicava as vizinhanças de uma povoação descaída e desamparada. [...] Palácios, conventos, igrejas ocupam gravemente e tristemente os seus antigos lugares, enfileirados sem ordem, [...] em que a vista dos olhos não acha simetria alguma”<sup>289</sup>.

Após entrar dentro dos seus muros referiu que viu “tudo deserto, tudo silencioso, mudo, morto! Cuida-se entrar numa metrópole de um povo extinto, de uma nação que foi poderosa e celebrada, mas que agora desapareceu da face da terra”. Neste contexto finalizava o

---

<sup>288</sup> José de Freitas Amorim Barbosa, *op.cit.*, p.133.

<sup>289</sup> Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*, Introdução por Maria Ferreira, pp.153 e 154.

capítulo vinte e sete do seu livro, em que destacou os impactos patrimoniais da guerra civil na vila de Santarém, com as seguintes palavras: “ Que espantosa e desgraçosa confusão de entulhos, de pedras, de montes de terra e caliça! Não há ruas, não há caminhos, [apenas] um labirinto de ruínas feias e torpes”. Todos estes impactos patrimoniais afetaram de forma determinante a economia local, como acabou por acrescentar Garrett, ao escrever que seguindo pela “triste e pobre Rua Direita, centro do débil comércio que ainda aqui há; [existiam] poucas e mal providas lójeas, quase nenhum movimento<sup>290</sup>”.

Passados dez anos, será o historiador e escritor Alexandre Herculano a confirmar o cenário de decadência em que a urbe ainda se encontrava, quando em 1853 nos seus apontamentos de viagens, referia que “Marvila é a Santarém monumental, lânguida, arruinada. A Ribeira [...] é a Santarém da vida, do movimento, da atualidade, embora não possa competir em nada d’isso com outras povoações da margem do Tejo<sup>291</sup>”. As crónicas posteriores à guerra retratavam assim de forma evidente os efeitos a longo prazo de um conflito que marcou por várias décadas Santarém, que tinha sido sempre cabeça de comarca e com a nova legislação administrativa de 1835 se tornou sede de distrito.

Mas a sua decadência com origem na guerra civil e nas lutas políticas e sociais que se sucederam no seu espaço como foi o caso da *Patuleia*, quase provocaram a sua morte administrativa. Por pouco a mesma não perdeu o estatuto de vila, só acabando por ser elevada a cidade em 1868, trinta e quatro anos depois da guerra civil, muito por influência de um dos seus mais ilustres conterrâneos do século XIX, o marquês de Sá da Bandeira.

Mas mais realistas que as crónicas posteriores à guerra são as descrições factuais, daqueles que em plena guerra nos anos de 1833 e 1834 presenciaram os factos. José Bento Fernandes referia, em 13 de outubro de 1833, que Santarém não era mais do que uma terra fantasma “com casas ao abandono, ruínas e montes de esterco a encherem as ruas<sup>292</sup>”. A esta descrição, Pinho Leal, que participou igualmente na campanha militar de Santarém, acrescentava na sua obra *Portugal Antigo e Moderno* que “ a povoação estava no

---

<sup>290</sup> Almeida Garrett, *idem*, pp.154 e 155.

<sup>291</sup> Alexandre Herculano, *Cenas de um Ano da Minha Vida e Apontamentos de Viagem*, coordenação e prefácio de Vitorino Nemésio, pp. 237 e 238.

<sup>292</sup> José Bento Fernandes, *op.cit.*, p. 294.

seu mais lastimoso estado! As lojas dos mercadores e muitas outras casas estavam transformadas em cavalariças e atulhadas de estrume dos cavallos e muares<sup>293</sup>”.

Como se pode verificar pelas descrições, podemos então afirmar que foram evidentes os efeitos da ocupação dos exércitos em confronto na guerra civil, quer na arquitetura religiosa, quer na civil, dentro da vila e nos seus arredores. Por esta razão, surgem neste enquadramento, os impactos da guerra no património edificado de Santarém, que procurámos ilustrar de seguida. No fundo construímos vários modelos de análise qualitativos, que procuraram interpretar os impactos provocados pela guerra, no património arquitetónico religioso e civil da vila e do seu termo.

Começamos então pelos impactos provocados pela guerra civil no património religioso da vila de Santarém e neste caso particular as igrejas que ficaram parcialmente e totalmente destruídas ou então foram transformadas, devido à presença dos exércitos da guerra civil na região. Nas catorze igrejas que existiam na época, na vila de Santarém, fontes contemporâneas e posteriores referem que com a guerra civil não houve danos de maior. No entanto, a igreja da Alcáçova, em Santarém, encontrava-se nas palavras de Almeida Garrett, parcialmente destruída no ano de 1843. A sua descrição remete para o facto de a igreja ter sofrido danos consideráveis durante o período da guerra civil, como aconteceu com alguns conventos da vila, nas suas palavras<sup>294</sup>.

No que diz respeito à realidade dos conventos e mosteiros da vila, dos treze conventos que existiam na época em Santarém e recorrendo igualmente a documentação contemporânea e posterior, a mesma refere danos consideráveis em alguns destes imóveis no período da guerra, contrariando desta forma o que aconteceu com as igrejas da vila, nesse período. Foi o caso do convento de São Domingos em Santarém, que estava transformado em 1843, nas palavras de Almeida Garrett, num palheiro. Na sua descrição acrescentava ainda que a igreja e a capela onde se encontrava o jazigo do santo Frei Gil estavam profanadas numa visita que efetuou ao espaço. Para este cenário muito contribuiu

---

<sup>293</sup> Pinho Leal, *op.cit.*, p. 532.

<sup>294</sup> Arquivo da Biblioteca Municipal de Santarém, *Atas da Câmara Municipal de Santarém de 1833 a 1835* e Almeida Garrett, *Viagens na minha Terra*, Introdução por Maria Ema Tarracha Ferreira, pp.155 e 157.

o fim da guerra civil em 1834, com a extinção desta ordem na vila, tendo o convento sido requisitado pelo Ministério da Guerra e transformado em quartel em 1835. Vinte anos mais tarde, juntamente com a igreja, seria adquirido em hasta pública pela Câmara Municipal de Santarém, tendo sido parte do seu espaço transformada em praça de touros, por ordem do 1º Visconde de Fonte Boa<sup>295</sup>.

O mesmo se passou com convento de São Francisco em Santarém, que estava transformado em 1843, nas palavras de Garrett, numa verdadeira ruína. Segundo ele a magnífica igreja gótica era agora uma arrecadação militar, onde tinham levantado as lajes dos sepulcros e tinham profanado, no coro alto, o túmulo do rei D. Fernando. Para este cenário muito contribuiu o fim da guerra civil em 1834, com a extinção dessa mesma ordem religiosa masculina em Santarém. O convento foi igualmente requisitado pelo Ministério da Guerra no ano de 1835, e transformado em quartel dos corpos de artilharia, sendo a cerca transformada em horta dessa mesma guarnição militar<sup>296</sup>.

No que diz respeito à análise dos impactos provocados pela guerra civil no património civil público e privado da vila de Santarém, foram várias as casas senhoriais que sofreram danos nesta época na vila de Santarém. As fontes contemporâneas referem que, com ela, houve muitas casas de partidários liberais parcialmente e mesmo totalmente destruídas. Também segundo José de Freitas Amorim Barbosa, no ano de 1834, as ruas da vila estavam atulhadas de esterco, com muitas das lojas de comércio reduzidas a cavaliariças e cheias de imundície<sup>297</sup>.

Como observámos nas diferentes análises apresentadas, foram assim vários os imóveis religiosos afectados, tendo sido a situação particularmente grave nas freguesias que

---

<sup>295</sup> ANTT, *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças e Negócios Eclesiásticos - Extinção das Ordens Religiosas (1834)*, Cx. 2249 e Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra, Introdução por Maria Ferreira*, pp.205 e 206.

<sup>296</sup> ANTT, *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças e Negócios Eclesiásticos - Extinção das Ordens Religiosas (1834)*, Cx. 2249 e Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra, Introdução por Maria Ferreira*, pp.212 e 213.

<sup>297</sup> Arquivo da Biblioteca Municipal de Santarém, *Actas da Câmara Municipal de Santarém de 1833 a 1835* e José de Freitas Amorim Barbosa, *A Minha Vida e Aventuras Escritas em Outubro de 1876*; pp.133 e 139.

constituíam o burgo urbano da vila de Santarém. Esta situação justifica-se pela quantidade de conventos, igrejas, capelas, ermidas, hospitais e hospícios religiosos que existiam na vila. Segundo António de Oliveira Freire, enobrecia-se esta vila com treze conventos de diferentes ordens, aos quais podíamos juntar, com base nos registos das memórias paroquiais de Santarém, catorze igrejas, quatro capelas, duas ermidas, três hospitais e três hospícios religiosos<sup>298</sup>.

Uma das razões que poderá explicar este cenário de destruição do património religioso, principalmente dos conventos das ordens religiosas, foi a ocupação militar dos miguelistas que transformou Santarém numa “povoação fantasma, com templos queimados<sup>299</sup>” como atestou o miguelista José Bento Fernandes durante a sua permanência na vila. Também provocou mudanças profundas a nova relação do Estado com a igreja trazida pelo liberalismo. A progressiva secularização do Estado e fenómenos como a nacionalização e posterior venda de bens das ordens religiosas masculinas trouxeram novas atitudes face à igreja e ao seu património havendo já durante a guerra civil registos de iconoclastia e saque principalmente de conventos e mosteiros<sup>300</sup>.

Perante este panorama, o abandono de vários edifícios religiosos resultou em que muitos deles acabaram por ver os seus bens móveis saqueados pelas populações e pelos militares, havendo igualmente danos significativos nas estruturas de alguns edifícios, como foi o caso dos conventos de S. Domingos e S. Francisco e da igreja da Alcáçova em Santarém, já referidos. Pela reforma empreendida pelo Ministro e Secretário de Estado, Joaquim António de Aguiar (conhecido pelo *mata-frades*), executada por uma comissão criada para o efeito pelo decreto de 30 de Maio de 1834, foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando apenas as femininas, que ficaram sujeitas aos respetivos bispos, até à morte da última freira, o que marcaria o encerramento definitivo desse tipo de conventos.

---

<sup>298</sup> Cf. *Memórias Paroquiais de Santarém* e António de Oliveira Freire, *Descrição corográfica do reyno de Portugal*, 1739, Lisboa Ocidental, oficina de Manoel Rodrigues, pp. 124 e 125.

<sup>299</sup> José Bento Fernandes, *op.cit.*, p.294.

<sup>300</sup> Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, *Portugal e a instauração do Liberalismo in Nova história de Portugal*, 2002, p.173.

Por ação deste decreto, os bens das ordens eram assim incorporados nos Próprios da Fazenda Nacional, sendo vendidos mais tarde em hasta pública ou então atribuídos a instituições e serviços do estado. Toda esta realidade está espelhada no inventário de um dos conventos do termo de Santarém, o Convento de Nossa Senhora de Jesus da ordem de São Francisco localizado em Vale de Figueira, onde se refere que o levantamento do seu espólio, feito no dia 7 de agosto de 1834, se efectuou sem a presença de religiosos “por não se achar nenhum religioso nas próprias cellas, por se terem retirado, devido à estada das tropas libertadoras na vila de Santarém<sup>301</sup>”. Feito o levantamento do seu espólio móvel, o mesmo era reclamado aos Próprios da Fazenda Nacional, a par dos terrenos e do respetivo edifício, pelo Conde do Lavradio, como padroeiro que tinha sido do mesmo convento.

Também o convento e o Hospício do Espírito Santo da Ordem de São Francisco, situado na vila do Cartaxo, viram os seus bens serem nacionalizados pelos Próprios da Fazenda Nacional. O Hospício seria pedido pela câmara para hospital e quartel da Guarda Nacional, por portaria da Fazenda de 17 de fevereiro de 1836. A cerca seria igualmente requisitada pela câmara no mesmo mês para ser transformada parte dela em cemitério, já a igreja do convento era requisitada pelo governo civil para capela, sendo o edifício do convento transformado mais tarde em 1841 em casa da câmara, sala de audiências gerais e outros estabelecimentos<sup>302</sup>. Da mesma forma em Pernes o convento da ordem feminina das Congregadas da Senhora de Sant’Ana encerrava em 1845 com a morte da última freira, sendo os seus bens nacionalizados. O edifício acabou por ficar em ruínas só sendo aproveitado mais tarde, em 1884, pela Junta da Paróquia de Pernes, que aí instalou as escolas primárias e mais tarde a sede da Junta de Freguesia<sup>303</sup>

Apesar das expropriações dos conventos terem proporcionado a venda em hasta pública de parte do património material de alguns conventos da região, muitos deles acabaram por ser cedidos a instituições públicas (quarteis, espaços camarários e

---

<sup>301</sup> ANTT, *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças e Negócios Eclesiásticos - Extinção das Ordens Religiosas (1834)*, Cx. 2258, Proc.1602.

<sup>302</sup> ANTT, *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças e Negócios Eclesiásticos - Extinção das Ordens Religiosas (1834)*, Cx. 2203.

<sup>303</sup> ANTT, *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças e Negócios Eclesiásticos - Extinção das Ordens Religiosas (1834)*, Cx. 2015.

instalações judiciais) que não se materializaram em benefícios de grande monta para a economia regional. Mas neste enquadramento, mesmo os conventos que foram vendidos, acabaram por ser comprados por valores abaixo do real, por elementos de uma burguesia rural que se tinha afirmado com o liberalismo e agora investia na aquisição de algumas grandes propriedades do antigo clero monástico.

Com as vendas que aconteceram, a extinção dos conventos também trouxe atrás de si a degradação de alguns desses edifícios. Perante este cenário, surgiram prejuízos para a administração municipal, que iria empenhar desta forma recursos económicos na recuperação de alguns desses espaços, que foram ocupados por instituições municipais. Sobre este assunto, Sá da Bandeira acrescentava que foram decretadas várias medidas importantes para a legislação do país como exigia o novo regime. Mas se, por um lado, estas reformas foram uteis para a generalidade da nação, o marquês afirmaria que as mesmas seriam mais um sinal de decadência para os interesses económicos da vila de Santarém. Porque, segundo ele, “com a abolição de numerosas jurisdições na região e dos muitos conventos religiosos que existiam na povoação e no seu termo, perderam-se consideráveis rendimentos para a administração municipal<sup>304</sup>”.

Analisando agora o que sucedeu ao património civil privado da vila de Santarém e arredores, razões como o saque e o alojamento das tropas miguelistas explicam em grande parte o estado ruinoso em que ficaram muitas das casas particulares da vila e do seu termo. As mesmas foram ainda alvo de outras utilizações, no apoio às diferentes atividades militares que se desenrolaram nela e nos seus subúrbios. Foi o que aconteceu com a casa de José Amorim Barbosa, que referia nas suas memórias no dia 19 de maio de 1834, já em Santarém, que “ a casa em que eu habitara, a mesma em que eu habito, tinha servido de oficina de sapateiros do exército miguelista, que a deteriorara muito, chegando a queimar-lhe algumas portas<sup>305</sup>”. No mesmo contexto, mas por razões políticas era incendiada e vandalizada pelos miguelistas a casa de família de Sá da Bandeira, situada no largo do Colégio Jesuíta de Santarém, um dos mais ilustres combatentes das fileiras constitucionais. O mesmo acontecerá a muitas outras casas de conhecidos liberais, que os realistas da vila

---

<sup>304</sup> Marquês de Sá da Bandeira, *op.cit.*, p. 23.

<sup>305</sup> José Freitas de Amorim Barbosa, *op.cit.*, p.139.

iriam denunciar, os mesmos que tinham migrado à pressa, salvando a custo a família, abandonando o lar e os haveres que são saqueados ou reduzidos a cinzas, num período em que a guerra já estava próxima de ser perdida<sup>306</sup>.

Confirmando esta realidade, nas atas da Câmara Municipal de Santarém do mês de agosto de 1834 surge então um processo de José Pereira de Faria Mendes Costa pedindo indemnização, pelos prejuízos causados pelo usurpador miguelista. Nele era referido que havia emigrado para Lisboa em agosto de 1834, quando da vila se aproximava o exército rebelde, devido aos seus conhecidos sentimentos de adesão à causa de Dona Maria II, tendo perdido por tal razão todas as suas casas, tendo salvado unicamente e com muito custo apenas a sua família. Nesse contexto declarava nesse processo cível a “relação dos danos causados pelas tropas do Usurpador nos bens da minha casa em a Vila de Santarém, que pelas mesmas forão roubados uns, inutilizados outros e a final queimado o resto de toda a mobília com o Palácio de Queiróz onde eu residia e que servia de Arsenal do Exército do Usurpador e igualmente os danos experimentados na minha casa do Logar da Romeira<sup>307</sup>”.

Somavam os seus prejuízos em Santarém e na Romeira cerca de três contos, trezentos e trinta mil e trezentos e vinte e cinco réis. Perante este cenário a vereação da câmara, em sessão pública de agosto de 1834, iria decidir em favor do requerente de acordo com as disposições do artº 12 do decreto real de 31 de agosto do ano anterior, cedendo para o efeito uma cédula no valor líquido de 3.150\$000 réis.

No que diz respeito à arquitetura civil pública, foram vários os danos e impactos sofridos nos arruamentos, lojas e cemitérios públicos da vila, durante a ocupação miguelista. Segundo José de Freitas Amorim Barbosa, “as ruas estavam atulhadas de esterco. As lojas dos mercadores, reduzidas a cavaliças e cheias de imundície. Em algumas partes encontravam-se cavalos mortos e em começo de putrefação!<sup>308</sup>”.

---

<sup>306</sup> Luís Eugénio Ferreira, *op.cit.*, p. 152.

<sup>307</sup> Arquivo da Biblioteca Municipal de Santarém, in *Actas da Câmara Municipal de Santarém respeitantes às vereações do mês de agosto de 1834*; Cf. Processo Cível nº18, datado de 22 de agosto de 1834.

<sup>308</sup> José de Freitas Amorim Barbosa, *op.cit.*, p.133.

Foi por estas razões que no rescaldo da ocupação, a partir de 19 de maio de 1834, são tomadas várias medidas pela administração municipal de Santarém “para acudir ao estado ruinoso em que esta vila ficou pela ocupação das tropas rebeldes<sup>309</sup>”. Eram assim tomadas providências urgentes pela vereação da câmara na reparação de “aquartelamentos, prontificação de transportes por mar e terra, providenciarem o necessário para o Hospital de Jesus Cristo e tudo o mais que a mesma camara cumpetir<sup>310</sup>”.

Este empenhamento da câmara, com vereadores ainda interinos, continuou no dia 20 de maio de 1834, ao deliberarem neste dia “que imediatamente se tratasse da Limpeza das ruas, Travessas, Becos, Lojas, Quintais e Chaguões, fazendo-se aprontar homens para esse trabalho à custa dos habitantes, avisando-se Lavradores e Cingeleiros<sup>311</sup> tanto desta vila como de algumas vintenas mais próximas, para conduzirem as imensas imundices para fora da vila nos seus carros<sup>312</sup>”. No regresso destes condutores de carros de bois dos arredores da vila para Santarém, os mesmos deviam trazer “*alecrim, rosmaninho e outras ervas aromáticas para se queimarem em diversos pontos da vila a fim de purificarem os ares, tudo isto para evitar a epidemia que está ameaçando esta vila*<sup>313</sup>”.

A par destas medidas, as preocupações com os arruamentos públicos por parte da câmara de Santarém continuam a ser evidentes, quando no dia 2 de junho de 1834 a mesma nomeou o cidadão Manoel José dos Santos, como novo encarregado para essa atividade devido “a má administração que tem havido na direcção da limpeza e confusão em que tem andado os casos da mesma limpeza<sup>314</sup>”.

Mas os gastos da administração municipal no período pós guerra, que afetavam a já fragilizada economia regional, não passava só pela limpeza de arruamentos. As preocupações com os enterramentos de pessoas e animais, por razões de saúde pública, estavam na ordem do dia, como uma das preocupações das vereações. Na sessão de 7 de

---

<sup>309</sup> Arquivo da Biblioteca Municipal de Santarém, *Actas da Câmara Municipal de Santarém respeitantes às vereações do mês de maio de 1834*; Cf. f. 25; Livro 601.

<sup>310</sup> Arquivo da Biblioteca Municipal de Santarém, *op.cit.*; Cf. f. 25; Livro 601.

<sup>311</sup> Também conhecidos por *Boieiros*, eram indivíduos que conduziam carros de bois.

<sup>312</sup> Arquivo da BMS, *op.cit.*; Cf. f. 29; Livro 601.

<sup>313</sup> Arquivo da BMS, *op.cit.*; Cf. f. 29; Livro 601.

<sup>314</sup> Arquivo da BMS, *op.cit.*; Cf. f. 29; Livro 601.

junho de 1834 ficaria então determinado “que o cidadão António Montez se encarregasse de vigiar e dirigir os trabalhadores ocupados no entulhamento do cemitério onde se enterrarão os rebeldes e que dos lugares próximos aquele cemitério fizesse cavar e reparar o entulho das sepulturas<sup>315</sup>”.

As preocupações com os trabalhos de limpeza, essenciais para a vivência na vila, eram assim permanentes nas diferentes sessões da câmara. Por esta razão, em 15 de junho de 1834, era apresentada, perante a vereação, uma lista de indivíduos que faltaram à limpeza das ruas, que se tinham iniciado em maio. Foram então “condenados para pagarem aos que por eles trabalharão. José Pereira de Carvalho, o padre Joaquim António de Carvalho, Laurentino dos Santos ... cada um em dia e meio, que importa em trezentos reis<sup>316</sup>”. Assim, neste período, mais do que alterações na política regional, houve essencialmente medidas do domínio físico e imediato. Como a necessidade de limpar as ruas da vila e o melhoramento dos seus cemitérios, para torná-la mais salubre, no fundo tratar dos vivos e enterrar os mortos!

Perante esta realidade, podemos concluir que os impactos patrimoniais durante a ocupação militar penalizaram de forma determinante a economia da região, já de si bastante fragilizada desde as invasões francesas. A esta conjuntura juntou-se uma menor produção agrícola, pelas razões atrás referidas, numa região que vivia e dependia prioritariamente da mesma, o que acabou por sacrificar ainda mais uma economia regional em grande agonia, como foi referido. Todo este cenário projetou Santarém e o seu termo durante décadas, para uma situação de esquecimento e obscuridade, que a remeteu irremediavelmente para segundo plano, quando comparada com outras vilas da mesma importância a nível nacional, nos anos que se seguiram à guerra civil.

---

<sup>315</sup> Arquivo da BMS, *op.cit.*; Cf. f. 29; Livro 601.

<sup>316</sup> Arquivo da BMS, *op.cit.*; Cf. f. 33 v; Livro 601.

## 2.4. OS IMPACTOS DA GUERRA CIVIL NA POLÍTICA LOCAL: A IMPORTÂNCIA DA REGIÃO DE SANTARÉM NO DESFECHO DA GUERRA E NA MUDANÇA DO REGIME POLÍTICO EM PORTUGAL

Desde o início das lutas liberais no nosso país, que Santarém se tornou num dos mais importantes centros de decisão da política nacional, tendo-se nela experimentados momentos marcantes desse período determinante da nossa história, logo a partir dos acontecimentos associados à revolução liberal de 1820. De acordo com Albert Silbert, essa revolução tinha sido feita essencialmente por proprietários não feudais ou rendeiros abastados, que já detinham nas suas propriedades agrícolas uma produção muito superior à do autoconsumo. Com a sua afirmação em termos económicos, o objetivo desta nova burguesia rural emergente passava agora por chegar ao poder, a reboque destes novos desenvolvimentos políticos, que se iam sucedendo na vida nacional<sup>317</sup>.

Neste enquadramento, a vila de Santarém foi das primeiras povoações a aderir à causa liberal, quando no dia 15 de setembro de 1820 se deu o pronunciamento do regimento de cavalaria nº10, aqui sediado, ainda antes de a revolução eclodir em Lisboa. No burgo formou-se assim um núcleo contra os absolutistas que aderiu em força, à causa liberal, assente no interesse pelo desenvolvimento e progresso da agricultura. Este grupo fundou então uma sociedade patriótica denominada “*Agricultura*”, no ano de 1822, em defesa de novas organizações agrícolas, tendo como objetivo, para além da instrução, os melhoramentos agrícolas. Foi por essa razão, que uma das ideias essenciais que surgiam nos seus estatutos, em janeiro de 1823, passava por “radicar o sistema constitucional, para fazer prosperar a agricultura<sup>318</sup>”.

Perante mudanças constantes da política regional, surgiu o posicionamento volátil das elites locais, quase sempre em função dos seus interesses pessoais. Muitos que apoiaram no início a revolução de 1820 foram depois adeptos fervorosos do movimento absolutista da

---

<sup>317</sup>Albert Silbert, *Le Problème Agraire Portugais au Temps des Premières Cortès Libérales (1821-1823)*; Paris, 1968, pp. 4 a 39 e Archives des Affaires Étrangères, *Correspondance Consulaire Commerciale, Porto et Lisbonne, (1825-1839)*, Volume 3 e 60, com destaque para os documentos produzidos entre 20 de novembro de 1833 a 11 de março de 1834.

<sup>318</sup>BNP; Cf. *Projeto de Regulamento para a Sociedade Patriótica denominada Agricultura, [...] instituída em a vila de Santarém ao 16 de dezembro de 1822*; Lisboa, 1823, p.8.

Vila-Francada. Todos estes fatores contribuiriam mais tarde para que D. Miguel fizesse de Santarém a sua última sede política<sup>319</sup>. Neste ambiente, a luta política em Santarém tornou-se então bastante acesa, o que se iria refletir na ação dos diferentes grupos sociais da vila e no movimento das ideias no âmbito da política regional. Foi o que se pôde constatar, com a forte luta de interesses, que iria ocorrer nos anos vinte, entre os lavradores e a massa de camponeses da região. Perante as diferentes petições dos jornaleiros e mancebos a reivindicar melhores condições de trabalho junto das novas Cortes, entre 1821 e 1823, surgiu a reação dos lavradores, que condenavam a degradação religiosa e moral desses trabalhadores que segundo eles, quanto mais ganhavam menos trabalhavam<sup>320</sup>.

Será então junto dessa massa de camponeses e plebe urbana, que se opõe à burguesia rural e anticlerical da região de Santarém, que D. Miguel vai recrutar juntamente com o clero, o apoio que lhe permitiu dirigir a Vila-Francada. Toda esta realidade ficou espelhada na vereação de 2 de junho 1832, numa altura em que o executivo camarário ainda apoiava o exército miguelista, mais numeroso e adestrado, segundo eles. Ofereciam assim os bens e a sua vida numa atitude de obediência às leis fundamentais da monarquia absoluta, numa constante lealdade a D. Miguel “pela glória que na história moderna lhe coube [...] em 29 de Maio de 1823 quando esmagou a Hydra da Revolução<sup>321</sup>”.

A postura da Câmara era assim de apoio total ao lado miguelista, perante a ameaça das guerrilhas liberais que operavam na região de Alpiarça, lideradas pelo próprio juiz do lugar João Gonçalves de Almeida. Em 17 de julho de 1832 a câmara ainda satisfazia, com os seus cofres, “a quantia de quarenta mil novecentos e oitenta reis metal [...] com as compras das cabeçadas, limpezas e ferragens para a cavalaria [...] da Praça de Abrantes, para serem empregados no serviço contra as guerrilhas<sup>322</sup>” liberais que atuavam no Ribatejo e Alentejo. O prestígio que D. Miguel adquiriu em Santarém com a Vila-Francada teve então ótimos resultados, que se transformaram mais tarde na garantia de um quartel-general político, estratégico e militar durante a guerra, como já foi referido por nós; no fundo, um

---

<sup>319</sup> Jorge Custódio, *op.cit.*, p. 36.

<sup>320</sup> Albert Silbert, *op.cit.*, pp.4 a 39.

<sup>321</sup> Arquivo da BMS, *op.cit.*; Cf. fls. 155 e 156; Livro 600.

<sup>322</sup> Arquivo da BMS, *op.cit.*; Cf. f. 6 v; Livro 601

centro de gravidade nacional desde agosto de 1833 até à conquista liberal no dia 18 de maio de 1834.

Durante este período, segundo as memórias do Marquês de Sá da Bandeira, já a população de Santarém se tinha apercebido das “pesadíssimas requisições de toda a espécie<sup>323</sup>”, que D. Miguel durante o seu governo na vila mandou executar, e das quais nunca receberam indenizações, fazendo-a passar para o campo constitucional. Esta mudança radical confirmou-se igualmente junto do elenco camarário, que numa vereação extraordinária do dia 27 de Julho de 1833, assinou um “auto solene da aclamação da rainha fidelíssima S<sup>a</sup> Dona Maria Segunda e da sua majestade imperial e real, o senhor D. Pedro Duque de Bragança como regente destes reinos e seus domínios<sup>324</sup>”. Com esse postura procurou-se combater a corrupção, incompetência, arrogância de toda uma legião de pequenos servidores da administração municipal que atuavam em prol do governo miguelista na vila. Perante esta realidade a vereação do dia 28 de julho de 1833, continuava a informar os seus habitantes, que as “forças já dispersas do Usurpador, roubarão e assaltarão todo esse tempo<sup>325</sup>” a Santarém. Para tranquilizar a população acrescentavam no mesmo dia medidas, para permitir o alistamento de voluntários nos batalhões liberais e constituíam um balanço de géneros que serviriam para apoiar o fornecimento das tropas libertadoras, que operavam nas proximidades.

Mas a situação acabou por piorar para Santarém, quando se transformou no último reduto e sede do governo de D. Miguel, o que trouxe atrás de si em novembro de 1833 rasgos de violência criminosa, devido aos ajustes de contas e às depredações das suas tropas, logo após o cerco de Lisboa. Este período de ocupação miguelista acabou por provocar um silêncio documental de nove meses na administração municipal, não tendo sido redigidas quaisquer atas do senado da câmara de Santarém<sup>326</sup>, entre 15 de agosto de 1833 e 19 de maio de 1834. Segundo Pinho Leal, Santarém tornou-se assim neste período a “côrte e o quartel-general dos realistas, e o seu governo, d’alli expedia ordens para todo o

---

<sup>323</sup> Marquês de Sá da Bandeira, *op.cit.*, p.23.

<sup>324</sup> Arquivo Histórico da BMS, *Atas da Câmara Municipal de Santarém*; fls.11 a 15 v; Livro 601 e Maria Alexandre Lousada, *D. Pedro ou D. Miguel?* pp. 50 à 100.

<sup>325</sup> Arquivo Histórico da BMS, *op.cit.* fls. 21 e 21v; Livro 601.

<sup>326</sup> Luís Eugénio Ferreira, *op.cit.*, p. 151.

reino, que eram cordialmente cumpridas<sup>327</sup>". No entanto, mais tarde, de acordo com as atas da câmara da vila, o fim do período de governação de D. Miguel, em Santarém, acabou com as contribuições forçadas, os roubos violentos, as depredações e o aprisionamento nas cadeias. Segundo a vereação de 9 de julho de 1834, era no entanto necessário que a futura rainha, D. Maria II, perdoasse o "pagamento das dízimas e alguns direitos, visto o estado miserável em que se acha esta povoação pelos estragos que lhe cauzou o governo usurpador<sup>328</sup>".

Esta reviravolta resultou de um dos acontecimentos militares mais marcantes da guerra civil na região de Santarém, a *batalha de Almoster*, que iria provocar uma grande mudança na política nacional e criar condições para o fim da guerra. Apesar de ocorrer mais tarde a *batalha da Asseiceira* nas proximidades de Tomar, em 16 de maio de 1834, a mesma não seria mais que uma consequência da primeira, porque resultava apenas das operações de limpeza do território, que ainda continuava sob controlo dos miguelistas. Desta forma podemos afirmar que a campanha militar de Santarém teve como resultado a retirada de D. Miguel de Santarém para Évora em 18 de maio de 1834, dando-se de seguida a sua capitulação em Évora-Monte, no dia 26 do mesmo mês, que colocaria um ponto final, na já longa guerra civil portuguesa. Sobre este acontecimento, o corregedor de Coimbra Francisco José Duarte Nazareth, declarava, num ofício de 21 de maio de 1834, endereçado ao Ministro dos Negócios Eclesiásticos e Justiça Joaquim António de Aguiar<sup>329</sup>, que tinham

---

<sup>327</sup> Pinho Leal, *op.cit.*, p.523.

<sup>328</sup> Arquivo Histórico da BMS, *Atas da Câmara Municipal de Santarém*; fl.41; Livro 601.

<sup>329</sup> Joaquim António de Aguiar nasceu em Coimbra no dia 24 de agosto de 1792 e faleceu no Lavradio, Barreiro, em 26 de maio de 1874. Foi um político e maçom português que se destacou durante o período da Monarquia Constitucional, tendo sido um importante líder dos cartistas e mais tarde do Partido Regenerador. Foi por três vezes Presidente do Conselho de Ministros do Reino de Portugal em 1841/1842, 1860 e 1865/1868. Ao longo da sua carreira política assumiu ainda várias pastas ministeriais, designadamente a de *Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça* durante a regência de D. Pedro nos Açores, em nome da sua filha D. Maria da Glória. Foi no exercício dessa função que promulgou a célebre lei de 30 de Maio de 1834, pela qual declarava extintos "*todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares*", sendo os seus bens secularizados e incorporados na Fazenda Nacional. Essa lei, pelo seu espírito de oposição eclesiástica, valeu-lhe a alcunha de o *Mata-Frades*. Cf. AAVV, *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal, Volume Primeiro*, p.29.

recebido agradáveis notícias da “vitoriosa entrada do exército libertador em Santarém, e da precipitada e vergonhosa fuga dos rebeldes para o sul do Tejo<sup>330</sup>”. Neste contexto, D. Miguel acabou mesmo por deixar o país embarcando para o exílio na cidade de Génova a bordo da *fragata inglesa Stag*, que na época foi posta à sua disposição e dos seus apoiantes, em Sines, no início de Junho de 1834<sup>331</sup>.

No dia seguinte à retirada das forças miguelistas de Santarém, os liberais entravam nesta vila onde encontrariam ainda treze peças de artilharia, várias munições e algumas bagagens dos absolutistas que foram deixadas para trás, vindo ao seu encontro duzentos e cinquenta soldados miguelistas, que agora tentavam passar para o seu lado. A campanha militar de Santarém encerrava assim um ciclo de seis penosos anos de guerra, que dividiu o país em dois, causando apreciáveis estragos materiais e uma evidente desordem económica e financeira, para além de muitos mortos e feridos entre militares e população civil. Foi desta forma que a guerra civil contribuiu para a ruína da economia regional e nacional, entregando os liberais e os absolutistas à influência de diferentes credores externos, principalmente de origem inglesa e francesa, com quem contraíram dívidas que iriam nos anos seguintes pesar sobre as finanças do país. Toda esta situação serviu de pano de fundo à conturbada história dos futuros ministérios do constitucionalismo monárquico até meados do século XIX, onde vários representantes diplomáticos das potências europeias credoras atuaram muitas vezes como conselheiros do rei e dos respetivos governos. Desta forma, o fim da guerra acabava por não criar condições para a estabilidade política do país, apesar das muitas reformas inovadoras implementadas por Mouzinho da Silveira<sup>332</sup>. Foi de facto um período em que os liberais passaram por diferentes divisões internas, exacerbando-se as inevitáveis perseguições contra o lado que foi vencido, com a destruição e confiscação do património miguelista. A ala à direita do liberalismo desenvolveu-se, mas a ala esquerda continuava a

---

<sup>330</sup> Cf. ANTT, Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, *Papéis políticos com informação sobre a situação em várias localidades de 1823 a 1834*, Maço F14/ Caixa 938 / Documento Nº 3.

<sup>331</sup> Francisco Pina Manique, *A Causa de D. Miguel*, pp. 248 a 251.

<sup>332</sup> Miriam Halpern Pereira, *Mouzinho da Silveira: Pensamento e Acção Política*; Coleção Parlamento Lisboa, Assembleia da República, 2009 e Maria Alexandre Lousada e Fátima Sá e Melo Ferreira, *D. Miguel*, Círculo de Leitores, Coleção Reis de Portugal, 2006. Cf. “A guerra: o fim do reinado”; pp. 169 à 176 e “D. Miguel em Portugal”; pp. 240 à 257.

manter-se igualmente combativa e interventiva. Os oficiais e todos aqueles que haviam lutado pela causa liberal queriam a recompensa pelos seus serviços em campanha. Os mais impetuosos e populares chefes militares, os duques Saldanha e Terceira e o marquês de Sá da Bandeira, a par de muitos outros, lutavam agora pelo poder e sentiam-se na altura dirigentes naturais da nação.

Sem experiência de constitucionalismo, a maioria dos que chegavam a governantes acabavam por tender para regimes de uma ditadura disfarçada, que os levava a um conflito quase permanente com as cortes, onde também se verificava uma oposição violenta entre a Câmara dos Pares e a Câmara dos Deputados. O regente D. Pedro acabou por ser a primeira vítima do sistema que tanto lutou por implantar e afirmar no país. Acusado, a sua impopularidade acabou por crescer principalmente junto da ala esquerda do liberalismo e mesmo entre muitos dos seus verdadeiros seguidores. Acabaria por morrer, com tuberculose, poucos meses depois do fim da guerra civil, em 24 de Setembro de 1834 no Palácio Real de Queluz<sup>333</sup>. As Cortes e o governo resolveram decretar a maioridade da jovem rainha D. Maria II, que tinha à altura apenas quinze anos. Para chefiar o seu governo, a soberana nomeou o duque de Palmela, que constituiu um governo de centro-direita, apoiado pelos grandes proprietários, ricos comerciantes e banqueiros, a Igreja e ainda a maioria dos burgueses<sup>334</sup>.

Apesar do contexto nacional descrito, a vila de Santarém que tinha sido palco de uma das batalhas mais decisivas da guerra civil acabou por ter um papel determinante na transformação da sociedade portuguesa e na mudança de regime político. Não só pelos acontecimentos militares que nela decorreram, mas também pela forte ação dos grupos sociais que nela habitavam. Na vila verificaram-se todas as transformações que corresponderam à crise e destruição do antigo regime e à sua substituição por um regime liderado pelos interesses da agricultura comercial. Essa oposição ao absolutismo tinha-se iniciado, logo antes da revolução liberal de Lisboa, como já foi referido por nós. No grupo

---

<sup>333</sup> General João Pereira Bastos, *Da Revolução de 1820 à Convenção de Évora – Monte e morte de D. Pedro IV*, pp. 157 a 160.

<sup>334</sup> Joaquim Veríssimo Serrão; *História de Portugal: O Segundo Liberalismo / Da esperança à desilusão*; pp. 13 a 21.

que iria liderar este processo em Santarém sobressaia já Sá da Bandeira, que, nos anos de 1830, pertencia então à designada ala esquerda do constitucionalismo liberal, ao ponto de ver mais tarde a sua residência em Santarém ser incendiada pelas forças miguelistas que a ocuparam durante a guerra<sup>335</sup>. Na vila criticava-se também na época junto das mais altas instâncias, a degradação moral e religiosa dos conventos de Santarém, ganhando força o anticongreganistas, que obrigou nesse período à intervenção real para os reformar. Desta forma o clero regular acabou por ser a primeira vítima da vitória liberal, que o fez pagar bem caro toda a influência que o mesmo teve junto das camadas populares menos esclarecidas.

Após a vitória na campanha de Santarém e a subsequente expulsão de D. Miguel, que constituíram acontecimentos determinantes para o fim da Guerra Civil, os vários grupos sociais da vila continuaram a mostrar-se activos na afirmação do novo regime político que se implantava no país. A estes juntar-se-ia, com o fim do conflito, um novo grupo de grandes agricultores e proprietários, que iriam enriquecer à custa da aquisição das desvalorizadas e extensas propriedades do clero monástico que foram nacionalizados, a par dos bens da Coroa, onde foram postas à venda como bens nacionais as riquíssimas lezírias da região, assim como os bens da Casa do Infantado<sup>336</sup>. Na vereação da Câmara de Santarém de 2 de julho de 1834, era confirmado este cenário, quando se tornou “indispensável que a câmara nomeasse Avaliadores de Prédios Rústicos e Urbanos para avaliarem os bens dos frades<sup>337</sup>”.

---

<sup>335</sup> Jorge Custódio, *Linhas de Força da História Social de Santarém no século XIX*, p. 35.

<sup>336</sup> José A. Barbosa, *A minha vida e aventuras escritas em Outubro de 1876*, pp.130 a 140.

<sup>337</sup> Arquivo Histórico da BMS, *Atas da Câmara Municipal de Santarém*; fl.41; Livro 601.

***PARTE II - OS EXÉRCITOS DA GUERRA CIVIL EM  
CONFRONTO NA REGIÃO DE SANTARÉM: O QUOTIDIANO  
CASTRENSE EM 1833 E 1834***

---

## 1. ORGANIZAÇÃO, TECNOLOGIA E TÁCTICAS DOS EXÉRCITOS DE D. MIGUEL E D. PEDRO NA CAMPANHA MILITAR DE SANTARÉM: UMA COMPARAÇÃO

### 1.1 A ORGANIZAÇÃO MILITAR DOS EXÉRCITOS DE D. PEDRO E D. MIGUEL EM 1833 E 1834

#### 1.1.1. Da organização militar

Segundo Fernando Pereira Marques, circunstâncias geopolíticas e históricas ditam de forma efetiva a organização militar<sup>338</sup> ou orgânica dos diferentes aparelhos militares em vários países. Por isso e de acordo com o autor, são alguns os fatores que determinam em última instância essa mesma organização, enquadrados sempre num determinado contexto histórico e nacional. Assim fatores como a organização do poder do estado; as necessidades e as conceções da política de defesa; o imperativo funcional e as técnicas de guerra, ao interligarem-se entre si, contribuirão sempre de forma significativa para a construção de um modelo de organização militar, que poderá ser adotado em diferentes circunstâncias por uma qualquer nação<sup>339</sup>.

Pelas razões atrás mencionadas, a *organização militar*, designada igualmente por *base orgânica* dos exércitos, constitui juntamente com o estudo da *base técnica e tática*, uma das três vertentes que deverão ser observadas pela história militar, durante o processo de análise dos diferentes fenómenos que constituem o seu estudo. A organização militar surge assim como a disciplina que estuda a constituição, composição e ordenação dos diferentes

---

<sup>338</sup> A finalidade da organização militar passa essencialmente por aperfeiçoar os exércitos com vista ao melhor desempenho da função militar que lhe é própria: porque a guerra é um fenómeno social, em que os exércitos procuram, pela violência organizada, a prossecução dos objetivos que foram fixados pelo poder político; porque na guerra a quantidade e a diversidade dos recursos postos à disposição dos aparelhos militares, exigem a sua prévia organização; porque a variedade das missões a cumprir, obriga a organizar as forças para o combate. Cf. Fernando Pereira Marques, *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX: A evolução orgânica do exército*, 1999, pp.43 e 44.

<sup>339</sup> As organizações em geral são caracterizadas por regras e regulamentos formalizados por escrito e por estruturas de posições e hierarquia que ordenam as relações entre os indivíduos ou órgãos componentes. Cf. Impressão Régia, *Regulamento para a organização do Exército de Portugal datado de 21 de Fevereiro, publicado por ordem de sua Alteza Real*, Lisboa, 1816, pp. 4 a 10.

elementos dos exércitos, quando envolvidos em acontecimentos militares resultantes de um cenário de guerra, ou mesmo quando se encontram enquadrados em períodos de paz. Neste particular, podemos então afirmar que a orgânica tem como fim geral a preparação desses meios para a guerra, assegurando assim a melhor eficiência num conflito em que esses exércitos participem<sup>340</sup>.

A organização militar do exército português evoluiu através dos tempos, sofrendo várias alterações, num percurso que teve o seu início com as Milícias Senhoriais da época da fundação da monarquia, até chegarmos à criação mais recente de um exército permanente. Por esta razão é que entre 1143 e 1570 desenvolveu-se o então designado Exército Medieval ou Hoste Real, constituído por forças privativas do rei, seu comandante, juntamente com as designadas *Mesnadas*, criadas à custa das forças dos homens ricos e das ordens militares. Surgiam ainda na Hoste Real, as *Milícias* dos concelhos, quer com tropas a pé (os *peões*) quer a cavalo (os designados *cavaleiros-vilões*). Nesta Hoste Real a partir do século XIII, seria acrescentada ainda à sua organização os *Besteiros do Conto*, que eram homens de infantaria recrutados junto dos concelhos, entre a classe de diferentes artifices (sapateiros, carpinteiros, merceeiros, ferreiros, ferradores, oleiros, latoeiros, alfagemes e pedreiros), e que permitiram criar uma nova unidade táctica medieval, a *Lança*, que era constituída na altura por um cavaleiro, um escudeiro, dois besteiros e um peão com pique ou lança<sup>341</sup>.

Mais tarde entre 1570 e 1640, surgiram outras alterações significativas na organização militar portuguesa, com a criação de uma nova unidade táctica de infantaria, os designados *terços*, com as ordenações sebásticas, onde seriam incorporados todos os homens válidos dos 18 aos 60 anos. Nessa época a unidade principal passou então a ser o *terço* onde surgiam 3 000 infantas comandados por um coronel. Cada *terço* estava dividido em 12 companhias de 250 homens, comandadas por capitães. Dez das companhias eram mistas sendo constituídas por piqueiros, rodeleiros (homens armados com Besta de Roda) e

---

<sup>340</sup>Henrique Pires Monteiro, *Noções de Organização Militar*, 1929, pp. 27 a 31 e Frederico da Costa Lopes da Silva, *Organização Militar Portuguesa*, 1943, pp.16 a 30.

<sup>341</sup> João Gouveia Monteiro, *Centralização (1249-1367)* in *História Militar de Portugal*, 2017, pp.81 a 126 e José Filipe de Barros Rodrigues, *Organização dos Exércitos - Organização Militar Portuguesa - Estratégia - Geografia e História Militar*, 1936, pp.1 a 16.

arcabuzeiros, sendo duas companhias integradas apenas com piqueiros, que se opunham ao choque da cavalaria, enquanto os rodeiros eram empenhados essencialmente na luta corpo a corpo. As forças de cavalaria iriam diminuir com esta reorganização, passando para uma proporção de 100 cavaleiros para 1 000 infantas, neste mesmo período de grandes mudanças, iriam surgir as unidades de artilharia como novidade, embora com uma aplicação muito reduzida na época<sup>342</sup>.

Para a constituição deste novo exército, foi assim o reino dividido em capitânias mores, cujos chefes (capitães-mores) procederam ao arrolamento de todos aqueles que eram capazes de servir, levantando grupos de 250 homens pelas diferentes paróquias do reino. Eram assim criadas companhias de ordenança em vários locais, que se constituiriam como um dos instrumentos mais significativos, do recrutamento de efetivos para o exército do reino, desde esse período até serem extintas pelo liberalismo. Após o domínio filipino durante 60 anos, e com a restauração da independência, foi dada maior importância estratégica à defesa do reino contra Espanha, daí terem surgido condições para que nesse momento, fosse criado finalmente um exército permanente. Desta forma entre 1640 e 1750, surge uma nova reforma no exército do reino, com a criação de um aparelho militar organizado em três escalões: o *Exército de 1ª linha*, a tropa auxiliar constituída por *Milícias* (2ª linha) e por último as *Ordenanças* (3ª linha). As forças de 1ª linha tinham no seu enquadramento oficiais oriundos da nobreza, nomeados pelo rei, sendo os seus soldados recrutados nas listas de ordenanças, entre os segundos filhos de todas as classes<sup>343</sup>.

Este escalão mais importante do exército do reino era destinado a guarnecer praças-fortes e a defender as fronteiras e compunha-se de terços de 2 000 homens com 10 companhias de 200 homens de infantaria e duas companhias de cavalaria, com o comando de um mestre de campo. Já as tropas auxiliares eram formadas pelos filhos únicos das viúvas, os lavradores necessários para o cultivo da terra, e homens casados de “boa idade”, podendo no entanto reverter os mesmos a favor do exército da 1ª linha. Compreendiam 25 terços

---

<sup>342</sup>Fernando Pereira Marques, *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX: A organização militar na história*, 1999, pp.26 e 27.

<sup>343</sup>Cf. António Pires Nunes, *Quadros da Vida Militar: das Ordenações Sebásticas às Invasões Francesas*, in *Nova História Militar de Portugal*, Volume 5, 2004, pp.45 a 48.

auxiliares provenientes das províncias e cinco de Lisboa, aos quais eram acrescentados mais dez companhias de 60 homens. Por sua vez as ordenanças eram formadas pelos restantes homens válidos, organizados em companhias de 200 homens enquadradas pelos respetivos oficiais (capitão-mor), constituindo assim a reserva da 1ª e 2ª linha do exército do reino<sup>344</sup>. Mas as transformações deste exército permanente não iriam ficar por aqui. Entre os anos de 1750 e 1826, aconteceriam duas reformas de carácter organizacional essenciais para a história militar portuguesa, que foram da responsabilidade de dois ilustres militares estrangeiros ao serviço do reino português em períodos distintos, Lippe e Beresford. Em 1762, seria o conde de Lippe avançar com a sua reorganização militar em Portugal, criando um *exército de 1ª linha* com 24 regimentos de infantaria, 10 de cavalaria, 4 de artilharia e um de voluntários reais. Cada regimento de infantaria ficava com sete companhias de 101 homens, os regimentos de cavalaria seriam constituídos por companhias de 30 homens e os regimentos de artilharia por companhias de 63 artilheiros, às quais se juntavam também uma companhia de bombeiros, mineiros e artífices. Com a nova reorganização de Lippe, foi ainda criada uma nova unidade tática no exército do reino, o batalhão de granadeiros denominado por "*Reais Estrangeiros*". Mais tarde e logo após a Guerra Peninsular, em 1816, as grandes transformações no exército permanente do reino iriam continuar, mas agora sob a batuta de Beresford. Ele mesmo reorganizaria um novo modelo de recrutamento do exército, ao criar 24 distritos de Ordenanças, onde eram mobilizados três regimentos, um de infantaria, um de cavalaria, e um de caçadores, já em cada seis distritos, recrutava-se um regimento de artilharia<sup>345</sup>.

Após a revolução liberal de 1820, Beresford era expulso de Portugal e o corpo de ordenanças por si criado seria extinto e substituído por uma Guarda Nacional, por decreto de 22 de agosto de 1821. Mas em 13 de junho de 1823, estas mesmas tropas de 3ª linha,

---

<sup>344</sup>Cf. António José Balula Cid, *Unidades de Infantaria: Sua evolução desde 1640 até à Atualidade*, 1956, pp. 15 a 50 e José Dias de Carvalho, *Síntese da Evolução Tática, Técnica e Organizativa do Exército Português de 1109 a 1993*, pp. 5 a 9.

<sup>345</sup>Fernando Dores Costa, *Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação: As Ordenanças*, in *Análise Social*, nº130,1995, pp.122 à 126 e António Pires Nunes, *As Reorganizações Militares do Conde de Lippe e do Marechal Beresford* in *Nova História Militar*, Volume 5, 2004, pp.76 a 97

seriam novamente reativadas por D. Miguel, após os acontecimentos da Vila-Francada, já na qualidade de generalíssimo do exército do reino. No entanto, as mesmas seriam formalmente extintas no ano de 1834, pelos liberais, logo após a convenção de Évora-Monte. Também num alvará de 27 de setembro de 1820, a mesma revolução transformaria a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra<sup>346</sup>, numa direção apenas focada em assuntos bélicos, que na época tomou a designação de Secretaria de Estado dos Negócios de Guerra, inicialmente servida apenas por pessoal civil. Ainda no âmbito das reformas contemporâneas do exército do reino, período que constituiu o objeto do nosso estudo, a organização militar de 21 de fevereiro de 1828, em pleno governo de D. Miguel, contemplou por sua vez a criação dos Batalhões Voluntários Realistas, no momento em que a guerra civil entre D. Miguel e D. Pedro estava prestes a eclodir<sup>347</sup>.

Também a partir do ano de 1831, como podemos observar no mapa seguinte, as unidades militares do reino passariam a ter a designação das localidades onde estavam sedeadas, em vez de números. Nesse mesmo ano e com o teatro de operações da Guerra Civil instalado no território insular do reino, um decreto de 15 de abril de D. Miguel acabaria por extinguir o primeiro e segundo regimentos de infantaria de Lisboa, a partir do momento que os substituíria pelo novo Regimento de Infantaria de Lisboa como se pode atestar na figura em baixo. Por sua vez os liberais, no seu último reduto dos Açores (Ilha Terceira), criavam um Regimento Provisório Liberal<sup>348</sup>, formado com os meios do Regimento de Infantaria nº 18 e dos primeiros batalhões do Regimento de Infantaria nº 3 e nº 10. Foi ainda neste contexto que o governo de D. Miguel (1828-1834) preconizou um novo dispositivo para o exército do seu reino, o nono das várias reorganizações instituídas ao longo dos séculos no meio castrense, como se pode observar em detalhe no mapa seguinte<sup>349</sup>.

---

<sup>346</sup> *Gazetas de Lisboa* nº 233 de 27 setembro de 1820 e nº 139 de 13 de junho de 1823 e *Gazeta do Rio de Janeiro* nº 75 de 23 de agosto de 1821.

<sup>347</sup> Nuno Severiano Teixeira, *Das Guerras Cívicas à Pacificação do Império (1820 - 1890)*, in *História Militar de Portugal*, 2017, pp.391 a 411.

<sup>348</sup> *Ordem do Dia Liberal* nº 251, de 20 de outubro de 1831.

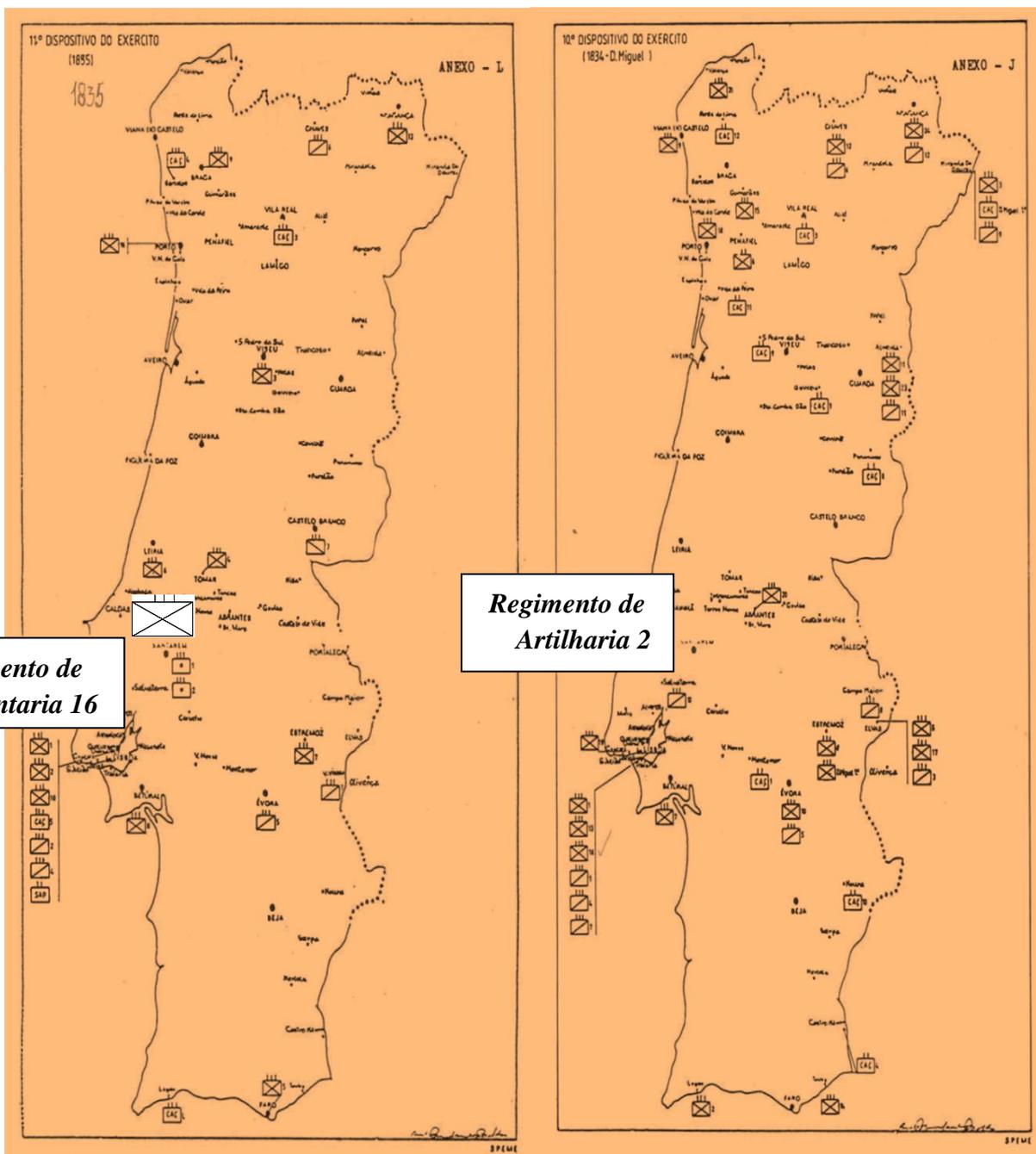
<sup>349</sup> *Ordem do Dia Miguelista* nº 62, de 27 de setembro de 1831.



No domínio temporal do nosso estudo seriam ainda criados dois regimentos liberais de infantaria ligeira da rainha, pelo decreto de 26 de janeiro de 1833, transcrito nas ordens do dia nº 39 e 41 de 1 e 30 de janeiro desse ano. Também nas ordens do dia nº 43 e 46 de D. Pedro, seriam formados o Corpo de Artificies de Administração Militar, o 1º Regimento de Estrangeiros de Cavalaria, o Regimento de Lanceiros da Rainha que passaria em 1834 a ser designado por Regimento de Cavalaria nº 2, a par da reorganização dos regimentos de cavalaria nº 10 e 11. No entanto, em 17 de janeiro de 1833, seria extinto o Regimento Provisório de D. Pedro, mas em sua substituição foram constituídos vários Regimentos de Infantaria, o nº 3, 4, 6, 9, 10, 15 e 18. Por último, as ordens do dia nº 123 e 132 eram acrescentados à orgânica liberal, ainda mais dois regimentos, o nº 1 e o nº 23. Por sua vez no campo absolutista, D. Miguel iria criar o Regimento de Cavalaria de Bragança e reorganizar os Regimentos de Cavalaria nº 1 e 6 das suas forças, estando tudo enquadrado no novo dispositivo militar, que seria o décimo, de acordo com o decreto de 28 de fevereiro de 1834. Como consequência da Convenção de Évora-Monte e do fim da guerra civil, várias transformações acabaram por acontecer junto dos exércitos contendores, visando dessa forma a integração do exército vencido no exército vencedor. Assim em 1834 seria extinto o Corpo de Artificies de Administração Militar, e várias unidades passariam a ter designações diferentes, como foi o caso de alguns batalhões de caçadores que deram origem a regimentos de infantaria ligeiros. Mas seria só em 1835, um ano após o fim da guerra civil, que importantes e diversificadas medidas militares acabariam por ser implementadas. Surgiu assim o Corpo de Estado-Maior; a infantaria passaria a ter 12 regimentos de linha e os caçadores apenas 4 batalhões; a cavalaria 2 regimentos de lanceiros e 4 de caçadores a cavalo e por último a artilharia 4 regimentos. Desta forma no fim da guerra civil e após mais uma reorganização, o novo exército de D. Maria II, passaria a ter cerca de 60 000 homens em armas, aos quais acabaram por se juntar mais de 6 600 estrangeiros que tinham sido organizados em diferentes corpos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia<sup>350</sup>.

---

<sup>350</sup> António Ventura, *Da Revolução de 1820 ao fim das Guerras Cívicas*, in *Nova História Militar de Portugal*, volume III, 2004, pp.190 a 214 e Francisco Augusto Martins de Carvalho, *Subsídios para a Histórias dos Regimentos*, 1888; Imprensa da Universidade, pp.12 à 126.



**Figuras 2.2. e 2.3.** – Figuras com o Décimo e Décimo Primeiro Dispositivo Organizacional do Exército do Reino, implementados durante a Guerra Civil em 1834 e no ano a seguir ao seu desfecho, em 1835. Nas imagens é possível observar a localização dos Regimentos de Infantaria nº 16 e de Artilharia nº 2, que estavam posicionados em Santarém, nesses períodos.

**Fonte:** Síntese da Evolução Tática, Técnica e Organizativa do Exército Português de 1109 a 1993; anexos J e L, pp. 90 e 91, com alterações do autor.

### 1.1.2. As tropas portuguesas

Antes de ter início a guerra civil no ano de 1828, eram várias as unidades militares sedeadas no concelho de Santarém. Além das unidades de 1ª linha como era o caso do regimento de infantaria nº 16, com o seu quartel localizado na vila de Santarém, existiam ainda forças de 2ª linha constituídas por algumas companhias do regimento de milícias de Santarém e ainda as forças de 3ª linha organizadas à custa das diferentes companhias de ordenanças do concelho<sup>351</sup>. O exército do reino surgia desta forma dividido em três linhas bem definidas. Uma 1ª linha com a organização base assente em regimentos de infantaria cavalaria e artilharia e dos batalhões de caçadores; o exército de 2ª linha constituído pelos vários regimentos de milícias e por último uma 3ª linha, levantada à custa de companhias de ordenanças, recrutadas junto das diferentes paróquias do país<sup>352</sup>. Como já foi referido, além do Regimento de Infantaria nº 16, que se constituía como a única unidade de 1ª linha sedeadada no concelho na época em estudo, surgia na comarca de Santarém um regimento de milícias constituído por 12 companhias, formadas na área administrativa da comarca.

Neste enquadramento surgiam também no espaço do concelho, várias companhias constituídas à custa dos bairros urbanos de Santarém e das freguesias rurais de Almoester, Rio Maior, Azinhaga e Casével. A estas juntavam-se ainda as diferentes companhias de ordenanças existentes no concelho. Neste caso, as ordenanças das paróquias de Abitureiras, Achete, Almoester, Azóia de Baixo e Várzea em conjunto, Azóia de Cima, Cartaxo, Casével, Pombal, Rio Maior, S. João da Ribeira, S. Vicente do Paul, Vale de Figueira, Vaqueiros, às quais se juntavam as diferentes companhias das freguesias urbanas da cidade. Pertenciam todas à capitania-mor de Santarém, cujo donatário era a coroa e juntavam-se ainda a esta capitania, as companhias de Alcanede e Pernes, agregadas, e a de Abrã, freguesia do concelho de Alcanede<sup>353</sup>.

---

<sup>351</sup> Nuno Gonçalo Pereira Borrego, *As ordenanças e milícias em Portugal*, 2004, pp. 88 e 409 a 414.

<sup>352</sup> Boletim do Arquivo Histórico Militar, *Catálogo dos decretos do extinto concelho de guerra (1640-1834)*, 1963, pp.291,292 e 293 e Fernando Mendes, *Luctas Liberais in História Contemporânea de Portugal de 1815 a 1912*, Quinta Parte, 1912, pp.5 a 51

<sup>353</sup> Nuno Gonçalo Pereira Borrego, *op.cit.*, pp. 88 e 409 a 414.

Mas durante o período da guerra civil entre 1828 e 1834, a composição e articulação das forças transformou-se. Estas unidades e outras espalhadas pelo país deixaram os seus aquartelamentos e foram integradas de acordo com numa nova organização territorial, própria de um tempo de guerra e adaptada às circunstâncias do conflito. Foram então várias as forças do exército absolutista e liberal, que se posicionaram em várias zonas do país e na área de Santarém, durante a campanha<sup>354</sup> militar que decorreu na região entre 1833 e 1834. A estas juntaram-se igualmente vários corpos e forças estrangeiras, que apoiaram o esforço de guerra destes exércitos na região de Santarém, a par de alguns militares estrangeiros, destacados individualmente como voluntários, que fizeram parte na sua maioria, do corpo de oficiais dos dois contendores em estudo.

Neste enquadramento iremos de seguida comparar a organização do exército Liberal com o exército Absolutista, em três momentos marcantes da Guerra Civil portuguesa, que decorreu durante seis anos, por todo o reino. Numa *Crónica Constitucional* de junho de 1834, estas mesmas balizas temporais da Guerra Civil referidas por nós, surgem nesse documento corroboradas por uma cronologia que elencava a “*Relação das batalhas, combates e surpresas que tiveram lugar na Guerra Civil de 1828 a 1834*” onde eram discriminados nos seis anos da guerra, os eventos políticos e militares mais marcantes de cada um desses anos. Desta forma surgia ali documentado, que logo em 4 de outubro de 1828, na Ilha Terceira, no arquipélago dos Açores, tinha decorrido a designada batalha do Pico do Celeiro, ficando desta forma a ilha sob controlo liberal. Na mesma fonte surgia ainda registada a batalha da Vila da Praia nos Açores, que materializava igualmente a “*derrota da esquadra miguelista e a perda da brigada de infantaria que dela tinha desembarcado*”<sup>355</sup> em 11 de agosto de 1829. Também para o ano de 1831 surgia na crónica uma referência ao desembarque liberal na Ilha de São Jorge, com uma ação na povoação da Calheta no dia 10 de maio, onde foram derrotados os miguelistas, no mesmo ano ficava igualmente sob controlo liberal a Ilha do Faial em 24 de junho. Quase dois meses depois aconteceria

---

<sup>354</sup> *Campanha* constitui uma série de operações militares planeadas e conduzidas para atingir um objetivo estratégico numa determinada área e tempo, envolvendo várias forças. Major de Artilharia Fortunato Barreiros, *Ensaio Sobre os Princípios Geraes de Strategia e de Grande Tactica*, 1837, pp.149 à 157.

<sup>355</sup> Cf. *Crónica Constitucional* nº 152, referente ao mês de junho de 1834.

também no arquipélago dos Açores mais um desembarque liberal, agora na Ilha de São Miguel, onde iria ocorrer a batalha da Ladeira da Velha, no dia 2 de agosto de 1831, onde foi derrotado o exército miguelista ali estacionado, perdendo mais de 3 000 homens. Por aqui atestamos que a guerra começou logo a partir de 1828, mas com as mais importantes operações militares acontecer em território insular do reino, onde decorreram os principais eventos militares do período que decorreu entre 1828 e meados de 1832. Só a partir de 8 de julho de 1832, se dava de acordo com a mesma fonte o desembarque do exército liberal na Praia do Mindelo e reconhecimento na Ponte de Leça, que foi abandonada pelos miguelistas, com entrada no dia seguinte na cidade do Porto<sup>356</sup>, momento que materializa a transferência da guerra para o território continental do reino, onde decorreu por quase mais dois anos até à Convenção de Évora-Monte.

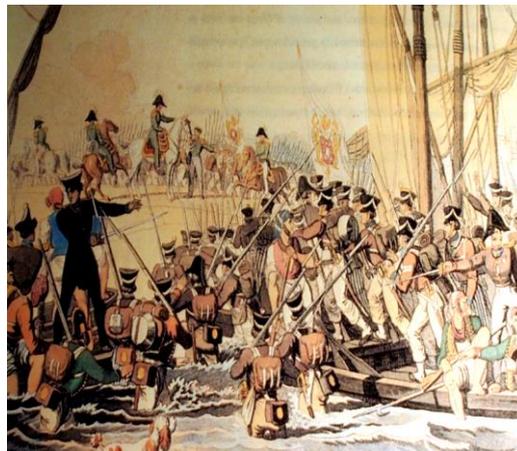
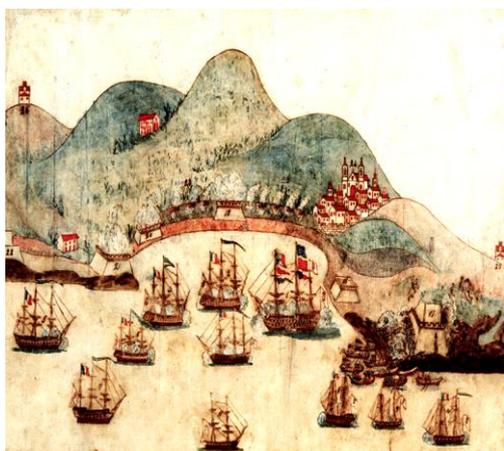
Desta forma e com base numa análise sincrónica e diacrónica, estudaremos a base orgânica dos exércitos em confronto, no ano de 1828, com o início da guerra civil entre os dois irmãos, com as primeiras operações militares a decorrerem em território continental, tendo-se no entanto transferido o conflito nesse mesmo ano para a região do Atlântico norte em pleno arquipélago dos Açores, com destaque para as operações que decorreram na ilha Terceira, como referimos. Também o ano de 1832 será objeto da nossa comparação, num momento em que a guerra se iria transferir novamente para território continental, com o desembarque das tropas liberais na região do Mindelo, a que se seguiram as operações do Cerco do Porto, durante mais de um ano. Por último, o ano de 1834, numa altura em que as operações dos exércitos já se desenvolviam na região de Santarém, tendo como referência mais importante a batalha de Almoester, que constitui um dos propósitos do nosso estudo<sup>357</sup>.

---

<sup>356</sup> Cf. *Crónica Constitucional* nº 151, referente ao mês de junho de 1834.

<sup>357</sup> *Correspondência entre várias entidades sobre informações militares, pessoal e organização* de 17 de outubro de 1833, 16 fls. manuscritas e 16 fls. em branco, (AHM/DIV/1/19/157/06 – *Documentação Liberal*) e *Correspondência de várias entidades para Joaquim Rebelo da Fonseca Rosado sobre deslocamentos, organização e informações militares* de 24 de novembro de 1833, 6 fls. Manuscritas, (AHM/DIV/1/20/036/18 – *Documentação Miguelista*).

Datamos o estudo comparativo da organização dos dois exércitos entre os anos de 1828 e 1834, porque apesar de se começar a falar apenas de forma mais insistente de um exército libertador a partir de 1830, entendemos que a sua origem poderá colocar-se dois anos antes, com a Revolta de 16 de maio de 1828 e o episódio da Belfastada entre 2 e 3 de julho desse ano. Foi realmente a partir desta altura que o reino português ficou então dividido em dois partidos bem definidos, os Liberais, adeptos da Constituição de 1822 e da Carta de 1826 e os Miguelistas, adeptos do Antigo Regime político e económico. A esta divisão política acabou por corresponder a divisão do exército, concretizada de forma clara pela Revolta Liberal de maio de 1828 na cidade do Porto contra a tomada do poder por D. Miguel ocorrido em 13 de março desse mesmo ano, com as forças do exército do reino a posicionarem-se em dois blocos conforme a divisão apresentada no quadro abaixo. Joaquim Veríssimo Serrão corrobora esta tese, ao afirmar que os ódios acumulados, a necessidade de desforra por parte dos miguelistas desde 1823 e a vontade de ver D. Miguel no trono tinham vindo ao de cima com a presença do infante no reino a partir de 1828. De tal forma que a restauração da monarquia absoluta se tornaria num facto nesse mesmo ano, estando assim lançados os fundamentos da Guerra Civil portuguesa, que acabou por ter origem com a sua chegada<sup>358</sup>.



**Figuras 2.4.e 2.5.** – Gravuras que ilustram dois momentos decisivos da Guerra Civil em território continental e insular. À esquerda, a Batalha da Praia da Vitória, que ocorreu em pleno Atlântico Norte, no ano de 1829 na Ilha da Terceira. À direita, o desembarque das tropas liberais em território continental, na praia de Pampelido, no ano de 1832, antes das operações do cerco do Porto.

**Fonte:** BNP, Biblioteca Nacional Digital: d-235-p (1829); e-1370-v (1832)

<sup>358</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal: Volume VII*, 1984, p.405.

Para ilustrar da melhor forma esta nossa intenção, construímos os quadros a seguir apresentados, onde é possível visualizar comparações, no que diz respeito à organização dos dois exércitos que se confrontaram na guerra civil portuguesa, tendo sido usados para o efeito os anos anteriormente definidos.

| <b>Constituição dos exércitos (Base Orgânica)</b>                    | <b>Exército Liberal</b>   | <b>Exército Absolutista</b>  |
|--|---|--|
| <b>1828</b>  | <b>Os Regimentos de Infantaria nº3, nº6, nº9, nº10, nº15, nº18, nº21 e nº 23. Batalhões de caçadores nº2, nº3, nº6, nº7, nº9, nº10, nº11 e nº12. Os esquadrões de cavalaria nº6, nº9, nº10, nº11 e nº12. O Regimento de Artilharia nº4, o Batalhão Académico e alguns Regimentos de milícias.</b> | <b>Os Regimentos de infantaria nº1, nº2, nº4, nº5, nº7, nº8, nº12, nº13, nº16 nº19, nº20 e nº22. Os Batalhões de caçadores nº1 e nº3. Os Regimentos de cavalaria nº1, nº3, nº4, nº5, nº7 e nº8. Os Regimentos de Artilharia nº1, nº2, nº3. Os Corpos de Polícia de Lisboa e Porto, a maioria dos Regimentos de Milícias, a par de numerosos Batalhões de Voluntários Realistas e Companhias de Ordenanças.</b> |
| <b>Composição e Ordenação dos Corpos dos Exércitos (Organização)</b> | <b>8 Corpos de Infantaria (Regimentos);<br/>8 Corpos de Caçadores (Batalhões);<br/>1 Corpo de Cavalaria (Regimentos); 1 Corpo de Artilharia (Regimento).</b>  | <b>12 Corpos de Infantaria (Regimentos);<br/>2 Corpos de Caçadores (Batalhões);<br/>6 Corpos de Cavalaria (Regimentos);<br/>3 Corpos de Artilharia (Regimentos).</b>   |

**Quadro 2.1.** – *Constituição dos exércitos de D. Miguel e D. Pedro no ano de 1828.*

**Fonte:** AHM, *Ordens do Dia do Exército Libertador e do Exército Miguelista de 1828.*

Da leitura do quadro, concluímos existir uma diferença de apenas 12 pontos percentuais no potencial de combate<sup>359</sup> entre os dois contendores, com vantagem para o lado miguelista, no que diz respeito à constituição e composição dos dois exércitos em confronto na Guerra Civil, no ano aqui analisado. Desta forma o exército miguelista que tinha 12 regimentos de infantaria, dos 20 disponíveis na organização do exército português antes da guerra, apresentava um potencial de unidades de infantaria de 60% em relação aos 40% do exército liberal, com apenas 8 regimentos, tendo em conta que os regimentos de infantaria nº 11, 14, 17 e 24 estavam extintos no período em estudo.

Se nesse ano, o exército miguelista tinha o dobro potencial em tropas de infantaria, já no que diz respeito às forças de caçadores a situação invertia-se, com um potencial de 80% do lado liberal assente em 8 batalhões de caçadores, para apenas 20% de caçadores do lado miguelista, que tinham na sua posse apenas 2 batalhões, num total de 10 batalhões, tendo em conta que o batalhão de caçadores nº 4 estava dado como extinto e o batalhão de caçadores nº 5 encontrava-se sediado na ilha Terceira. Neste particular é preciso ter em conta que as unidades de caçadores tinham menos efetivos, quando comparadas com os regimentos de infantaria. No que diz respeito à cavalaria as forças dos dois lados também estavam desequilibradas, com os miguelistas com 55% desse potencial contra apenas 10% do lado liberal, mais precisamente seis regimentos de cavalaria contra apenas cinco esquadrões com origem nos restantes regimentos de cavalaria orgânicos, neste caso o nº 6, 9, 10, 11 e 12. Este total de 11 regimentos de cavalaria, em 12 possíveis, olhando à organização do exército neste período, justifica-se com o facto do regimento de cavalaria nº 2, estar igualmente na condição de extinto nesta época. Já por sua vez a divisão da artilharia era totalmente desproporcionada, possuindo o exército miguelista 75% do potencial contra 25% do lado liberal, desta forma dos quatro regimentos de artilharia do exército português, três tornaram-se absolutistas e apenas um liberal.

---

<sup>359</sup>Valor resultante da combinação dos meios materiais, com a força moral de uma determinada unidade. Depende ainda em larga medida da organização, estado do equipamento, instrução, disciplina e espírito de corpo dessa mesma unidade. O mesmo, só terá significado quando comparado com o potencial das diferentes unidades inimigas oponentes. Fortunato José Barreiros, *Ensaio Sobre os Princípios Geraes de Strategia e de Grande Tactica*, 1837, pp.103 à 110 e E.M.E., *Dicionário de Termos Militares*, p.90.

Perante estes dados e com o início da Guerra Civil em território continental após a revolta liberal do Porto<sup>360</sup> em 16 de maio de 1828, numa reação ao golpe miguelista ocorrido em 13 março desse ano, após a chegada de D. Miguel, o potencial de combate era então de 56% dos meios bélicos para o lado miguelista contra 44% do lado liberal no que diz respeito a tropas de 1ª linha. O exército absolutista possuía ainda a maior parte dos regimentos de milícias do reino e bastas guerrilhas constituídas pela maioria das companhias de ordenanças do território, que constituíam aqui a 2ª e 3ª linha do seu exército, contra apenas alguns regimentos de milícias (Coimbra, Lousã e Figueira) do lado liberal<sup>361</sup>.

No entanto a guerra em 1832, sofreria uma mudança brusca, com a transferência das operações mais uma vez para território continental, com o desembarque dos liberais na Praia do Pampelido (futura Praia da Memória), a norte da cidade do Porto, em julho de 1832, apresentando os exércitos nesse ano, diferenças significativas na sua composição e constituição, em relação aos dados referidos para o ano de 1828, como poderemos observar no quadro seguinte.

---

<sup>360</sup>Esta “Revolta Militar” já atrás referida no nosso estudo, teve o seu início com a rebelião do Batalhão de Caçadores nº 10 em apoio da Carta Constitucional, á qual aderiu de seguida a guarnição do Porto, tendo-se propagado a mesma à Província do Minho e Trás -os – Montes, poucos meses antes dos liberais ocuparem o seu último reduto na Ilha Terceira, a partir de 14 fevereiro de 1829. João Pereira Bastos, *Resumo Chronologico- Histórico*, 1933, pp. 47 e 58.

<sup>361</sup> Carlos de Passos, *D. Pedro IV e D. Miguel I, (1826-1834)*, 1936, pp.185 e 186.

| <b>Constituição dos exércitos<br/>(Base Orgânica)</b>                    | <b>Exército Liberal</b>   | <b>Exército Absolutista</b>  |
|--|---|--|
| <b>1832</b>  | <p><i>O Regimento de Infantaria nº18 e um Regimento Provisório de Infantaria, com um batalhão do Regimento de Infantaria nº 3, 6 e 10. Os Batalhões de caçadores nº2, nº3, nº5, e nº12. Um Corpo de Guias (Grupo de Cavalaria a 3 esquadrões). Um Batalhão de Artilharia, um Batalhão de Oficiais (Batalhão Sagrado), um Batalhão Académico, um Batalhão de Voluntários da Rainha, um Batalhão de Marinha (Batalhão Inglês), e um Batalhão de Atiradores portugueses.</i></p> | <p><i>Seis Brigadas de Infantaria com um total de 12 regimentos. Os Regimentos de Cavalaria de Chaves e do Fundão e uma Companhia de Cavalaria da Policia do Porto. Um Grupo de Artilharia a duas baterias.</i></p>                                |
| <b>Composição e Ordenação dos Corpos dos Exércitos<br/>(Organização)</b> | <p><i>2 Corpos de Infantaria (Regimentos);<br/>1 Corpo de Tropas Diversas (no total eram mais 5 batalhões)<br/>4 Corpos de Caçadores (Batalhões);<br/>3 Corpos de Cavalaria (Esquadrões);<br/>1 Corpo de Artilharia (Batalhão)</i></p>  | <p><i>12 Corpos de Infantaria (Regimentos);<br/>8 Corpos de Caçadores (Batalhões)<br/>9 Corpos de Cavalaria (2 Regimentos de Cavalaria a 4 Esquadrões, e uma Companhia de Cavalaria da Policia);<br/>1 Corpo de Artilharia [Batalhão (-)].</i></p> |

**Quadro 2.2.** – *Constituição dos exércitos de D. Miguel e D. Pedro no ano de 1832.*

**Fonte:** *AHM, Boletins das Operações do Exército Libertador e Ordens do Dia do Exército Miguelista de 1832*

Da análise do quadro 2.2. concluímos, existir aqui uma evidente diferença de potencial de combate entre os dois exércitos, quando comparado com o quadro anterior. Desta forma o exército miguelista em 1832, quando já decorriam as operações do Cerco do Porto, tinha na sua composição, 12 regimentos de infantaria, apresentando um potencial de unidades de infantaria de 80% em relação aos 20% do exército liberal, com apenas 2 regimentos de infantaria nesta campanha militar, aos quais se juntava um corpo de tropas diversas com cinco batalhões, que podemos considerar como mais um regimento reforçado. Em 1832, o exército miguelista tinha assim um potencial relativo de 4 para 1, o que era uma vantagem clara em tropas de infantaria. No que diz respeito aos corpos de caçadores o déficit mantinha-se para o lado liberal, que tinha metade dos batalhões dos miguelistas, que apresentavam oito na orgânica, constituindo um potencial relativo de dois batalhões miguelistas para um liberal, durante as operações que decorreram nesse mesmo sítio.

Por sua vez na cavalaria, as forças dos dois lados surgiam igualmente assimétricas, com os miguelistas a disporem de 75% desse potencial contra apenas 25% do lado liberal, valores materializados nos oito esquadrões de cavalaria dos dois regimentos miguelistas aos quais se juntava uma companhia de cavalaria da polícia, contra um grupo de guias da cavalaria pedrista com apenas com 3 esquadrões para as operações do cerco. Apenas na artilharia as forças dos dois lados surgiam equiparadas nesta contenda, com o lado liberal a apresentar uma ligeira vantagem em relação ao lado miguelista, que tinha um batalhão de artilharia incompleto, com apenas duas baterias de fogo.

Perante estes dados, o potencial de combate em 1832, cifrava-se num total de 73% de meios bélicos para o lado miguelista, contra apenas 27% do lado pedrista, numa proporção de cerca de 3 unidades miguelistas para apenas uma liberal, no preciso momento em que a guerra tinha retornado a território continental, após o desembarque dos liberais a norte do Porto. Foi neste contexto, que as forças miguelistas e liberais acabaram por se envolver entre julho de 1832 e agosto de 1833, num conjunto de operações militares que ficou conhecido para a História Militar como o “Cerco do Porto”, onde os miguelistas eram os sitiados e os liberais, os sitiados.

| <b>Constituição dos Exércitos</b><br>(Base Orgânica)         | <b>Exército Liberal</b>   | <b>Exército Absolutista</b>  |
|--|---|--|
| <b>1834</b>  | <p><i>Os Regimentos de Infantaria nº1, nº3, nº4, nº6, nº9, nº10, nº13, nº15, nº18 nº 21; 30 Batalhões Nacionais Móveis, 37 Batalhões Fixos e 13 Companhias Nacionais Os Batalhões de Caçadores nº2, nº3, nº5, nº10 e nº12. Os Regimentos de Cavalaria nº10 e nº11 a par do Regimento de Lanceiros da Rainha. Dois corpos de Artilharia e dois de Engenharia. Por último dois Regimentos de Infantaria Ligeira da Rainha, um Regimento de Granadeiros e ainda o Regimento de Voluntários de D. Maria II.</i></p> | <p><i>Os Regimentos de Infantaria nº2, nº5, nº7, nº8, nº11, nº12, nº14, nº16, nº17, nº19, nº20, nº22, nº23, nº24. Um Regimento Provisório de 1ª linha, um Regimento de Infantaria de D. Miguel I, e ainda quatro Batalhões de Voluntários Realistas. Os Batalhões de Caçadores nº1 e nº4, nº7, nº8, nº9, nº10, nº11. Os Regimentos de Cavalaria nº1, nº2, nº3, nº4, nº5, nº6, nº7 e nº8, as companhias de Cavalaria da Policia de Lisboa e do Porto e ainda dois Corpos de Artilharia.</i></p> |
| <b>Composição e Ordenação dos Exércitos</b><br>(Organização) | <p><i>28 Corpos de Infantaria (Regimentos);<br/>5 Corpos de Caçadores (Batalhões);<br/>3 Corpos de Cavalaria (Regimentos);<br/>2 Corpos de Artilharia (Regimentos).<br/>2 Corpos de Engenharia (Regimentos)</i></p>   | <p><i>17 Corpos de Infantaria (Regimentos);<br/>7 Corpos de Caçadores (Batalhões);<br/>8 Corpos de Cavalaria (Regimentos);<br/>2 Corpos de Artilharia (Regimentos).</i></p>  |

**Quadro 2.3.** – *Constituição dos exércitos de D. Miguel e D. Pedro no ano de 1834.*

**Fonte:** AHM, Boletins das Operações do Exército Libertador e Ordens do Dia do Exército Miguelista de 1834.

Da análise que fizemos deste quadro, concluiu-se que existia uma diferença evidente no potencial de combate entre os dois exércitos, mas no sentido contrário aos resultados observados no quadro anterior. Assim o exército miguelista em 1834, durante as operações que decorreram na região de Santarém, tinha apenas na sua composição 17 corpos de infantaria, contra os 28 do exército constitucional, com uma proporção de 62% a favor do lado liberal contra os agora 38% do lado absolutista. Em 1834, o exército de D. Pedro tinha agora mais 11 regimentos de infantaria em relação ao lado miguelista, o que contrariava em absoluto aquela que foi a tendência desde meados de 1828 até ao final do ano de 1833.

No que diz respeito aos corpos de caçadores o menor efetivo surgia agora do lado liberal, que apresentavam apenas cinco batalhões na sua orgânica, contra os sete batalhões miguelistas, numa percentagem relativa de 58% do lado miguelista contra os 42% do lado liberal, durante as operações que decorreram na região em estudo. No que diz respeito à cavalaria as forças dos dois lados eram também assimétricas, com os miguelistas a disporem de 73% desse potencial contra apenas 27% do lado liberal, valores materializados nos 8 regimentos de cavalaria miguelistas reforçados com 2 companhias de cavalaria da polícia contra apenas os 3 regimentos do lado liberal, igualmente envolvidas na campanha de Santarém. Apenas na artilharia as forças dos dois lados surgiam com forças equiparadas na região de Santarém, principalmente no ano de 1834, apresentando no entanto o lado liberal, também dois corpos de engenharia, que constituíam um reforço considerável para uma maior mobilidade das suas forças.

Perante estes dados, o potencial de combate em 1834 transformou-se, surgindo o lado miguelista com apenas 46% de meios bélicos, contra os agora 54% do lado liberal. O maior potencial estava agora do lado liberal, muito por influência do maior número de corpos de infantaria nacionais reforçados por estrangeiros. Num momento em que a guerra estava perto do seu final, esta pequena diferença de potencial poderá ter contribuído para esse mesmo fim, com a vitória dos liberais, numa altura em que a guerra civil tinha como palco principal a região de Santarém, espaço físico enquadrante da nossa investigação.

### 1.1.3. A presença estrangeira

D. Pedro depois do seu envolvimento bélico entre 1825 e 1828 na Guerra da Cisplatina<sup>362</sup> como imperador do Brasil, atuaria mais tarde no reino de Portugal, em plena Guerra Civil, mas agora como comandante em chefe do exército liberal, ao desembarcar no ano de 1832, na praia da Arenosa do Pampelido, a norte do Porto, em pleno território continental, com cerca de 8 300 homens. Neste conjunto de homens, “*Bravos do Mindelo*”, surgiam também vários militares voluntários estrangeiros oriundos de vários países, como o Reino Unido (Inglaterra, Escócia e Irlanda), França, Bélgica, Polónia, Itália, Suíça e Alemanha, no fundo cerca de 1 062 estrangeiros, que na sua maioria estavam associados à solidariedade europeia existente entre liberais<sup>363</sup>. O recrutamento destes voluntários estrangeiros acabou por representar na composição do exército constitucional, aproximadamente 13% do seu efetivo total, contributo determinante para o esforço de guerra liberal do ano de 1832.

Para a concretização deste objetivo estratégico, D. Pedro quando chegou à Europa em agosto de 1831, iniciou logo todas as coordenações necessárias para alimentar a guerra civil contra o seu irmão, já com a Inglaterra e França a posicionarem-se de alguma forma ao seu lado, como se pode atestar pelo empréstimo de dois milhões de libras contraído em

---

<sup>362</sup>A Campanha da Cisplatina foi um conflito ocorrido entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, entre 1825 e 1828, pela posse da Província com o mesmo nome. O termo indicava a localização geográfica de um território a Leste do rio da Prata, atual Uruguai. Localizada na entrada do estuário do Rio da Prata, a República Oriental do Uruguai, era uma área importante em termos estratégicos, porque tinha grande domínio sobre a navegação em todo o rio; acesso aos rios Paraná e Paraguai, e ainda o controle da prata oriunda dos Andes, que usava este curso de água como via de comunicação. David Carneiro, *História da Guerra Cisplatina*, 1946, pp. 38 à 59.

<sup>363</sup>Muitos dos voluntários estrangeiros estiveram ao serviço do exército de D. Pedro entre 1832 e 1834, constituindo na época diferentes batalhões de voluntários de várias nacionalidades, que nalguns casos se envolveram igualmente nas lutas políticas em Espanha. Estas participações acabaram por possibilitar muitas vezes aos oficiais voluntários que as enquadravam, a possibilidade de construírem carreiras políticas consideravelmente importantes nos seus países. Grégoire Bron, *Revolution et Nation entre le Portugal et l' Italie: Les Relations Politiques Luso-Italiennes des Lumières à L' Internationale Libérale de 1830*, 2013, pp. 622 à 678 e (AHM/DIV/1/19/044/08 – *Documentação Liberal*), Relatório do Ministro da Guerra de 1828 a 1834, elaborado por Agostinho José Freire, em 4 de setembro de 1834.

Paris junto do banqueiro de nome Ardouin, no dia 23 de setembro desse mesmo ano. Ainda no reforço do apoio declarado pelo governo francês de Luís Filipe de Orleães (Rei de França desde julho de 1830) à causa liberal, já uma esquadra naval comandada pelo barão e almirante francês Roussin, tinha sido enviada para Portugal em 10 de julho de 1831, devido ao aprisionamento de cidadãos franceses em São Julião da Barra, onde atuou de forma eficaz no estuário do rio Tejo, capturando grande parte das embarcações da frota miguelista, que na época foram apreendidas e enviadas para Toulon<sup>364</sup>.

Com este rude golpe no seu aparelho militar, D. Miguel não podia ousar mais tentativas de ataque contra os rebeldes de D. Pedro, posicionados no seu último reduto na ilha Terceira, onde estavam oportunamente bem fortificados desde março de 1829. Em Inglaterra, afastado Wellington em novembro de 1830, improvisava-se a partir dessa altura o futuro exército libertador à custa principalmente dos exilados portugueses nesse país e antigos desmobilizados das guerras napoleónicas que eram na sua maioria do Reino Unido<sup>365</sup>. O Governo inglês colocava ainda à disposição de D. Pedro um empréstimo de 10 000 libras para apoio da expedição militar que o mesmo pretendia enviar para território continental, em direção ao Porto. Neste empréstimo acabou por intervir o economista, comerciante e político Juan Álvarez Mendizábal, futuro Presidente do Conselho de Ministros da Espanha entre 1835 e 1836, que era igualmente um liberal entusiasta<sup>366</sup>.

Com o dinheiro inglês comprar-se-iam armas, equipamentos e ainda alguns barcos, o que permitiu que no dia 8 de julho de 1832, o exército de D. Pedro, com cerca de 8 300 homens, desembarcasse e ocupasse a cidade do Porto. Este burgo que se constituiu inúmeras vezes como um dos principais centros de insurreição liberal contra o domínio absolutista então reinante era assim o local escolhido pelos generais de D. Pedro, como ponto de partida das operações do exército liberal em território continental. Porém, a

---

<sup>364</sup>Paul Siebertz, *A Maçonaria na Luta pelo Poder – D. Miguel I e a sua Época*, 1945, pp.238 à 300 e A.H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Volume 3: *Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, 1998, pp. 229 à 232.

<sup>365</sup>Grégoire Bron, *op.cit.*, 2013, pp 622 à 623 e Imprensa Nacional, *Collecção de Decretos e Regulamentos publicados durante o Governo de Regência do Reino estabelecida na Ilha Terceira (De 2 de junho de 1830 até 27 de fevereiro de 1832)*, 1834, pp.3 à 109.

<sup>366</sup>C.V. e S.C., *A Dynastia e a Revolução de Setembro ou Nova Exposição da Questão Portuguesa da Sucessão*, 1840, pp.27 à 191.

ocupação da cidade do Porto não traz consigo a revolução que D. Pedro e os seus partidários imaginaram, não havendo grande reação da população local em prol da causa liberal<sup>367</sup>. Em todo o reino imperava na generalidade a paz, apesar de alguns focos de resistência liberal, como foi o caso da revolta do Brigadeiro Alexandre José Moreira Freire em Lisboa, que iria decorrer em 9 de janeiro de 1829. Foi neste contexto que D. Miguel organizou com alguma margem de manobra o seu exército, que contava nesse período com cerca de 80 000 combatentes. Mais do que nunca, o reino estava do seu lado!<sup>368</sup>

No entanto os rebeldes fortificam-se no Porto, aguardando por uma mudança de circunstâncias, sendo reabastecidos e alimentados por via marítima, por uma esquadra inglesa. Os meses vão assim passando, sem acontecer nenhuma batalha decisiva. Incomodado com esta inatividade, o comandante da esquadra marítima pedrista, o Almirante inglês Napier, parte do Porto, no dia 2 de julho de 1833 e encontra a esquadra de D. Miguel no Cabo de São Vicente. Bastam-lhe duas horas apenas para consumir o ataque, afundando-a parcialmente e capturando os navios restantes<sup>369</sup>.

Alguns dias antes da batalha naval, parte das forças constitucionais cercadas no Porto tinham partido para o sul do reino, ocupando desta forma o Algarve, abordando Lisboa. Iniciava-se assim uma série de golpes corajosos em vários locais afastados uns dos outros, o que desorganizava a defesa do exército miguelista, bastante abalado pela má condução das suas operações, pelo cerco insuficiente no Porto e pelos desentendimentos entre os seus generais<sup>370</sup>.

A 24 de julho de 1833, o exército da Terceira entrava em Lisboa, já evacuada pelo exército absolutista. As tropas governamentais não param de se retirar, embora o exército de D. Miguel ainda tenha uma larga superioridade de efetivos. E quando atacam, fazem-no

---

<sup>367</sup>Carlos Passos, *D. Pedro IV e D. Miguel I*, 1936, pp. 360 à 371, Braga Paixão, *D. Miguel: Infante e Rei*, 1967, pp. 272 à 275 e Pulido Valente, *Os Militares e a Política (1820-1856)*, 1997, pp. 105 à 116.

<sup>368</sup>Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, 1881, pp. 314 à 336 e Luís António de Oliveira Ramos, *D. Pedro, Imperador e Rei: Experiências de um Príncipe (1798- 1834)*, 2007, pp. 83 à 86.

<sup>369</sup>Charles Napier, *Guerra da Sucessão em Portugal*, 1835, pp. 181 à 220 e Oliveira Lima, *D. Miguel no Trono (1828-1833)*, 1933, pp. 223 à 243.

<sup>370</sup>Visconde de Ovar (1782-1856), *Memórias Inéditas de um General Liberal*, Transcrição do original de 1849, 2015, pp.111 à 131.

sem qualquer perícia, cometendo vários erros táticos e estratégicos<sup>371</sup>. No princípio de outubro, D. Miguel tenta reconquistar a capital do reino, mas é derrotado, sendo vencido igualmente em Fevereiro de 1834, na batalha de Almoester na região de Santarém, acumulando desta forma várias derrotas<sup>372</sup>. Nesta altura já o exército de D. Pedro, com 50 596 homens, integrava 8 363 estrangeiros, constituindo os mesmos cerca de 17% do seu efetivo, o maior valor, jamais alguma vez verificado durante a guerra civil<sup>373</sup>.

Os militares recrutados a montante nos Açores, inteiramente dominados pelas tropas liberais no ano de 1831, somavam, pouco mais de oito mil homens, como foi referido. Mas esse número não era suficiente para derrotar o exército de D. Miguel, cujo número já tinha sido aumentado nesse período quase para 80.000 homens. Esta situação deixou pouca escolha para os organizadores da expedição constitucional ao continente, sendo necessário o recrutamento de militares estrangeiros. A escolha de usar tropas sem serem portuguesas não foi na época uma escolha fácil, apesar dos partidários do liberalismo terem uma visão internacionalista da sua causa. Apenas o Duque de Palmela pareceu completamente indiferente a esta questão, porque via nos soldados de outros países, apenas um recurso humano que poderiam constituir um reforço válido para as aspirações das forças militares já existentes<sup>374</sup>.

Perante esta realidade os miguelistas não deixarão de denunciar a presença de muitos estrangeiros nas tropas de D. Pedro para acusar a natureza antinacional da expedição liberal. Porém, as críticas mais severas ao recrutamento de estrangeiros para o exército

---

<sup>371</sup>José Nogueira, *As Guerras Liberais: uma reflexão estratégica da História de Portugal*, pp. 10 à 70 e capítulo abordando o tema “*Dos Meados do Século XIX à Primeira Grande Guerra*”, in *Pensamento Estratégico Nacional*, 2006, pp. 41 à 47.

<sup>372</sup>Virgílio Arruda, *Dom Pedro e Dom Miguel: Do Brasil ao Ribatejo*, 1972, pp. 195 à 235.

<sup>373</sup>(AHM/DIV/1/19/029/03 – *Documentação Liberal*) Correspondência de Agostinho José Freire, do Ministério da Guerra, para o conde de Saldanha sobre dispensas de pessoal, intendência, uniformes, solípedes, pessoal, munições, vencimentos, militares estrangeiros, forragens e transferências de pessoal, de 31 de agosto de 1833 e (AHM/DIV/1/20/114/55 – *Documentação miguelista*) Ofício de João de Sequeira Almeida para Filipe Neri Gorjo, sobre os abonos de pret (*Remuneração, Salário ou Vencimento*) a estrangeiros, de 3 de abril de 1833.

<sup>374</sup>Grégoire Bron, *op.cit.*, 2013, pp 622 e 623 e João Pereira Bastos, *Resumo - Chronologico - Histórico*, 1933, pp. 79 à 88 e José António Pereira Monteiro, *O Exército Libertador, (1828-1834)*, Cadernos de História Militar, pp. 26 e 27

constitucional vêm dos radicais liberais que alegavam que não se devia conceder aos estrangeiros a honra de lutar pela nação portuguesa, até que todos os portugueses mobilizados pela causa D. Maria tivessem sido chamados a fazê-lo. No entanto, as dificuldades logísticas da expedição impediram que todos os exilados portugueses fossem embarcados imediatamente, numa altura em que os militares estrangeiros já partiam para os Açores<sup>375</sup>.

Neste contexto, o recrutamento de voluntários estrangeiros no Reino Unido, passou essencialmente por oficiais britânicos que eram responsáveis pelo recrutamento de homens nas regiões de onde eram originários e onde desfrutavam de algum prestígio pessoal e poderiam ter relações de clientelismo. Ao recomendar Sir John Milley Doyle, Anthony Bacon assegurava que "Por ele, muitos oficiais de mérito serão voluntários para a causa. Além disso, ele tem instalações para erguer os homens em um tempo muito curto e, finalmente, por suas maneiras afáveis e conciliatórias, ele poderia ser de grande importância como um oficial sénior<sup>376</sup>". Internacionalistas fortes, os voluntários recrutados nas Ilhas Britânicas, no entanto, são na maioria britânicos, quando Londres era o centro político da emigração liberal portuguesa e se tornou no palco da organização da expedição militar de D. Pedro. Neste contexto chegam no entanto aos representantes diplomáticos de D. Maria, na capital britânica, propostas de diferentes voluntários estrangeiros de toda a Europa, para lutar pelo lado liberal. Uma vez recrutados, estes voluntários eram transportados numa primeira fase em pequenos contingentes a partir de Belle-Isle em França para o arquipélago atlântico dos Açores, e numa segunda fase a partir de julho de 1832, diretamente para o Teatro de Operações no continente, na região do Porto. À medida que o número de recrutas estrangeiros aumentava os movimentos navais para os Açores crescia, assim como o número de corpos militares onde esses homens serviam<sup>377</sup>.

---

<sup>375</sup> "Memórias do Conde do Lavradio: D. Francisco de Almeida Portugal" comentadas pelo Marquês de Lavradio, D. José de Almeida Correia de Sá, revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrade, Coimbra Imprensa da Universidade 1934, Volume II, pp.110 à 169.

<sup>376</sup> ANTT, MNE, Legação de Londres, cx 758, maço 1, *Carta de Anthony Bacon ao Conde do Funchal*, datada de 22 de setembro de 1832 e AHM, *Processo Individual de "John Milley Doyle"*, cx 1774.

<sup>377</sup> ANTT, MNE, *Arquivo das Legações*, Londres, CX 166, No. 50 e 51,

No que diz respeito aos franceses, assim que a notícia da conclusão do contrato com a casa Ardoin<sup>378</sup> se difunde, as ofertas de serviço começam a surgir em grande quantidade na embaixada portuguesa, sendo motivados pelos fortes sentimentos internacionalistas que animam a sociedade civil em França. A par desta realidade vários exilados estrangeiros no país iriam oferecer-se para a causa liberal, sendo a sua presença em grande número favorável ao recrutamento de voluntários com origem em França. A Revolução de julho de 1830 em Paris atraía assim diferentes revolucionários europeus e refugiados de diversificadas revoltas liberais que se encontram exilados naquele país e que as autoridades francesas gostariam de ver fora da sua proteção e responsabilidade. Atestando esta realidade o tenente-coronel francês Dufour, comandante da Legião de Honra afirmava que “os Portugueses foram Francêses [...] nas nossas grandes jornadas. Por que não deveríamos ser portugueses quando se trata de uma causa tão santa e justa<sup>379</sup>.”

Por sua vez, em relação aos voluntários de origem belga, foi alcançado em Bruxelas um acordo entre o governo local e José Romão de Abreu, oficial nomeado pela regência Portuguesa para o efeito, que pretendia autorizar a contratação de 1 000 voluntários na Bélgica. O governo belga autorizava assim o recrutamento de homens em todos os depósitos de desertores da Bélgica, ao mesmo tempo que promovia o compromisso com voluntários das tropas oriundas da Guarda Valã<sup>380</sup>.

Todas as nacionalidades europeias estavam assim na sua generalidade representadas no exército de D. Pedro. Até 1834, faltavam apenas os espanhóis, apesar muitas propostas de serviço de desertores espanhóis, no entanto as autoridades portuguesas do liberalismo até 1834, recusaram a sua ajuda por razões diplomáticas. Mas,

---

<sup>378</sup>Contrato assinado em Londres, com a *Casa Financeira Francesa de Empréstimos Ardoin*, no dia 23 de Setembro de 1831. Ao fim de quase quatro anos, este empréstimo constituía então um apoio inequívoco à causa de D. Maria II, que adquiria assim pela primeira vez a possibilidade de aproximar a sua capacidade bélica, em relação à do outro contendor, o seu tio D. Miguel. Maria de Fátima Bonifácio, *A “causa” de D. Maria II (1826-1834)* in *Análise Social*, p.539.

<sup>379</sup>Carta do Tenente-Coronel DufoOur para Cândido José Xavier datada de 01 de novembro de 1831, in Lima, Henrique de Campos Ferreira, *Oferecimentos de Estrangeiros para o Exército Liberal* no Boletim do Arquivo Historico-Militar, volume 16, 1946, p. 142.

<sup>380</sup>Jacques Lorette, *Les Expéditions belges au Portugal em 1832 e 1833*, Paris et Bruxelles, pp. 33 a 39.

com a morte de Fernando VII, a regência espanhola, foi forçado a trazer liberais para combater o pretendente absolutista D. Carlos, refugiado na corte de D. Miguel, apoiando a partir daqui os liberais portugueses. Isto permitiu a criação de um corpo de voluntários espanhóis, os Caçadores do Guadiana<sup>381</sup>, especialmente a partir da assinatura do tratado da Quádrupla Aliança em abril de 1834, sob o qual o exército espanhol entra em guerra com D. Pedro, o que levou à rápida derrota de D. Miguel em maio de 1834. O exército liberal português dava assim um rosto à solidariedade europeia liberal, onde eram visíveis ainda tropas alemãs, suíças e polacas<sup>382</sup>.

Neste contexto os militares estrangeiros formaram então diversos corpos especiais do chamado Exército Libertador, militares franceses e outros estrangeiros constituíram o primeiro e o segundo regimento de Infantaria da Rainha, onde estava incorporada uma companhia italiana, juntamente com o Regimento de Voluntários Franceses de Peniche, num total de 2 300 efetivos<sup>383</sup>. Com os ingleses formou-se no exército liberal, uma Brigada Real de Marinha, dividida posteriormente no 1º e 2º Regimentos da Brigada Real de Marinha, a par dum Regimento de Lanceiros da Rainha e um Regimento de Reais Granadeiros, num total de 2 133 homens. As tropas britânicas não ficavam por aqui, havia ainda também um Regimento de Granadeiros Irlandeses com cerca 400 homens e o Regimento de Fuzileiros Escoceses com efetivos na ordem dos 570 homens<sup>384</sup>. Com os Belgas foi criado o Corpo de Atiradores Portugueses ou Belgas, com um efetivo perto dos 800 homens<sup>385</sup>. Por último, chegavam os Espanhóis em força, ao projetarem em abril de 1834, uma unidade comandada pelo General José Ramon Rodil, através de Miranda do Douro, com cerca de 10.000 homens.

---

<sup>381</sup>Henrique de Campos Ferreira, *Batalhão de Caçadores Espanhóis do Guadiana (1834)* no Boletim do Arquivo Histórico-Militar, volume 8, 1938, pp.13 a 20.

<sup>382</sup>Grégoire Bron, op.cit., 2013, p.672.

<sup>383</sup>*Batalhão de Voluntários Franceses*, in Boletim do AHM, Volume VIII,1938, pp.12 à 35 e *Correspondência do 2º Visconde de Santarém (1824-1845)*, Coligida e com anotações de Rocha Martins, 1919, 6º Volume, pp.22 a 30.

<sup>384</sup>*Oferecimento de Estrangeiros para o Exército Liberal*, in Boletim do AHM, Vol. XVI, 1946, pp.139 à 161. 385 E Capitão Timmermans; *Les Tirailleurs Belges au Service du Portugal en 1832 et 1834*, 1900, pp.10 à 100 e *Corpo de Atiradores Belgas*, in Boletim do AHM, Vol. XVI, 1946, pp.1 à 17.

Mas a panóplia de nacionalidades das tropas estrangeiras no exército de D. Pedro, não ficava por aqui, havia polacos, que se faziam representar por uma Legião Polaca, também conhecida por Legião de D. Maria Segunda, constituída, por um estado-maior, um Regimento de Infantaria a dois batalhões, um Regimento de Lanceiros a quatro esquadrões, uma companhia de caçadores e uma bateria de Artilharia a Pé, com um efetivo na ordem dos 1.894 homens<sup>386</sup>. Por último alemães<sup>387</sup> que se constituíram com uma companhia integrada no Segundo Regimento de Infantaria Ligeira da Rainha com 195 homens, juntamente com 71 italianos<sup>388</sup>.

Além destes estrangeiros existiam ainda outros de diferentes nacionalidades, em número mais reduzido como Suíços e Suecos, que devido ao seu número não se constituíram como unidades especiais, ficando dispersos pelos diferentes corpos estrangeiros que atrás foram referidos<sup>389</sup>. Sobre a presença estrangeira no exército liberal o inglês James Edward Alexander escrevia o seguinte no ano de 1834: “Em seguida, apareceu um regimento de Belgas, com o tambor envergando um chapéu bicórneo de cocarda tricolor na cabeça [...]. Os belgas estavam vestidos com casacos azuis com cintos amarelos e havia turcos e gregos, cossacos, escoceses e outros bárbaros nas suas patentes. Havia mais deserções nos “bravos belgas” do que qualquer outro tipo de força. [...] Depois dos belgas, marchou regimento francês, envergando casacos azuis e guarnições vermelhas<sup>390</sup>”.

Em sentido contrário, as forças de D. Miguel, não apresentavam corpos estrangeiros, estando reduzidas apenas à presença de 82 oficiais de diferentes nacionalidades, destacados individualmente e como voluntários no seu exército, mesmo assim um número muito inferior ao quadro de oficiais estrangeiros que estavam ao serviço do exército

---

<sup>386</sup> *Legião Polaca ou Legião da Rainha Dona Maria Segunda*, in *Boletim do AHM*, Vol. VII, 1937, pp.1 à 29.

<sup>387</sup> *Os Alemães no Exército Libertador (1832-1834)*, in *Boletim do AHM*, Vol. VIII, 1938, pp.1 à 11.

<sup>388</sup> *Uma Companhia Italiana no Exército Libertador; (1832-1834)*, in *Boletim do AHM*, Volume VII, 1937, pp.159 à 174.

<sup>389</sup> *Os Suíços no Exército Português*, in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, Volume VII, 1937, pp.195 à 215 e *BAM, Boletins das Operações do exército Libertador do ano de 1832 a 1834*, pp.318 e 545

<sup>390</sup> James Edward Alexander, *Um Esboço de Portugal, 1834*, p.80.

liberal<sup>391</sup>. Apesar desta realidade, continuava a ter grande parte do reino ao seu lado, mas uma longa série de erros estratégicos e táticos, juntamente com o apoio da França e Espanha ao seu irmão, fizeram-no perder essa mesma vantagem. Desta forma D. Miguel perdia, a quase totalidade do reino. Contudo, o povo não aclamava ainda D. Pedro como regente e a causa de D. Maria, como futura rainha<sup>392</sup>. Por onde passava o exército libertador, confrontava-se com os partidários do miguelismo, principalmente os elementos do clero regular, razão pela qual foram vários conventos incendiados<sup>393</sup>.

Para ilustrar da melhor forma a presença estrangeira nos exércitos em confronto durante a guerra civil, entre 1832 e 1834, construímos o quadro abaixo apresentado no que diz respeito à composição dos dois exércitos, em relação aos corpos de estrangeiros, que participaram nesta contenda em dois períodos distintos dessas lutas, no ano de 1832 durante o Cerco do Porto e em 1834 na Campanha Militar de Santarém.

---

<sup>391</sup>(AHM/Div/1/20/174/2 – *Documentação Miguelista*), Os Oficiais de El Rei Dom Miguel, com quatro páginas, datado de cerca de 1830 e Lista Geral dos Officiaes do Exército Libertador referida ao dia 25 de julho de 1833, Typografia de A.J.C. da Cruz, 1835; pp. 151 à 167.

<sup>392</sup>António Monteiro Cardoso, *A Revolução Liberal em Trás-os-Montes (1820-1834: O Povo e as Elites*, 2007, pp. 320 à 333 e Oliveira Lima, *D. Miguel no Trono*, 1933; pp. 261 à 274.

<sup>393</sup> ANTT, *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças e Negócios Eclesiásticos, Extinção das Ordens Religiosas (1834)*; Cx. 2203 e Luz Soriano, *op.cit*, 1885; pp. 181 à 240.

**Quadro 2.4. – Quadro comparativo dos Corpos Estrangeiros nos Exércitos de D. Pedro e de D. Miguel, nos anos de 1832 e 1834.**

| <b>Corpos e Forças Estrangeiras</b> | <b>Exército Liberal</b>  | <b>Exército Absolutista</b>   |
|-------------------------------------|--|---|
| <b>1832</b>                         | Um total de 1 062 Homens constituía os Corpos de Estrangeiros ao serviço do Exército de D. Pedro | (82) Oficiais estrangeiros de diferentes nacionalidades, ao serviço do Exército de D. Miguel, entre 1832 e 1834, que foram destacados individualmente como voluntários, para servir esta causa. |
| <b>1834</b>                         | Um total de 8 363 Homens constituía os Corpos de Estrangeiros do Exército de D. Pedro.           |   |

**Fonte:** *Correspondência de Cláudio Jacques Francisco Vallade, da Intendência Militar do Exército, para José Lúcio Travassos Valdez, sobre a Junta de Saúde Militar, solípedes, presos, alimentação e estrangeiros (AHM/DIV/1/19/271/19 – Documentação Liberal), datado de 5 de setembro de 1833 e Relação nominal de oficiais estrangeiros de vários corpos do Exército que recebem vencimentos, (AHM / Div 1/20/174/2 – Documentação Miguelista), datado de 1832.*

Da análise que fizemos do quadro 2.4. concluiu-se que existia uma diferença evidente no potencial de combate entre os dois exércitos, no que diz respeito à comparação dos corpos de forças estrangeiras ao seu serviço, entre 1832 e 1834, que evoluiu no lado liberal de 1 062 para 8 363 militares. Por sua vez o exército miguelista em 1834, durante as operações que decorriam na região de Santarém, tinha apenas na sua composição oitenta e dois oficiais estrangeiros de diferentes nacionalidades, que foram destacados individualmente e como voluntários para servir esta causa, desde 1830. Já em linha contrária, o exército Liberal contava com dez corpos de forças estrangeiras de diferentes nacionalidades, que num total de cerca de 8 363 homens, se juntavam a um efetivo na ordem dos 50 596 homens que constituíam as tropas origem portuguesa<sup>394</sup>, no mês de janeiro de 1834.

Assim no último ano da guerra civil, o potencial de combate já se tinha transformado, com apenas 46% de meios bélicos do lado miguelista contra os já 54% do lado liberal, diferença que acabou por ser incrementada de forma significativa pela presença de vários corpos de estrangeiros. O maior potencial estava agora do lado liberal, muito por ação do maior número de unidades de infantaria como já foi referido, mas também pela presença de militares estrangeiros no seu exército, que apresentavam neste período cerca de dez corpos de soldados. Num momento em que a guerra estava perto do seu final, esta diferença de potencial relacionada com o recrutamento de voluntários e profissionais estrangeiros para o conflito, poderá ter contribuído para a vitória dos liberais, quando as principais operações militares decorriam em Santarém e nas suas imediações.

---

<sup>394</sup> Luz Soriano, *op.cit.*, 1885, pp. 590 e 591 e Oliveira Martins, *op.cit.*, 1881, pp. 314 à 336.

#### 1.1.4. Síntese Comparativa

O que foi exposto nos pontos anteriores resultou da análise diacrónica e sincrónica da organização militar dos exércitos de D. Miguel e D. Pedro, em três momentos marcantes da guerra civil, nos anos de 1828, 1832 e 1834. Este último ano correspondeu já ao empenhamento dos dois exércitos na campanha de Santarém, tendo sido a sua análise construída, com base em diferentes fontes primárias datadas de 1833 e 1834.

Verificaram-se assim diferenças organizativas evidentes quer na constituição quer na composição dos dois exércitos em confronto neste período. Perante esta realidade, estamos assim em condições de responder a uma das partes da questão por nós formulada no início deste estudo: *Será que as divergências organizativas entre os dois exércitos contribuíram para a vitória de D. Pedro na Campanha Militar de Santarém?*

Para esta mesma interrogação, foi equacionada uma hipótese que constituiu uma possível resposta à questão levantada, com o seguinte enunciado: *A melhor organização do exército de D. Pedro permitiu a sua vantagem nas operações que decorreram na Campanha Militar de Santarém, em 1833 e 1834.* Esta hipótese acabou por se verificar totalmente, de acordo com as conclusões a que chegamos, nesta parte do nosso estudo.

Com base nas fontes referidas, concluiu-se assim que o potencial de combate em 1834 se transformou radicalmente, surgindo o lado miguelista com apenas 46% de meios bélicos, contra os agora 54% do lado pedrista. O maior potencial de combate estava assim neste último ano da guerra civil, do lado liberal, com mais oito pontos percentuais, muito por influência do maior número de corpos de infantaria. Esta diferença em termos organizacionais poderá ter contribuído para o fim da guerra e respetiva vitória dos liberais, numa altura em que a guerra civil decorria na região de Santarém, que constituiu aqui o foco da nossa investigação.

A comparação com outros anos permitiu igualmente reforçar esta conclusão e a confirmação da hipótese levantada, dado que no início do conflito em 1828, o potencial de combate tinha orientações totalmente contrárias com 56% dos meios bélicos do lado miguelista, contra 44% do lado pedrista, uma diferença de doze pontos percentuais, numa altura em que os partidários de D. Pedro iriam limitar-se a ocupar o último reduto que ainda lhes restava no reino português, sediado na ilha Terceira. Tal cenário ainda foi mais evidente em 1832, já com um

total de 73% de meios bélicos para o lado miguelista, contra apenas 27% do lado liberal, num período em que a guerra retornava novamente ao território continental, com o desembarque dos liberais a norte da cidade do Porto, na praia do Pampelido, que se situava nos arredores da povoação do Mindelo.

A título de conclusão, em 1834, o potencial de combate tinha-se assim transformado totalmente, em relação aos anos de 1828 e 1832, como referimos, agora com vantagem para o lado constitucional. Desta forma, para a concretização desta mesma realidade, muito contribuíram não só o maior número de unidades de infantaria portuguesas liberais, mas também as dez unidades estrangeiras que na altura integravam o exército de D. Pedro, constituídas na época por soldados profissionais e voluntários, oriundos de diferentes países da Europa, como foi observado por nós no ponto anterior.

## **1.2. A TECNOLOGIA DOS EXÉRCITOS DE D. MIGUEL E D. PEDRO NA CAMPANHA MILITAR DE SANTARÉM**

### **1.2.1. Da tecnologia militar**

Sobre a realidade tecnológica no século XIX, dimensão temporal do nosso estudo, muitos historiadores afirmam que nesta centúria se verificou o maior ritmo de inovação tecnológica na história da humanidade, quando comparado com o que se passou nos séculos anteriores. Essas diferenças resultaram essencialmente da rápida mudança das sociedades existentes nos países que agora participavam na designada era industrial. Exemplo desta novidade foi aquilo que aconteceu com o armamento ligeiro, que na 2ª metade de XIX, iria evoluir entre os anos de 1850 e 1890, desde as antigas armas de pederneira de antecarga até à metralhadora automática.

O movimento que encabeçou estas inovações, tinha começado em Inglaterra, ainda nas últimas décadas do século XVIII, tendo sido transmitido mais tarde ao resto da Europa e a grande parte do continente americano, juntamente com algumas regiões no médio e extremo oriente. A industrialização foi assim uma oportunidade global, onde as vantagens estiveram na maior parte das vezes do lado dos países que estiveram na sua origem, ocupando os mesmos posições de maior destaque à escala mundial. Os que partiam com atraso, como foi o caso de Portugal, muito dificilmente conseguiram recuperar em relação aos pioneiros, pois os processos por trás desse fenómeno, não se poderiam repetir nem na mesma escala nem com similar intensidade. Estávamos assim, perante uma das mais determinantes revoluções da história da humanidade, só comparável com a revolução agrícola, que milhares de anos antes tinha tido lugar no Neolítico. Não foi só a organização das sociedades, a mentalidade e as atitudes que mudaram radicalmente, transformou-se igualmente aqui a própria relação do homem com a natureza, num processo que ainda se mantém ativo nos dias que correm hoje<sup>395</sup>. Neste contexto, a atividade militar acabou por ser

---

<sup>395</sup>Ana Maria Cardoso Matos, *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista*, 1998, pp. 27 à 118 e Jaime Reis, *A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal (1870-1913)*, Revista Análise Social, 1987, pp.16 a 49.

um dos campos mais influenciados pela industrialização em Portugal, sofrendo desta forma os seus efeitos em diferentes níveis. Iremos aqui referir a participação dos militares portugueses neste processo e, simultaneamente, a forma como eles mudaram e se adaptaram a esta nova realidade. Por esta razão durante o século XIX, objeto temporal do nosso estudo, podemos observar de acordo com alguns autores, três vagas de inovação militar, nas circunstâncias anteriormente referidas.

A primeira vaga corresponde, ao período das designadas Guerras Napoleónicas entre 1792 e 1815, que se constituíram como um dos maiores conflitos globais que a humanidade tinha conhecido até então. A principal particularidade desta vaga não é a inovação tecnológica propriamente dita, mas sim, a adaptação das forças militares aliadas onde surgia Portugal, ao crescimento do estado-nação e às novas ideologias políticas que marcavam então a sua transição para sociedades mais liberais, embora ainda de características pré-industriais. Foi uma mudança marcada pela transformação dos exércitos semiprofissionais dos reis com poucos efetivos e enquadrados por oficiais da nobreza, para os exércitos da nação em armas, com um recrutamento assente no serviço militar obrigatório, enquadrados por um corpo de oficiais que agora pertenciam na maior parte dos casos às classes médias e mesmo baixas da sociedade. A guerra deixa assim de ser feita por profissionais, com regras rígidas aceites pelos diferentes contendores, com objetivos quase sempre limitados e de baixa intensidade, para conflitos com características de alta intensidade que visavam quase sempre o domínio da capital inimiga pelos respetivos oponentes, no fundo uma nova guerra total, que recorria muitas vezes a situações de violência desmedida, ao saque e à usura.

A tónica desta vaga deve então ser colocada no campo da ligação dos militares com a sociedade, surgindo assim alterações mais significativas na organização, táticas e mentalidades dos exércitos, do que propriamente no campo da técnica<sup>396</sup>. Em termos de tecnologia militar, as inovações que se verificam neste período em Portugal são então muito reduzidas. Como principais, pode citar-se a espingarda estriada Baker<sup>397</sup> de ante carga nas

---

<sup>396</sup> António Telo, *Os Militares e a Inovação no Século XIX*, in *Nova História Militar*, 2003, pp.336 à 341.

<sup>397</sup> Apenas algumas forças as utilizaram. Em Inglaterra os *riflemen*, em Portugal os *Caçadores* e em França, contrariamente, os *Voltigeurs (Infantaria Ligeira Francesa)* receberam-nas, mas o

unidades de infantaria ligeira, quando nos referimos à Inglaterra e aos pequenos exércitos seus aliados, como foi o caso do português; os novos tipos de granada, como a shrapnel; e as inovações nos sistemas de fecho, como o disparo por atrito na artilharia e o desenvolvimento do fecho de fulminante nas armas ligeiras, que só se iria materializar definitivamente em Portugal, depois de 1856.



**Figura 2.6.** - Espingarda estriada de origem inglesa *Baker*, que equipava as unidades de caçadores portugueses.

**Fonte:** Foto do Museu Militar de Lisboa (MML)

Surgem no entanto muitas novidades de carácter orgânico e tático, muito por influência da mudança da ligação dos militares com a sociedade da época, em detrimento das razões de carácter técnico. Em França, por exemplo, desenvolvem-se novas táticas adaptadas ao seu numeroso exército mais barato, de cidadãos-soldados, que apesar do pouco treino, aumentava o seu potencial com o entusiasmo dos seus homens. Destacava-se assim em termos táticos em relação a outros exércitos, ao empregar uma densa cortina de infantaria ligeira que manobrava no campo de batalha em coluna. A esta vantagem juntava-se a facilidade de concentração dos seus corpos de artilharia, numa base de fogo móvel, posicionada quase sempre para atingir o ponto mais decisivo de uma batalha. A Inglaterra por sua vez iria aperfeiçoar as suas táticas para reagir a este inimigo, especialmente a partir de 1811, muito pela ação de Wellington, onde se destacaram as operações de carácter defensivo, que recorriam ao uso de fortificações improvisadas e construídas em pouco tempo. Com esta tática garantia-se a neutralização da ação da infantaria ligeira dos

---

seu uso não perdurou. A influência resultou da experiência britânica na Guerra da Independência da América do Norte. A vulgarização desta carabina só iria ocorrer a partir de 1853 em Inglaterra e mais tarde em Portugal, a partir do ano de 1861. Jaime Regalado, *Reformas do Armamento Ligeiro na Regeneração*, 2001, pp. 10 à 50.

exércitos de Napoleão, fazendo uso das espingardas estriadas, com as forças posicionadas em contravertente<sup>398</sup>, como aconteceu durante a terceira invasão francesa na Batalha do Bussaco e nas Linhas de Torres com o Exército Anglo-Luso.

A segunda vaga de inovação militar contemporânea já é essencialmente técnica e corresponde ao impacto da Primeira Revolução Industrial na tecnologia militar, para a distinguir das restantes. Esta vaga acabou por ter lugar a partir de 1815, logo após as Guerras Napoleónicas, prolongando-se até à Segunda Revolução Industrial, que iria materializar-se, já na década de sessenta do mesmo século. Neste período é possível já falar em modelos de armas feitos em série para equipar os exércitos da época, na generalidade muito numerosos, pelas razões que atrás foram referidas. Essa produção assentava em processos que transformaram totalmente as manufaturas desse período, com o aperfeiçoamento de máquinas, ferramentas e métodos de controlo da qualidade e padronização. Neste enquadramento a máquina a vapor passou a ser utilizada na indústria militar, logo após o seu desenvolvimento pioneiro, anos antes, junto da indústria mineira e têxtil<sup>399</sup>, o que se constituiria como o primeiro passo, indispensável para o nascimento da designada fábrica militar moderna. A difusão da Revolução Industrial com origem em Inglaterra tinha passado então para o continente europeu, num movimento considerado lento e desfasado temporalmente, desde o Atlântico norte até aos países do sul e interior da Europa.

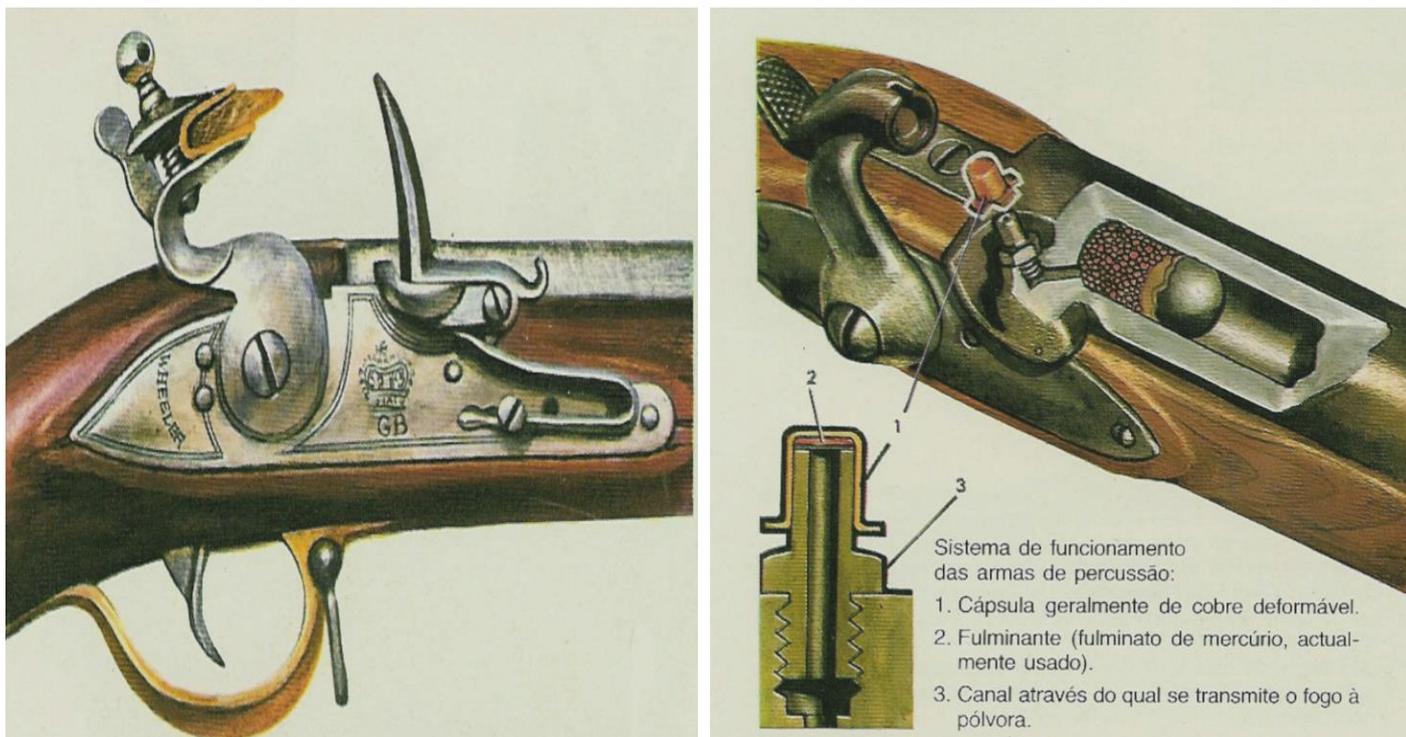
A expansão da máquina a vapor era assim acompanhada por esta segunda vaga de inovação em termos militares, mas agora com a tónica colocada no essencial em aspetos técnicos, como já foi referido. Será curioso verificar que muitas das invenções e passos técnicos concretos que marcaram este momento de inovação já tinham tido aplicações restritas no período anterior, mas só acabariam por se vulgarizar a partir dos anos 40 do

---

<sup>398</sup> Com esta tática, o exército aliado conseguiu realizar acções preparatórias para flagelar o inimigo nos principais combates que decorreram em 1811, combateram assim em ordem dispersa, realizando vários ataques sobre as tropas francesas, que visavam sobretudo atingir os elementos da sua cadeia de comando. Jaime Regalado, *op.cit.*, 2001, pp. 10 à 50.

<sup>399</sup> Armando Castro, *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*, 1978, pp.11 à 150 e Maria de Fátima Bonifácio, *Industrialização Oitocentista e Concorrência Externa* in Caderno de Documentação N°4, 1980, pp.10 à 90.

século XIX<sup>400</sup>. Neste particular, surge o caso do fecho de fulminante e dos sistemas de retrocarga, que foram exemplos de novidades técnicas, que já existiam antes de 1815, mas cuja aplicação não compensava numa escala gigantesca, característica dos novos exércitos de cidadãos-soldados, numa fase em que ainda não tinha ocorrido a total aplicação das máquinas a vapor à nova indústria.



**Figuras 2.7. e 2.8.** – Gravuras com o Fecho de Pederneira à esquerda e de Percussão à direita, ambos característicos de armas do século XIX.

**Fonte:** Biblioteca Academia Militar; Armando Paschoa, *Armas Portáteis e Engenhos de Acompanhamento* (1962) e João Manuel Cordeiro, (1854), *Material de Guerra: das espingardas convertidas em percussão*, *Revista Militar*, (1896).

O fecho de fulminante, por exemplo, era mais prático e tinha vantagens operacionais evidentes em relação ao fecho de pederneira dos tempos napoleónicos, mas implicava a fabricação de milhões de cápsulas metálicas, com um produto químico que só era facilmente obtido em fábricas, o que tornava proibitiva a sua aplicação bastante limitada

<sup>400</sup> António José Telo, *A Segunda Vaga de Inovação em Portugal*, in *Nova História Militar*, 2003, pp.358 à 365.

nesta fase da produção militar. Nesse período, era mais fácil contar com o esforço muscular do soldado, que colocava à mão uma pequena quantidade de pólvora na caçoleta da arma, pelo que o mesmo demorava mais tempo para disparar a arma, mas que por outro lado não implicava grandes investimentos em termos de indústria militar. Dito de outra forma, a técnica já existia então antes de 1815, mas a sua aplicação numa grande escala ainda não interessava, porque o fator humano na época a compensava<sup>401</sup>. Foi com esta vaga de inovação militar, que a Inglaterra atingiu o auge do seu poder económico e político, acabando por edificar um sistema unipolar, onde só ela desempenhava as funções associadas ao poder global. A França continuava a afirmar-se como o seu grande rival no continente europeu, numa relação no essencial de entendimento, muito diferente da existente no século anterior. A Península foi então um excelente local para confirmar este mesmo entendimento, pois a França aceita que Portugal faça parte do raio de influência inglesa, enquanto a Inglaterra aceita um papel dominante da França em relação à Espanha. Todo este cenário acabou por se repercutir, na influência técnica exercida junto do armamento, utilizado pelo exército português neste período<sup>402</sup>. Não se trata de um entendimento apenas teórico, porque entre 1815 e 1870 há inúmeras intervenções militares de ambos os países na Península, mas sempre de forma coordenada, precedida de consultas diplomáticas, como aconteceu na Guerra Civil em Portugal nos anos de 1833 e 1834. Na realidade, durante mais de três décadas não se registam guerras entre estes grandes poderes. Estas só vão recomeçar depois de meados do século XIX, com o conflito na Crimeia, e encontram depois um novo auge com a Guerra Franco-Prussiana.

Ainda no campo da tecnologia militar, surge também no século XIX, a terceira vaga de inovação militar, última do século XIX, que coincidiu com o que muitos autores designaram de Segunda Revolução Industrial, e que se prolongaria desde a década de sessenta até ao final da centúria. Será marcada principalmente pela facilidade de obtenção

---

<sup>401</sup>Nos países com recrutamento por conscrição, principalmente junto da população rural, apesar dos soldados estarem familiarizados com a pederneira, era necessário no entanto, instruí-los no uso do Fecho com cápsula fulminante. Jaime Regalado, *Reformas do Armamento Ligeiro na Regeneração*, 2001, pp. 21 à 43 e Oliveira Marques, *História de Portugal Contemporâneo: Economia e Sociedade*, 1993, pp. 44 à 47.

<sup>402</sup>Jaime Regalado, *op.cit.*, 2001, pp. 21 à 43.

de aço barato assente no progresso da indústria metalúrgica, devido a técnicas mais rigorosas e aperfeiçoado. Perante esta realidade, as novas armas podiam desta forma aguentar pressões internas muito superiores, característica que as tornavam determinantes para superar as blindagens de equipamentos militares mais duros e eficazes. Esta vaga seria igualmente marcada pela maturidade do estado-nação industrial, capaz de mobilizar uma maior percentagem dos recursos das sociedades para a sua atividade militar. Neste enquadramento os conflitos entre nações industriais de grandes dimensões tendem a tornar-se prolongados e marcados pela necessidade de asfixiar economicamente e politicamente o adversário, de forma a conseguir a sua derrota. O primeiro conflito deste tipo foi a guerra civil americana, de onde germinariam as futuras vagas de inovação militar que iriam caracterizar o século XX<sup>403</sup>. Tendo como enquadramento as três vagas de inovação do século XIX, atrás referidas, o ritmo de desenvolvimento militar do armamento ligeiro e pesado, acabou por ser muito lento depois das Guerras Napoleónicas, sendo várias as razões que contribuíram para essa mesma realidade. Em primeiro lugar, houve uma reação natural a este período das designadas guerras globais, onde a desativação do aparelho militar acabou por acontecer de forma muito rápida, com a respetiva diminuição da despesa com material militar. Em segundo lugar, o Congresso de Viena no ano de 1815 criou uma nova ordem internacional, a nível europeu, o que parecia afastar a possibilidade de existirem mais conflitos entre os grandes poderes da época.

No entanto no campo da guerra terrestre, apesar das transições lentas, foram algumas as mudanças que aconteceram junto do armamento portátil até à década de sessenta, como já observado. No lugar das armas de ante carga de cano liso e alcances práticos que não excediam os cem metros, com ritmos de tiro na ordem dos 2 a 3 disparos por minuto, surgiram as armas estriadas de retrocarga com cartucho metálico completo. Estas armas iriam vulgarizar-se em meados do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, com alcances efetivos já na ordem dos 400 a 500 metros e ritmos de cinco tiros por minuto ou

---

<sup>403</sup>Eric Hobsbawm, *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, 2011, pp.240 à 349, Miriam Halpern Pereira, *Política e Economia: Portugal nos Séculos XIX e XX*; 1979, pp.16 à 49 e José David Gomes Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal (1810-1913)*; 1989, capítulo III.

mais, surgindo em Portugal apenas na década de 70, largos anos após a guerra civil. Interessa-nos então referir aqui, os passos que marcariam o ritmo dessas mudanças nos grandes poderes militares, de modo a ser possível a sua comparação com aquilo que se ia passando no reino de Portugal no século XIX. Um dos primeiros passos esteve ligado à evolução dos sistemas de fecho, mais concretamente à passagem do fecho de pederneira para a percussão, tecnologia básica que se desenvolveu logo no início do século XIX, como já foi referido. Desta forma o “fecho químico” do pastor escocês Alexander Forsyth patenteado no ano de 1807 seria o ponto de partida para essa mudança. Aperfeiçoado a partir de 1822, iria adquirir a sua forma definitiva com um fulminante acoplado no interior de uma cápsula, que colocado sobre um cilindro oco, comunicava com a câmara da arma. Quando se premia o gatilho, o cão caía sobre essa cápsula provocando uma faísca, que garantia a ignição da pólvora no interior da câmara através do cilindro e a respetiva projeção da munição, constituindo desta forma um passo determinante na evolução das armas de fogo<sup>404</sup>.

O Exército francês seria o primeiro a adotar esta inovação logo na década de vinte, no entanto a Inglaterra mais conservadora no campo das tecnologias terrestres, só em 1834 iria realizar uma série de testes para comparar as vantagens relativas destes dois sistemas. A conclusão determinou que os fechos de pederneira falhavam o disparo uma vez em cada sete em boas condições de tempo, enquanto os de fulminante só falham uma vez em cada 166 tentativas, para além de serem mais rápidos no funcionamento e adequados para todas as condições atmosféricas. O Exército britânico ficou assim convencido e tentou converter, a partir de 1839, todas as suas espingardas do “fecho de pederneira” para o “fecho de percussão”. O que acabou por não acontecer, pois o grande fogo na Torre de Londres destruiu todas as armas passíveis de converter. Inglaterra partiria então para a incorporação simultânea da percussão e do cano estriado, só a partir de 1851, ao criar e aprovar as armas do padrão Enfield, surgindo pouco depois o padrão 1853, que seria o definitivo e que Portugal iria adotar apenas em 1861. Desta forma na década de cinquenta o novo sistema vulgarizava-se nos principais exércitos europeus, difundindo-se em Portugal apenas na

---

<sup>404</sup> Luiz Mardel, *História da Arma de Fogo Portátil*, 1887, pp.10 à 79 e Rogério Santos, *Elementos de Armamento*, 2011, pp. 2 à 26.

década seguinte, através da adaptação do antigo armamento de pederneira feito no Arsenal do Exército, acontecendo esta mudança quase 30 anos depois da Guerra Civil Portuguesa<sup>405</sup>.

No entanto em termos militares, as primeiras armas de percussão terão chegado a Portugal logo em 1833, em plena Guerra Civil, pela mão do filho do General Bourmont, ao serviço de D. Miguel, tendo sido capturadas em pequenas quantidades, juntamente com os trens e equipagem, por uma guerrilha liberal, próximo do lugar da Castanheira do Ribatejo. Também pela mesma altura, uma outra espingarda vinda de França, pelas mãos das tropas franceses e belgas ao serviço de D. Pedro, terá servido igualmente de modelo para a primeira intenção de conversão das espingardas de pederneira existentes em depósito, que necessitassem na altura de reparação. Esta conversão consistia basicamente em cortar o cano junto ao ouvido, abrindo uma rosca, de modo a receber uma nova culatra que continha a chaminé. Também o fecho foi adaptado para percussão, sendo removidas a caçoleta e respectiva tampa com fuzil, mola e parafusos. O cão seria substituído por um outro, dito cão-martelo, adaptado a percutir a escorva que se inseria através da cápsula na chaminé. Porém, dada a pouca e irregular espessura da maioria dos canos das espingardas que deveriam ser convertidas e por ser igualmente dispendioso, este processo de transformação não foi considerado adequado, tendo sido suspensa a intenção de realizar estes trabalhos, não sendo conhecida a existência de nenhum exemplar desta primeira tentativa no período da guerra e no pós guerra civil<sup>406</sup>.

O outro passo significativo na evolução do armamento ligeiro foi a adoção das espingardas estriadas como arma-padrão da infantaria, com um alcance que era o triplo das armas de cano liso. A espingarda estriada já era conhecida e usada há longa data, nomeadamente na Guerra da Independência dos Estados Unidos da América no último quartel do século XVIII, mas era distribuída somente a unidades especiais de infantaria ligeira, com táticas e treinos próprios. O seu grande problema é que demorava quase o dobro do tempo a ser carregada, o que só podia ser evitado com uma bala de diâmetro

---

<sup>405</sup> Armando Paschoa, *Armas Portáteis e Engenhos de Acompanhamento* (1962), pp. 10 à 80.

<sup>406</sup> João Manuel Cordeiro, *Material de Guerra: das espingardas convertidas em percussão* (1854), Revista Militar nº 6, pp. 273 à 276.

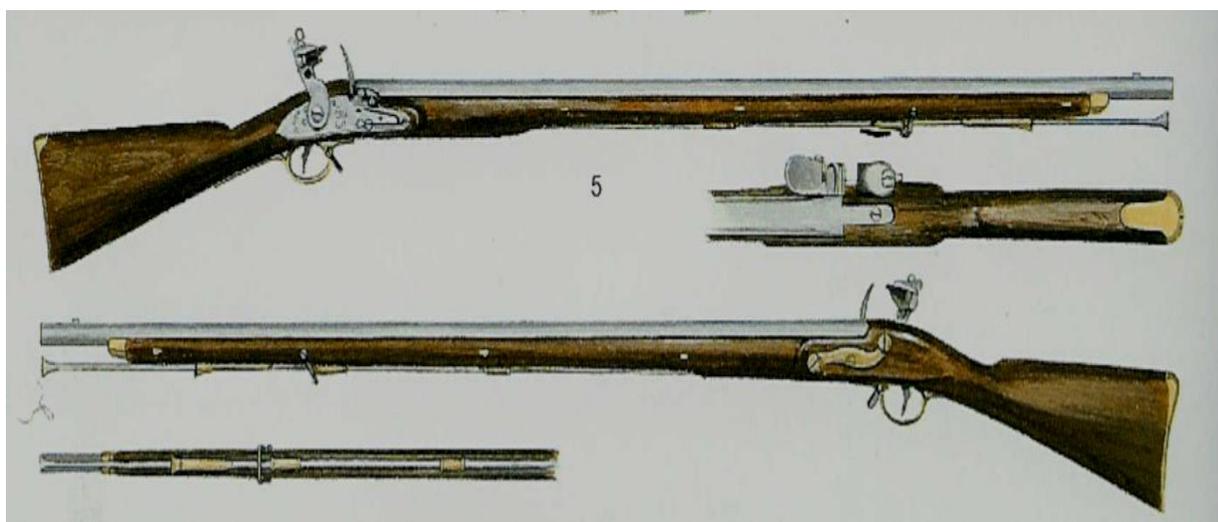
inferior ao cano. O capitão Delvigne, em 1828, desenvolveu um sistema em que a bala era mais estreita que o cano e adería às estrias ao ser deformada pelas pancadas da vareta. Neste contexto o francês Minié em 1830 exploraria uma outra técnica, que utilizava uma bala cilíndrica oca, que se expande com o disparo por pressão interna dos gases, de modo a aderir às estrias. O sistema de Minié seria principalmente aperfeiçoado nos EUA, o que era um sinal da forma como esta recente nação tomava a dianteira da inovação no campo do armamento ligeiro e pesado. Quaisquer destes dois sistemas aplicados às espingardas estriadas permitiam um carregamento tão rápido como os anteriores modelos de cano liso, mas permitiam em contrapartida, o dobro do alcance e precisão. A França experimenta esta nova arma logo na campanha da Argélia em 1838, onde elas se tornariam importantes para dificultar à distância as movimentações da superior cavalaria ligeira árabe. A Inglaterra mais uma vez mostra-se relutante em adotar as novas tecnologias e prefere que estas revelem primeiro o seu valor técnico junto de outros países. Só em 1851-1853 o Reino Unido irá adotar como arma-padrão uma espingarda estriada tipo Minié, com fecho de fulminante, a Enfield de calibre 14,6 mm. Portugal mais uma vez segue o exemplo inglês, ou seja, só tardiamente conhece as novas tecnologias neste campo. No final da década de 50 são igualmente experimentadas as espingardas tipo Minié, modelos francês e britânico<sup>407</sup>. Em 1859 é adotada por um governo do Duque da Terceira a Enfield britânica, com uma encomenda inicial de 8 000 espingardas e 5 000 carabinas. Em 1867, Fontes Pereira de Melo manda comprar um segundo lote de 5 000 espingardas semelhantes. Desta forma só apenas no final da década de 60, o grosso do exército português estaria equipado com armas de antecarga estriadas, mais de trinta anos depois de ter terminado a Guerra Civil no reino de Portugal.

---

<sup>407</sup>J. Manuel Cordeiro, *Material de Guerra: Experiências feitas no Arsenal do Exército com uma espingarda do uso do mesmo Exército*, (1854), *Revista Militar* 6, 123-128 e Courtland Canby, *História do Armamento*, 1965, pp. 20 à 50.

### 1.2.2. O Armamento e equipamento dos exércitos em confronto

A realidade da Guerra Civil em termos técnicos, orgânicos e táticos refletiu em parte o que aconteceu no reino logo a partir de 1807 na designada Guerra Peninsular. O Exército cresceu então muito, passando para uma força de primeira linha de mais de 50 000 homens, com outros 250 000 entre milícias e ordenanças. No entanto, o “armamento ligeiro” para esta força imensa já não era na maioria de fabrico nacional, embora as tecnologias envolvidas não fossem substancialmente diferentes das usadas antes de 1807. Neste contexto, a Inglaterra forneceu assim a maior parte do armamento em vez de se envolver no longo e difícil processo de colocar os grandes arsenais portugueses a funcionar. Desta forma entre 1809 e 1814, quando Londres decidiu rearmar o Exército Português são recebidos 160 000 mosquetes Brown Bess, 2 300 espingardas estriadas Baker, 300 carabinas para a cavalaria, 700 pistolas e 15 000 sabres e 10 000 jogos de correias para uniformes<sup>408</sup>.



**Figura 2.9.** - Mosquete de Infantaria modelo 1768 *Brown Bess* de origem Britânica, com calibre de 19,05 mm, muito usado pelos Países aliados de Inglaterra, como Portugal, durante o século XIX.

**Fonte:** Biblioteca Academia Militar; Armando Paschoa, *Armas Portáteis e Engenhos de Acompanhamento*, (1962) e João Manuel Cordeiro, (1854), *Material de Guerra: das espingardas convertidas em percussão*, Revista Militar, (1896).

<sup>408</sup> Jaime Regalado e José Faria e Silva, *Armamento Ligeiro da Guerra Peninsular: do ano de 1808 até 1814*, pp. 59 à 169.

Esta foi a primeira geração de armamento ligeiro ou portátil português da época contemporânea, que acabou igualmente por ser empregue na Guerra Civil entre D. Miguel e D. Pedro até 1834. Como arma principal apresentava a espingarda de antecarga de cano liso com fecho de pederneira, Brown Bess do fabricante T. Pots na década de 30, com um alcance prático entre os 80 a 100 metros e uma cadência de três tiros por minuto. Pelas tropas de cavalaria era por sua vez usada a carabina e a pistola de cano liso e antecarga modelo inglês ou português, com um alcance prático que não excedia os 30 a 40 metros e que demoravam igualmente cerca de 20 segundos para serem carregadas. Surgiram também as espingardas estriadas Baker que vieram em pequeno número para Portugal e constituíram pouco mais de 1% do total das armas adquiridas. Foram exclusivamente entregues aos Caçadores, não sendo suficientes para os equipar por completo<sup>409</sup>.

Normalmente, só uma companhia dos Batalhões de Caçadores tinha as espingardas estriadas, havendo batalhões que estavam por completo equipados com os mosquetes de cano liso. A Baker já tinha um alcance prático na ordem dos 200 metros, o dobro de um mosquete de cano liso, mas apresentava no entanto um grande inconveniente, porque levava quase o dobro do tempo no carregamento, pois a bala esférica tinha de ser empurrada para baixo com fortes pancadas da vareta, de forma a aderir às estrias. A completar esta primeira geração de armas portáteis ou ligeiras, havia ainda as clavinhas e trabucos da cavalaria com fecho de pederneira, muitos de fabrico nacional, e armas brancas como as espadas, sabres, piques<sup>410</sup>. Esta geração de armamento ligeiro permanecerá ativa durante a primeira metade do século XIX, sendo a única novidade importante neste campo, a substituição gradual do fecho de pederneira pelo

---

<sup>409</sup>O problema não era só a quantidade, mas sim a instrução e treino e do soldado para usar estas armas com eficácia. Este problema vai arrastar-se até à década de 1880. João Perdigão, *Ponderações sobre o atual estado do Armamento Portátil*, 1865, Revista Militar nº 17, pp. 11 à 13

<sup>410</sup> António José Telo e Mário Álvares, *Armamento do Exército Português: Armamento Ligeiro*, Vol. I, 2004, pp.18 e 19 e Francisco Barreiros, *Variedades: Armas de Percussão*, Revista Militar nº 1, (1849), pp. 303 à 349.

fecho de fulminante feita pelo Arsenal do Exército em alguns mosquetes antigos em meados do século<sup>411</sup>, como já foi referido por nós.

No que diz respeito ao “armamento pesado” utilizado principalmente pela arma de Artilharia dos exércitos em confronto, logo no Cerco do Porto em plena Guerra Civil, se iria fazer sentir a sua importância nas operações de combate que aqui iriam decorrer entre 1832 e 1833. Neste contexto D. Pedro, iria dar ordem de construção de várias baterias com uma ou duas peças de artilharia em pontos dominantes dos subúrbios da cidade, de modo a que os seus fogos se pudessem cruzar de forma eficaz na defesa da cidade do Porto. Este trabalho gigantesco, que pôs à prova as aptidões dos oficiais de engenharia e artilharia liberais, apenas três meses após o seu desembarque na praia do Pampelido, permitiu construir uma linha de trinta e duas baterias devidamente artilhadas, as quais foram determinantes para o sucesso da resistência desta cidade às inúmeras e violentas investidas das tropas absolutistas, que duraram cerca de onze meses, caracterizados por vários bombardeamentos e destruições. As primeiras investidas do exército absolutista dão-se logo a partir do dia 8 de Setembro de 1832. Os absolutistas começavam assim os seus ataques em força, assaltando a Serra do Pilar, valorosamente defendida pelos voluntários cognominados polacos da serra por D. Pedro, iniciando-se no dia seguinte o bombardeamento do Porto, que constituiu o batismo de fogo da cidade ocupada pelos liberais. Os liberais faziam também a sua primeira surtida no dia 16 do mesmo mês, tendo então ocupado o Morro das Antas, na parte alta da cidade, o que veio dar-lhes algum ânimo. No entanto, tentando pôr cobro à insólita situação de um punhado de cerca de 8 300 homens persistir em resistir a um exército organizado de oitenta mil, o general absolutista Gaspar Teixeira começou a preparar um assalto em força, tendo escolhido o dia 29 de setembro, dia de S.Miguel, prometendo aos seus soldados o saque da cidade. Efetivamente, nesse dia a coberto dum nevoeiro cerrado, os miguelistas avançaram pelos

---

<sup>411</sup> *Ofício de José Baptista da Silva Lopes para José Lúcio Travassos Valdez, Ajudante General do Exército, sobre material de aquartelamento e armamento, de 7 de maio de 1834, 1 folha manuscrita, (Documentação Liberal: AHM/DIV/1/19/001/43) e Correspondência de várias entidades para João Honorato Rolim sobre transporte de armamento para a vila de Santarém, de 24 de março de 1834, 17 fls. manuscritas e 9 fls. em branco (Documentação Absolutista: AHM/DIV/1/20/090/35).*

lados de Campanhã, chegando a entrar na Rua do Prado, onde foram recebidos pelos resistentes, tendo-se ali travado um combate tão violento que fez com que esta rua tenha recebido o atual nome de Rua do Heroísmo<sup>412</sup>.

Violentos assaltos ocorreram noutros pontos das linhas, durante os quais o Exército Liberal praticou atos da maior bravura, de tal forma que, o general absolutista Gaspar Teixeira reconheceu a impossibilidade de esmagar a cidade e ordenou a retirada. Saiu desta forma com mais de 4 mil baixas, a que corresponderam apenas 650 por parte das forças Liberais. Esta derrota absolutista desmoralizou os miguelistas e o seu general, peio que este resolveu pedir ao rei que viesse, com a sua presença, levantar o moral das suas tropas. D. Miguel partiu para o Norte, fazendo-se acompanhar de um célebre e imponente canhão batizado com o nome de “papa-malhados” (outra designação atribuída aos liberais, de forma pejorativa pelos miguelistas), em que todos depositavam grandes esperanças.

No dia 1 de Novembro, D. Miguel estabeleceu o seu quartel-general em Braga, onde foi recebido apoteoticamente, tendo substituído Gaspar Teixeira no comando pelo Visconde de Santa Marta, que procurou apertar o cerco. Seguiram-se duras condições de cerco aos liberais, acompanhadas por duros surtos de tifo e cólera, aos quais se juntaram a fome e o cansaço das suas tropas, que os massacraram de forma veemente perante os absolutistas. No entanto, perante estas condições e fortes bombardeamentos sobre a cidade, esta atitude intrépida dos liberais, em vez de desmoralizar a população da cidade, contribuiu para reforçar junto dos mesmos a sua identificação com os liberais e a uma maior determinação em resistir. Perante esta realidade e para fazer face ao elevado consumo de munições, as tropas liberais acabaram por estabelecer quatro depósitos no Porto, um no Arsenal, outro na Relação, um no Cemitério de São Francisco e outro nos Congregados, bem como um depósito de bocas-de-fogo na Praça Nova. O exército de D. Miguel também construiu numerosas baterias, das quais se destaca uma em Gaia, armada com quatro morteiros e cinco peças, uma das quais a já referida papa-malhados<sup>413</sup>.

---

<sup>412</sup>David Martelo, *Cerco do Porto (1832-33): A Cidade Invicta*, 2001, pp. 26 a 28 e Luís de Oliveira Ramos, *D. Pedro, Imperador e Rei: Experiências de um Príncipe (1798-1834)*, 2007, pp. 83 á 86.

<sup>413</sup>Coronel Hugh Owen, *O Cerco do Porto: contado por uma testemunha*, com Prefácio e Notas de Raúl Brandão, 1915, pp. 161 a 187.

Em 21 Junho de 1833, um destacamento de 1 500 homens, sob o comando do Duque da Terceira, do qual fazia parte um destacamento de Artilharia, embarcou no Porto, com destino ao Algarve, dando-se o desembarque na Praia de Cacela, no concelho de Tavira, seguiu-se depois a tomada de Setúbal, a 22 de julho e, dois dias depois, Cova da Piedade e Almada. O Duque da Terceira, apoiado pela população, entrava assim triunfalmente em Lisboa, após a retirada das tropas miguelistas. Dando conta da situação, D. Miguel ordenou um derradeiro ataque à cidade do Porto, o qual foi repellido com vigor pelos sitiados nesta cidade. Tomando conhecimento da perda de Lisboa, fez deslocar tropas para o sul, fragilizando assim a força que se encontrava no Porto. Este facto permitiu aos sitiados pôr termo ao cerco tendo, em 18 de Agosto de 1833, tendo infligido uma importante derrota aos miguelistas, em Valongo. Levantado o Cerco do Porto graças à queda da capital nas mãos dos liberais, a guerra continuaria no entanto com marchas de grande dimensão sobre Coimbra, Leiria e a região de Santarém. Neste interlúdio por duas vezes D. Miguel tentou tomar a cidade de Lisboa e por duas vezes viu as suas intenções efetivamente malogradas. Assim, face à impossibilidade de outra operação militar de relevo contra a capital, os miguelistas acabaram por se concentrar em Santarém, onde se entrincheiraram e onde os anteriormente sitiados os iriam sitiar<sup>414</sup>. Estas operações militares, caracterizadas por várias batalhas, duraram cerca de sete meses e conduziram, a 26 de Maio de 1834, à rendição dos miguelistas, em Évora-Monte, colocando um ponto final na designada Guerra Civil Portuguesa.

Neste contexto destacamos a batalha de Almoester, que no que diz respeito à artilharia se iniciou, fazendo fogo do lado miguelista, com uma bateria de quatro peças e um obus, em fogos contra as forças de D. Pedro que se posicionavam junto à Ponte do Celeiro e à Ponte da Asseca. Os liberais, além de empregarem quatro peças em fogos de contrabateria<sup>415</sup>,

---

<sup>414</sup>António de Serpa Pimentel, *Portugal Moderno: A Queda do Antigo Regimen (1820 até 1834)*, 1896, pp. 192 à 209.

<sup>415</sup>Os *fogos de contrabateria* constituem um conjunto de atividades que tem por finalidade localizar, neutralizar ou destruir os sistemas de armas de tiro indireto do inimigo, neste caso: morteiros e bocas-de-fogo de artilharia. *Regulamento para a Escola Prática de Artilheria*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, pp. 14 à 18 e *Dicionário de Termos Militares*, Instituto de Altos Estudos Militares, 1977, p.33.

colocaram ainda em posição oito peças de artilharia e uma de *foguetes atente* de calibre 12, a empregar por sua vez contra o grosso da força absolutista. Dentro desta realidade e no que diz respeito à organização da artilharia participaram desta forma nesta guerra, várias unidades de artilharia de campanha afetas a D. Pedro e D. Miguel. No caso dos liberais a guerra iria iniciar-se com três Batalhões de Artilharia que foram sucessivamente organizados, por D. Pedro, a partir do ano de 1831. Neste particular surgia assim um Batalhão de Artilharia, originário do Batalhão de Artilharia de Angra do Heroísmo, o Batalhão de Académicos que foi usado como Batalhão de Caçadores e também como Artilharia de Montanha e por último o Regimento de Artilharia N°4416. Desta forma, por decreto de 2 de Novembro desse ano, D. Pedro reorganizava então a Artilharia que se compunha de um Estado-Maior para serviço do trem, Baterias de Costa e outros serviços e dois Batalhões em substituição dos Regimentos de Artilharia 1, 2, 3 e 4. Também foi criado um corpo de foguetes "Congrève" que foram utilizados durante o conflito por ambos os lados, com alguma frequência. As tropas belgas trouxeram ainda para Portugal artilheiros e peças, entre elas dois morteiros Coehorn<sup>417</sup>. Com a conquista do Algarve em 1833, o Regimento de Artilharia n° 2 juntou-se-lhes e, mais tarde, sendo criado um 3° Regimento, sendo assim o 1° Batalhão de Artilharia sediado na Boa Nova, na Ilha Terceira, que era composto por seis companhias. Este Batalhão fez parte do corpo expedicionário que desembarcou no Mindelo, tendo feito parte integrante das linhas de defesa desta cidade aquando do cerco. Por sua vez o 2° Batalhão de Artilharia, criado em Setembro de 1833, fruto da reunião de vários artilheiros que se apresentaram no exército de D. Pedro, após a sua entrada em Lisboa, era composto por seis Companhias, sendo a sua orgânica igual à do 1 Batalhão. Nesta organização o 3° Batalhão de Artilharia foi mandado formar por força da portaria de 11 de Novembro de 1833, tendo sido extinto em Julho de 1834. Por último os liberais tinham a Companhia de Voluntários Académicos, Formada em Plymouth, por ex-elementos do conhecido Batalhão de Voluntários Académicos, aí refugiados, desde 1828, rumou à Ilha Terceira em Fevereiro de 1829, onde se incorporou no

---

<sup>416</sup> *Mapa de todas as bocas-de-fogo da Bateria de Artilharia do Exército de Operações de 16 de janeiro de 1834*, 25 fls. manuscritas e 1 fl. impressa e manuscrita; (*Documentação Liberal: AHM/DIV/1/19/039/14*).

<sup>417</sup> Cf. Capitão J. Tirrermans, *Les Tirailleurs Belgas au Service du Portugal en 1832 et 1834*, edição de 1900, pp.50 à 100.

Batalhão de Voluntários da Rainha. Após o seu empenhamento na expedição a S. Miguel, a Companhia de Voluntários, depois de devolver o gado a seus donos e substituir o material de artilharia por outro de montanha, rumou para o Porto. Tomado o mesmo, fizeram parte da expedição a Valongo, em 22 de Julho de 1832, guarnecendo algumas linhas de defesa. Em Junho de 1833, incorporaram a expedição ao Algarve, contribuindo com 50 académicos e com quatro peças de montanha<sup>418</sup>. Em termos gerais, a organização da artilharia liberal mantinha-se igual à do tempo das Guerras Peninsulares, com o material pintado de cinzento, à inglesa<sup>419</sup>.

Por sua vez os miguelistas contavam no seu Exército com três Regimentos, o Regimento de Artilharia N°1 ou Regimento da Corte. Encontramo-lo a guarnecer algumas Baterias de Sítio, a sul do Douro, em 1832, como parte do exército sitiante. Encontramo-lo também, na expedição contra a ilha Terceira, em 1829, sob o comando do Chefe de Esquadra, José Rosa Coelho. Constituíam-se por um destacamento de 138 homens e um contingente do Regimento de Artilharia n° 3, perfazendo um total de 284 artilheiros que guarnecem uma Bateria de peças de campanha, outra de obuses e outra de bocas-de-fogo de sítio. A cada peça foi então atribuída um total de 800 munições e 300 arrobas de pólvora. Na organização da artilharia portuguesa surgia ainda o Regimento de Artilharia N°3 ou Regimento de Elvas. Em Maio de 1828, em virtude duma proclamação feita pelo Tenente-General Visconde de Sousel, governador das armas da província, incitando os habitantes a servirem e a sustentarem os direitos do infante D. Miguel, correram a alistar-se nas fileiras do regimento 367 mancebos, que afinal foram licenciados em Agosto do mesmo ano. Em 1829 mandou-se aumentar a cada companhia um 2° Tenente, um 2° sargento, dois Cabos e 26 Soldados. Por último surgia o Regimento de Artilharia N° 2, com um efetivo que variou de 876 a 974 artilheiros, este Regimento, mais tarde Regimento de Artilharia de Faro, participou, com

---

<sup>418</sup>Teixeira Botelho, *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*, 1948, Volume II, pp.150 à 250 e Nuno Miguel Calhaço, *A Artilharia Portuguesa no Período Contemporâneo*, 2012, pp. 17 à 38.

<sup>419</sup>*Artilheiros Académicos, mapa de artilharia de campanha nos Açores, relação de cartuchame e pólvora que existe no castelo de São João Baptista de Angra e mapa de armamento e munições do Batalhão de Caçadores 3 e do Batalhão de Voluntários de Angra*, de 21 de abril de 1832, 54 fls. manuscritas e 6 fls. em branco (*Documentação Liberal: AHM/DIV/1/19/043/07*).

vários destacamentos em Sagres, Lagos, Barra Nova, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António entre outras.

No que diz respeito às características técnicas do material utilizado por estas unidades referidas, a cadência de tiro rondava os dois tiros por minuto e, no que ao alcance diz respeito, atingiam em média, 600 metros utilizando a munição normal (bala esférica maciça de ferro) e 350 metros para tiro de metralhada (schrappnell), uma granada esférica oca, contendo pólvora e estilhaços (de forma diversa) que rebentava através de uma espoleta de tempos espalhando os estilhaços mais pequenos. As peças eram ainda usadas por norma em bateria, sendo a mesma composta por quatro a oito bocas-de-fogo, variando consoante o calibre ou missão que lhe fosse atribuída, quer no apoio à infantaria ou na presença de objetivos específicos<sup>420</sup>. Neste contexto, a título de conclusão, o material de artilharia e de parque usado durante a Guerra Civil, por ambas as partes, era composto por diferentes peças de bronze, com calibres de 3, 6, 9 e 12, que podiam ser montadas em reparos de campanha, de sítio ou de praça. Surgiam ainda os obuses, igualmente de bronze, com calibres de 6 e 9, que também eram montados em reparos de campanha, de sítio ou praça. Por sua vez as peças de montanha utilizadas neste conflito tinham calibres de 3 e 6 polegadas. Os morteiros usados na época tinham calibres na ordem das 10 e 12 polegadas, aos quais se juntavam outros mais pequenos conhecidos por morteiroides, que surgiam montados em cepos. Havia ainda obuses de sítio com calibre 15 a par de alguns pedreiros que ainda se mantinham ativos no período em estudo, boca-de-fogo de fabricação antiga, extremamente curtas, que atiravam pedras, podendo ser montados nas mesmas bases que os engenhos referidos anteriormente. Por último, no designado material do parque de artilharia, o mesmo era constituído por uma grande diversidade, onde se destacavam os armões, as forjas de campanha, as caixas de munições e ainda as barcas para efeitos de transporte do diferente material de artilharia, por via fluvial. Todo este material de artilharia e parque era o mesmo

---

<sup>420</sup> *Correspondência de João de Gouveia Osório para João Honorato Rolim, Quartel-Mestre General, sobre armamento, munições e requisições de enxofre e outros materiais para o fabrico de pólvora, de 8 de março de 1834, 4 fls. manuscritas e 4 fls. em branco, (Documentação Miguelista: AHM/DIV/1/20/054/11).*

que tinha sido utilizado no início do século XIX, em plena Guerra Peninsular, pelo exército aliado, entre 1807 e 1814<sup>421</sup>.

Por sua vez, o “*Equipamento da Marinha*” seria o primeiro a conhecer o impacto da primeira vaga de inovação tecnológica no início do século XIX, sob o impulso das potencialidades da máquina a vapor para a movimentação dos navios. Esta primeira geração de vapores oceânicos, pertencentes principalmente à marinha mercante britânica, tinha no entanto autonomia reduzida e necessidade de muito carvão, pelo que precisavam de abastecimentos frequentes<sup>422</sup>. Apesar do contexto inovador, a realidade da marinha portuguesa teve uma transição lenta para o vapor, marcada por um longo período intermédio de navios mistos à vela e a vapor, construídos à custa da fusão entre a madeira e ferro.

No entanto só a partir de 1830, é que as principais marinhas desenvolveram navios de combate movidos a vapor, incentivadas pelas acções de pioneiros nesta área naval, como John Ross, Charles Napier e o Lorde Thomas Cochrane, tendo os dois últimos passado mais tarde, por uma experiência concreta de guerra em Portugal. Napier experimentou mesmo as suas ideias parcialmente na Guerra Civil de Portugal e desenvolveu-as igualmente na campanha da Síria, onde iria participar na década de 1840, já com uma numerosa frota de vapores<sup>423</sup>. Uma das grandes limitações da aplicação do vapor aos navios oceânicos, residiu no facto das pás laterais necessárias para o seu funcionamento, ocuparem a parte do navio considerada ideal para a colocação das baterias de fogo, tendo em conta que o restante espaço era ocupado por grandes

---

<sup>421</sup> João Manuel Cordeiro, *Apontamentos para a História da Artilharia Portuguesa*, 1895, pp.80 à 170 e Henrique Pereira do Valle, *Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*, 1963, pp.40 à 100.

<sup>422</sup> Lisboa foi por esse motivo, um dos primeiros portos nacionais usado para este fim, logo seguido do porto de *São Vicente em Cabo Verde*, pelo que se tornaram escala quase obrigatória para as carreiras da América do Sul e dos Açores. Desempenhariam igualmente um papel importante nos trajetos marítimos para as Antilhas, Golfo do México e, a zona meridional dos E.U.A., todos eles percorridos essencialmente, pela marinha mercante do Reino Unido. Cf. Jorge Manuel Moreira da Silva, *A Marinha de Guerra Portuguesa desde o regresso de Dom João VI a Portugal e o início da Regeneração: Adaptação a uma nova realidade (1821-1851)*, 2009, pp. 10 à 41.

<sup>423</sup> António José Telo, *História da Marinha portuguesa. Homens, Doutrinas e Organizações 1824-1974*, Lisboa, Academia de Marinha, 1999, pp. 11 a 20.

quantidades de carvão, que eram na altura exigidas por máquinas a vapor ainda pouco eficazes. Mas na década de 1830 a 1840, o vapor já dominava sobretudo a guerra naval costeira e as comunicações, com o desenvolvimento de navios especializados, como os rebocadores, que já tinham sido usados pela França nas campanhas da Argélia e do Níger, ou mesmo pelo Reino Unido na Índia e na Síria. A primeira marinha totalmente a vapor, aliás, seria a armada britânica da Índia, logo a partir de 1830, tendo a sua eficácia sido posta à prova nas campanhas da Birmânia e da Pérsia.

Neste contexto, com o intuito de melhor compreender o desenrolar da guerra civil entre liberais e absolutistas, deve-se colocar sempre como pano de fundo o estado lamentável da armada e dos estaleiros nacionais depois de vinte anos de abandono e descuido, logo após a guerra peninsular. No entanto o corpo de oficiais da marinha de guerra permanecia fiel ao poder absolutista que dominava na altura o estado central, ou seja, apoiava D. Miguel. Os casos de unidades da armada que se revoltam a favor dos liberais são muito raros, na época só encontramos referência a quatro unidades que apoiaram D. Pedro, antes da batalha do Cabo de São Vicente. Em resumo, D. Miguel contava com o apoio em peso da marinha do reino, mas isso não significava que tivesse uma força naval mais eficaz. Para esse facto tinha contribuído em muito o estado lamentável dos estaleiros nacionais. Aqui os navios de guerra permaneciam longos períodos desarmados, agravando em muito o seu estado geral, ao qual se acresciam guarnições que tinham perdido o treino do mar e não acompanhavam a evolução técnica e tática que ia decorrendo noutros países<sup>424</sup>.

Por estas razões, desde o primeiro momento da Guerra civil, a marinha de D. Miguel revelou a sua imensa ineficácia, o que acabou por ser uma das principais causas da derrota final dos absolutistas. A armada miguelista em fins de 1829 tinha 38 velas, sem contar com as embarcações menores como *iates* e *caciques*, destes, porém, só 20 estavam armados em meados do ano seguinte, ou seja, cerca de metade. Dos restantes 18, entre os quais estavam as duas únicas *naus* e duas *fragatas*, precisavam na generalidade de reparações e grande manutenção. Podemos ainda afirmar, que a força

---

<sup>424</sup>Jorge Manuel Moreira da Silva, *A Marinha de Guerra Portuguesa desde o regresso de Dom João VI a Portugal e o início da Regeneração: Adaptação a uma nova realidade (1821-1851)*, 2009, pp. 41 à 51.

naval miguelista atingiu assim o ponto máximo nesse mesmo ano, quando uma esquadra absolutista tentou um assalto anfíbio à ilha Terceira, embora sem sucesso, o que permitiria aos liberais manterem essa região como base de operações, o que se tornaria estrategicamente vital para as suas aspirações<sup>425</sup>. Mas o golpe final na já muito debilitada armada miguelista acabou por ser dado em 1831, quando a esquadra francesa de Roussin acabou por forçar a entrada na barra do Tejo, silenciando os diferentes fortes de defesa marítima que lhe iam resistindo. Depois desta investida acabaram por levar consigo como garantia de pagamento, os melhores navios absolutistas, que permaneceriam imobilizados nos portos franceses até ao fim da guerra. Não admira pois que esta marinha, desmoralizada, com guarnições pouco experientes, navios em mau estado, arsenais pouco eficazes, deixada ao abandono durante largos anos, tenha adotado uma atitude várias vezes cautelosa e defensiva, perante uma esquadra liberal menor em número e efetivos.

Perante este contexto, no final da guerra, a falta de confiança de D. Miguel na capacidade dos seus almirantes, fazia-se sentir ao ponto de resolver chamar um oficial inglês para comandar a sua esquadra, tendo recaído a escolha no capitão-de-mar-e-guerra Henry Elliot, contratado em Junho de 1833. A sua ação acabou por não se fazer sentir, pois, quando chegou a Lisboa, já a força que vinha comandar, se tinha rendido em peso aos liberais na Batalha do Cabo de São Vicente. Evidenciava desta forma a grande falta de moral dos seus marinheiros e o mau estado em que esta esquadra se encontrava, a par da falta de capacidade, técnica, tática e de comando da mesma<sup>426</sup>.

Já em sentido contrário, a esquadra liberal, toda improvisada a partir dos estaleiros ingleses e franceses e do dinheiro angariado em várias fontes externas, revelou desde o

---

<sup>425</sup>Cf. António Lopes da Costa Almeida, *Reportório Remissivo da Legislação da Marinha e do Ultramar compreendida nos annos de 1317 a 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, pp.5 à 680. e António Esparteiro, *Causas do Declínio da Marinha Portuguesa no Século XIX (1793- 1834)*, separata dos Anais do Clube Militar Naval, 1975/76, nº 10 a 12, pp. 35 à 160.

<sup>426</sup>José Maria da Silva Basto, *Repertório das ordens da Armada desde 22 de Agosto de 1832 até 5 de Maio de 1866*, coordenado por ordem do Ministério da Marinha, parte I e II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866 [AGM 2045] e Albin René Roussin, *Relação dos Sucessos Ocorridos no Tejo e Documentos Officiaes acerca das Operações da Esquadra Franceza desde 8 de Julho até 15 d'Agosto de 1831*, publicado em 1832, pp. 23 à 57.

primeiro momento iniciativa, ousadia e domínio técnico que faltava à absolutista, muito em especial quando passou a ser comandada por Charles Napier, apesar de ser quase até ao fim, numericamente inferior à miguelista. Neste enquadramento, as fragatas, os principais navios liberais, eram todas comandadas por ingleses, neste caso, os comandantes Wilkinson, Peak e Globe. Ainda neste universo, a maioria dos oficiais de segundo escalão nas tripulações, era igualmente inglesa. Mesmo na batalha do Cabo de São Vicente a esquadra comandada por Napier era essencialmente inglesa. Das três *fragatas*, da *corveta*, do *brigue* e dos três vapores que partiram do Porto a 21 de Junho de 1833, todos os comandantes eram ingleses e só as tripulações da corveta e do brigue tinham uma maioria de marinheiros portugueses<sup>427</sup>.

Dentro desta realidade, a origem dos navios liberais acabou por ser diversificada, refletindo os diferentes apoios internacionais que permitiram no final da guerra, a vitória de D. Pedro. O primeiro no tempo foi o auxílio do Brasil, possibilitando que navios brasileiros se constituíssem nos primeiros transportes de reforços militares para a ilha Terceira. O segundo em termos temporais e forçosamente o mais importante para a construção da esquadra liberal, foi obviamente a ajuda da Inglaterra. O terceiro apoio da esquadra liberal assentaria na França, especialmente depois da viragem política desse país em 1830. Seria nos portos e estaleiros franceses que a esquadra liberal acabaria por se armar na sua generalidade.

Os navios constitucionais concentraram-se assim na época em Belle-Isle, antes de partirem para a ilha Terceira e regressavam a esse estaleiro, sempre que precisassem de reparações de maior dimensão. Finalmente, como quarto apoio, surgia o território nacional, com a hábil utilização que os liberais fizeram dos fracos recursos navais disponíveis nos Açores e no Porto. Seria com uma diminuta esquadra de cinco pequenos navios improvisada de forma rápida, que se ocuparia todo o arquipélago dos Açores a

---

<sup>427</sup> Charles Napier, *A Guerra de Sucessão Dom Pedro e Dom Miguel*, tradução Manoel Joaquim Pedro Codina, introdução António Ventura, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, Março de 2005, pp. 70 à 177 e Armando Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. VIII (1808-1975), 1ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1989, pp. 10 à 59.

partir da ilha Terceira, perante a total ausência da marinha miguelista, que nessa altura estava empenhada com a esquadra francesa de Roussin, como foi referido anteriormente.

A título de conclusão, podemos então afirmar que a armada liberal, surgiu durante o período da campanha militar de Santarém, como uma força heterogénea e ecléctica. Que resultava dum imprevisto assente em diferentes origens, onde o génio de Napier constituiu uma ajuda eficaz às forças de D. Pedro na consecução do seu objetivo primário, a vitória na guerra e a futura consolidação do regime liberal no reino de Portugal<sup>428</sup>.

---

<sup>428</sup>António Marques Esparteiro, *Três Séculos no Mar (1640-1910)*, 32 volumes, Coleção Estudos, Lisboa, Ministério da Marinha, 1973-1987, pp. 20 à 100 e Mário Domingues, *Liberais e Miguelistas: Uma grande e decisiva batalha naval*; Edições Romano Torres, Lisboa, pp.530 à 539.

**Quadro 2.5. – Comparação do armamento utilizado pelos exércitos na Guerra Peninsular e na Guerra Civil**

| <b>Tecnologia dos exércitos</b><br><i>(Base Técnica)</i>               | <b>Exército Aliado</b>   | <b>Exército Francês</b>  |
|--|--|--|
| <b>Guerra Peninsular</b><br><i>(Invasões Francesas)</i><br>[1807-1811] | <i>Espingarda de pederneira de antecarga e alma lisa, “Brown Bess” e Carabina de pederneira de antecarga e alma estriada, “Baker”</i><br><i>Peças de Artilharia de bronze com calibres de 3, 6, 9 libras.</i><br><i>Obus de bronze com calibres de 6 e 5,5 polegadas e morteiros 12 polegadas.</i> | <i>Espingarda de pederneira de antecarga e alma lisa dos padrões imperiais “Charleville”</i><br><i>Peças de Artilharia de bronze com calibres de 4, 8 e 12 libras e Obus de bronze de 6 polegadas.</i>   |
| <b>Tecnologia dos exércitos</b><br><i>(Base Técnica)</i>               | <b>Exército Liberal</b>  | <b>Exército Absolutista</b>  |
| <b>Guerra Civil</b><br>[1828-1834]                                     | <i>Espingarda de Alma Lisa Brown Bess; Carabina Estriada Baker; Peças de Artilharia de bronze com calibres de 3, 6, 9 e 12. Obus de bronze de calibre 6 e 9 polegadas. Peças de Montanha de calibre 3 e 6 polegadas. Morteiros de 10 e 12 polegadas.</i>   | <i>Espingarda de Alma Lisa Brown Bess, Carabina Estriada Baker; Peças de Artilharia de bronze com calibres de 3, 6, 9 e 12. Obus de bronze de calibre 6 e 9 polegadas. Peças de Montanha de calibre 3 e 6 polegadas. Morteiros de 10 e 12 polegadas.</i> |

**Fonte:** (AHM, 3ª Div, 13ª Sec, Cx 10, Docs. 44 e 52); *Artilharia e seu trem: Armamentos e Munições e Mapa do Armamento e Curriame que fica existente nos Armazens e Caza de Armas do Arsenal Real do Exército*, documentos manuscritos datados de 18 de março de 1809. (Documentação Liberal: AHM/DIV/1/19/039/14); *Mapas mensais de campanha compostos por homens animais, armamento e equipamento dos regimentos e batalhões e de todas as bocas-de-fogo da Bateria de Artilharia do Exército de Operações*, 25 fls. manuscritas e 1 fl. impressa e manuscrita, datado de 16 de janeiro de 1834. (Documentação Miguelista: AHM/DIV/1/20/090/33); *Correspondência de António Eliseu Paula de Bulhões para João Honorato Rolim, sobre envio de armamento e munições, remetendo o relatório dos armamentos que se encontravam no Presídio militar de Santarém*, 6 fls. manuscritas e 4 fls. em branco, datado de 16 de março de 1834.

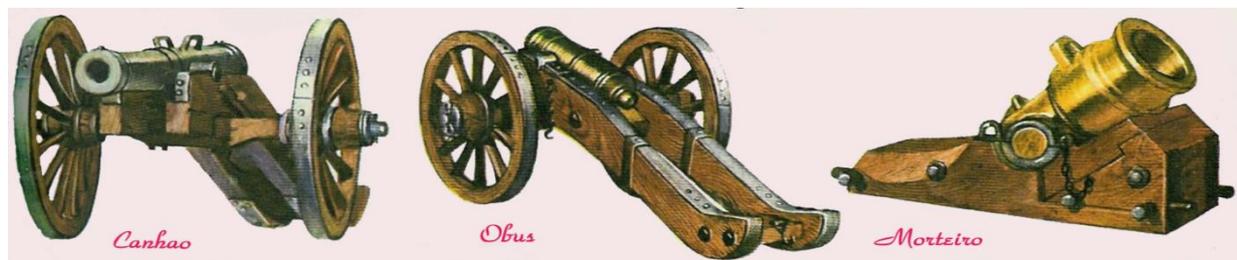
### 1.2.3. Síntese comparativa

Para melhor compreensão da tecnologia que foi utilizada pelos exércitos em conflito na Guerra Civil, no quadro acima apresentamos uma análise diacrónica que permite observar a evolução tecnológica ocorrida no reino durante a primeira metade do século XIX, ao comparar o armamento ligeiro e pesado, utilizados nos dois grandes conflitos que decorreram neste período em Portugal: a Guerra Peninsular entre os anos de 1807 e 1811 durante as invasões francesas que ocorreram em Portugal e na Guerra entre D. Miguel e D. Pedro entre 1828 e 1834. Analisando os dois conflitos com base nos dados apresentados no quadro, constatamos que o armamento ligeiro utilizado na Guerra Peninsular pelo Exército Aliado (anglo-português) manteve a sua utilização na generalidade na Guerra Civil, 17 anos depois, quer pelo Exército de D. Pedro como de D. Miguel. A única diferença visível e significativa assentava apenas no armamento utilizado pelos franceses na Guerra Peninsular, comum a todo o período napoleónico, caso do Mosquete Charleville, que tinha no Mosquete Brown Bess inglês o seu modelo de arma ligeira equivalente e que foi utilizado pelos portugueses e ingleses, quer na Guerra Peninsular, quer na Guerra Civil Portuguesa.



**Figura 2.10.** - Espingarda de pederneira de antecarga e alma lisa dos padrões imperiais para tropas de Infantaria; modelo de 1766 “Charleville”; calibre 17,5 mm usado pelo exército francês na Guerra Peninsular.

**Fonte:** Foto do Museu Militar de Lisboa (MML).



**Figura 2.11.** – Gravura com representação de uma Peça de artilharia (*Canhão*), de um *obus* e de um *morteiro*.

**Fonte:** João Manuel Cordeiro, *Apontamentos para a História da Artilharia Portuguesa*, 1895 e Henrique Pereira do Valle, *Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*, 1963.

**Quadro 2.6.** – Quadro Comparativo do armamento e equipamento utilizados pelos exércitos de D. Pedro e D. Miguel na Campanha militar de Santarém durante a Guerra Civil Portuguesa.

| <b>Tecnologia dos exércitos na Guerra Civil</b><br><i>Campanha Militar de Santarém (1833-1834)</i> | <b>Exército Liberal</b>   | <b>Exército Absolutista</b>   |
|--|---|---|
| <b>Armamento Ligeiro</b>   | <i>Espingarda de pederneira de antecarga e alma lisa, “Brown Bess” e Carabina de pederneira de antecarga e alma estriada, “Baker”</i>   | <i>Espingarda de pederneira de antecarga e alma lisa, “Brown Bess” e Carabina de pederneira de antecarga e alma estriada, “Baker”</i>   |
| <b>Armamento Pesado</b>  | <i>Peças de Artilharia de bronze com calibres de 3, 6, 9 e 12. Obus de bronze de calibre 6 e 9 polegadas. Peças de Montanha de calibre 3 e 6 polegadas. Morteiros de 10 e 12 polegadas.</i> | <i>Peças de Artilharia de bronze com calibres de 3, 6, 9 e 12. Obus de bronze de calibre 6 e 9 polegadas. Peças de Montanha de calibre 3 e 6 polegadas. Morteiros de 10 e 12 polegadas.</i> |
| <b>Equipamento da Marinha</b>  | <i>Fragatas, Corvetas, Brigues e Vapores.</i>   | <i>Naus de Linha, Fragatas, Corvetas, Brigues e Vapores.</i>  |

**Fonte:** (Documentação Liberal:AHM/DIV/1/19/001/043); Ofício liberal de José Baptista da Silva Lopes para José. Lúcio Travassos Valdez, Ajudante-General do Exército, sobre material de aquartelamento e armamento, de 7 de maio de 1834, 1 fl. Manuscrita; (Documentação Miguelista: AHM/DIV/1/20/090/33), Correspondência miguelista de António Eliseu Paula de Bulhões para João Honorato Rolim sobre envio de armamento e munições, remetendo o relatório dos armamentos que se encontravam no Presídio militar de Santarém, 6 fls. Manuscritas e 4 fls. em branco, datado de 16 de março de 1834; AGM 2481-1, Administração Naval 1831 a 1891, Estante de Livros Mestres.

Num período conturbado em termos sociais, económicos e políticos, a Guerra Civil pouco contribuiu para a evolução do Portugal militar. Contudo, e apenas no que às armas combatentes (Infantaria, Cavalaria e Artilharia) diz respeito, podemos concluir que, para além de terem consolidado as suas funções, acabaram por desempenhar um papel determinante no desenrolar das operações neste conflito. Em termos de material e procedimentos, o armamento ligeiro e pesado também pouco evoluiu em relação à Guerra Peninsular, contudo, surge pela primeira vez a criação de corpos militares, como o corpo de foguetes na artilharia, tendo os mesmos sido empregues por ambos os Exércitos; o mesmo não se poderá dizer quanto à sua organização, sendo os Regimentos e as Brigadas constantemente reforçados com pessoal, que se adaptaram à natureza da missão que lhe era atribuída no desenrolar das diferentes operações.

Verificaram-se então poucas diferenças significativas na tecnologia que caracterizava os dois exércitos em confronto neste período. Perante esta realidade, estamos assim em condições de responder a uma das partes da questão derivada por nós formulada no início deste estudo: *Será que as divergências técnicas entre os dois exércitos contribuíram para a vitória de D. Pedro na Campanha Militar de Santarém?* Para esta mesma interrogação, foi equacionada uma hipótese que constituiu uma possível resposta à questão levantada, com o seguinte enunciado: *O melhor armamento e equipamento do exército e marinha de D. Pedro permitiram-lhe a sua vantagem nas operações que decorreram na Campanha Militar de Santarém.* Esta hipótese acabou por não se verificar totalmente, de acordo com as conclusões a que chegámos, nesta parte do nosso estudo. Com base nas fontes referidas e no que foi desenvolvido nos pontos anteriores, concluiu-se que o armamento ligeiro da Infantaria e Cavalaria e o pesado da arma de Artilharia era praticamente o mesmo nos dois exércitos, não havendo vantagens significativas em termos tecnológicos, para algum dos contendores deste conflito. No entanto resultaram algumas vantagens para o lado liberal no final da guerra, devido à disponibilidade do dito armamento e ao melhor desempenho das suas forças devido ao treino e à experiência. No que diz respeito ao equipamento utilizados pelas respetivas marinhas neste confronto, apesar das pequenas vantagens técnicas do lado liberal e organizativas do lado miguelista, as melhores opções táticas dos líderes liberais acabaram por ser determinantes para o sucesso nas batalhas navais, como foi observado.

### **1.3. O Posicionamento e as ações de combate dos exércitos de D. Pedro e D. Miguel na campanha militar de Santarém**

#### **1.3.1. Da tática militar**

Segundo a literatura especializada da primeira metade do século XIX, a tática é a arte e a ciência através da qual os comandantes organizam as suas forças e conduzem ações no tempo, espaço e com uma determinada finalidade, de forma a aplicarem o potencial de combate da melhor forma para derrotar o seu inimigo, controlar o terreno e a população ou apoiar forças amigas. Desta forma, ao nível tático, o comandante utiliza o potencial das suas forças, para vencer batalhas e combates. Sendo um combate um confronto tático entre unidades de escalão brigada ou inferior de curta duração (minutos ou horas), enquanto uma batalha por sua vez constitui-se como um conjunto de vários combates, podendo a mesma durar um ou mais dias, de que são exemplo os combates de Pernes e a batalha de Almoester, no âmbito das operações que decorreram na região de Santarém em 1833 e 1834, que iremos analisar de seguida.

Neste contexto, a tática, complementada com diferentes técnicas e procedimentos, acaba por constituir a base para o planeamento e execução destas batalhas e combates, pelo que é preciso entender as diferenças entre estes dois conceitos. A tática requer julgamento e adaptação às circunstâncias únicas que caracterizam cada situação, enquanto as técnicas e procedimentos estabelecem padrões que podem ser repetidos, com pouca necessidade de julgamento ou avaliação, perante uma grande variedade de situações. É com base na sua experiência e no completo domínio das táticas, técnicas e procedimentos existentes, que o comandante tático determina a melhor solução, para alcançar a vitória nas diferentes batalhas e combates em que vier a estar envolvido<sup>429</sup>.

Perante esta realidade, a tática, como arte, assenta em três aspetos essenciais, que estão interrelacionados: a organização criativa e flexível dos meios militares para cumprir as missões atribuídas, a tomada de decisão em condições de incerteza e a compreensão

---

<sup>429</sup> Fortunato José Barreiros, Ensaio Sobre os *Princípios Geraes de Strategia e de Grande Tactica*, 1837, pp.103 à 110 e Estado-Maior-Exército, *Dicionário de Termos Militares*, 1977, p.104.

da dimensão humana do combate. A arte militar, por oposição à ciência, requer o exercício intuitivo de competências, que, além das qualidades inatas, não podem ser aprendidas apenas através do estudo, mas também através da experiência, como se pode observar junto de alguns comandantes liberais e miguelistas. Desta forma o planeador tático emprega a arte militar para resolver o problema que se lhe depara, de acordo com a intenção do comandante principal de uma força, fazendo escolhas de entre um conjunto de opções ligadas entre si, que incluem: os tipos de operações, formas de manobra e tarefas táticas; composição e articulação das forças disponíveis; escolha e combinação das medidas de controlo dentro do teatro de operações; ritmo da operação e riscos a assumir. Estas escolhas são a base para a solução de um problema tático específico, que muitas vezes traduz a diferença entre variáveis, como a missão, inimigo, terreno e condições meteorológicas, meios, tempo e considerações de âmbito civil<sup>430</sup>, premissas com que os chefes militares da Guerra Civil Portuguesa tiveram que lidar no contexto militar da sua época.

A título de conclusão, as forças terrestres deverão assim empregar as suas capacidades (*forças de manobra, fogos, cooperação civil-militar, operações psicológicas*) para conduzir operações com a finalidade de produzir os efeitos no domínio físico e psicológico, que irão afetar o comportamento dos inimigos de acordo com as suas intenções<sup>431</sup>. Por esta razão, ao nível tático, os comandantes devem ter sempre em consideração que a sua ação visa em última instância contribuir para o sucesso dos níveis estratégico e político, pelo que devem avaliar continuamente se as suas operações estão a contribuir para os efeitos pretendidos.

---

<sup>430</sup>A.Lallemand, *Theoria das Operações Secundárias da Guerra: Da Guerra dos Atiradores*, Cap. IV, 1º Caderno, 1834, pp.32 à 52 e da *Occupação, Defesa, e Ataque das Aldeias*, Cap. VII, 2º Caderno, 1834, pp.92 à 105 e Revista Militar nº 7, *A Guerra Civil de 1826 a 1834: Sob o ponto de vista da defesa do paiz*, 1906, Ano LVIII, pp.739 à 749.

<sup>431</sup>Biblioteca do Exército, *Manual de Infantaria pertencente ao Regulamento de Tática e Elementos da mesma Arma*; mandado executar por decreto de 18 de maio de 1837, pp. 10 à 50.

### 1.3.2. O posicionamento dos tropas na região de Santarém

Em 30 de setembro de 1833, o general escocês Reynald MacDonell, o novo comandante em chefe contratado por D. Miguel organizava o exército absolutista em seis brigadas e mandava ativar as fortificações de Santarém. Por seu lado, os liberais deslocavam algumas forças do Porto em direção a Peniche para daqui marcharem sobre Torres Vedras e operarem oportunamente na retaguarda do inimigo, que ainda cercava Lisboa. Para Aldeia Galega do Ribatejo eram também mandadas tropas liberais com ordem de se apoiarem nas fortificações de Setúbal, para oportunamente operarem contra as povoações de Samora Correia e Santarém, onde o inimigo estava a concentrar recursos, como foi referido. Começavam assim os preparativos da grande ocupação miguelista de Santarém, que duraria sete meses e que constitui aqui objeto do nosso estudo.

No entanto, podemos considerar que as primeiras movimentações militares no âmbito da campanha de Santarém já tinham começado no mês anterior ao referido, se considerarmos a passagem de uma das colunas do exército miguelista comandada pelo general Lemos, através da vila de Santarém, logo no dia 17 de agosto de 1833. Sobre este facto o historiador Pinho Leal, combatente na época, pelo lado miguelista, referia a título de memória, no seu Portugal Antigo e Moderno que *“uma divisão da vanguarda do exército realista, que sitiava o Porto, entra em Santarém, onde é recebida com luminárias e repiques de sinos, e grande regosijo (real ou fingido) dos santarenos. D’aqui marcham para o cerco de Lisboa<sup>432</sup>”*. A partir de 5 de setembro, os miguelistas tentavam assim penetrar as linhas de Lisboa durante mais de um mês, mas sem sucesso, com sucessivos ataques à cidade. Fruto desta realidade, Bourmont pede a demissão e é substituído em 19 de setembro de 1833 como comandante em chefe do exército miguelista, pelo general MacDonell. Nesta altura já no quartel-general de D. Miguel se planeava tomar Santarém como a base de operações, ao ponto de no dia 22 de setembro começarem a chegar à vila uma grande quantidade de abastecimentos, nos preparativos para uma futura ocupação. O princípio do fim das aspirações miguelistas chegaria no dia 11 de outubro, quando o exército realista, na

---

<sup>432</sup> Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, 1882, p.523.

véspera, foi forçado a concentrar-se no Lumiar, retirando pela uma hora da madrugada, no maior segredo, para Loures. As tropas de D. Pedro só tiveram conhecimento desta retirada ao romper da manhã, tendo os miguelistas nesta ação abandonado todos os feridos e muito material de guerra. No entanto, às 10 horas da manhã do mesmo dia já o esquadrão da guarda avançada dos constitucionais entrava em contacto com o inimigo, travando-se o combate de Loures, perdido igualmente pelos miguelistas que agora iriam retirar para a povoação de Vialonga<sup>433</sup>.

Foi a partir daqui que se deu a retirada definitiva do exército realista, que passou sucessivamente por Vila Franca em 12, Vila Nova da Rainha no dia 13, marchando ainda na mesma noite para o Cartaxo, onde acabariam por ser alcançados pela guarda avançada constitucional no dia seguinte. Foi este acontecimento que acabou por acelerar a ocupação de Santarém que foi materializada no dia 15 de outubro de 1833. Para este enquadramento contribuiu, em 10 de outubro, um plano de Saldanha, que desejava que D. Pedro não tivesse o inimigo a afrontá-lo em volta das linhas da capital. Por esta razão as tropas constitucionais, às 9 horas da manhã, avançaram segundo a direção Portela - Charneca - Arco do Cego, obrigando o inimigo a concentrar-se na posição Telheiras - Campo Grande, depois de terem batido as forças miguelistas posicionadas na Portela e feito retirar as que estavam concentradas em Palma e Benfica. O combate esteve bastante indeciso, com os liberais a serem mesmo repelidos para a zona do Alto do Pina, mas no fim conseguiram estabelecer-se ao anoitecer nas imediações do Lumiar<sup>434</sup>.

Desta forma em 11 de outubro, o exército miguelista que, na véspera, tinha sido forçado a concentrar-se no Lumiar, retirava pela uma hora da madrugada, e no maior segredo, para Loures. Seria o princípio do fim do cerco efetuado pelos miguelistas na capital, tendo tido os liberais conhecimento desta retirada apenas ao amanhecer desse mesmo dia. No entanto,

---

<sup>433</sup> Luz Soriano, *História da Guerra Civil*, 3ª Época, Tomo V, 1885, pp.181 à 192; Barão de Saint Pardoux, *A Guerra Civil em Portugal (1833-1834): Um Francês no Exército de Dom Miguel* com Introdução de António Ventura, 2007, pp. 61 à 71 e Visconde de Ovar (1782-1856): *Memórias Inéditas de um General Liberal*, Transcrição de Francisco de Sousa, 2015, pp. 118 à 122.

<sup>434</sup> D. António Costa, *História do Marechal Saldanha*, 1879, pp.341 à 356; *Chronica Constitucional de Lisboa*, Número 68, Sabbado, 12 de outubro de 1833, pp. 367 e 368 e Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, 1895, pp. 314 à 321.

às 10 horas da manhã, já o esquadrão da guarda-avançada dos constitucionais entrava em contacto com as forças de D. Miguel em retirada.

Foi esta perseguição liberal, perante a retirada absolutista, que acelerou a ocupação de Santarém pelos miguelistas, que acabou por ser materializada no dia 15 de outubro de 1833. Segundo Pinho Leal nas suas memórias, “o sr. D. Miguel e o seu exército entram em Santarém, em retirada do cerco de Lisboa; mas na melhor ordem, e sem ser incomodado na sua marcha, pelas tropas liberaes.” Continuava a sua descrição referindo que a “única cousa boa que cá fez Macdonell, foi esta retirada”. Começava desta forma a campanha militar de Santarém, foco da nossa investigação, a partir do momento em que se dava a ocupação efetiva da região pelas tropas em conflito e que iria se estender por mais sete meses até ao mês de maio de 1834. Os miguelistas faziam então do planalto ocupado pela vila o seu bastião, no fundo iriam ocupar uma posição que se iria constituir como o seu último reduto. Aqui D. Miguel iria estabelecer a sua residência e a do seu governo no palácio do *Provedor das Lezírias* dando ordens simultaneamente para reconstruir com solidez e celeridade as velhas fortificações de Santarém, o que levou Pinho Leal a acrescentar que na época, a vila de Santarém “se transformou em uma formidável praça de guerra<sup>435</sup>” em muito pouco tempo.

O burgo de Santarém apresentava, com base na análise da cartografia militar, várias linhas de alturas que irradiavam da sua parte central. A norte irrompia o Cabeço do José Morto ( $\Delta$  115) e o monte de S. Bento (. 102); a oeste, a Senhora do Monte (. 105); a Leste, as Portas do Sol (. 108) e o Outeiro da Forca (. 103), posições sobranceiras na margem direita do Tejo; e para sul despontavam as alturas do monte do Fau (.104)<sup>436</sup>. Ao exército miguelista, era assim permitida a possibilidade de bater a frente e o interior da posição defensiva liberal, situada ao longo da margem direita da vala da Asseca, cobrindo igualmente a estrada Lisboa-Porto, via Cartaxo, com principal incidência no controlo da Ponte da Asseca. Na vila, ocupando uma posição sobranceira à mesma ponte, o exército

---

<sup>435</sup> Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, 1882, p.523.

<sup>436</sup>Corpo de Estado-Maior, *Reconhecimento da Linha de Posições Santarém, Rio Maior e Peniche*,1902, pp.43 à 69 e Cf. *Folhas nº 352, 353, da carta militar na escala 1:25 000*, CIGeoEx, série M 888; Lisboa, 2004.

miguelista posicionou a artilharia no seu máximo alcance eficaz<sup>437</sup>, 1 200 metros a nordeste desta obra de arte, na região do Monte do Abade com uma altura de 69 metros, o que permitia cobrir toda a via rodoviária referida desde a ponte até à vila de Santarém.

Pouco tempo mais tarde, em 16 de outubro de 1833, eram também os constitucionais que entravam na região de Santarém após a perseguição efetuada aos miguelistas desde Lisboa. Ocupavam assim posições essencialmente no concelho do Cartaxo, numa linha que passava pelas alturas das povoações de Almoster ( $\Delta$  76), Atalaia ( $\Delta$  81) e Casal do Paul (.86), a oeste; entre o outeiro de Mata Quatro ( $\Delta$  96) e os Casais de Almodolim (.91) nas imediações da Ponte do Celeiro (.89), ao centro; e ainda numa linha que unia os pontos altos entre as povoações da Póvoa da Isenta ( $\Delta$  103) e do Vale de Santarém ( $\Delta$  75), a leste. Estas posições tinham na sua frente um obstáculo natural, o Rio Maior, que naquela secção também era e é conhecido por Vala da Asseca<sup>438</sup>.

Os realistas perante este dispositivo liberal na margem direita ou sul do rio reagiram rapidamente, dispondo postos avançados, por sua vez, nas alturas da margem esquerda deste mesmo curso de água, com maior empenhamento junto à Ponte da Asseca. Ocuparam ainda outras posições nas imediações a leste de Santarém, numa linha que passava pelas elevações da região a norte da vala da Asseca, constituída pelos altos do Maurício e do Baracinho (. 54); as povoações do Grainho (. 63) e de Perofinho (. 61); e ainda o outeiro dos Carrascais ( $\Delta$  92)<sup>439</sup>. À frente e sensivelmente a meio desta linha, em posição de destaque, surgia o alto de Manteigas com uma cota de 100 metros. Este outeiro situado 3 500 metros a noroeste da ponte da Asseca dominava completamente parte do curso de

---

<sup>437</sup> Considera-se atualmente que o *alcance eficaz* corresponde à distância de maiores efeitos conseguidos pelas peças de artilharia em tiro indireto, com inclinação da peça segundo um determinado grau. É menor que o *alcance máximo*. Tinha este alcance as peças de 12 Libras, utilizadas pela artilharia francesa. João V. Borges, *A Artilharia na Guerra Peninsular*, 2009, p. 14.

<sup>438</sup> Corpo de Estado-Maior, *Reconhecimento da Linha de Posições Santarém, Rio Maior e Peniche*, 1902, pp.43 à 69; Major do Real Corpo de Engenheiros José Maria Neves da Costa, *Memória Militar respetiva ao Terreno ao Norte de Lisboa, em Maio de 1809, acrescentada com observações e notas do mesmo auctor em 1814, 1884*, pp.1 à 6 e Cf. *Cadastro Militar das folhas nº 341 e 353*, da carta militar de Portugal, série M 888, escala 1:25 000, CIGeoEx, Lisboa, 2004.

<sup>439</sup> Cf. Folhas nº 364, 352, 353, da carta militar 1.25 000, série M 888 e Corpo de Estado-Maior e *Reconhecimento da Linha de Posições Santarém, Rio Maior e Peniche*, 1902, pp.43 à 85.

água e ainda a ponte do Celeiro, onde passava a via Almoester-Santarém. Foi por esta razão que mais tarde, em fevereiro de 1834, D. Miguel e o seu séquito ocuparam esta posição para observar as movimentações que se iam desenvolvendo no âmbito da Batalha de Almoester<sup>440</sup>. Apesar de terem na sua frente o importante obstáculo natural, a Vala da Asseca, os miguelistas não esqueceram nesse período, a margem esquerda do rio Tejo, para onde enviaram uma força constituída por elementos de infantaria, cavalaria e artilharia, de forma a evitar possíveis ataques à posição de Santarém, por parte de forças liberais que pudessem ocupar essa mesma margem. Também com esta movimentação, os miguelistas pretendiam com a sua artilharia, bombardear a partir daqui as canhoeriras liberais, que no rio apoiavam as suas operações terrestres para tomar a vila. Em complemento deste dispositivo, o general miguelista Macdonell enviaria ainda uma coluna de cerca de 2 000 homens para Leiria e Abrantes, para garantir as comunicações de Santarém com o norte do reino, num apoio efetivo e necessário às operações que iam decorrendo na região<sup>441</sup>. Perante este cenário, um mês mais tarde, no dia 11 de novembro de 1833, já os constitucionais procuravam isolar Santarém, atacando Pernes, de forma a cortarem as ligações de Santarém com as províncias da zona norte do reino. Mas seria só em 14 de dezembro, num período em que a cólera já grassava sem controlo junto das tropas miguelistas em Santarém, que Saldanha iria conferenciar com D. Pedro acerca desse plano, que visava lançar um ataque sobre as povoações de Leiria e Coimbra e as províncias do norte, para varrer as forças inimigas que atuavam nessas regiões, de forma a isolar, ainda mais, as forças de D. Miguel em Santarém. Por esta razão, o comando do exército liberal em frente desta vila, acabaria por ser entregue ao Duque da Terceira, em 19 de dezembro de 1833, num período, em que o general Macdonell era substituído pelo general Póvoas, como resultado das acusações que lhe iam fazendo as hostes miguelistas pela sua aparente inação. Mais tarde, a partir de 11 de janeiro de 1834, este mesmo plano passaria à prática, numa marcha para o contacto realizada por Saldanha, entre Leiria - Torres Novas e Pernes,

---

<sup>440</sup> Francisco de Paula Ferreira da Costa, *Memórias de um Miguelista (1833-1834)*, reedição de 1832, pp.107 à 114.

<sup>441</sup> António Guedes de Quinhones, *Memórias de um Miguelista: a guerra civil e dom Miguel exilado (1828-1841)*, pp. 155 à 169.

que durou 18 dias e que teve como resultado assegurar o flanco esquerdo do exército liberal em frente a Santarém, ao mesmo tempo que isolava os miguelistas na vila<sup>442</sup>.

A título de comparação, já na Guerra Peninsular o exército de Masséna tinha tido parte das suas forças solidamente organizadas em várias posições defensivas na região de Santarém, mais propriamente na linha de Santarém-Azambujeira, como aconteceu com D. Miguel. Este cenário fez reagir Wellington que na altura montou, em resposta, um dispositivo defensivo com várias forças na linha Vale de Santarém – Marmeleira, na margem direita da Vala da Asseca, contrapondo desta forma o posicionamento tático francês, em tudo idêntico ao que aconteceu com D. Pedro, vinte e três anos mais tarde. Fora deste dispositivo, D. Miguel iria posicionar mais forças nos terrenos da margem esquerda do Tejo, evitando desta forma a possibilidade do exército liberal manobrar na província do Alentejo<sup>443</sup>, utilizando assim os recursos existentes nessa região, posições que durante a Guerra Peninsular foram ocupadas por forças do exército Anglo-Luso. Numa exposição destas mesmas movimentações durante a terceira invasão francesa, Wellington relatava a importância estratégica de Santarém, num ofício enviado ao ministro D. Miguel Pereira Forjaz, em 1 de dezembro de 1810, ao destacar que “*o inimigo continua a manter-se em Santarém, cuja vila se tem tornado mais forte, de huma maneira considerável*”<sup>444</sup>.

---

<sup>442</sup> Coronel Ignacio Augusto Alves, *Episódios Militares das Lutas Civis, (1832-1851)*, pp. 7 à 11; Barão da Lages, *Trinta e cinco anos de vida militar (1808-1843)*, pp. 40 à 55 e Almirante Carlos Napier, *Guerra da Sucessão em Portugal, 1836*, pp. 10 à 52.

<sup>443</sup> Fernando Rita, *A Guerra Peninsular em Santarém*, 2011, pp. 41 à 50.

<sup>444</sup> *Gazeta de Lisboa*, nº 289, 3 de Dezembro de 1810.

### **1.3.3. As Ações de combate na região de Santarém: Os Combates de Pernes e a Batalha de Almoster**

#### **1.3.3.1. Os combates de Pernes**

Neste contexto, em 11 de novembro de 1833, iria suceder a primeira ação bélica de relevo na região de Santarém, surgindo aqui em destaque a povoação de Pernes. Ao investirem sobre esta localidade, os constitucionais tinham como objetivo cortar as referidas comunicações estabelecidas pelos miguelistas entre Santarém e o norte do País, através de Leiria. A povoação era assim palco de um pequeno combate entre tropas do General Nepomuceno e tropas miguelistas que guardavam as azenhas (moinhos de água) da Ribeira de Pernes (pequeno aglomerado junto ao rio Alviela) e que abasteciam de farinha as forças de D. Miguel acantonadas em Santarém e Almeirim. As tropas do Marechal Saldanha conseguiram assim, numa ação de surpresa, provocar a debandada do destacamento miguelista que protegia as azenhas de Pernes e destruir e inutilizar grande parte desses moinhos “que moiam a farinha para Santarém, o que motivou três dias de muita falta de pão<sup>445</sup>” para as tropas miguelistas concentradas nessa vila.

Este “1º Combate de Pernes”, também conhecido por “Ataque aos Moinhos de Água”, não deixou o Marechal Saldanha satisfeito com o resultado final, apesar da destruição de grande parte dos moinhos de água, da inutilização das farinhas e da debandada do destacamento miguelista que as protegia. Foi por esta razão que Saldanha em 21 de novembro atacaria também os moinhos de Torres Novas, com forças da sua divisão, tendo nessa mesma ação, que ocorreu a 15 quilómetros de Pernes, um papel digno de grande relevo. Porém em Pernes, corroborando a opinião de Saldanha, os moinhos de água não tardariam em ser reconstruídos pelos serviços de subsistências absolutistas, sendo os mesmos defendidos a partir daqui, por um efetivo reforçado por parte do exército de D. Miguel<sup>446</sup>.

---

<sup>445</sup>Francisco P. Ferreira da Costa, *Memórias de um Miguelista, (1833-1834)*; pp.162 e 163.

<sup>446</sup>Luz Soriano, *História da Guerra Civil, Tomo V*, pp.148 e 149.



**Figura 2.12. e 2.13.** – Perspetiva do *moinho manuelino de rodízio* (de roda horizontal) junto ao Rio Alviela no lugar da Ribeira de Pernes (foto esquerda) e panorâmica de várias azenhas (de roda vertical) existentes também na povoação de Pernes (foto direita).

**Fonte:** Fotos do Autor.

Foi neste contexto que no ano seguinte, a 30 de janeiro de 1834, acabaria por ocorrer o “2º Combate de Pernes”, também designado por “Retirada de Pernes” ou “Recontro Sangrento”, em que as tropas do Marechal Duque de Saldanha infligiriam uma pesada derrota às tropas de D. Miguel, chefiadas pelo marechal de campo Caetano Alberto de Sousa Canavarro. Os miguelistas tiveram aqui cerca de 900 baixas, com a maior parte dos seus militares a perecerem afogados no Rio Alviela. Sendo um dos combates mais importante do período da Guerra Civil que decorreu na região de Santarém nos anos de 1833 e 1834, neste evento militar acabou por ter uma ação preponderante o Tenente General liberal Pedro Paulo Ferreira de Sousa, a quem viria a ser atribuído o título de 1º Barão de Pernes<sup>447</sup>.

---

<sup>447</sup> (AHM / Div/ 3/ 15/ 12/ 2); *Correspondência respeitante ao levantamento das plantas dos campos de batalha de Pernes e Almoster para a redação da História da Guerra Civil*; 150 fls. manuscritas produzidas entre agosto de 1860 e maio de 1862, pelo Ministério da Guerra.

Este ataque acabou por resultar dum plano de operações de Saldanha, transmitido a D. Pedro no dia 14 de dezembro de 1833, que visava alcançar Leiria, Coimbra e as províncias do norte, com a intenção de limpar nessas regiões a presença de forças miguelistas, isolando desta forma o exército de D. Miguel em Santarém. Nesse momento o comando do exército constitucional seria entregue a Terceira, que iria assumir o mesmo em 12 de janeiro de 1834, iniciando Saldanha o seu plano a partir desse momento. Desta forma ataca Leiria em 14 de janeiro, obrigando a guarnição miguelista de 1 500 homens a retirar para Coimbra, após a perseguição da cavalaria liberal. A partir desta ação, Saldanha movimenta-se em direção a Ourém, onde chega a 24 de janeiro, deslocando-se posteriormente para a vila de Torres Novas, onde derrotaria a famosa cavalaria de Chaves (força miguelista) no dia seguinte. Logo de seguida seriam mandadas forças a Pernes e à Golegã para se apossarem dos géneros que ali estavam e eram destinados aos miguelistas em Santarém<sup>448</sup>. Esta demora principalmente na reocupação de Pernes, que iria ocorrer apenas em 27 de janeiro de 1834, acabou por resultar de uma contraordem de Terceira, o que incomodaria de forma significativa, nesse período, o general Saldanha. Apesar de todas estas descoordenações liberais, o novo controlo estratégico da posição de Pernes era assegurado por parte do exército pedrista, o que levou o General Álvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Póvoas, comandante-chefe do exército absolutista, a dar ordem para atacar a posição. Desta forma eram assim dadas indicações ao marechal de campo Sousa Canavarro, para atacar as forças constitucionais em Pernes, logo a partir do dia 29 de janeiro de 1834.

Também nesse momento uma coluna miguelista atravessava igualmente o rio Tejo em Valada, para cortar as comunicações do Duque da Terceira com Lisboa, enquanto outra atacava através da Ponte de Asseca. Será nestas circunstâncias que Saldanha irá apoiar Pernes a partir de Torres Novas, obrigando Canavarro a retirar para outra posição, enquanto as colunas de Valada e da Ponte de Asseca eram igualmente repelidas pelo exército liberal, que se encontrava posicionado com o grosso das suas forças, na margem sul do Rio

---

<sup>448</sup> Coronel Ignacio Augusto Alves, *Episódios Militares das Lutas Civis (1825-1851)*, pp.8 e 9.

Maior<sup>449</sup>. Segundo Pinho Leal, que participou neste confronto como combatente do lado miguelista, o marechal Canavarro seria mandado de Santarém para atacar Saldanha, indo acampar no lugar da Torre do Bispo. Já em Pernes a 1ª brigada da força miguelista, comandada pelo Brigadeiro Bernardino Coelho Soares de Moura, ocupou as alturas da povoação, onde se iria posicionar igualmente a artilharia. Por sua vez a 2ª brigada do comando do coronel francês, Brasseget, ficou postada na sua frente, a uns 1 500 metros, tendo pelo meio o rio Alviela, curso de água pouco caudaloso. Por último, a cavalaria miguelista que seguiu com a força de Canavarro para Pernes, estava posicionada à retaguarda da 1ª brigada de Bernardino de Moura.

No enquadramento da 2ª brigada, segundo Pinho Leal, o Regimento de Infantaria nº17 de Elvas, sob o comando do então Tenente-Coronel Vitorino José da Silva Tavares, estava, na manhã do dia 30 de janeiro, a meio de uma revista de armamento, com os fechos das armas nas mãos, quando foi atacado de surpresa pelas forças de Saldanha. Sem poder dar um tiro, este regimento da 2ª brigada sofreu assim as consequências dos reconhecimentos efetuados por Saldanha junto das posições miguelistas, mesmo antes de entrar verdadeiramente em ação. Sabendo destas circunstâncias e das más posições escolhidas pelos absolutistas, ao atacar inopinadamente este regimento, iria provocar a deserção do seu comandante e do respetivo estado-maior pessoal, levando à debandada geral de todos os seus homens. Procurando estes também na fuga a sua salvação e “ignorando que o rio tinha um vau, e [mais] acima havia uma ponte de madeira, atiraram-se ao rio, onde muita gente morreu afogada<sup>450</sup>”. Por sua vez, o resto da brigada, que confiava na bravura até este momento nunca desmentida deste Regimento, ao vê-lo fugir, acaba por fazer o mesmo movimento, o que lhe provocou 900 baixas entre mortos (principalmente afogados no rio Alviela) e prisioneiros.

---

<sup>449</sup> António Guedes Quinhones, *Memórias de um Miguelista Renegado (1828-1841)*, pp. 174 e 175 e *Chronica Constitucional de Lisboa, nº 28*, de 1 de fevereiro de 1834.

<sup>450</sup> *Collecção dos Boletins Officiais das Operações do Exército Libertador*, pp. 321 à 323; Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, pp. 524 e 525 e Mário Rui Silvestre, “Pernes: Terra Antiga do Bairro Ribatejano” Volume II, 2001.



**Figura 2.14. e 2.15.** – Perspetiva do Rio Alviela junto ao lugar da Ribeira de Pernes (foto esquerda) e panorâmica das alturas da povoação de Pernes a partir do ponto mais alto da margem esquerda do rio (foto direita), posições ocupadas por forças miguelistas, no combate de 29 de janeiro de 1834.

**Fonte:** Fotos do Autor.

Os que puderam atravessar o rio Alviela foram reunir-se à 1ª brigada, que em breve foi atacada por tropas liberais de Saldanha, mas mesmo assim os realistas puderam executar vagarosamente e ordenadamente a sua retirada até Santarém. Para esta operação bem-sucedida, um dos mais belos feitos militares da Guerra Civil Portuguesa, segundo Pinho Leal, muito contribuiu o Regimento de Infantaria nº 24 de Bragança pertencente à 1ª Brigada, comandado então pelo Tenente-Coronel Vicente Tomás de Velasco. Este regimento com 1 300 homens formou um quadrado apoiado por três esquadrões de cavalaria (pertencentes aos Regimentos de Cavalaria Nº 4, 6 e 7) comandados respetivamente pelo Tenente-Coronel Jacinto Venâncio de Menezes. Com estes meios, não só repeliu os vários ataques do inimigo, como garantiu a retirada na boa ordem para

Santarém da sua brigada, de toda a artilharia e bagagens e ainda dos sobreviventes da segunda brigada<sup>451</sup>.

Apesar da bravura e rigorosa disciplina deste regimento, em 30 de janeiro, as tropas miguelistas de Canavarro acabariam por ser destroçadas por Saldanha, que ainda o perseguiu até Vale de Lobos, quinta localizada poucos quilómetros a norte de Santarém. Neste contexto, podemos afirmar, que este movimento de Saldanha através de Leiria, Torres Novas, Pernes e Vale de Lobos, teve como intenção assegurar o prolongamento do flanco esquerdo do exército liberal e ao mesmo tempo isolar e remeter as forças de D. Miguel, ao seu último reduto em Santarém<sup>452</sup>.

---

<sup>451</sup>Cf. *Correspondência de várias entidades para António Joaquim Bandeira sobre desertores, solípedes, munições, embarcações, operações contra os rebeldes e arma*; 13 fls. manuscritas produzidas entre Novembro de 1833 a janeiro de 1834; (AHM/Div/1/20/ 096/10 - *Documentação Miguelista*).

<sup>452</sup>Almirante Carlos Napier, *Guerra da Sucessão em Portugal*, 1836, pp. 130 e 133 e *Aviso (minuta) da ala esquerda do Exército de Operações para José de Vasconcelos Bandeira de Lemos sobre a operação efetuada, para prevenir o ataque das tropas inimigas a partir de Santarém*, 1 fl. manuscrita produzida no dia 2 de fevereiro de 1834, na vila de Pernes; (AHM/ Div/1/19/001/023 - *Documentação Liberal*).

### 1.3.3.2. A batalha de Almoster

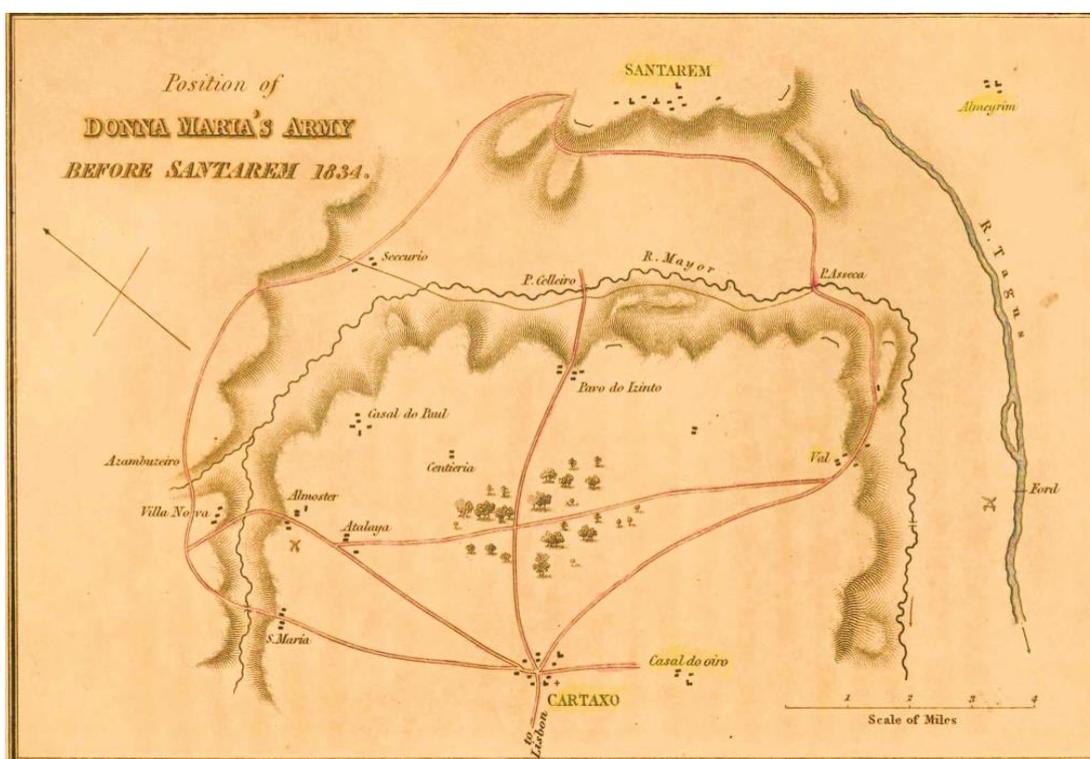
No período que decorreu entre 31 de janeiro e 1 de fevereiro de 1834, dias imediatamente a seguir ao “*Recontro Sangrento*”, Saldanha apresentar-se-á no Cartaxo onde seria reintegrado novamente no comando do exército, lugar até então ocupado por Terceira, que não quererá continuar nesse comando depois da vitória de Saldanha em Pernes. No entanto, em 16 de fevereiro, Saldanha iria escrever ao Duque da Terceira que se encontrava em Lisboa, pedindo-lhe que o mesmo o substituísse novamente no comando do exército em frente a Santarém, colocando assim de parte qualquer divergência, que muitos contemporâneos afirmavam existir, entre estes dois comandantes constitucionais.

Entretanto, o estado-maior miguelista continuava a planear um movimento que permitisse a reconquista da capital, ordenando para o efeito que o general Azevedo Lemos marchasse de imediato para Santarém, com uma força de cerca de 3 000 homens vinda do Alentejo. Seriam igualmente mandadas recolher a Santarém, algumas forças miguelistas posicionadas no Porto e em Coimbra. Neste contexto, e com o intuito de devolver a iniciativa para o seu campo, o general Póvoas propôs um plano através do qual pretendia atacar as forças de Saldanha, e caso essa manobra fosse coroada de êxito, marcharia depois sobre Lisboa. Foi por esta razão que dos arredores do Porto e de Lisboa foram chamadas para Santarém as forças comandadas pelo brigadeiro Rebocho no dia 16 de fevereiro, chegando à vila de Almeirim, o General Azevedo Lemos, que dispôs as suas tropas na Portela, lugar ao Norte de Santarém, após atravessar o Tejo<sup>453</sup>. No dia 17 de fevereiro à noite, véspera do projetado ataque, os miguelistas tomaram conhecimento pelos seus espões e também pelas observações feitas pelo próprio comando militar absolutista, que Saldanha se retirara de Pernes e colocara o grosso do seu exército na retaguarda da ponte da Asseca, deixando a ala esquerda um pouco desguarnecida, sendo comunicado aos líderes das forças miguelistas, que o ataque principal devia ser feito pelo lugar da Azambujeira. Os constitucionais foram ainda objeto de uma demonstração, assim como de uma diversão ou

---

<sup>453</sup> Francisco Pina Manique, *A Causa de D. Miguel*, pp.229 à 231 e D. António Costa, *História do Marechal Saldanha*, pp.401 à 419.

finta<sup>454</sup> através das pontes da Asseca e do Celeiro, que materializariam dois ataques secundários com características eminentemente falsas. Por sua vez o campo onde Saldanha estava instalado e que os miguelistas pretendiam atacar, situava-se a uma légua de distância do Cartaxo, e quase em linha reta, a outra légua de Santarém. Na extrema-direita dos constitucionais encontrava-se a pequena povoação de Vale (atual Vale de Santarém), a norte da qual ficava a ponte da Asseca. A uma légua dessa povoação ficava o lugar de Atalaia e a um quarto de légua desta, a ponte de Almoester. A sudoeste deste lugar, a meia légua, achava-se por sua vez a povoação e a ponte de Santa Maria. O mesmo povoado de Almoester tinha ainda para norte a povoação da Azambujeira, e para Leste, na distância de mais de meia légua, a ponte de Celeiros.



**Figura 2.16.** – Gravura das posições ocupadas pelos dois exércitos da Guerra Civil, durante a Batalha de Almoester. Entre o Vale e Almoester, na região do Cartaxo, as posições do exército Liberal. Na zona de Santarém, o dispositivo do exército Miguelista.

**Fonte:** James Edward Alexander, *Sketches in Portugal during the Civil War of 1834*; p.17.

<sup>454</sup>Uma *Demonstração* é uma exibição de uma força destinada a, durante um ataque, enganar o inimigo, desviando a sua atenção e as suas forças do ataque principal. Difere da *Diversão* ou *Finta*, por não implicar progressão das forças. Mr. Lallemand, *Theoria das Operações Secundárias da Guerra: Dos Ataques Falsos ou Demonstrações*, 3º Caderno, 1834, pp. 82 à 91.

Estas referências topográficas iriam definir o campo onde Saldanha se iria entrincheirar entre outubro de 1833 e maio de 1834. Perante este dispositivo liberal, o General Torres, que agora comandava as forças liberais estacionadas no Porto, recebeu ordens para passar à ofensiva contra as forças miguelistas que ainda atuavam pelo norte do reino. Por sua vez, a sul, o Barão de Sá da Bandeira seria nomeado governador do Algarve, com a missão de impedir a vinda de recursos dessa província para alimentar as forças miguelistas posicionadas em Santarém<sup>455</sup>. Foi neste contexto que teve início pelas sete horas da manhã do dia 18 de fevereiro de 1834, na região de Santarém, a decisiva batalha de Almoester, acontecimento militar mais marcante da Guerra Civil portuguesa.

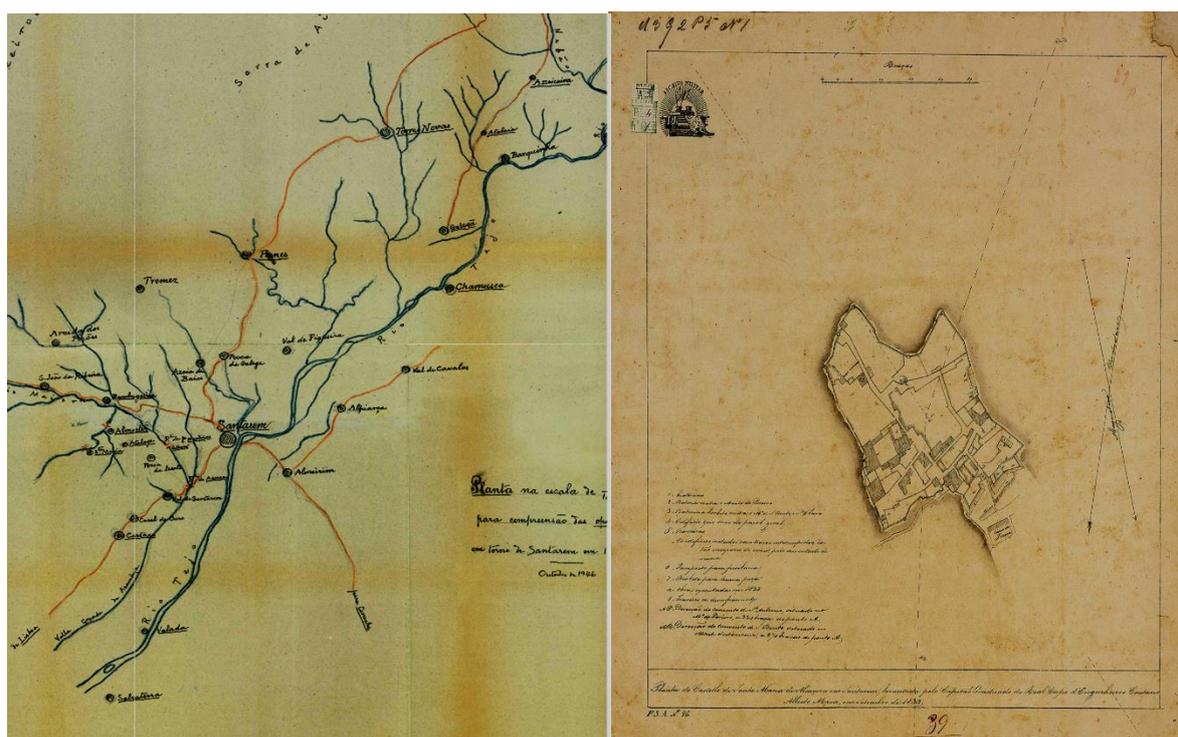
A posição que Saldanha ocupava com suas forças era essencialmente defensiva, como se pode observar no esboço seguinte. Em toda a sua frente corria a vala da Asseca em direção à Azambuja, formando um arco no interior do qual estavam dispostas as forças constitucionais. Evidentemente, esta posição podia servir de base de partida para um ataque, mas o desgaste de muitos anos de guerra, criou um impasse, ao mesmo tempo que se esperava por apoios externos, quer de Espanha quer do Reino Unido, tendo esta última nação reconhecido entretanto D. Maria II, como a legítima soberana portuguesa. Saldanha, depois de ocupar a sua posição, aguardava então o desenvolvimento dos acontecimentos e a ação da diplomacia constitucional.

Por sua vez os miguelistas que estavam fortificados em Santarém, tinham cada vez mais deserções entre as suas fileiras, ao mesmo tempo que a cólera e o tifo incrementavam as vítimas entre os seus partidários. Os fidalgos miguelistas, porém, não compreendiam a inação do exército e conspiravam em Santarém e Lisboa, para que, no dia 18 de fevereiro de 1834, houvesse um ataque às tropas constitucionais de forma a reabrir novamente a estrada para Lisboa. Desta forma D. Miguel podia chegar nesse mesmo dia ao Cartaxo e entrar vencedor em Lisboa dois dias depois. Para este efeito contava-se com um levantamento popular a ser organizado pelos seus correligionários na capital, com o propósito final de revoltar a população local contra os liberais.

---

<sup>455</sup> João Pereira Bastos, *op.cit.*, pp.145 e 146 e Almirante Carlos Napier, *Guerra da Sucessão em Portugal*, 1836, pp.138 à 180.

Saldanha teve no entanto conhecimento deste projeto dos miguelistas e tomou as disposições que achou mais adequadas com as suas forças, para impedir esta intenção do seu oponente. Tendo a seu favor as indicações que lhe dava o terreno e o conhecimento que tinha da personalidade do seu adversário, previu em parte o que ia suceder. Para este seu posicionamento, muito contribuiu o passeio militar feito até Almoester na manhã do dia 18 de fevereiro com o lavrador e seu amigo Dâmaso Xavier dos Santos, em casa de quem estava aboletado no Cartaxo. Após este reconhecimento do terreno, as tropas liberais acabaram por ocupar as posições mais adequadas, quando os absolutistas resolveram atacar as suas posições. Dando iniciativa ao exército miguelista, Saldanha permitiu assim que o mesmo atravessasse as pontes de Almoester e Santa Maria, para que os absolutistas entrassem com aparente facilidade no seu dispositivo, onde tencionava posteriormente esmagá-lo com uma manobra de envolvimento e posterior cerco.



**Figura 2.17. e 2.18.** – Mapa na escala de 1:100.000, para compreensão das operações em torno de Santarém (imagem esquerda) e planta do castelo de Santarém, com algumas obras de fortificação efetuadas pelos miguelistas após a ocupação de Santarém, datado de setembro de 1833 (imagem direita)

**Fonte:** João Pereira Bastos, *Resumo Chronológico-Histórico*, p.147 e DIE, 3521-3-31-43, 1833.

Antes de este evento decorrer, as tropas realistas começariam por escutar a leitura da ordem do dia de D. Miguel, em que o mesmo prometia a vitória nesta batalha, à qual se seguiria a conquista imediata de Lisboa. O monarca marcava, nesse mesmo momento, um itinerário que passaria logo em 18 pelo Cartaxo, a 19 em Vila Franca, e no dia 20 em Lisboa, onde contava entrar triunfalmente, secundado por uma revolução popular em seu favor através dos seus correligionários<sup>456</sup>.

Dentro deste enquadramento, avançamos de seguida com uma descrição pormenorizada do que aconteceu em termos táticos, no dia 18 de fevereiro de 1834, durante a Batalha de Almoster. Com base em fontes contemporâneas das duas fações, podemos afirmar que foi pelas oito horas, que oito esquadrões de cavalaria miguelista saíram a galope, numa formação em coluna com três filas, atravessando a ribeira de Alcobertas sob a ponte de Calhariz, perto da povoação da Azambujeira. Logo de seguida constituiriam uma coluna cerrada, já diante a ponte de Almoster. A infantaria liberal ocupava no entanto as posições que dominavam as proximidades desse local, tendo sido na altura destacadas contra as mesmas, atiradores miguelistas auxiliados por dez peças de artilharia e três obuses, com o intuito de conquistarem o lugar do Casal do Paul.

Por sua vez, Saldanha, deixando duas peças de artilharia no cabeço de Almodolim, que dominava a ponte do Celeiro, e tendo em frente da ponte da Asseca, a artilharia que achava necessária para a sua defesa, iria reagir à movimentação miguelista, enviando para o Casal do Paul mais oito peças de artilharia. Depois de reforçar as guarnições sobre as pontes da Asseca e do Celeiro, mandou marchar toda a força disponível de infantaria para a povoação da Atalaia a oeste, e ainda para as elevações que dominavam as povoações do Casal do Paul e Almoster. Foi então nesse terreno estreito e acidentado que acabaram por se empenhar as principais forças envolvidas na batalha. Logo após um intenso fogo de artilharia absolutista que flagelou durante cerca de três horas as posições constitucionais, sem grandes resultados, o general Azevedo Lemos realizou um movimento pela sua direita em direção a Almoster. Saldanha seguiu no entanto toda essa manobra tática a partir da sua posição, que tinha domínio sobre toda a ala direita miguelista. Nesse esforço empregou toda

---

<sup>456</sup>Francisco de Paula Ferreira Costa, *Memórias de um Miguelista (1833-1834)*, pp. 181 à 185 e Eduardo Montufar Barreiros, *Os Papeis de meu pae*, 1º Volume (O Jornal), 1904, pp. 248 à 272.

a sua infantaria e corpos ligeiros disponíveis, como referido, juntamente com parte da sua brigada de artilharia, e forças montadas do Regimento de Lanceiros da Rainha e do Regimento de Cavalaria nº10. Do lado miguelista, as unidades mais fiáveis e motivadas do seu exército, reunidas com a divisão que se tinha deslocado do Alentejo e as forças que tinham sido convocadas do Porto e Coimbra, acabaram por conseguir atravessar a ponte de Santa Maria, entre os lugares de Vila Nova do Coito e Alforgemel. Nesse dispositivo seguia à frente a infantaria miguelista comandada pelo general João José Santa Clara, que atravessou a ponte de Santa Maria, um dos seus objetivos, sob um intenso fogo das armas liberais. Nesta contenda, este líder acabou por perecer, sendo prontamente substituído durante esta ação pelo brigadeiro Brassaget<sup>457</sup>.

Mas no momento em que os absolutistas iniciavam a conquista da vertente ocupada pelos liberais, após a travessia da ponte, o coronel António Vicente de Queirós, futuro Conde da Ponte de Santa Maria, recebeu ordens de Saldanha, para bloquear essa mesma penetração no dispositivo constitucional. Desta forma, com a força do Batalhão de Caçadores nº 2, formando uma linha, avançou sobre o flanco direito miguelista, tendo enviado ainda duas companhias na direção da ponte, com o objetivo de cortar a sua eventual retirada. Por sua vez o brigadeiro António Pedro de Brito, à frente das forças do regimento de infantaria nº6, formaria igualmente uma linha, para evitar neste caso a progressão frontal dos absolutistas. Mais à retaguarda o regimento de infantaria nº1 ficaria em reserva, por ordem de Saldanha, pronto para reforçar a qualquer momento as forças que se empenharam à sua frente. Perante esta reação, os realistas acabaram por ser repelidos, o que provocou a retirada desordenada dos mesmos sobre a ponte que antes tinham conseguido ultrapassar, tendo aqui sofrido pesadas baixas<sup>458</sup>.

---

<sup>457</sup>Barão de Saint Pardoux, *A Guerra Civil em Portugal (1833-1834)*, pp.83 à 93 e *Memórias de Marquês de Fronteira e d'Alorna (1833 à 1842)*, Parte 5 e 6, 1929, pp. 38 à 48.

<sup>458</sup>Carta que descreve a batalha contra os miguelistas do dia 18 de Fevereiro de 1834, em Almoester, com os Exércitos em operações comandados pelo general Lemos e pelo general Saldanha; 2 fls. Manuscritas, datadas de 20 de Fevereiro, redigidas no acampamento liberal da Portela, a norte de Santarém; (*AHM/DIV/1/19/249/11 – Documentação Liberal*) e *Chronica Constitucional de Lisboa nº 47*; datada de 24 de fevereiro de 1834 (segunda-feira).



**Figura 2.19. e 2.20.** – Gravuras com um dos momentos mais decisivos da Guerra Civil Portuguesa, na região de Santarém, a Batalha de Almoester, que decorreu em fevereiro de 1834. À esquerda é possível observar as várias manobras militares que decorreram junto da Ribeira de Almoester; por sua vez à direita é perceptível o movimento das tropas miguelistas, contrariado pelos liberais junto à Ponte de Santa Maria.

**Fonte:** FCG / Seção de Reservados: Estampas, BC-872 e BC-873 (1834).

Os constitucionais após este ataque frontal e envolvimento, foram de seguida ocupar as alturas de Vila Nova, morrendo durante a retirada o brigadeiro Brassaget e o seu ajudante de campo, o tenente Girangy, dois dos militares franceses que tinham acompanhado Bourmont a Portugal e que continuaram ao serviço de D. Miguel, depois da retirada do seu chefe. Como derradeiro recurso, o general Azevedo Lemos mandou a sua cavalaria em socorro da infantaria, que tinha acabado de ser destroçada pelos liberais. A cavalaria desceu assim o vale entre o monte de Santa Maria e Vila Nova, com o objetivo de flanquear a esquerda dos constitucionais<sup>459</sup>. À planície de Vila Nova, chegaram então oito esquadrões da cavalaria miguelista com ordem para carregar, quando ali depararam com o dispositivo do quadrado formado por dois batalhões constitucionais, sob as ordens do coronel António Vicente de Queiroz. Por sua vez o brigadeiro Bacon, à frente de 80

<sup>459</sup> Aviso da Repartição do Quartel-Mestre-General, do Estado-Maior-General para diferentes comandos miguelistas, sobre operações, armas, transportes, aquartelamentos, intendência, deslocamentos, e disciplina. 71 fls. manuscritas entre 22 de setembro de 1833 e 27 de fevereiro de 1834, na vila de Santarém. (AHM/DIV/1/20/175/09 – *Documentação Miguelista*).

lanceiros da rainha, marchou prontamente em auxílio dos batalhões de Queiroz, carregando sobre a cavalaria absolutista.

O combate acabou por ser curto, tendo sendo difícil ao primeiro esquadrão miguelista suportar o violento choque dos lanceiros constitucionais, os restantes sete esquadrões realistas fizeram assim meia-volta e bateram em retirada<sup>460</sup>. A vitória dos liberais foi desta forma total, tendo os miguelistas ainda sido perseguidos, por mais de meia hora. A noite acabou por separar os dois exércitos, tendo sido esse facto que permitiu ao general Lemos e às suas forças retirar para Santarém com alguma ordem, protegidos por três peças de artilharia e ainda três batalhões que tinham ficado de reserva. Por sua vez, em frente a Almoester, o general Póvoas, com as forças que ainda dispunha sob seu comando, executou ainda alguns movimentos táticos, mas sem resultados, terminando desta forma, já durante a noite, uma das mais sangrentas batalhas de toda a Guerra Civil portuguesa. No dia imediatamente seguinte o general Póvoas demitia-se e era substituído no comando do exército miguelista pelo general Lemos, devido à derrota do seu plano de operações para esta batalha. Nesta contenda, os miguelistas sofreram então cerca de mil baixas, 300 das quais prisioneiros, ficando o exército realista de Santarém bastante diminuído, reduzido apenas a alguns corpos. É natural que, perante este quadro, os miguelistas fossem perdendo o ânimo e as esperanças de poderem conservar a província de Estremadura, depois da tomada de Ourém e da ocupação de Torres Novas pelos constitucionais, juntamente com os desastres de Pernes e de Almoester. Neste enquadramento, Saldanha veio mais tarde a ficar com a fama de ter compreendido os intuitos do General Póvoas, armando-lhe uma cilada, no momento em que as suas tropas subiam o desfiladeiro ocupado pelos constitucionais, depois de passarem a ponte de Santa Maria. No entanto muitos historiadores coevos limitaram-se a referir que os liberais só seguiram os movimentos miguelistas, respondendo-lhes apressadamente quando estes decidiram avançar. No fundo,

---

<sup>460</sup> James Edward Alexander, *op.cit.*, pp. 84 à 93 e Pinho Leal, *op.cit.*, pp.524 à 526.

esta batalha significou, na opinião de muitos, o desmoronar das esperanças de D. Miguel em reconquistar novamente Lisboa e possivelmente de vencer a guerra<sup>461</sup>.

Esta batalha deve ser considerada a última, porque foi decisiva. Ainda iria acontecer a batalha da Asseiceira em 22 de maio de 1834, perto de Tomar, mas essa seria apenas uma das consequências do confronto de Almoester. Esta contenda foi então considerada por muitos historiadores militares como apenas um episódio da limpeza do território, que teve como consequência imediata a retirada de D. Miguel para Évora e a sua capitulação em 26 de maio de 1834, na povoação de Évora Monte<sup>462</sup>.



**Figura 2.21., 2.22., 2.23. e 2.24.** – Fotografias atuais com diferentes perspetivas do campo de Batalha de Almoester (em cima e em baixo à esquerda), confronto que decorreu no ano de 1834, durante as manobras militares na região de Santarém. (Em baixo à direita), uma fotografia panorâmica da Ponte de Santa Maria, ponto fulcral dessa contenda.

**Fonte:** Fotos do Autor.

<sup>461</sup> *Collecção dos Boletins Officiais das Operações do Exército Libertador*, pp. 297 à 317; Luz Soriano, *História da Guerra Civil Portuguesa*, 1885, Tomo V, pp. 220 à 240 e Barão das Lages, *Trinta e Cinco annos de Vida Militar (1808-1843)*, pp. 53 à 55.

<sup>462</sup> António Guedes de Quinhones, *Memórias de Um Miguelista Renegado (1828-1841)*, pp.174 à 177 e Francisco de Paula Ferreira Costa, *Memórias de um Miguelista (1833-1834)*, pp. 181 à 185 à 272.

#### 1.2.4. Síntese comparativa

**Quadro 2.7.** – *Comparação Tática do Combate de Pernes, entre os exércitos da Guerra Civil, que participaram nas operações na região de Santarém.*

| <b>Comparação Tática do Combate de Pernes</b><br><i>(29 de janeiro de 1834)</i>                         | <b>Exército Liberal</b>  | <b>Exército Absolutista</b>  |
|---|--|--|
| <b>Informações sobre o Tereno</b><br><i>(Reconhecimentos e escolha de posições no campo de batalha)</i> | Menor conhecimento do terreno, porque a posição, fazia parte da área ocupada pelas tropas absolutistas, que na época estavam posicionadas na região norte de Santarém.                 | Conhecimento aprofundado do terreno, que ficava na área de Influência das forças miguelistas, que utilizavam os moinhos de água de Pernes, para subsistência das suas tropas, posicionadas na vila de Santarém |
| <b>Manobra e Tática utilizada</b><br><i>(Movimento das forças no campo de batalha)</i>                  | Tática e manobra efetuada com sucesso por Saldanha a partir de Torres Novas. Movimento que permitiu o efeito surpresa do ataque liberal a Pernes, pela margem esquerda do rio Alviela. | Os liberais surpreenderam com sucesso as posições miguelistas, apesar da vantagem que os mesmos tinham garantido com a sua ocupação prévia, principalmente na margem esquerda e direita do rio Alviela.        |

**Fonte:** *Collecção dos Boletins Officiais das Operações do Exército Libertador*, pp. 321 à 323; e Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, pp.524 à 526.

**Quadro 2.8.** – Comparação Tática da Batalha de Almoster, entre os exércitos da Guerra Civil, que participaram nas operações na região de Santarém.

| <b>Comparação Tática da Batalha de Almoster</b><br><i>(18 de fevereiro de 1834)</i>                     | <b>Exército Liberal</b>   | <b>Exército Absolutista</b>   |
|---|---|---|
| <b>Informações sobre o Tereno</b><br><i>(Reconhecimentos e escolha de posições do campo de batalha)</i> | Melhor conhecimento do terreno, porque a posição, fazia parte da área ocupada pelas tropas liberais, que na época estavam posicionadas na região entre Almoster e o Vale de Santarém, a sul do Rio Maior. | Conhecimento menos aprofundado do terreno, que ficava na área de Influência das tropas liberais, que utilizavam a margem direita do Rio Maior (Vala da Asseca) para dispor as suas forças entre as posições do Vale e Almoster. |
| <b>Manobra e Tática utilizada</b><br><i>(Movimento das forças no campo de batalha)</i>                  | Tática e manobra efetuada com sucesso pelas suas tropas que mantiveram uma postura defensiva, principalmente no seu flanco esquerdo entre Casal do Paul e Santa Maria.                                    | Ataque sem sucesso do general Lemos com o seu eixo da aproximação direcionado ao flanco esquerdo dos constitucionais, entre Santa Maria – Almoster, para envolver e cercar as tropas liberais nas suas posições.                |

**Fonte:** *Collecção dos Boletins Officiais das Operações do Exército Libertador*, pp. 321 à 323; e Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, pp.524 à 526.

O que foi exposto nos quadros anteriores resultou da análise sincrónica efetuada junto das táticas empregues pelos exércitos de D. Miguel e D. Pedro, em dois momentos bélicos marcantes da Guerra Civil, no ano de 1834. Ano que corresponde já ao empenhamento dos dois exércitos na designada campanha de Santarém, tendo sido a sua análise construída, com base em diferentes fontes primárias datadas desse mesmo ano. Com base nas fontes referidas, concluiu-se que no Combate de Pernes as melhores informações e conhecimento do terreno do lado miguelista não conseguiu contrariar o efeito surpresa da tática liberal, idealizada por Saldanha a partir de Torres Novas. Já na batalha de Almoster, o contrário desta realidade acabou por se verificar, quando o surpreendente ataque miguelista concebido por Póvoas, não foi suficiente para levar de vencida o melhor conhecimento do terreno da parte dos liberais. Esta realidade permitiu aos constitucionais reagir em tempo, contrariando mais uma vez com sucesso o envolvimento realizado pelos miguelistas sobre o seu flanco esquerdo, o menos protegido do seu dispositivo. Para este mesmo resultado, muito contribuiu uma nova manobra tática idealizada por Saldanha, que lhe garantiu a transição de uma postura defensiva, para um movimento de cariz ofensivo, materializado no ataque ao flanco direito e central do corpo miguelista do general Lemos, que já tinha atravessado a ponte de Santa Maria, e penetrado o dispositivo liberal.

Verificaram-se assim diferenças evidentes, nas informações recolhidas sobre o terreno pelos dois contendores, no posicionamento escolhido pelas suas forças e principalmente nas manobras táticas que os dois exércitos em confronto empregaram neste período. Perante esta mesma realidade, estamos assim em condições de responder à questão derivada, formulada por nós no início deste estudo: *Será que as divergências táticas entre os dois exércitos contribuíram para a vitória de D. Pedro na Campanha Militar de Santarém?* Para esta mesma pergunta, foi levantada uma hipótese que constituiu uma possível resposta à questão levantada, com o seguinte enunciado: *As melhores opções táticas, do exército de D. Pedro, permitiram a sua vantagem nas operações que decorreram na Campanha Militar de Santarém.* Esta hipótese verificou-se totalmente, de acordo com as conclusões acima referidas.

## **2. O PESSOAL E AS SUBSISTÊNCIAS DOS EXÉRCITOS DE D. PEDRO E D. MIGUEL NA CAMPANHA MILITAR DE SANTARÉM: UMA COMPARAÇÃO**

### **2.1. O combatente liberal e absolutista na campanha militar de Santarém**

O apoio de pessoal engloba um vasto conjunto de atividades, concorrentes, as quais permitem auxiliar a ação de comando e desenvolver e manter o bom nível moral das tropas em combate. Engloba, assim, todas as tarefas relacionadas com o bem-estar dos militares, contribuindo para a manutenção da qualidade de vida do pessoal em campanha. Desta forma, o apoio de pessoal interage diretamente com a atividade das subsistências no campo de batalha, que serão igualmente tratadas por nós neste ponto da tese e que se relacionam com as tarefas e sistemas que garantem o sustento das tropas, assegurando a sua liberdade de ação e incrementando a resistência em campanha. Esta área do pessoal engloba ainda outras atividades interdependentes, que não poderão ser abordadas aqui isoladamente. Por exemplo, qualquer decisão no domínio do moral terá com certeza implicações no domínio da disciplina.

No entanto, por razões de ordem organizativa, analisaremos no nosso estudo estas funções, em dois pontos distintos, elencados da seguinte forma: *Recrutamento, Efetivos e Perdas (Baixas) das forças em confronto*; e por último o *Comando, Moral e Disciplina nos exércitos de D. Pedro e D. Miguel* <sup>463</sup>. Este tipo de análise irá permitir retratar algumas características e identificar, em parte, o tipo do combatente, quer liberal, quer absolutista, que atuou e vivenciou distintas experiências em combate na campanha militar de Santarém, em plena Guerra Civil, nos anos de 1833 e 1834.

---

<sup>463</sup> *Apontamento para serem considerados na confeção do Regulamento da Lei do Recrutamento "Miscelânea" de vários documentos, 1879, pp. 17 à 44 e Fernando Dores Costa; Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação: As Ordenanças, in Análise Social, nº130, 1995, pp.122 à 126*

### **2.1.1. O Recrutamento Militar na Campanha de Santarém: Efetivos e Perdas (Baixas) das forças em confronto**

Segundo regulamentos militares da segunda metade do século XIX, o recrutamento surge como a atividade militar que tem como objetivo assegurar a apresentação oportuna e pretendida, numa unidade ou corpo de um Exército, do pessoal devidamente qualificado para satisfazer as necessidades de uma determinada campanha militar. O recrutamento determina assim as necessidades de uma força durante uma campanha no momento presente e mesmo em situações futuras. Em síntese, podemos afirmar que o recrutamento de pessoal militar<sup>464</sup> compreende a obtenção, receção, classificação, distribuição, instrução e colocação de indivíduos e unidades constituídas em diferentes teatros de operações.

Desta forma, a finalidade do recrutamento será sempre alimentar e completar os efetivos das unidades e forças envolvidas em operações militares, com pessoal devidamente instruído, no momento certo, de modo a manter a eficiência dos diferentes exércitos para o combate, como aconteceu com o de D. Pedro e D. Miguel, durante a campanha militar de Santarém<sup>465</sup>, Por esta razão, os efetivos, que resultam da atividade do recrutamento militar, constituem-se como um dos fatores mais importante para avaliar a capacidade de combate de uma, determinada unidade ou força, em diferentes espectros de operações. Assim, os elementos relativos aos efetivos presentes e previstos são fatores importantes no trabalho do estado-maior<sup>466</sup> das unidades presentes em combate, permitindo igualmente aos comandantes das mesmas tomarem decisões adequadas e oportunas conforme a situação tática. Por sua vez, todos os elementos que permitem controlar os efetivos, resultam normalmente dum sistema de registos e relatórios, após uma reunião

---

<sup>464</sup> *Regulamento dos Serviços do Recrutamento do Exército*, 1879, pp. 17 à 40; Bernardo de Albuquerque e Amaral, *Código do Recrutamento*, 1885, pp. 25 à 170 e *Recrutamento Militar: Com Notas, Extractos e Transcrições* do Tenente Mário de Figueiredo, 1959, pp. 1 à 16.

<sup>465</sup> Fernando Pereira Marques, *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX: O Recrutamento*, 1999, pp. 125 à 136.

<sup>466</sup> O Estado-Maior é o órgão de uma unidade que integra um grupo de oficiais encarregados de auxiliar o chefe militar da mesma, no exercício do seu comando. Coronel Bernardo António Zagalo, *Systema de instrução para a Infantaria*, 1825, pp. 100 à 300 e *Dicionário de Termos Militares*, 1977, p.48.

adequada e ordenada de vários dados administrativos. Neste contexto o Ajudante-Geral do Exército<sup>467</sup> surge como o principal e primeiro responsável pela apresentação de informações relativas ao efetivo, e pela execução das ações de Estado-Maior necessárias à sua manutenção. O cumprimento destas suas responsabilidades abrange a superintendência no sistema de registos e relatórios, a qual especifica a situação do pessoal em campanha, permitindo a elaboração de estudos de situação e de planos para a tomada de decisões. Permite ainda a sua ação garantir o eficiente controlo das atividades da área pessoal, informar a situação presente e futura (estimada) em efetivos e propor medidas para resolver qualquer questão relativa à eventual falta de potencial humano. Por esta razão a principal finalidade do sistema de registos e relatórios é a reunião oportuna e ordenada, dos dados administrativos necessários para um contínuo conhecimento da situação dos seus efetivos, o que permite alcançar um correto planeamento tático e administrativo-logístico.

Em 1833 e 1834, durante a campanha militar de Santarém, eram elaborados os designados *Mapas da Força*, meio mais eficiente que o oficial de pessoal na época dispunha para obter e transmitir, com oportunidade, informações sobre os efetivos da sua unidade. Este mapa servia então para informar o comandante de uma unidade sobre o seu efetivo num determinado momento, contendo informações relativas a efetivos existentes e perdas (mortos, feridos e extraviados). No que diz respeito à definição de perdas, as mesmas ilustravam a redução do efetivo de uma determinada unidade e foram causadas nos anos de 1833 e 1834 muito por ação do exército opositor em ações de combate, pela disseminação

---

<sup>467</sup>O *Ajudante-General do Exército (AGE)* é o oficial general responsável pela área de Pessoal de um exército em campanha e do órgão *Comando de Pessoal* em tempo de paz. No exército liberal em 1833 e 1834 o seu Ajudante-General era o General José Lúcio Travassos Valdez, já no exército miguelista o General João Galvão Mexias de Sousa Mascarenhas surgia como respetivo AGE. Cf. *Aviso do conde de São Lourenço, Ministro da Guerra, para Filipe Neri Gorjo e João Galvão Mexia de Sousa Mascarenhas, Ajudante-General do Exército, sobre patrulhamentos, segurança, pagamento de vencimentos aos Corpos que constituíram o Exército de Operações, tropas destacadas, intendência, obras, munições e deslocamento de tropas para Santarém*; 15 fls. manuscritas elaboradas em setembro de 1833 em Santarém; (*Documentação Miguelista - AHM/DIV/1/20/111/01*). *Correspondência de Simão da Costa Pessoa para José Lúcio Travassos Valdez, Ajudante-General do Exército, sobre deserções, presos e guerrilhas miguelistas*, 6 fls. manuscritas produzidas entre setembro de 1832 e julho de 1834; (*Documentação Liberal - AHM/DIV/1/19/001/094*).

de doenças como a cólera e o tifo, a fome e ainda o moral e bem-estar das tropas em confronto. Nesta realidade as perdas (baixas) podiam ser classificadas em: devidas ao combate (PDC), pelo que incluíam os mortos em combate; os feridos em combate; os desaparecidos no campo de batalha e ainda os militares capturados pelo exército opositor (prisioneiros de guerra). Existem também as perdas não devidas ao combate (PNDC) que incluíam os mortos por doenças ou outras causas não devidas ao conflito; desaparecidos fora do campo de batalha, ou militares evacuados por doenças ou ferimentos não devidos ao combate. Por último podemos ainda entrar em linha de conta com as designadas Perdas Administrativas (PA), que resultavam da transferência dos militares; ausências sem licenças; deserções; prisão e rotação dos mesmos entre unidades.

As taxas de PNDC são em grande parte influenciadas pelas taxas das doenças, que são por seu turno a causa mais frequente de todas as perdas. Assim, estas taxas estavam sujeitas às variações das estações e dependiam do clima da região em que as forças operavam, como aconteceu na campanha de Santarém, com a epidemia de cólera que grassou, entre o outono e o inverno, junto das tropas miguelistas. Já as taxas de PDC variam fortemente com a natureza da operação a realizar. Em situação de ataque, o primeiro dia é quase sempre o momento que traduz normalmente o maior número de mortos, capturados e desaparecidos, como aconteceu na batalha de Almoster com os miguelistas. Já uma perseguição tem taxas mais baixas<sup>468</sup>, como se pôde verificar na manobra efetuada pelos liberais entre a cidade de Lisboa até à vila de Santarém. No que diz respeito às operações defensivas, as mesmas apresentam quase sempre menos perdas ou baixas que as ofensivas, como aconteceu com as tropas miguelistas e liberais durante quase toda a campanha militar que decorreu entre novembro de 1833 e maio de 1834, quando tomaram

---

<sup>468</sup>Cf. *Correspondência entre várias entidades sobre orçamentos, obras, pessoal, dispensas e baixas de serviço e transportes; 20 fls. manuscritas produzidas entre novembro de 1829 e setembro de 1834; (Documentação Liberal/AHM/DIV/1/19/001/018). Correspondência (minutas) da Repartição do Chefe do Estado-Maior-General para várias entidades sobre fornecimento de munições e artigos de fardamento, operações, embarcações, licenças, solípedes, deslocamento de tropas, presos, recrutas, médicos, artilharia, desertores, promoções de pessoal, inspeções de saúde realizadas a militares, vencimentos, transferências de pessoal, baixas de serviço e justiça; 87 fls. manuscritas produzidas em maio de 1832; (Documentação Miguelista/AHM/DIV/1/20/201/05).*

uma postura essencialmente defensiva nas regiões de Santarém e do Cartaxo, sendo aqui uma exceção pontual os combates de Pernes e a batalha de Almoester. Para além desta realidade, constata-se ainda que as unidades com pessoal física e mentalmente apto têm menos baixas do que aquelas que não estão nas melhores condições. Neste particular, forças bem conduzidas e preparadas e com moral elevado podem resistir durante longo tempo às atividades extenuantes do combate, ao sono, à fadiga e ao contacto permanente com o inimigo, reduzindo assim o total das suas baixas<sup>469</sup>.

**Quadro 2.9.** – Quadro com os efetivos e perdas (baixas) no Combate de Pernes

| <b>Combate de Pernes</b><br>(29 de janeiro de 1834)                     | <b>Combatentes Liberais</b>       | <b>Combatentes Absolutistas</b>   |
|---|-----------------------------------|-----------------------------------|
| <b>EFETIVOS</b>   | <b>Cerca de 3 500 Combatentes</b> | <b>Cerca de 5 000 Combatentes</b> |
| <b>PERDAS (Baixas)</b><br>(Mortos, Feridos, Prisioneiros e Extraviados) | <b>41 Combatentes</b>             | <b>Cerca de 900 Combatentes</b>   |

**Fonte:** *Collecção dos Boletins Officiais das Operações do Exército Libertador, 1834, p.551 e Pinho Leal, Portugal Antigo e Moderno, pp.524 à 526.*

<sup>469</sup>Cf. *Correspondência entre várias entidades sobre baixas de serviço, vencimentos, guias, operações, deslocamentos, transferências de pessoal e relações nominais de praças; 26 fls. manuscritas produzida em março de 1834; (Documentação Liberal - AHM/DIV/1/19/001/042). Avisos entre várias entidades sobre fornecimento de uniformes, munições, aquartelamento, explosivos, armamento, intendência, fornecimento de medicamentos a hospitais, contabilidade, despesas, vencimentos e mortos; 33 fls. Manuscritas em janeiro de 1834; (Documentação Miguelista - AHM/DIV/1/20/066/13).*

**Quadro 2.10.** – Quadro com efetivos e perdas (baixas) na Batalha de Almoster

| <b>Batalha de Almoster<br/>(18 de fevereiro de 1834)</b>                       | <b>Combatentes<br/>Liberais</b>       | <b>Combatentes<br/>Absolutistas</b>   |
|--|---------------------------------------|---------------------------------------|
| <b>EFETIVOS</b>  | <b>Cerca de 4 500<br/>Combatentes</b> | <b>Cerca de 5 000<br/>Combatentes</b> |
| <b>PERDAS (Baixas)</b><br><i>(Mortos, Feridos, Prisioneiros e Extraviados)</i> | <b>408 Combatentes</b>                | <b>Cerca de 1 000<br/>Combatentes</b> |

**Fonte:** *Collecção dos Boletins Officiais das Operações do Exército Libertador, 1834*, pp. 297 à 317; James Edward Alexander, *Sketches in Portugal during The Civil War of 1834*, pp. 132 à 152 e Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, pp.524 à 527.

O que foi exposto nos quadros anteriores resultou da análise efetuada junto dos efetivos e baixas, dos dois exércitos envolvidos na Campanha Militar de Santarém, em dois momentos bélicos marcantes da Guerra Civil, no ano de 1834. Ano que corresponde já ao empenhamento do exército liberal e miguelista na campanha de Santarém, tendo sido a sua análise construída com base em diferentes fontes primárias. Com a análise das fontes referidas, concluiu-se que no Combate de Pernes o melhor conhecimento do terreno do lado miguelista não conseguiu contrariar a surpresa da tática liberal, idealizada por Saldanha, como referimos no ponto anterior.

Por esta razão, apesar de terem empenhado um maior efetivo neste combate, mais de 1 500 homens, os resultados do mesmo para os absolutistas foram os piores, alcançando aqui uma derrota, que se materializou na perda desta posição, que era determinante para as subsistências dos miguelistas cercados em Santarém. O resultado deste insucesso é visível nas perdas sofridas pela força miguelista do marechal de campo Canavarro empenhada nesta contenda durante dois dias (29 e 30 de janeiro), que acabou por sofrer cerca de 900 baixas no seu dispositivo, entre mortos, feridos e prisioneiros feitos pelos liberais, como se pode observar no quadro 2.8.

Já na batalha de Almoester, poucos dias depois (18 de fevereiro), do combate de Pernes, o contrário desta realidade acabou por se verificar, quando o surpreendente ataque miguelista concebido por Póvoas e conduzido por Lemos, não foi suficiente para levar de vencida as melhores informações sobre o local da batalha do lado liberal, o que permitiu o posicionamento mais adequado das suas forças perante esta iniciativa decidida do lado miguelista. Por esta razão, o maior número de efetivos empregues pelos miguelistas, não lhes concedeu grande vantagem, tendo no final desta batalha, perdas na ordem dos 1 000 combatentes, em contraponto com os números liberais que se posicionariam em menos de metade desse valor, como se pode constatar no quadro imediatamente acima.

A título de conclusão, poderemos então avançar com cerca de 2 000 baixas ou perdas, entre mortos, feridos, prisioneiros e extraviados do lado miguelista, em contraponto com as 500 do lado constitucional, durante os sete meses desta penosa campanha militar de Santarém. Estes valores acabariam por se enquadrar na derradeira verdade da Guerra Civil portuguesa, entre os anos de 1828 e 1834, onde os absolutistas tiveram cerca de 25 000 baixas (*Mortos, Feridos, Prisioneiros e Extraviados*), contra as somente 18 000 do lado liberal<sup>470</sup>.

---

<sup>470</sup> Cf. *Collecção dos Boletins Officiais das Operações do Exército Libertador*, anos de 1832 a 1834 e Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, 1873.

### **2.1.2. O Comando e o Moral e Bem-Estar das tropas em conflito: Disciplina Militar na Campanha de Santarém**

Tendo como referência um dos objetivos investigação, que passa por avaliar a capacidade dos comandantes liberais e miguelistas na campanha de Santarém, importa aqui clarificar e delimitar a importância desse conceito, para o estudo das competências de comando dos vários chefes militares dos exércitos em confronto. Iremos assim observar o contributo das experiências e vivências desses homens no desenvolvimento da sua perícia profissional em campanha, procurando assim identificar os comportamentos mais relevantes para o seu processo de comando neste conflito.

No contexto, da época, a definição de comando surgia então como a autoridade investida num determinado militar para dirigir, coordenar e controlar as suas forças militares. Tendo o comandante, a capacidade de decidir e atribuir recursos para o cumprimento dos seus objetivos, ao mesmo tempo que influenciava coletivamente os seus subordinados, a cumprirem a missão que lhe tinha sido atribuída<sup>471</sup>.

No que diz respeito ao moral e bem-estar, o mesmo representa o estado mental e emocional de um indivíduo que em todos os momentos e circunstâncias da vida militar, especialmente em situação de campanha, tem uma importância fundamental, como agregador de sinergias que influenciam a capacidade de combate e o potencial de combate. Quando o moral é “*bom*” ou “*elevado*”, existe assim um esforço positivo comum, onde o ardor e o entusiasmo antevêm os desejos do comandante. Quando o moral é “*mau*” ou “*baixo*”, o mesmo caracteriza-se pela insatisfação, falta de disciplina e indiferença. Este estado de moral resulta diretamente da ação de comando, chefia ou direção e constitui-se como a expressão da obediência, da confiança, do respeito e cooperação leal do subordinado, sendo afetado pela forma como o comando cumpre as suas obrigações e responsabilidades.

---

<sup>471</sup> Verdy du Vernois, *Études sur l'art de conduire les troupes*; tradução A. Masson; 2ª edição revista e corrigida, Bruxelles, Edições C. Muquardt; 1872 e António Palma Rosinha, *Da inteligência prática ao comando e liderança*, Capítulo III, 2010, pp.83 à 107.

O moral e a lealdade devem ser cultivados antes do combate, o que é bastante mais difícil de obter que a vontade de combater conseguida pelo exemplo de alguns durante o desenrolar da ação. Para isso, o comandante ou chefe tem que dedicar particular atenção a todos os assuntos que afetem o moral e bem-estar e o espírito de corpo das suas tropas, para o que se exige a máxima participação de todos os elementos do Estado-Maior<sup>472</sup>.

Associada ao comando e moral surge ainda a disciplina militar, atividade que incluía a recolha dos dados indispensáveis para se apurar o estado disciplinar das unidades em combate, desde a observação do comportamento das tropas, passando pelo controlo e procedimento dos extraviados no campo de batalha. No decorrer desse processo, um oficial de pessoal, nessa época, deveria propor o respeito pela autoridade inerente à hierarquia, com o cumprimento escrupuloso do regulamento militar<sup>473</sup> vigente. Eliminava assim as condições propícias às quebras de disciplina, reduzindo ao mínimo as *Perdas Administrativas* por motivos de ordem criminal e disciplinar (julgamentos, detenções, ou mesmo prisões). Neste enquadramento surgiam os militares considerados *Extraviados*, grupo de indivíduos que em operações militares se afastavam das suas unidades, sem a necessária autorização. Eram várias as razões que davam origem a um militar extraviado, entre elas: todo o pessoal que se perdia e que procurava juntar-se à sua unidade; os militares separados da sua força e que não podiam ser responsabilizados pelos seus atos por se encontrarem perturbados emocionalmente e em estado de choque; todo o pessoal afastado da sua unidade sem razão aparente (*desertores*<sup>474</sup>) e ainda o pessoal ferido em campanha. Perante esta realidade, o comandante seria o responsável pelo controlo do seu pessoal e por todas as medidas preventivas para minimizar o número de extraviados entre as suas tropas, nas quais se incluíam: o esclarecimento do seu pessoal acerca da missão da unidade; o treino dos seus comandantes de escalões mais baixos na perceção dos

---

<sup>472</sup>Ministério do Exército, *O Moral dos Exércitos*, 1950, pp.1 à 8; *Correspondência de Agostinho José Freire para várias entidades sobre pessoal e moral e bem-estar*; 35 folhas manuscritas produzidas entre novembro de 1833 até julho de 1834; (*Documentação Liberal - AHM/DIV/1/19/037/096*) *Correspondência de várias entidades para o ministro da Guerra sobre moral e bem-estar, demissões de pessoal, uniformes, vencimentos, intendência*; 64 folhas manuscritas produzidas entre dezembro de 1833 até maio de 1834; (*Documentação Miguelista - AHM/DIV/1/20/103/12*).

<sup>473</sup>*Instruções para o serviço das guardas de guarnição, extrahidas dos regulamentos do exército acomodadas á sua actual disciplina e augmentadas com o novo regulamento disciplinar*; 1863, pp. 3 à 20.

<sup>474</sup>Exército Português, *Regulamento Disciplinar do Exército*, 1875, pp.1 à 32.

sintomas de fadiga em combate e, por último, todas as medidas tendentes à segurança interna das suas unidades envolvidas em operações.

**Quadro 2.11. – Comando e Moral no Combate de Pernes**

| <b>O Combate de Pernes</b><br>(29 de janeiro de 1834) | <b>Exército Liberal</b>  | <b>Exército Absolutista</b>   |
|---|--|---|
| <b>Comando</b><br>(Decisões dos líderes)              | <p><b>Boas decisões</b> de Saldanha permitiram o efeito surpresa da tática liberal sobre os miguelistas em Pernes, idealizada pelo Marechal a partir de Torres Novas.</p>                                      | <p><b>Más decisões</b> do Marechal de Campo Canavarro e do comandante da 1ª brigada, o coronel francês Brassaget, permitiram que fossem surpreendidos pelos liberais, apesar das melhores informações e conhecimento do terreno por parte destes líderes.</p>   |
| <b>Moral</b><br>(Estado de espírito das tropas)       | <p><b>Bom ou Elevado</b>, após os sucessos dos liberais contra os miguelistas, no Cerco de Lisboa, em 11 de outubro de 1833, retirando os mesmos por esta razão da região do Lumiar em direção a Santarém.</p> | <p><b>Mau ou Baixo</b>, tendo em conta a situação das tropas miguelistas em Santarém, sujeitas na vila ao “<i>Typho exterminador</i>, [onde] <i>havia dias em que faleciam mais de 100 pessoas!</i>” O exército seria constituído na maioria por homens famintos, “<i>rôtos e descalços, com quase dois anos de atraso nos soldos e préts [vencimentos]</i>”. Todo este cenário acabou por aumentar o número de extraviados neste período do lado miguelista.</p> |

**Fonte:** *Collecção dos Boletins Officiais das Operações do Exército Libertador*, pp. 321 à 323 e Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, pp.524 à 526.

**Quadro 2.12. – Comando e Moral na Batalha de Almoester**

| <b>Batalha de Almoester</b><br>(18 de fevereiro de 1834) | <b>Exército Liberal</b>   | <b>Exército Absolutista</b>   |
|--|---|---|
| <b>Comando</b><br>(Decisões dos líderes)                 | <p><b>Boa decisão</b>, com a manobra tática idealizada por Saldanha, o que lhe permitiu a transição de uma postura defensiva, para uma manobra de cariz ofensivo, atacando em tempo e com sucesso o flanco direito e central do corpo miguelista do general Lemos, que entretanto tinha atravessado a ponte de Santa Maria.</p> | <p><b>Má decisão</b> do General Póvoas, que desvalorizou o conhecimento do terreno por parte dos liberais. Esta realidade permitiu aos constitucionais reagir em tempo, contrariando com sucesso o envolvimento realizado pelo general miguelista Lemos sobre o seu flanco esquerdo, que era o menos protegido do seu dispositivo.</p>  |
| <b>Moral</b><br>(Estado de espírito das tropas)          | <p><b>Bom ou Elevado</b>, tendo em conta as vitórias alcançadas pelos liberais no combate de Pernes, no dia 29 de janeiro de 1834, antes da conquista durante esse mês de cidades e vilas como Leiria, Ourém, e Torres Novas.</p>   | <p><b>Mau ou Baixo</b>, tendo em conta a situação das tropas miguelistas, que estavam sujeitas a uma situação de fome extrema, após a conquista do lugar de Pernes pelos liberais. A perda deste local tinha constituído, assim, um rude golpe na principal fonte de reabastecimentos absolutista para Santarém, afetando assim o moral das tropas posicionadas na vila, aumentando o número de mortos, extraviados e desertores miguelistas nesse período.</p> |

**Fonte:** *Collecção dos Boletins Officiais das Operações do Exército Libertador*, pp. 297 à 317; James Edward Alexander, *Sketches in Portugal during The Civil War of 1834*, pp. 132 à 152 e Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, pp.524 à 527.

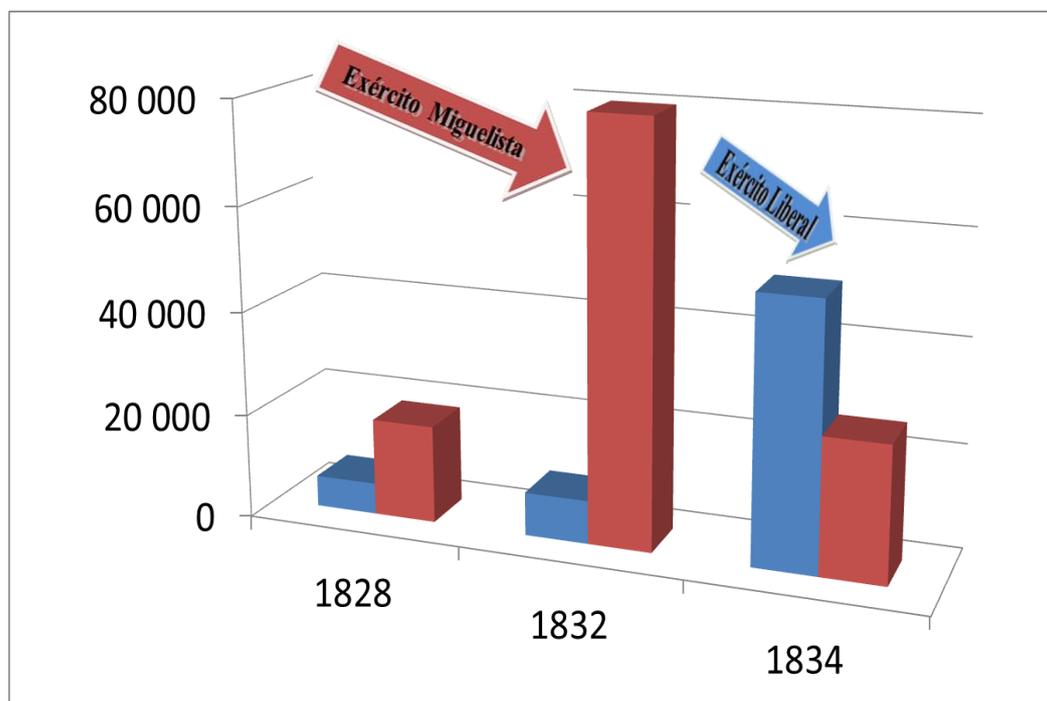
O que foi exposto nos quadros anteriores resultou da comparação sincrónica efetuada por nós junto da moral das tropas dos exércitos de D. Miguel e D. Pedro, a par do processo de liderança dos seus respetivos chefes militares. Mais uma vez compreendeu os dois momentos bélicos mais marcantes da Guerra Civil, no ano de 1834, no auge da campanha militar de Santarém, tendo sido a sua análise construída com base em diferentes fontes primárias datadas desse mesmo ano.

Com base nas fontes referidas, concluiu-se que no combate de Pernes o moral das tropas era elevado do lado dos liberais e baixo do lado dos miguelistas, por causa dos sucessos dos primeiros no Cerco de Lisboa, ao mesmo tempo que os miguelistas eram assolados por uma epidemia de tifo na vila de Santarém, o que provocava grande número de mortos junto das suas fileiras. O campo de batalha também trazia sucessos para o lado liberal, muito por ação das melhores decisões táticas dos seus líderes, como se pode constatar no confronto sangrento de Pernes, do dia 29 de janeiro de 1834.

Por sua vez durante a batalha de Almoester, a mesma realidade acabou por se verificar, com o moral em baixo entre os miguelistas após o episódio de Pernes, que tinham proporcionado aos liberais um enorme capital de confiança. Já no campo de batalha, a experiência do líder liberal (Saldanha) permitiu-lhe mais uma vez tomar as melhores decisões táticas nas operações que iam decorrendo junto ao seu flanco esquerdo, o mais vulnerável, e que acabou por ser envolvido pelas tropas miguelistas do General Lemos, junto à Ponte de Santa Maria. Estes eventos constituiriam um rude golpe no moral das tropas absolutistas sediadas em Santarém, provocando grande número de extraviados e desertores do lado miguelista, que já não suportavam as condições de campanha a que estavam sujeitos na época observada.

### 2.1.3. Síntese comparativa

**Figura 2.25.** – Comparação dos efetivos do exército liberal e miguelista, nos anos de 1828, 1832 e 1834, três períodos marcantes da Guerra Civil Portuguesa.



**Fonte:** Luz Soriano, *História da Guerra Civil Portuguesa*, Tomo II, Parte II, pp.366 à 390 e Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Volume VII, pp.325 à 327.

O que foi apresentado no gráfico acima resultou da análise diacrónica e sincrónica efetuada por nós junto dos efetivos e recrutamento militar dos exércitos de D. Miguel e D. Pedro, em três momentos marcantes da Guerra Civil, nos anos de 1828, 1832 e 1834. Este último ano correspondeu já ao empenhamento dos dois exércitos na campanha de Santarém, tendo sido a sua análise construída com base em diferentes fontes primárias datadas de 1833 e 1834. Verificaram-se assim diferenças evidentes no recrutamento militar dos dois exércitos em confronto, neste período. Perante esta realidade, estamos assim em condições de responder a uma das partes da questão derivada formulada no início deste estudo: “*De que forma as diferenças no recrutamento militar dos dois exércitos concorreram para o sucesso de D. Pedro na campanha de Santarém?*” Para esta mesma interrogação, foi equacionada uma

hipótese que constituiu uma possível resposta à questão levantada, com o seguinte enunciado: *“A eficácia do recrutamento militar do exército de D. Pedro contribuiu para o sucesso das suas operações no âmbito da campanha militar de Santarém”*. Esta hipótese acabou por se verificar totalmente, de acordo com as conclusões a que chegámos, no ponto 2.1.1., dedicadas à análise do Recrutamento Militar dos dois exércitos na Campanha de Santarém. Com base nas fontes referidas, concluiu-se que o efetivo dos exércitos em 1834 se transformou radicalmente, surgindo o lado miguelista apenas com 26 000 efetivos, contra os mais de 50 000 homens nas fileiras liberais. O maior número de efetivos estava assim, neste ano da guerra civil, do lado liberal, muito por influência do maior número de corpos de infantaria. Esta diferença em termos de recrutamento militar poderá ter contribuído para o fim da guerra e respetiva vitória dos liberais, numa altura em que a Guerra Civil decorria na região de Santarém, que constituiu aqui o foco da nossa investigação. A comparação com outros anos permitiu igualmente reforçar esta conclusão e respetiva confirmação da hipótese levantada, dado que no início do conflito em 1828, o efetivo dos exércitos tinha orientações totalmente contrárias, com 18 727 combatentes do lado miguelista, contra os apenas 6 000 do lado pedrista, no período em que os partidários de D. Pedro puseram em marcha uma revolta partir de 16 de maio de 1828 contra o golpe de estado miguelista. Tal cenário ainda foi mais evidente em 1832, em que o total de 80 000 combatentes do lado miguelista, contra apenas 8 300 do lado constitucional, praticamente com dez vezes mais efetivos, num período em que a guerra retornava novamente ao território continental, acontecimentos que foram materializados com o desembarque dos liberais a norte da cidade do Porto, na Praia da Arenosa do Pampelido, junto à povoação do Mindelo.

A título de conclusão, em 1834, o recrutamento militar dos exércitos em confronto tinha-se assim transformado totalmente, em relação aos anos de 1828 e 1832, agora com vantagem para o lado liberal, praticamente com o dobro dos efetivos. Para esta realidade, faziam parte não só as unidades portuguesas já referidas, mas também os corpos estrangeiros que constituíam o exército de D. Pedro na altura, dotados de uma elevada moral como se pôde observar, à qual se associou uma melhor capacidade de decisão por parte dos líderes liberais na condução das operações militares que decorreram na campanha militar de Santarém, como observámos no ponto anterior.

## 2.2. As subsistências dos exércitos de D. Pedro e D. Miguel na campanha militar de Santarém: uma comparação

As antigas subsistências dos exércitos no século XIX, hoje designadas por logística, surgiam como um conjunto de atividades necessárias para prever e promover as necessidades das tropas em campanha, incluído o reabastecimento, alimentação, transporte, serviço de saúde e ainda outros serviços de campanha. Por esta razão, no início do século XIX, Lorde Wellington já destacava a importância de algumas atividades relacionadas com o apoio logístico<sup>475</sup> em combate, quando referia que o sucesso de qualquer operação militar estava muito dependente do reabastecimento de víveres e da consequente alimentação das tropas. Este provimento de homens e animais, segundo ele, contribuía de forma decisiva para o desenvolvimento das operações, dos diferentes exércitos em confronto.

Será nesta realidade que as subsistências liberais e miguelistas durante a campanha militar de Santarém serão analisadas por nós, numa altura em que tinham como principal responsável um oficial que na época era designado por *Quartel-Mestre-General*. Foi na execução desse mesmo papel, que nos anos de 1833 e 1834 surgiram militares como o Tenente-Coronel Baltazar de Almeida Pimentel, em representação das cores liberais, enquanto no campo miguelista assumia protagonismo o Marechal de Campo João Honorato Rolim<sup>476</sup>.

---

<sup>475</sup> O apoio logístico incluía um conjunto de atividades (*reabastecimento, alimentação, transportes, serviço de saúde e outros serviços*), que visavam a subsistência ou sustentação das forças militares no cumprimento das suas missões em campanha. *Regulamento do Comissariado de Viveres e Transportes para o Exército Português*, Lisboa, Imprensa Régia, 1829, pp. 67 à 69; *Regulamento Provisório para a Administração Militar*, Porto, Imprensa de Gandra e Filhos, 1833, pp. 5 à 37 e Manuel da Costa Dias, *As subsistências dos aliados na campanha contra Massena (1810-1811)*, in *Revista Militar*, 1910, tom. LXII, pp. 848-856.

<sup>476</sup> O *Quartel-Mestre-General* era um oficial do estado-maior de uma unidade, de escalão igual ou superior a batalhão, responsável por todos os assuntos relativos à administração dos recursos materiais e financeiros, das diferentes forças que a compunham. Cf. *Correspondência de João Ferreira Sarmiento para Baltazar de Almeida Pimentel sobre pessoal, abastecimentos, contabilidade e vencimentos*, 9 fls. Manuscritas produzidas entre fevereiro de 1834 e agosto de 1834. (*Documentação Liberal/AHM/DIV/1/19/037/073*); *Ofício de Raimundo José Pinheiro para João Honorato Rolim, Quartel-Mestre-*

### 2.2.1. O reabastecimento e a alimentação das tropas

Em campanha, o reabastecimento surgia como a atividade que visava as ações relacionadas com a obtenção, receção, armazenagem e distribuição em tempo e na quantidade necessária, de todos os abastecimentos<sup>477</sup> a serem utilizados pelas forças militares em campanha. Por esta razão foram vários os ofícios trocados entre os comandantes das diferentes forças liberais e miguelistas, com os respetivos quartéis-mestres-generais nos anos de 1833 e 1834. Após análise detalhada desses mesmos documentos, neles são visíveis as dificuldades por que passaram as diferentes unidades dos dois exércitos nesse período na região de Santarém, principalmente no que diz respeito ao reabastecimento dos víveres necessários aos exércitos em operações na campanha de Santarém.

Esta mesma realidade foi confirmada, na diferente correspondência que foi trocada entre Joaquim José Marques Caldeira e o quartel-mestre liberal da época Baltazar Pimentel, sobre abastecimentos, alimentação, transportes e solípedes entre os meses de dezembro de 1833 e Maio de 1834, onde eram mencionadas as necessidades de algumas unidades que operavam na região de Santarém. Perante as dúvidas do Quartel-Mestre, Joaquim Caldeira, avançava em 25 de dezembro de 1833, com uma razão para a falha no reabastecimento de pão entre as tropas liberais. Respondeu assim que as três mil rações de pão, em reserva num depósito liberal, para sustentação de uma determinada unidade que as tinha solicitado, já tinham sido utilizadas por outra força com as mesmas características, sem o seu conhecimento. Toda esta situação retratava falhas óbvias no processo de reabastecimento liberal e na quantidade de rações de pão disponíveis para as suas tropas, durante a campanha de Santarém. Perante este cenário,

---

*General, sobre intendência, fardamento, explosivos e armamento*; 3 fls. manuscritas produzidas entre janeiro e março de 1834; (*Documentação Miguelista /AHM/DIV/1/20/054/13*).

<sup>477</sup> Os *Abastecimentos* constituíam um conjunto de atos ou efeitos de abastecer, necessários para fornecer e prover as tropas de tudo o que era necessário para cumprir as suas missões em campanha. *Regulamento Provisório para a Administração Militar*, Porto, Imprensa de Gandra e Filhos, 1833, pp. 5 à 37 e Torres Afonso, *Logística de Campanha*, 2007, p. 21.

Joaquim Caldeira registava no seu ofício que iria mitigar o problema da melhor forma, referindo que no momento em que o documento fosse lido por Baltazar Pimentel, já a força referenciada no documento teria disponível as “três mil rações de pão para serem distribuídas, [continuando] a olhar pela mesma, afim de não haver semelhantes faltas<sup>478</sup>”.

No que diz respeito à situação das tropas miguelistas posicionadas em Santarém, era evidente que passavam por problemas ainda piores, sendo avançada como explicação para esta situação a falta de todo o tipo de abastecimentos na região. Num ofício do Conde da Atalaia, Coronel Governador Militar e Corregedor da comarca de Santarém, datado de 4 de setembro de 1833, eram solicitados os bons ofícios de D. Miguel, comandante supremo do exército miguelista, para esta situação. Era assim solicitado um rateio geral aos povos da jurisdição da comarca de Santarém, para que as forças absolutistas pudessem ser abastecidas de “pão, vinho, cevada e bois<sup>479</sup>”. Neste contexto, podemos ainda acrescentar as descrições de Luz Soriano, que refere no seu livro sobre a Guerra Civil, a existência nos arredores de Santarém de um acampamento miguelista, organizado para suprimir as dificuldades logísticas do seu exército na vila. Este local situado na Portela (atual povoação da *Portela das Padeiras*), nas imediações a norte do burgo principal, constituía-se como uma espécie de área de apoio em subsistências, para os homens e os animais deste exército, que aqui descansavam e se abasteciam de víveres para as diferentes unidades que atuavam na região em várias operações militares a partir das suas posições na vila e arredores<sup>480</sup>.

A título de comparação, estas mesmas dificuldades logísticas já tinham acontecido anos antes, em plena Guerra Peninsular, durante a terceira invasão francesa, que integraria a primeira grande campanha militar que iria ocorrer na região de Santarém. Numa carta escrita em 10 de Janeiro de 1811, Beresford ilustrava de forma veemente, a

---

<sup>478</sup> Cf. *Correspondência de Joaquim José Marques Caldeira para Baltazar de Almeida Pimentel sobre abastecimentos, transportes e solípedes*; 22 fls. Manuscritas produzidas entre dezembro de 1833 e maio de 1834. (*Documentação Liberal/ AHM/DIV/1/19/037/091*).

<sup>479</sup> Cf. *Correspondência do Conde da Atalaia para o Rei Dom Miguel, sobre a falta de abastecimentos em Santarém*; 1 fl. Manuscrita produzida em 4 de setembro de 1833. (*Documentação Miguelista/ AHM/DIV/1/20/104/07*).

<sup>480</sup> Luz Soriano, *História da Guerra Civil*, Tomo V, 1885, pp. 136 à 142.

D. Miguel Pereira Forjaz, as dificuldades que se faziam sentir nos abastecimentos, quando destacava a pouca inteligência da junta de víveres<sup>481</sup> da época, na aquisição dos abastecimentos para as forças envoltas nessa campanha militar. Solicitava, então, a possibilidade de este poder avançar com dinheiro, para se pagar o preço dos bois que ele próprio mandou procurar e comprar, de forma a suprimir a falta de carne fresca, que permitia alimentar o seu exército. Na sua opinião e tendo em conta a possibilidade do inimigo reforçar Massena pelo Alentejo, deveriam ser retirados todos os víveres desta região, de forma a garantir “a subsistência da capital [Lisboa] e do exército<sup>482</sup>”, situação que atestava de forma clara, a necessidade de mantimentos por parte do exército Luso-Britânico nesse período.

Mas as dificuldades das unidades portuguesas empenhadas na campanha de Santarém não se limitavam apenas ao reabastecimento de víveres, sendo o fornecimento de fardamento, armamento, munições e outro equipamento também uma realidade que se apresentava extremamente difícil. Um exemplo claro desta realidade vivida durante as operações que decorriam na campanha de Santarém é evidente num ofício miguelista datado de 12 de dezembro de 1833, redigido pelo chefe da Secretaria do Governo Miguelista sediado na vila. Nesse documento, Manuel Epifânio Saldanha Machado informava o seu Quartel-Mestre-General sobre a intenção de satisfazer com bastante urgência a requisição já antiga de “cartuxame e pederneiras [para as armas] para preencher as faltas do Batalhão Provisório de Voluntários Realistas de Lisboa” que atuavam em operações na região, apesar das restrições existentes para o efeito, porque os mesmos eram escassos entre os absolutistas. Procurava-se assim evitar o risco desta força se tornar totalmente inoperacional em pleno campo de batalha, segundo o autor desta missiva. Adicionava ainda a necessidade de serem fornecidas “mantas para os

---

<sup>481</sup>Também designada por *Junta da Direção Geral dos Provimientos de Boca* ou *Junta de Munições de Boca*, já tinha visto a sua atuação ser criticada por Beresford, num ofício de 6 de Janeiro de 1811, acusando-a de funcionar no sentido contrário às suas intenções, sendo, para ele, a principal origem das grandes falhas de víveres e da desordem que se vivia no apoio logístico ao exército português. Fernando Rita, *A Guerra Peninsular em Santarém*, 2011, p. 140.

<sup>482</sup> (AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1). *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe do exército Anglo-Luso, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre víveres*, datada de 10 de Janeiro de 1811.

soldados dormirem, e lenha e azeite para o rancho” dos militares, sendo todos estes objetos determinantes para o exercício pleno da guerra<sup>483</sup>. Ainda do lado miguelista, o reabastecimento de fardamento constituía-se como uma das maiores dificuldades das tropas que atuavam na campanha de Santarém. Por esta razão, num ofício miguelista dirigido ao Quartel-Mestre-General, datado de 22 de novembro de 1833, era referido que o Regimento de Milícias do termo de Lisboa Oriental apresentava uma “absoluta falta de calçado dos oficiais inferiores e mais praças do dito corpo” não podendo os mesmos “ocorrer a tal necessidade, por não terem comunicação com as suas famílias<sup>484</sup>” durante esse período.

Por sua vez, do lado liberal, num ofício de 2 de janeiro de 1834, da lavra de João Ferreira Sarmiento, representante da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra para o Quartel-Mestre-General do exército em operações, Baltazar de Almeida Pimentel, era referida a intenção de satisfazer o mais rápido possível algumas necessidades já expostas por forças liberais, no que diz respeito a fardamento, armamento e outro tipo de equipamento utilizado em campanha. No documento era então mencionada a ordem já transmitida ao Inspetor-Geral Interino do Arsenal do Exército para, com urgência, “dar descarga dos artigos de fardamento, armamento e equipamento” constantes da relação elaborada pelo Batalhão de Caçadores nº10, que tinha perdido todo o seu material após um “incendio que teve lugar nas suas barracas<sup>485</sup>” de campanha, durante as operações que decorriam na região de Santarém em dezembro de 1833. No que diz respeito ao apoio logístico, as dificuldades já referidas abrangiam também o fornecimento de munições; foi esta a razão do ofício manuscrito em 23 de abril de 1834 pelo major

---

<sup>483</sup> Cf. *Aviso da Repartição do chefe de Estado-Maior-General para várias entidades sobre munições, mortos, hospitais, médicos, presos liberais, solípedes, vencimentos, armas, obras, intendência, dispensas de pessoal, abastecimentos, deslocamentos, artilharia, explosivos e forragens*; 52 fls. Manuscritas produzida em dezembro de 1833. (*Documentação Miguelista/ AHM/DIV/1/20/163/12*).

<sup>484</sup> Cf. *Aviso do Ministério da Guerra para várias entidades sobre víveres, fardamentos, vencimentos, munições, intendência, alimentação e presos*. (*Documentação Miguelista/ AHM/DIV/1/20/182/23*).

<sup>485</sup> Cf. *Correspondência de João Ferreira Sarmiento para Baltazar de Almeida Pimentel sobre abastecimentos, transportes, obras, vencimentos, solípedes, pessoal, uniformes, armamento, intendência e contabilidade*; 85 folhas manuscritas entre janeiro e setembro de 1834. (*Documentação Liberal / AHM/DIV/1/19/037/095*).

Francisco Alpoim Monteiro Lobato para o Quartel-Mestre-General Baltazar Pimentel, materializando essa preocupação. Na qualidade de comandante dos voluntários liberais de Rio Maior, aqui posicionados no apoio às forças pedristas que operavam na região de Santarém, entre o Vale e Almoster, o mesmo solicitava com urgência as munições necessárias para o desempenho das suas missões. Remetia informação sobre a necessidade de satisfazer urgentemente a requisição de munições já solicitada anteriormente pela sua força, mas agora, na qualidade de comandante interino, avançava com uma modalidade prática para a resolução desse prolongado constrangimento. Sugeriu então que viesse desta forma “o cartuxame requisitado, nos transportes que vão com os doentes, para o que vão com o sargento condutor mais dois soldados<sup>486</sup>”, para garantirem de forma eficaz a consecução desse importante transporte. A título de comparação, este mesmo tipo de dificuldade logística já tinha sido observado poucos anos antes junto das forças portuguesas empenhadas na campanha de Santarém da Guerra Peninsular. Sobre estas arduidades atrás referidas, na sua correspondência regular, Beresford escrevia, no dia 10 de Janeiro de 1811, sobre o estado das 50 homens que se apresentaram, ao serviço, vindos da Figueira da Foz, completamente despidos e descalços, não valendo a pena tomarem banho, para se voltarem a vestir com os mesmos trapos que traziam. Solicitou, nesse caso que o ministro Forjaz tratasse de evitar estes inconvenientes, que, segundo ele, redundavam em miséria e indecência, sugerindo que desse ordens “para que estas recrutas sejam vestidas com os fardamentos, que se lhe costumão dar de policia, até para serem separadas do rigor das estações<sup>487</sup>”.

Ainda sobre a alimentação das tropas na campanha de Santarém, havia diferenças significativas entre o que se passava do lado liberal e do lado absolutista, apesar das dificuldades comuns no reabastecimento de víveres, como foi observado. James Edward Alexander referia então nas suas memórias, após a observação das operações das

---

<sup>486</sup>Cf. *Correspondência de Francisco Alpoim Monteiro Lobato para Baltazar de Almeida Pimentel sobre munições, transportes, passaportes e civis*; 5 folhas manuscritas entre março e abril de 1834. (*Documentação Liberal / AHM/DIV/1/19/037/110*).

<sup>487</sup>Cf. (*AHM/Div. 1/Sec.14/Cx.22/Doc.Nº1*); *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre fardamento*, datada de 10 de Janeiro de 1811 e Fernando Rita, *A Guerra Peninsular em Santarém*, p.141.

tropas liberais que aí decorriam em 1833 e 1834, qual era a dieta diária deste exército<sup>488</sup>. Segundo ele o exército liberal andava succulentamente alimentado, principalmente de carne, ao contrário dos miguelistas que só comiam carne dia sim, outro não. Neste contexto acrescentava: que as rações das tropas ao serviço da rainha consistiam em 500 gramas de carne de boa qualidade por dia, 680 gramas de pão, 1 quartilho ou meio litro de vinho tinto, um pequeno cálice de uma bebida alcoólica, além de cinco vinténs em dinheiro, muitas vezes empregue pelos militares em peixe, vegetais ou mesmo fruta, caso os encontrassem na zona onde se movimentavam em operações. Por sua vez, o miguelista António Guedes de Quinhones, nas suas memórias, referia que o exército absolutista em Santarém “estava em muito pior pé, falta de tudo, sofria a maior privação no fornecimento de boca<sup>489</sup>”. Por esta razão acrescentava que o exército tinha cada vez menos efetivos devido aos efeitos da guerra, por ação da doença, mas principalmente pela fome, o que tinha levado o general Póvoas, comandante-em-chefe do mesmo, a fazer sair as suas tropas para fora dos entrancheiramentos, ocupando os arredores de Santarém, de forma a diminuir a mortalidade que todos os dias ocorria nas suas fileiras, “porém, não o podia salvar da fome, que cada vez mais o apurava<sup>490</sup>”. Perante esta situação o general solicitava ao infante uma solução através do seu Intendente<sup>491</sup> do Exército para os víveres, mas o mesmo, faltando-lhe recursos, respondia “que, se tinham fome, fossem entrar em Lisboa, e não estivessem naquela apatia em Santarém, onde não haviam ficar toda a vida<sup>492</sup>”. A título de comparação, também foram evidentes as dificuldades sentidas pelo exército português na alimentação das tropas empenhadas na campanha de Santarém, durante a terceira invasão francesa. A este propósito, Beresford, num ofício de 15 de Janeiro de 1811, enviado a D. Miguel Forjaz, atestava esta situação,

---

<sup>488</sup> James Edward Alexander, *Sketches in Portugal During the Civil War*, p.11

<sup>489</sup> António Guedes de Quinhones, *Memórias de um Miguelista Renegado*, p.170.

<sup>490</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>491</sup> Os *Intendentes Militares* eram funcionários da Administração Militar nomeados pelo rei, surgiam como funcionários que verificavam por meio de revistas “a existência das pessoas, e das cousas de que pode provir qualquer despesa”, providenciando que qualquer estabelecimento militar, corpo, ou individuo, tem os seus respetivos abastecimentos e vencimentos. *Regulamento Provisório para a Administração Militar*, Porto, 1833, pp. 6 e 7.

<sup>492</sup> António Guedes de Quinhones, *op.cit.*, p.172.

alertando para as repetidas queixas diárias, dos corpos e brigadas, que “por falta absoluta de pão, tem consumido toda ou parte das suas reservas, o que causa hum transtorno geral na subsistência do exército<sup>493</sup>”. Achando-se então o exército português quase esgotado de toda a qualidade de víveres, Beresford temia mais a falta de meios do governo para fornecer o que se comesse, do que propriamente a força do inimigo francês.

---

<sup>493</sup>Cf. (AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1), *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre abastecimento e víveres*, datada de 15 de Janeiro de 1811 e Fernando Rita, *A Guerra Peninsular em Santarém*, p.144.

### 2.2.2. Os transportes na campanha

Os transportes também constituíam uma valência importante para o apoio logístico dos exércitos em campanha, ao incluírem todos os equipamentos e animais necessários para o deslocamento de pessoal, dos víveres, armamento, munições e de outro tipo de material que equipasse as tropas. Esses movimentos feitos em tempo oportuno e nas quantidades desejadas para um determinado local, contribuía para o cumprimento da missão das diferentes forças militares. Ao nível dos meios de transporte, apesar de nos encontrarmos numa época onde os transportes à custa da tração animal e embarcações predominavam, verificava-se que a maioria dos deslocamentos era pedonal, à exceção dos corpos de cavalaria e dos oficiais, a quem era fornecido uma cavalgadura. Sendo assim, neste período, muito do gado usado nos campos foi requisitado e utilizado nos sistemas de transportes do exército, nomeadamente nos trens da intendência e artilharia, servindo também para completar os efetivos em solípedes das unidades de cavalaria.

Mas o apoio em transportes à campanha de Santarém, muitas vezes processou-se com grandes contrariedades; num ofício de Joaquim José Marques Caldeira para o Quartel-Mestre-General do exército em operações na região de Santarém, Baltazar de Almeida Pimentel, datado de 28 de abril de 1834, era feito um ponto de situação sobre o fornecimento de cavalgaduras a essa força, por indicação do Inspetor-Geral dos Transportes do lado liberal. No documento era então referido que só *“sejão entregues 4 cavalgaduras das nove”* que estavam previstas entregar desde *“14 de outubro do ano próximo passado [1833], para serviço do Quartel-General-Imperial”* que estava sediado na vila do Cartaxo<sup>494</sup>.

No que diz respeito ao lado miguelista, num ofício 25 de Dezembro de 1833, da Repartição do Chefe de Estado-Maior-General para o Inspetor-Geral dos Transportes, Izidro António de Andrade Semblano, sobre cavalgaduras, era-lhe solicitado a satisfação de uma *“requisição de três cavalgaduras maiores, para transportar a reserva e efetivos”* do

---

<sup>494</sup>Cf. *Correspondência de Francisco José Marques de Caldeira para Baltazar de Almeida Pimentel sobre munições, transportes e solípedes*; 54 folhas manuscritas produzidas em abril de 1834. (*Documentação Liberal - AHM/DIV/1/19/22/1*).

Regimento de Milícias de Vila Viçosa. Ao pedido anterior era ainda acrescentado para os bons ofícios do inspetor, uma requisição duplicada do novo Regimento de Infantaria de Lisboa que contemplava o fornecimento de “*seis cavalgadas de bagagem*”. Também num ofício de 30 de dezembro de 1833 seria ainda possível observar as necessidades em transportes do serviço de saúde do exército miguelista. Desta forma o Cirurgião-Mor do Regimento de Infantaria de Abrantes, Bento José Godinho, requeria “*dois carros de bois e huma pipa para conduzir água para o Hospital Militar estabelecido no Convento da Graça*” na vila de Santarém<sup>495</sup>, durante a campanha militar que aí decorria.

A título de comparação, também durante a Terceira Invasão Francesa, o marechal Beresford colocava em causa as justificações dadas, pela entidade responsável, pelo fornecimento de gado bovino usado nos transportes, quando tentava explicar as falhas no fornecimento desse meio, com base na grande “*falta de bois para o fornecimento do exército*”. De acordo com o ofício de 6 de Janeiro de 1811, ele afirmava que tinha visto, com os seus próprios olhos, uma quantidade prodigiosa de bois, ao longo das margens Sul do Tejo, “*que os lavradores [lhe] tem requerido, [que os] deixe passar para o Norte, por não terem que lhe dar, a comer*<sup>496</sup>” o que não tem sido autorizado, para não caírem nas mãos do inimigo.

Também com as embarcações, que foram igualmente solicitadas e utilizadas como meio de transporte de tropas, víveres, material e diferentes tipos de equipamentos, verificaram-se algumas dificuldades na sua disponibilidade e requisição para efeitos da campanha militar de Santarém. Desta forma, num ofício liberal de 22 de janeiro de 1834 esta realidade tornava-se evidente, quando o responsável pela inspeção junto do Arsenal Real da Marinha, Fortunato de Almeida Souza e Sá, manifestava as suas preocupações com a reparação de todas as embarcações que eram necessárias para o transporte de víveres e

---

<sup>495</sup>Cf. *Avisos (minutas) da Repartição do chefe de Estado Maior General para várias entidades sobre solípedes, vencimentos, armas, obras, intendência, dispensas de pessoal, abastecimentos, deslocamentos, artilharia, explosivos e forragens*. 52 fls. manuscritas produzidas em dezembro de 1833, (*Documentação Miguelista - AHM/DIV/1/20/163/12*).

<sup>496</sup>Cf. (*AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1*), *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre abastecimento e solípedes*, datada de 6 de Janeiro de 1811.

água, no apoio às operações que decorriam na região de Santarém. Neste enquadramento alertava assim os responsáveis do arsenal no sentido de “*haver muita precisão dessas reparações*”<sup>497</sup> que deveriam ser feitas com a maior brevidade possível, para apoiar as subsistências das tropas liberais em campanha.

Do lado miguelista<sup>498</sup> esta preocupação era igualmente sentida, quando num ofício de 21 de fevereiro de 1834 do oficial engenheiro Francisco Thomé da Silva para o Quartel-Mestre-General realista, João Honorato Rolim, a solicitar o fornecimento de várias embarcações para a região de Santarém. Era assim requerido que o mesmo pontificasse “*sem perca de tempo o maior número de barcos, para a ponte sobre o Zêzere*”. Esta ponte de barcas a ser construída sobre o rio, pelo Real Corpo de Engenheiros, iria permitir que as comunicações miguelistas com a Beira Baixa e Beira Alta e a região de Santarém fossem garantidas. Eram assim asseguradas várias vertentes do apoio logístico à campanha militar de Santarém, com a movimentação de reforços (tropas) de norte para sul, para este teatro de operações, ao mesmo tempo que se garantia vários reabastecimentos para as unidades miguelistas a atuar na zona, com os víveres e munições necessárias para a sua subsistência em ações de combate.

Para o mesmo efeito, durante a campanha militar que ocorreu em plena terceira invasão francesa, a distribuição de embarcações em apoio do exército anglo-português, ocorrida entre os meses de fevereiro e março de 1811, foi controlada pelo Arsenal Real de Marinha. Na região do concelho de Santarém, em frente ao porto de Valada, eram assim várias as embarcações alistadas ao serviço das forças portuguesas no depósito do

---

<sup>497</sup>Cf. *Correspondência do tenente-coronel Amaro dos Santos Barroso, governador militar de Almada, para José Lúcio Travassos Valdez, ajudante general do Exército, dando notícias sobre as posições dos rebeldes no Alentejo, pessoal, operações, disciplina, embarcações, víveres, deserções, presos e solípedes*. 47 fls. manuscritas produzidas entre janeiro e abril de 1834; (*Documentação Liberal - AHM/DIV/1/19/005/15*).

<sup>498</sup>Cf. *Correspondência de várias entidades para João Honorato Rolim sobre solípedes, presos, mapas da força, deslocamentos, itinerários e embarcações*. 23 fls. Manuscritas produzidas entre novembro de 1833 e abril de 1834. (*Documentação Miguelista - AHM/DIV/1/20/036/14*).

Escaroupim<sup>499</sup>. Já de acordo com um mapa, que refere as embarcações alistadas ao serviço do exército português no Ribatejo<sup>500</sup> foram cento e duas as embarcações empenhadas no apoio à campanha, entre lanchas, barcos, bateis, saveiros e ovarinos. Estiveram as mesmas envolvidas no transporte de várias remessas de géneros, de pão e forragens para as forças empenhadas na região de Santarém e no movimento de tropas do porto de Valada para a margem esquerda do rio Tejo, onde estava posicionado Beresford.

---

<sup>499</sup>Povoação situada na margem esquerda do Tejo, em frente à povoação de Valada. GCS, *Sistema de informação geográfica de emergência de Santarém*, Santarém, 2008, Mapa do concelho de Salvaterra de Magos.

<sup>500</sup>Cf. (AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 16/ Doc. nº 38); *Mapa das embarcações alistadas no serviço do Exército Português em Ribatejo*. Datado de 1 de Abril de 1811.

### 2.2.3. O serviço de saúde e outros serviços de campanha

O serviço de saúde tinha por finalidade a manutenção dos efetivos em campanha, com base na recuperação dos feridos e doentes contribuindo desta forma para o moral e bem-estar das tropas, através da prevenção de doenças, evacuações rápidas, melhor tratamento de doentes e feridos, desinfestação e controlo de moléstias e epidemias<sup>501</sup>. Neste período, o serviço de saúde era, no entanto, na maioria dos casos deficitário em quantidade e qualidade. Os feridos eram normalmente transportados para um local à retaguarda onde se encontravam os designados hospitais ambulantes<sup>502</sup>, mas como não eram devidamente tratados ao longo do percurso, muitos pioravam ou faleciam mesmo antes de chegar a este destino.

Neste contexto, num ofício redigido no Cartaxo, em 11 de abril de 1834, seria elencada uma das muitas ações determinantes na época, para a melhoria do serviço de saúde no exército liberal. Por ordem do então comandante em chefe do exército em operações, o Conde de Saldanha, para o Ajudante-General do Exército Libertador, seria referida a necessidade de criar um hospital em Lisboa, para o curativo das tropas estrangeiras, neste caso inglesas e francesas. A razão desta necessidade assentava no mal-estar e descontentamento que reinava entre estes militares, por serem tratados nesse período por “*Facultativos [Médicos] portugueses, com os quais se não entendem*”<sup>503</sup>. Era ainda acrescentado no dito manuscrito que após auscultado pelo Ajudante-General do Exército, o Físico Mor do exército liberal, o mesmo concordava com

---

<sup>501</sup>Tenente-coronel Torres Afonso, *Idem*, 2007, pp. 22,138.

<sup>502</sup> Havia um hospital ambulante por cada regimento de infantaria e artilharia e também um por cada brigada de cavalaria e dois batalhões de caçadores, sendo distribuídas a cada uma daquelas unidades, 3 palhoças vazias (barracas), 30 cobertores de lã, 30 pares de lençóis e respetivos instrumentos de cirurgia; *Regulamento Provisório para a Administração Militar*, 1833, pp.10, 11 e 28 e Fernando Rita, *op.cit.*, p.148

<sup>503</sup> Cf. *Correspondência de várias autoridades do Exército de Operações para José Lúcio Travassos Valdez, Ajudante-General do Exército, e Frederico Hogan de Mendonça sobre hospitais, transferência de pessoal, rebeldes que integraram nos Corpos Militares, licenças, presos militares, desertores, condecorações e inspecções de saúde realizadas a praças e oficiais*. 56 Folhas manuscritas entre março e abril de 1834. (*Documentação Liberal – AHM/DIV/1/19/007/05*).

a criação do novo hospital e autorizava “os *Facultativos que deviam ser postos à testa do hospital, Monsieur Saurvay para os franceses, e o Doutor Allcock para os ingleses*<sup>504</sup>”.

Dentro desta realidade, em setembro de 1833, o Inspetor-Geral de Saúde do Exército, João Fernandes Tavares, sobre o mau funcionamento dos hospitais e dos seus quadros, respondia a um ofício do Quartel-Mestre-General Imperial, Baltazar de Almeida Pimentel, dizendo que tinha reprimido como “deveria os diretores dos hospitais que não haviam recebido os soldados do Regimento 11, que se lhe apresentarão doentes<sup>505</sup>”, acrescentando ainda que tal acontecimento não voltaria a ter lugar. Ainda do lado liberal era constatado num ofício de 15 de dezembro de 1833, pelo conselho de administração dos hospitais, das dificuldades que eram sentidas pelo meio hospitalar liberal em campanha. No mesmo manuscrito era então referida a necessidade de serem suprimidas as mais variadas “faltas de artigos de fardamento necessários aos enfermos, principalmente dos que falecem<sup>506</sup>”.

Por sua vez, do lado miguelista a situação do seu serviço de saúde no apoio às tropas em campanha, a título de comparação, apresentava também o mesmo tipo de dificuldades já descritas, sendo pior em relação ao liberal na maior parte das situações analisadas, devido às dificuldades logísticas do exército absolutista em Santarém. Logo em 30 de julho de 1833, o Conde de Bourmont, comandante em chefe do exército de D. Miguel, dava conta das dificuldades de cirurgiões militares junto das tropas em campanha, onde eram efetivamente necessários para o apoio sanitário. Desta forma solicitava junto do Conde de São Lourenço a necessidade de “substituir por cirurgiões civis, os cirurgiões militares que se achão empregados nos hospitais, e que devem

---

<sup>504</sup>Cf. *Correspondência de várias autoridades do Exército em Operações para José Lúcio Travassos Valdez, Ajudante-General do Exército, sobre hospitais*. 1 Folha manuscrita em 11 de abril de 1834. (*Documentação Liberal – AHM/DIV/1/19/007/05*).

<sup>505</sup>Cf. *Ofício para Baltazar de Almeida Pimentel de João Fernandes Tavares sobre hospitais*. 1 fl. manuscrita em 11 de Setembro 1833. (*Documentação Liberal - AHM/DIV/1/19/037/044*).

<sup>506</sup>Cf. *Correspondência de Agostinho José Freire, Ministro da Guerra, para o Conde de Saldanha sobre pessoal, nomeações de pessoal, dispensas de pessoal, transferências de pessoal, disciplina, vencimentos e hospitais*. 77 fls. manuscritas produzidas entre dezembro de 1833 e janeiro de 1834. (*Documentação Liberal - AHM/DIV/1/19/029/07*)

recolher aos respetivos corpos<sup>507</sup>, para proporcionar um apoio sanitário mais direto e necessário às respetivas tropas, que estavam empenhados nas operações militares que decorriam entre Santarém e Lisboa. Neste enquadramento, no dia 31 de julho de 1833, era enviado por ordem de Bourmont para o conde de São Lourenço, um ofício do coronel reformado das milícias, Bento de Barros Lima, na época, comandante de um dos muitos depósitos de convalescentes disseminados pelo reino, para apoio e recuperação dos militares miguelistas considerados indisponíveis no campo de batalha. Requeria assim um “novo abono para a manutenção do rancho das praças do dito depósito, em consequência de se lhe terem acabado os 40\$000 reis, que para o referido fim lhe foram mandados<sup>508</sup>” para apoiar com dignidade todos os militares feridos e doentes, concentrados no depósito sob seu comando. Por último, no dia 30 de outubro, era encaminhado um ofício pelo conde de Lourenço para o Ajudante-Geral do Exército, João Galvão Mexia de Sousa Mascarenhas, onde era evidentes as dificuldades do serviço de saúde na região de Santarém<sup>509</sup>. No mesmo era avançado um pedido do diretor do hospital militar de Tomar, o seu cirurgião-mor, que solicitava a necessidade “de hum edifício próprio, para acrescentar ao referido hospital<sup>510</sup>” tendo em conta o aumento de feridos e doentes resultantes das operações que decorriam nesta região.

---

<sup>507</sup>Cf. *Correspondência do conde de Bourmont para o conde de São Lourenço, ministro da Guerra, sobre envio de documentação relativa a pedido de abonos para despesas com os doentes no Depósito de Convalescentes de Braga e pedido do cirurgião-mor do Exército para todos os cirurgiões militares, que se encontravam empregados nos hospitais, recolherem aos seus respectivos Regimentos*. 11 fls. manuscritas entre julho e setembro de 1833. (*Documentação Miguelista- AHM/DIV/1/20/054/06*).

<sup>508</sup>Cf. *Correspondência do conde de Bourmont para o conde de São Lourenço, ministro da Guerra, sobre envio de documentação relativa a pedido de abonos para despesas com os doentes no Depósito de Convalescentes de Braga e pedido do cirurgião-mor do Exército para todos os cirurgiões militares, que se encontravam empregados nos hospitais, recolherem aos seus respectivos Regimentos*. 11 fls. manuscritas entre julho e setembro de 1833. (*Documentação Miguelista- AHM/DIV/1/20/054/06*).

<sup>509</sup>Cf. *Correspondência do conde de São Lourenço para João Galvão Mexia de Sousa Mascarenhas sobre forragens, vencimentos, contabilidade, remonta, transportes, hospitais, Espanhóis e obras*. 34 fls. manuscritas entre outubro e novembro de 1833. (*Documentação Miguelista- AHM/DIV/1/20/055/07*).

<sup>510</sup>Cf. *Correspondência do conde de São Lourenço para João Galvão Mexia de Sousa Mascarenhas sobre solípedes, abastecimentos, hospitais, vencimentos, inspeções, remonta e forragens*. 51 fls. manuscritas

A título de comparação, também durante o período da terceira invasão francesa, as dificuldades com o apoio sanitário na campanha de Santarém se revelaram evidentes, com atrás foi referido. Numa carta enviada ao Ajudante-General Manuel de Brito Mosinho, em 25 de Janeiro de 1811, o responsável pelo Hospital Militar de Abrantes solicitava o apoio em víveres, utensílios e o aumento da mesada, para fazer face às novas obras e “despesas, em alteração dos muitos doentes<sup>511</sup>” que recebia. O que atesta o empenhamento deste hospital no apoio aos feridos e doentes resultantes das operações militares que decorriam na região de Santarém e das muitas dificuldades que o mesmo sentia para o realizar. Mas na recuperação desses militares feridos e doentes, o papel das juntas de exames de cirurgiões militares<sup>512</sup> foi igualmente determinante para o serviço de saúde da época ao julgar todos os militares que precisavam de licenças para recuperar do seu estado físico, que exigia cuidados sanitários e repouso. A carestia alimentar e outras dificuldades sentidas pelas forças portuguesas sediadas desse lado do rio, eram então provocadas pelas muitas contrariedades junto das subsistências do seu exército, principalmente no reabastecimento de víveres, fardamento e equipamento, o que justificaria em parte, os elevados números de militares feridos e doentes na campanha referida.

Mas as subsistências em campanha também passavam por outros serviços, que funcionavam à parte das atividades, que analisámos anteriormente. Serviços, como aqueles que eram desenvolvidos por carpinteiros, ferradores, espingardeiros, padeiros, a par dos estafetas envolvidos no serviço postal ou posta do exército, constituíam outro

---

produzidas entre setembro e outubro de 1833, em Santarém. (*Documentação Miguelista-AHM/DIV/1/20/055/08*).

<sup>511</sup> Cf. (AHM/ Div. 1/ Sec. 14/ Cx. 22/ Doc. nº 1); *Correspondência do marechal Beresford, comandante-em-chefe, para D. Miguel Pereira Forjaz, sobre hospitais*, datada de 24 e 25 de Janeiro de 1811.

<sup>512</sup> A presença destes médicos era de tal forma importante, que num ofício de 10 de Novembro de 1810, enviado por D. Miguel Forjaz, ao Conde de Resende, deveria ser presente ao conselho de guerra, a determinação do príncipe regente, sobre a sua colocação. O mesmo tinha ordenado, que deveriam ser atribuídos aos corpos de milícias em campanha, um cirurgião-mor (que tinham o posto de capitão) e dois cirurgiões ajudantes (que eram tenentes), vencendo os mesmos durante a guerra, doze mil e seis mil réis, respetivamente. Cf. ANTT, Conselho de Guerra, *Ofício de 10 de Novembro de 1810 de D. Miguel Pereira Forjaz para o Conde de Resende*, mç.111,cx.767, e *Colecção das Ordens do Dia do Marechal Beresford*, Ordem do Dia de 20 de Novembro de 1810, p.201.

conjunto de atividades determinantes, para completar o apoio logístico prestado às tropas em situação de campanha militar.

Os carpinteiros<sup>513</sup> que acompanhavam a administração do exército garantiam tarefas essenciais, que passavam pela manutenção dos carros e carroças usadas nos transportes, assim como as ligadas à construção de barcos e pontes, quando fosse necessário. Os ferradores<sup>514</sup>, que faziam parte da orgânica dos regimentos de cavalaria, num total de oito, existindo um por companhia, eram determinantes na ferragem das cavalgaduras, usadas no transporte dessas tropas.

Os espingardeiros<sup>515</sup> asseguravam a conservação e reparação do armamento orgânico. Por sua vez, os padeiros<sup>516</sup>, associados ao serviço de alimentação das tropas,

---

<sup>513</sup> Cf. *Correspondência de Henrique Paes Saraiva, Miguel de Almada Santa Marta Mesquita e Mello, juiz de fora de Tomar, e outras entidades para o conde de São Lourenço, ministro da guerra, sobre, mortos, miguelismo, solípedes, transportes, carpinteiros e obras militares*. 11 fls. manuscritas produzidas em abril de 1834. (*Documentação Liberal - AHM/DIV/1/19/230/30*). Cf. *Aviso do conde de São Lourenço, ministro da Guerra, para João Galvão Mexia de Sousa Mascarenhas, Ajudante-General do Exército, sobre a requisição de objetos necessários para o Hospital Militar de Santarém, obras, remetendo relação nominal dos operários que estavam a trabalhar no Trem de Santarém e que eram fornecidos pelos diferentes Corpos e requisição das ferramentas necessárias para ferreiros e carpinteiros da 3ª Bateria de Reserva de Calibre 12*. 81 Folhas manuscritas produzidas em Santarém, em Novembro 1833. (*Documentação Miguelista - AHM/DIV/1/20/111/06*)

<sup>514</sup> Cf. *Processo sobre o requerimento de William Hobson, ferrador, do Regimento de Lanceiros da Rainha*. 6 Folhas manuscritas produzidas em novembro de 1835. (*Documentação Liberal - AHM/DIV/1/19/121/34*). Cf. *Aviso do conde de São Lourenço, ministro da Guerra, para João Galvão Mexia de Sousa Mascarenhas, Ajudante General do Exército sobre requisição de ferraduras e cravos para os cavalos da Bateria de Calibre 6, do Exército de Operações do Alentejo, remetendo a dita requisição e o recibo comprovativo da receção dos referidos objetos, fornecimento de munições, vencimentos e obras*. Produzidas em Santarém, entre janeiro a março a 1834. 11 fls. manuscritas Produzidas em Santarém, entre janeiro a março a 1834. (*Documentação Absolutista - AHM/DIV/1/20/111/08*).

<sup>515</sup> Cf. *Ofício do brigadeiro João Dâmaso Franco de Moraes, governador da Praça de Elvas, para o juiz de fora de Castelo de Vide sobre a apresentação no Trem de Elvas do espingardeiro António de Almeida Bucho para iniciar atividade no local referido*. 1 folha Manuscrita produzida em janeiro de 1834 em Elvas. (*Documentação Miguelista - AHM/DIV/1/20/024/18*). Cf. *Relação nominal dos, sargentos, furriéis, porta estandartes, coronheiros, seleiros e espingardeiros que existem no Depósito de Cavalaria de Chaves*. 7 Folhas manuscritas produzidas em setembro de 1829. (*Documentação Liberal - AHM/DIV/1/19/320/30*).

garantiam o fabrico de pão e da bolacha, necessário à subsistência dos exércitos que participassem em operações militares em cenário de campanha.

Por último, o serviço da posta e do correio<sup>517</sup>, que integrava a correspondência dos exércitos, atividade determinante para o comando e controlo dos diferentes escalões de comando dos exércitos envolvidos em operações na campanha de Santarém, constituindo-se ao mesmo tempo como um elo determinante para o moral e bem-estar das tropas aqui empenhadas e posicionadas.

---

<sup>516</sup>Cf. *Processo do requerimento de Thomas Francis, pai do falecido padeiro John Francis que serviu na fragata da Rainha, sobre compensação financeira*. 3 Folhas manuscritas produzidas em 1841. (*Documentação Liberal - AHM/DIV/1/19/187/21*).

<sup>517</sup>Cf. *Correspondência de José Braz de Oliveira para o Quartel Mestre General sobre os transportes e correios*. 3 Folhas manuscritas produzidas em dezembro de 1833. (*Documentação Liberal – AHM/DIV/1/19/037/089*). Cf. *Aviso (minutas) da Repartição do chefe de Estado Maior General para várias entidades sobre vencimentos, pessoal, aquartelamentos, despesas, abastecimentos, intendência e correios*. 107 fls. manuscritas em agosto de 1833. (*Documentação Miguelista - AHM/DIV/1/20/074/11*).

## 2.2.4. Síntese comparativa

**Quadro 2.13.** – Quadro Comparativo das subsistências dos exércitos de D. Pedro e D. Miguel na Campanha militar de Santarém (1833/184), durante a Guerra Civil Portuguesa.

| <i>Campanha Militar de Santarém (1833-1834)</i>       | <b>Exército Liberal</b>   | <b>Exército Absolutista</b>  |
|---|---|--|
| <b>As Subsistências dos exércitos da Guerra Civil</b> | <p><i>Melhores processos das subsistências liberais, porque as linhas de comunicação com o exército no Cartaxo não apresentavam restrições na sua mobilidade, quer a norte, quer a sul de Santarém. Esta liberdade nas movimentações logísticas garantiam todo o tipo de abastecimentos, apoio sanitário e transportes, a partir de Lisboa e da região do Porto e Coimbra, para as operações que decorriam na campanha militar de Santarém.</i></p> | <p><i>Linhas de comunicação cortadas, na ligação com as tropas miguelistas posicionadas em Santarém. Este isolamento afetava todo o tipo de abastecimentos, apoio sanitário e transportes, a partir de outras zonas do reino, necessários às operações que decorriam nesta região.</i></p> |

**Fonte:** Correspondência de João Ferreira Sarmiento para Baltazar de Almeida Pimentel sobre pessoal, abastecimentos, contabilidade e vencimentos; 9 fls. manuscritas produzidas entre fevereiro e agosto de 1834. (*Documentação Liberal - AHM/DIV/1/19/037/073*). Ofício do Conde da Atalaia (Coronel Governador Militar e Corregedor da Comarca de Santarém) para o Conde de São Lourenço sobre a falta de abastecimentos em Santarém. 10 fls. manuscritas produzidas entre julho de 1833 e janeiro de 1834. (*Documentação Miguelista - PT AHM/DIV/1/20/104/07*).

O que foi exposto nos pontos anteriores resultou da análise sincrónica efetuada por nós junto da organização das Subsistências dos exércitos de D. Miguel e D. Pedro nos anos de 1833 e 1834. No período que correspondeu ao empenhamento dos dois exércitos na campanha de Santarém, tendo sido a sua análise construída com base em diferentes fontes primárias datadas de 1833 e 1834.

Verificaram-se assim diferenças organizativas evidentes nos reabastecimentos e alimentação das tropas, transportes, no serviço de saúde e outros serviços de campanha, dos dois exércitos em confronto neste período. Perante esta realidade, estamos assim em condições de responder a uma das partes da questão derivada, por nós formulada, no início deste estudo: *Será que as diferenças das subsistências nos dois exércitos da Guerra Civil contribuíram para a vitória de D. Pedro na Campanha Militar de Santarém?* Para esta mesma interrogação, foi equacionada uma hipótese que constituiu uma possível resposta à questão levantada, com o seguinte enunciado: *A melhor organização das subsistências do exército de D. Pedro permitiu a sua vantagem nas operações que decorreram na Campanha Militar de Santarém.* Esta hipótese acabou por se verificar totalmente, de acordo com as conclusões a que chegámos, nesta parte do nosso estudo.

Com base nas fontes referidas, concluiu-se assim que, em Santarém, o exército miguelista, devido aos saques e roubos por parte dos liberais, estava *“reduzido ao maior estado de miséria e desgraça, sem que hajão recursos alguns”<sup>518</sup>*, segundo o seu governador militar, o Conde da Atalaia. Desta forma, o mesmo solicitava que D. Miguel ordenasse o apoio e sacrifício do povo da comarca, se bem que de forma suave, *“para acudir instantaneamente a hum mal irremediável, que he a falta de víveres e géneros para o fornecimento do Exército”*. Já do lado liberal, Charles Napier afirmava na sua *Guerra da Sucessão*, que as *“nossas tropas passavão soffrivelmente bem, e eram bem nutridas”<sup>519</sup>*.

---

<sup>518</sup> *Ofício do Conde da Atalaia* (Coronel Governador Militar e Corregedor da Comarca de Santarém) para o Conde de São Lourenço sobre a falta de abastecimentos em Santarém. 10 fls. manuscritas produzidas entre julho de 1833 e janeiro de 1834. (Documentação Miguelista/ AHM/DIV/1/20/104/07).

<sup>519</sup> Charles Napier, *Guerra da Sucessão em Portugal*, 1835, p.55.

## ***CONCLUSÕES***

---

Com a ocorrência da Guerra Civil em Portugal, a região de Santarém foi uma das mais atingidas pelas operações militares que decorreram nessa guerra, sofrendo, na época, uma grande perturbação na sua vida social e económica, assim como profundas alterações na organização administrativa e castrense. A ocupação da região pelos exércitos de D. Miguel e D. Pedro trouxe, entre outubro de 1833 e maio de 1834, vários impactos que se repercutiram na vivência das suas populações e na administração local dos municípios. A região sofreu ainda um forte declínio na sua atividade económica e, enquanto área de operações do conflito em 1833 e 1834, foi palco da disposição das duas fações do exército português, que nele realizaram várias ações em combate durante a campanha militar de Santarém.

Com o nosso esforço centrado nos impactos sofridos pela estrutura social do concelho, verificámos uma das hipóteses da nossa investigação, ao provarmos um aumento acentuado da mortalidade da população civil na região, devido à presença dos exércitos da Guerra Civil. Concluímos, com a análise dos óbitos ocorridos nos anos de 1833 e 1834, que se registou um acréscimo anormal na região neste período, em comparação com as ocorrências de vários anos considerados normais, entre 1801 e 1849, servindo de exceção os dois anos da terceira invasão francesa, que em 1810 e 1811, manobrou igualmente por terras escalabitanas.

Todas as contagens contempladas nos diferentes anos em análise acabaram por assentar na leitura dos óbitos lavrados nos registos paroquiais da população, na época em estudo, como já foi referido. Desta forma nos quarenta e nove anos analisados, observou-se que foi em anos muito difíceis para o país e principalmente para a região, com a ocorrência de conflitos armados como a terceira invasão francesa e a Guerra Civil, que se verificou um acréscimo anormal de óbitos na zona de Santarém. A mortalidade da população civil no município atingiu assim nos anos de 1833 e 1834, no auge da Guerra Civil, 1.456 e 2.023 falecimentos respetivamente, atingindo o concelho no ano de 1811, em plena terceira invasão francesa, os seus valores mais elevados de mortalidade, com 2.276 óbitos. Perante uma média de mortalidade de cerca de 853 óbitos, no horizonte temporal por nós estudado, estes valores surgem muito acima de outros números

apresentados para os anos considerados normais. Após o insucesso do cerco de Lisboa, D. Miguel iria retirar para Santarém, onde procuraria criar condições, para uma nova reconquista da capital. Foi no entanto perseguido pelo exército de D. Pedro, que se posicionou nas suas imediações, na região do Cartaxo. A presença desses exércitos na região, com as suas deslocações, batalhas e vários combates entre eles, acabaram por acontecer em diferentes freguesias locais. Contribuíram desde outubro de 1833 até maio de 1834, para uma grande perturbação das populações e profundas destruições dos seus campos de cultivo, meios e modos de produção. Estas razões constituíram assim uma explicação plausível para a alta mortalidade referida nestes dois anos, intimamente ligada à epidemia de *Cholera-morbus*, que ao disseminar-se a partir do norte do país em janeiro de 1833, chegou primeiro a Lisboa e mais tarde à zona de Santarém, em meados desse mesmo ano.

Com a análise dos impactos económicos sofridos pela região, verificámos, igualmente outra das hipóteses da investigação, ao confirmarmos o declínio da vida económica na região, devido à destruição e necessidade de recursos por parte dos exércitos autóctones, durante a campanha militar que aqui ocorreu. Causas como o saque e o reabastecimento compulsivo dos exércitos tiveram assim fortes implicações de carácter económico. Ao contribuírem para a destruição das culturas, avultados prejuízos na cobertura vegetal e para a dizimação dos gados, provocaram quebras invulgares na produção agrícola da região, pecuária e na silvicultura, tendo-se atingido desta forma valores fora do normal em relação aos anos agrícolas comuns, cujos prejuízos dependiam apenas das condições climatéricas adversas. Por sua vez, a região que se tinha transformado num verdadeiro campo de batalha, apresentava uma situação caótica nos transportes de mercadorias fluviais e terrestres dentro do seu próprio espaço e no intercâmbio com outras regiões, sendo prejudicadas, desta forma, as atividades comerciais da zona. Neste contexto, no período da Guerra Civil existiram em Santarém e no seu termo duas fases distintas na evolução dos preços dos vários produtos agrícolas aqui produzidos. Observamos assim uma primeira fase com tendência para preços mais baixos desde 1829 até 1832, a que se seguiu uma fase altista, que culminou com os valores mais altos em 1833, em quase todos os produtos agrícolas aqui estudados, à

exceção do centeio e azeite, que atingiram os seus preços mais elevados no ano de 1834. Esta situação pode ser explicada pelo início da ocupação militar da região, em outubro, pelos exércitos protagonistas da Guerra Civil. Podemos então afirmar que houve impactos evidentes da guerra na produção agrícola da região. A maior procura dos vários géneros agrícolas aqui produzidos, gerada pela presença dos dois exércitos na região, acabou por inflacionar os preços no mercado em 1833 e 1834, como foi observado.

No entanto, entre 1835 e 1837, há uma tendência de viragem, com o decréscimo dos preços dos cereais, devido ao fim da guerra. Uma das causas que explica a menor produção passou pela devastação das colheitas e dos seus meios de cultivo, provocada pelos exércitos em trânsito que usaram a região como suporte das suas atividades militares. Esta mesma realidade foi confirmada por vários lavradores de Santarém e do seu termo que pediram, na época, auxílios à Câmara para as suas lavouras, por terem sido prejudicados pelas tropas da usurpação, durante a ocupação de Santarém. Por sua vez, a epidemia de cólera, que se instalou na vila de Santarém e no seu termo em 1833, provocou um grande número de baixas, junto da população civil. Este facto acabou por se repercutir na mão-de-obra essencialmente rural da região, que, disponível em menor número, poderá ter afetado igualmente o cultivo dos campos e a respetiva produção agrícola. A estes acontecimentos, acabou por se juntar a migração forçada de parte da população devido à presença de duas fações do exército, a par de uma grande seca que ocorreu no ano de 1833 factos que contribuíram consentaneamente para os preços se manterem elevados no ano seguinte. Por sua vez, a maior procura acabou por ter como causa maior a requisição forçada de víveres posta em marcha pelos exércitos em confronto, para alimentarem as suas tropas. Esta situação acabou por deixar a população civil com poucas subsistências, num cenário de grande fome junto das populações locais, que trouxe consigo uma busca incessante pelos poucos víveres disponíveis.

Na região de Santarém, a ocupação dos exércitos não projetou apenas reflexos no seu quotidiano social e económico; transformou também o quotidiano político do município. Do estudo que fizemos dos impactos políticos sofridos pelo município e através da análise das atas da Câmara Municipal no período abordado, apurámos que a hipótese formulada no nosso estudo à volta desta temática se confirmou totalmente, ao

verificarmos a evidente preocupação da administração municipal, após a ocupação militar na região, nas deliberações que visavam a recuperação do património local.

Apesar de não termos desenvolvido os impactos políticos locais durante o período da ocupação (devido à inexistência de atas da câmara, durante a presença bélica miguelista na vila de Santarém), foram contudo evidentes, nas reuniões da Câmara, após a extrema devastação que afetou o concelho, as preocupações com a rápida reabilitação do património público e privado, tanto civil como religioso. As preocupações com os trabalhos de limpeza, essenciais para a vivência na vila, foram assim permanentes nas diferentes sessões da Câmara. Neste período, mais do que alterações na política regional, houve essencialmente medidas no domínio físico e imediato, como a necessidade de limpar as ruas da vila e o melhoramento dos seus cemitérios, para torná-la mais salubre; no fundo tratar dos vivos e enterrar todos os mortos que dimanaram da presença militar em Santarém.

Perante esta realidade, podemos concluir que os impactos patrimoniais durante a ocupação militar penalizaram de forma determinante a economia da região, já de si bastante fragilizada desde as invasões francesas. A esta conjuntura juntou-se uma menor produção agrícola, pelas razões atrás referidas, numa região que vivia e dependia prioritariamente da mesma, o que acabou por sacrificar ainda mais uma economia regional em grande agonia, como foi referido. Todo este cenário projetou Santarém e o seu termo durante décadas para uma situação de esquecimento e obscuridade que a remeteu irremediavelmente para segundo plano quando comparada com outras vilas da mesma importância a nível nacional, nos anos que se seguiram à Guerra Civil.

Com um terreno adequado para a manobra de forças terrestres apeadas e montadas e uma rede hidrográfica que a tornava num lugar com excelentes vias de comunicação, a região de Santarém surgiu no século XIX, como uma das mais importantes áreas de operações do reino, como se pôde constatar durante a terceira invasão francesa e no período da Guerra Civil portuguesa. No seu espaço havia mesmo um corredor de mobilidade que se transformou numa das áreas mais importantes para o deslocamento de forças militares nesse século, com início na passagem de Rio Maior

junto ao maciço orográfico da Serra dos Candeeiros e que se prolongava até ao rio Tejo nas proximidades da vila de Santarém.

Em termos militares, podemos afirmar que a região de Santarém era, no século XIX, uma área determinante para a conduta da guerra nesse período. Fazendo parte do teatro de operações da antiga província da Estremadura, não era apenas uma região de passagem nem de ligação entre outras, mas sim uma zona que assumia uma posição estratégica de proteção direta e imediata ao principal e decisivo objetivo: a cidade de Lisboa. Foi por estas razões que D. Miguel escolheu posicionar-se em Santarém após a retirada do cerco de Lisboa, aguardando aqui por condições que lhe permitissem novamente recuperar a capital, que era o seu objetivo principal.

O que foi exposto no corpo da tese sobre esta temática resultou em parte da análise da organização militar dos exércitos de D. Miguel e D. Pedro, em três momentos marcantes da Guerra Civil, nos anos de 1828, 1832 e 1834. Este último ano correspondeu já ao empenhamento dos dois exércitos na campanha de Santarém, tendo sido a sua análise construída, com base em diferentes fontes primárias datadas de 1833 e 1834. Verificaram-se assim diferenças organizativas evidentes, quer na constituição, quer na composição dos dois exércitos em confronto neste período. Perante esta realidade, estamos assim em condições de responder a parte de uma questão derivada, por nós formulada no início deste estudo: *Será que as divergências organizativas entre os dois exércitos contribuíram para a vitória de D. Pedro na Campanha Militar de Santarém?* Para esta mesma interrogação, foi equacionada uma hipótese que constituiu uma possível resposta à questão levantada, com o seguinte enunciado: *A melhor organização do exército de D. Pedro permitiu a sua vantagem nas operações que decorreram na Campanha Militar de Santarém, em 1833 e 1834.* Esta hipótese acabou por se verificar totalmente, de acordo com as conclusões a que chegámos, nesta parte do nosso estudo.

Com sustentáculo nas fontes referidas, concluiu-se assim que o potencial de combate em 1834 se transformou radicalmente, surgindo o lado miguelista com apenas 46% de meios bélicos, contra os agora 54% do lado constitucional. O maior potencial de combate estava assim neste último ano da Guerra Civil, do lado liberal, muito por

influência do maior número de corpos de infantaria. Esta diferença em termos organizacionais poderá ter contribuído para o fim da guerra e respetiva vitória dos liberais, numa altura em que o conflito decorria na região de Santarém, que constituiu aqui o foco da nossa investigação. A comparação com outros anos permitiu igualmente reforçar esta conclusão e respetiva confirmação da hipótese levantada, dado que no início do conflito, em 1828, o potencial de combate tinha orientações totalmente contrárias com 56% dos meios bélicos do lado miguelista, contra 44% do lado liberal, numa altura em que os partidários de D. Pedro limitavam-se a ocupar o último reduto que lhes restava em Portugal, sediado na ilha Terceira. Tal cenário ainda foi mais evidente em 1832, já com um total de 73% de meios bélicos para o lado miguelista, contra apenas 27% do lado liberal, num período em que a guerra retornava novamente ao território continental, com o desembarque dos liberais a norte da cidade do Porto, na praia do Pampelido, nos arredores da povoação do Mindelo.

A título de desfecho, podemos afirmar que em 1834, o potencial de combate tinha-se assim transformado totalmente, em relação aos anos de 1828 e 1832, agora com vantagem para o lado pedrista, com mais de oito pontos percentuais. Para esta realidade, contribuíram não só o maior número das unidades de infantaria portuguesas do exército de D. Pedro, mas também os corpos estrangeiros que o integravam e que constituíam dez unidades distintas, compostas por soldados profissionais voluntários e oriundos de diferentes países da Europa, como foi observado na segunda parte desta investigação.

Num período conturbado em termos sociais, económicos e políticos, a Guerra Civil pouco contribuiu para a evolução militar em Portugal. Contudo, e apenas no que às armas combatentes (infantaria, cavalaria e artilharia) diz respeito, podemos concluir que, para além de terem consolidado as suas funções, desempenharam um papel determinante no desenrolar das operações neste conflito. Em termos de material e procedimentos, o armamento ligeiro e pesado também pouco evoluiu em relação à Guerra Peninsular, contudo, surge pela primeira vez a criação de corpos militares, como o corpo de foguetes na artilharia, tendo os mesmos sido empregues por ambos os Exércitos; o mesmo não se poderá dizer quanto à sua organização, sendo os Regimentos e as Brigadas constantemente reforçados com pessoal e adaptados à natureza da missão que lhe era

atribuída no desenrolar das operações. Verificaram-se então poucas diferenças significativas na tecnologia que caracterizava os dois exércitos em confronto neste período. Perante esta realidade, estamos assim em condições de responder a uma das partes da questão derivada, por nós formulada no início deste estudo: *Será que as divergências técnicas entre os dois exércitos contribuíram para a vitória de D. Pedro na Campanha Militar de Santarém?* Para esta mesma interrogação, foi equacionada uma hipótese que constituiu uma possível resposta à questão levantada, com o seguinte enunciado: *O melhor armamento e equipamento do exército e marinha de D. Pedro permitiram-lhe a sua vantagem nas operações que decorreram na Campanha Militar de Santarém.* Esta hipótese acabou por não se verificar totalmente, de acordo com as conclusões a que chegámos, nesta parte do nosso estudo.

Com sustentáculo nas fontes aludidas e no que foi desenvolvido nos pontos anteriores concluiu-se que o armamento ligeiro da Infantaria e Cavalaria e o pesado da arma de Artilharia era praticamente o mesmo nos dois exércitos, não havendo vantagens significativas em termos tecnológicos, para algum dos contendores deste conflito. No entanto, resultaram algumas vantagens para o lado liberal no final da guerra, devido à maior disponibilidade do dito armamento e ao melhor desempenho das suas forças devido ao treino e à experiência. No que diz respeito ao equipamento utilizado pelas respetivas marinhas neste confronto, apesar das pequenas vantagens técnicas do lado liberal e organizativas do lado miguelista, as melhores opções táticas dos comandantes liberais acabaram por ser determinantes para o sucesso nas batalhas navais, como foi observado; apesar do apresamento de navios sofrido pela esquadra miguelista em 1831, por ação do Almirante Roussin.

Durante a nossa investigação também analisámos as táticas empregues pelos exércitos de D. Miguel e D. Pedro, em dois momentos bélicos marcantes da Guerra Civil, no ano de 1834. Ano que corresponde já ao empenhamento dos dois exércitos na campanha de Santarém, tendo sido a sua análise construída com suporte em diferentes fontes primárias datadas desse mesmo ano. Com base nas fontes referidas, concluiu-se que no combate de Pernes as melhores informações e conhecimento do terreno do lado miguelista não conseguiu contrariar o efeito surpresa da tática liberal, idealizada por

Saldanha a partir de Torres Novas. Já na batalha de Almoester, o contrário desta realidade acabou por se verificar, quando o surpreendente ataque miguelista concebido por Póvoas, não foi suficiente para levar de vencida o melhor conhecimento do terreno da parte dos liberais. Esta realidade permitiu aos constitucionais reagir em tempo, contrariando mais uma vez, com sucesso, o envolvimento realizado pelos miguelistas sobre o seu flanco esquerdo, o menos protegido do seu dispositivo. Para este mesmo resultado, muito contribuiu uma nova manobra tática idealizada por Saldanha, que lhe garantiu a transição de uma postura defensiva, para um movimento de cariz ofensivo, materializado no ataque ao flanco direito e central do corpo miguelista do general Lemos, que já tinha atravessado a ponte de Santa Maria, e penetrado o dispositivo liberal. Verificaram-se assim diferenças evidentes, nas informações recolhidas sobre o terreno pelos dois contendores, no posicionamento escolhido pelas suas forças e principalmente nas manobras táticas que os dois exércitos em confronto empregaram neste período. Perante esta mesma realidade, estamos assim em condições de responder à questão derivada, formulada no início deste estudo: *Será que as divergências táticas entre os dois exércitos contribuiram para a vitória de D. Pedro na Campanha Militar de Santarém?* Para esta mesma pergunta, foi levantada uma hipótese que constituiu uma possível resposta à questão, com o seguinte enunciado: *As melhores opções táticas, do exército de D. Pedro, permitiram a sua vantagem nas operações que decorreram na Campanha Militar de Santarém.* Esta hipótese verificou-se totalmente, de acordo com as conclusões atrás referidas.

No nosso estudo observámos ainda diferenças consideráveis no recrutamento militar dos dois exércitos que estavam em confronto neste período. Perante elas, acabámos por responder a outra das partes da questão derivada formulada no início deste estudo: *“De que forma as diferenças no recrutamento militar dos dois exércitos, concorreram para o sucesso de D. Pedro na campanha de Santarém?”* Para esta mesma interrogação, foi equacionada mais uma hipótese que constituiu uma possível resposta à questão levantada, com o seguinte enunciado: *“A eficácia do recrutamento militar do exército de D. Pedro, contribuiu para o sucesso das suas operações no âmbito da campanha militar de Santarém”.* Esta hipótese acabou por se verificar totalmente, de acordo com as conclusões a que chegamos, no ponto dedicado a análise do

Recrutamento Militar dos dois exércitos durante a Campanha de Santarém. Com base nas fontes mencionadas, concluiu-se que o efetivo dos exércitos em 1834 se transformou radicalmente, surgindo o lado miguelista apenas 26 000 efetivos, contra os mais de 50 000 homens nas fileiras liberais. O maior número de efetivos estava assim neste ano da guerra, do lado liberal, muito por influência do maior número de corpos de infantaria. Esta diferença em termos de recrutamento militar poderá ter contribuído para o fim da guerra e respetiva vitória dos liberais, numa altura em que o conflito decorria na região de Santarém, que constituiu aqui o foco da nossa investigação.

A comparação com outros anos permitiu igualmente reforçar esta conclusão e respetiva confirmação da hipótese levantada, dado que no início do conflito em 1828, o efetivo dos exércitos tinha orientações totalmente contrárias com 18 727 combatentes do lado miguelista, contra os apenas 6.000 do lado pedrista, no período em que os partidários de D. Pedro puseram em marcha uma revolta partir de 16 de maio de 1828 contra o golpe de estado miguelista. Tal cenário ainda foi mais evidente em 1832, quando existia um total de 80 000 combatentes do lado miguelista contra apenas 8 300 do lado pedrista, praticamente dez vezes mais efetivos, num período em que a guerra retornava novamente ao território continental, com o desembarque dos liberais a norte da cidade do Porto, na praia da Arenosa do Pampelido, junto à povoação do Mindelo. A título de conclusão, em 1834, o recrutamento militar dos exércitos em confronto tinha-se assim transformado totalmente, em relação aos anos de 1828 e 1832, agora com vantagem para o lado liberal, praticamente com o dobro dos efetivos. Para esta realidade, contribuíam não só, as unidades portuguesas já referidas, mas também os corpos estrangeiros que constituíam o exército de D. Pedro na altura, dotados de uma elevada moral como se pôde observar, à qual se associou uma melhor capacidade de decisão por parte dos comandantes liberais na condução das operações militares que decorreram na campanha militar de Santarém. Por último, verificámos várias disparidades organizativas significativas no reabastecimento e alimentação das tropas, transportes, no serviço de saúde a par de outros serviços de campanha, nos dois exércitos em confronto neste período. Perante esta realidade, respondemos à segunda parte da questão derivada formulada no início do estudo: *Será que as diferenças das subsistências nos dois exércitos da Guerra Civil contribuíram para a*

*vitória de D. Pedro na Campanha Militar de Santarém?* Para a mesma interrogação, foi equacionada uma suposição que procurou responder à questão, com o seguinte enunciado: *A melhor organização das subsistências do exército de D. Pedro permitiu a sua vantagem nas operações que decorreram na Campanha Militar de Santarém.* Esta hipótese acabou por se verificar totalmente, de acordo com as conclusões a que chegamos, na última parte do nossa investigação.

A título de desfecho, podemos afirmar que a mutação do regime político com a revolução de 1820 não foi, nem se poderia constituir numa transformação imediata. O regime liberal só se consolidou, depois da Guerra Civil que decorreu entre 1828 e 1834. Esta guerra só foi possível devido à formação liberal de uma grande parte do corpo de oficiais permanente do Exército, no entanto, a Marinha era um ramo mais conservador, e manteve-se sempre fiel a D. Miguel e à mentalidade tradicional da aristocracia. Apesar desta divisão que parecia apontar para um total domínio miguelista da costa portuguesa, a vitória dos liberais acabou por partir do mar para terra, devido a uma marinha improvisada a partir de apoios de nações estrangeiras. Neste contexto, a vitória liberal seria marcada por uma evidente vantagem qualitativa em termos táticos e organizativos do seu exército, que foi acrescido e fortalecido a partir de fora. Podemos então acrescentar que, a vitória liberal partiu assim do estrangeiro para o reino, do mar para a terra e da cidade para o campo. O seu motor principal assentou na forma como desde o primeiro momento se afirmou e consolidou o seu domínio na costa do reino. Foi ele que permitiu aos liberais transitar da Inglaterra para os Açores e daí para o continente, do mesmo modo que lhes permitiu aguentar o cerco terrestre do Porto, transferir parte do seu exército para a região sul do reino e ocupar Lisboa num ousado golpe de mão sobre a capital. Isto foi feito com uma esquadra numericamente inferior, mas em termos táticos muito superior como constatámos, que era, sobretudo, guarnecida por oficiais e marinheiros bem treinados, que estavam a par dos mais recentes desenvolvimentos táticos e técnicos, tinham uma visão correta do uso do poder naval e deram provas de dedicação e coragem. Em contrapartida, a derrota miguelista teve como causa principal o abandono e desleixo em que a marinha nacional foi deixada desde 1807, com a partida do rei para o Brasil. Era numericamente superior, mas isso de nada valia perante a total

ineficiência dos arsenais, a par do atraso tático e técnico que o corpo de oficiais do reino tinha vindo a acumular nas décadas anteriores, não acompanhando a rápida evolução estrangeira. Quando D. Miguel se apercebeu da realidade desse corpo, tentou desesperadamente contratar oficiais no exterior, mas era demasiado tarde, como já foi observado.

A vitória liberal poderá ser analisada desta forma como a consequência da superioridade dos recursos industriais e do poder marítimo, perante uma visão mais tradicionalista e continental das relações de poder, mais comum aos miguelistas. É também a vitória de uma classe média, numericamente inferior, mas organizada e instruída, que se encontrava orientada por uma estratégia que incorporava os princípios da recente inovação, sobretudo britânica, contra um antigo regime, que contava com uma esmagadora superioridade numérica a todos os níveis, mas que não a sabia transformar em meios efetivos de exercício do poder e coação bélica. Não é por acaso que os ramos e as armas em que os liberais se revelam superiores são as mais evoluídas técnica e taticamente, porque foram as primeiras que sofreram as transformações da revolução industrial, como foi o caso da marinha, a engenharia e a artilharia, enquanto os miguelistas dominavam em armas mais convencionais e tradicionalistas, como a cavalaria. Desta forma podemos então afirmar que uma melhor base tática e organizacional nas batalhas terrestres e navais durante a campanha militar de Santarém acabou por constituir uma vantagem em detrimento da base técnica utilizada pelos dois exércitos em confronto nesse período da Guerra Civil.

Para ultimar, podemos acrescentar que durante a nossa pesquisa, se verificou a existência nas fontes e bibliografia consultada, de pouca informação pormenorizada sobre os impactos económicos e patrimoniais locais, resultantes das ações militares que ocorreram na região no período em estudo. Foi, no entanto, encontrada no Arquivo Histórico Militar grande quantidade de informação sobre as unidades militares portuguesas e estrangeiras empenhadas nos dois exércitos. Uma investigação futura poderia de forma oportuna, completar esta perspetiva da nossa história militar local e regional.

## ***FONTES E BIBLIOGRAFIA***

---

## FONTES

### 1. FONTES MANUSCRITAS

#### 1.1. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT)

FUNDOS ANALISADOS:

**Chancelaria de D. Pedro IV, Próprios e Comuns (L 205 e L 206);**

**Chancelaria de D. Miguel (Usurpação), Próprios e Comuns (L 204);**

**Ministério do reino, Governo de D. Miguel, 1828/1834 (6 e 7º maço);**

**Processos Políticos do Reinado de D. Miguel (C 1080 / 1 a 31);**

**Intendência Geral da Polícia da Corte e Reino, 1833 (Livro 276);**

**Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça (Memória de José Maria das Neves Costa, de 24 de Maio de 1809, com aditamento de 1814; mç 190, doc nº 4);**

**Ministério das Finanças e Negócios Eclesiásticos (Extinção das Ordens Religiosas (1834); Cx. 2203);**

**Ministério dos Negócios Estrangeiros, Legação de Londres, cx 758 e cx 166, maço 1, Carta de Anthony Bacon ao Conde do Funchal, datada de 22 de setembro de 1832;**

**Provedoria das Lezírias (Livro 44 e 45);**

**Junta do Comércio (livro 76 de 1798 a 1834);**

**Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (Documentação do antigo Ministério do Reino, bobine nº 59).**

## FUNDO DAS MEMÓRIAS PAROQUIAIS

Memórias paroquiais das antigas freguesias do concelho de Santarém, Cartaxo e Pernes,  
em: “[tt on line.dgarq.gov.pt](http://tt.online.dgarq.gov.pt)”.

## FUNDO DOS REGISTOS PAROQUIAIS

### **Registos paroquiais das antigas freguesias do concelho de Santarém:**

Abitureiras, óbitos (1801-1911);  
Alcanhões, óbitos (1801-1849);  
Almoster, óbitos (1680-1850);  
Alpiarça, óbitos (1801-1865);  
Arruda de Pisões, óbitos (1801-1849);  
Azinhaga, óbitos (1801- 1911);  
Azóia de Baixo, óbitos (1716-1848);  
Casével, óbitos (1790-1849);  
Chouto, óbitos (1720-1849);  
Hospital Real de Santarém (1791-1852);  
Outeiro da Cortiçada, óbitos (1801-1911);  
Pinheiro Grande, óbitos (1667-1851);  
Pombal, óbitos (1729-1851);  
Póvoa de Galegos, óbitos (1673-1854);  
Raposa, óbitos (1706-1849);  
Rio Maior, óbitos (1801-1911);  
S. João da Ribeira (1801-1911);  
S. Lourenço, óbitos (1801-1852);  
S. Tiago, Mistos (1793-1849);  
S. Nicolau, óbitos (1679-1902);  
Santa Cruz, óbitos (1801-1849);  
Santa Maria de Alcáçova, óbitos (1801-1849);  
Santa Marta de Monção de Benfica, óbitos (1746-1845);  
São João Evangelista de Alfange, óbitos (1800-1852);  
São Julião, óbitos (1801-1852);  
São Lourenço, óbitos (1801-1852);  
São Martinho, óbitos (1801-1849);  
São Vicente do Paul, óbitos (1801-1911);  
Vale de Cavalos, óbitos (1790-1834);  
Vale de Figueira, Mistos (1801-1911);  
Vale de Santarém, Mistos (1801-1849);  
Várzea, óbitos (1801-1911).

**Registos paroquiais das antigas freguesias do concelho do Cartaxo:**

Cartaxo, óbitos (1801-1849);  
Pontével, óbitos (1801-1849);  
Ereira-Lapa, óbitos (1801-1849);  
Valada, óbitos (1801-1911);  
Vale da Pinta, óbitos (1801-1911).

**Registos paroquiais das antigas freguesias do concelho de Pernes:**

Arneiro das Milhariças, óbitos (1801-1911);  
Louriceira, óbitos (1801-1911);  
Pernes, óbitos (1682-1911).

**1.2. ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (AHM)**

1ª DIVISÃO / 19ª SECÇÃO/ CAIXA 1 à 325: Carta Constitucional. Lutas Liberais (1826 - 1834), Documentos variados;

1ª DIVISÃO / 20ª SECÇÃO / CAIXA 1 à 180: Governo de D. Miguel (1828 - 1834), Documentos Variados;

AHM, Lista Geral dos Officiaes do Exército Libertador referida ao dia 25 de julho de 1833, Typografia de A.J.C. da Cruz, 1835;

AHM, Processo Individual de "John Milley Doyle"; cx 1774;

BOLETIM DO AHM: Volume VII, VIII e XVI, XXXIII de 1937 a 1963.

**1.3. ARQUIVO HISTÓRICO DO PATRIARCADO DE LISBOA (AHPL)**

Expediente (1833-1834).

**1.4. ARQUIVO DISTRITAL DE SANTARÉM (ADS)**

Livro dos Próprios de Santa Maria de Alcáçova, (1833-1834), **Cota: C/63;**

**Fundo de registos paroquiais das antigas freguesias do concelho de Santarém:**

Achete, óbitos (1801-1911);  
Santo Estêvão do Milagre, óbitos (1801-1854).

**Fundo de registos paroquiais das antigas freguesias do concelho de Pernes:**

Malhou, óbitos (1801-1859).

**1.5. ARQUIVO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTARÉM (ASCMS)**

*Livros de Receitas e Despesas de 1833 e 1834.*

**1.6. ARQUIVO GERAL DE MARINHA (AGM)**

Administração Naval 1831 a 1891, Estante de Livros Mestres, **[AGM 2481-1]**.

*Repertório das ordens da Armada desde 22 de Agosto de 1832 até 5 de Maio de 1866, coordenado por ordem do Ministério da Marinha, parte I e II por José Maria da Silva Basto, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866, [AGM 2045].*

*Relação dos Sucessos Ocorridos no Tejo e Documentos Officiaes acerca das Operações da Esquadra Franceza desde 8 de Julho até 15 d'Agosto de 1831 redigidos por Albin René Roussin, publicado em 1832.*

**1.7. ARQUIVO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS FRANCESES (AMNEF)**

*Correspondência Diplomática Francesa, sobre os acontecimentos que se viviam no Reino de Portugal, datada de Março de 1834.*

**1.8. BIBLIOTECA DO EXÉRCITO (BEx)**

*Systema de instrucção para a Infanteria de Coronel Bernardo António Zagalo, Lisboa, 1825.*

*Regulamento do Commissariado de Viveres e Transportes para o Exercito Português, Lisboa, Imprensa Régia, 1829.*

*Regulamento Provisório para a Administração Militar, Porto, Imprensa de Gandra e Filhos, 1833.*

*Manual de Infantaria pertencente ao Regulamento de Tática e Elementos da mesma Arma;* mandado executar por decreto de 18 de maio de 1837.

*Instruções para o serviço das guardas de guarnição, extrahidas dos regulamentos do exército accomodadas á sua actual disciplina e augmentadas com o novo regulamento disciplinar;* 1863.

*Études sur l'art de conduire les troupes de Verdy du Vernois;* tradução A. Masson; 2ª edição revista e corrigida, Bruxelles, Edições C. Muquardt; 1872.

*Regulamento Disciplinar do Exército,* elaborado pela Direção de Pessoal do Exército Português, Lisboa, 1875.

*Apontamento para serem considerados na confeção do Regulamento da Lei do Recrutamento;* "Miscelânea" de vários documentos, 1879.

*Regulamento dos Serviços do Recrutamento do Exército,* Lisboa, 1879;

*Código do Recrutamento de* Bernardo de Albuquerque e Amaral , Lisboa, 1885.

*O Moral dos Exércitos do Ministério do Exército,* Lisboa, 1950.

*Recrutamento Militar: Com Notas, Extractos e Transcrições* do Tenente Mário de Figueiredo, Lisboa, 1959.

*Regulamento Disciplinar do Exército,* Elaborado pelo Exército Português, Lisboa, 1875.

### **1.9. BIBLIOTECA DA ACADEMIA MILITAR (BAM)**

*Collecção dos Boletins Officiais das Operações do Exército Libertador;* anos de 1832 a 1834.

### **1.10. BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SANTARÉM (BMS)**

*Livros de Atas e Posturas da Câmara Municipal de Santarém de 1833 e 1834.*

*Livros de Registo dos Acórdãos do Senado da Câmara da Vila de Santarém entre os anos de 1829 e 1837.*

## 2. FONTES IMPRESSAS

### 2.1. Literárias-memorialistas

#### 2.1.1. Memórias Liberais

ALEXANDER, James Edward, *Um esboço de Portugal durante a Guerra Civil de 1834*, Introdução e notas de Teresa Pinto Coelho, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

BANDEIRA, Marquês Sá da, *Diário da Guerra Civil*; Recolha, Prefácio e notas de José Tengarrinha, 2 volumes, Lisboa, Seara Nova, 1975 -1976.

BARBOSA, José de Freitas Amorim, *A minha vida e aventuras, escritas em Outubro de 1876*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

GARRETT, Almeida, *Viagens na minha Terra*; Introdução por Maria Ema Ferreira, Lisboa, Editora Ulisseia, 2008.

LAGES, Barão das, *Trinta e cinco annos de vida militar*, Porto, Typographia Peninsular, 1843, pp. 16 e 17.

MEMÓRIAS do Conde do Lavradio: *D. Francisco de Almeida Portugal*; comentadas pelo Marquês de Lavradio, D. José de Almeida Correia de Sá, revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrade, Coimbra Imprensa da Universidade 1934, Volume II.

MEMÓRIAS do Marquês de Fronteira e d' Alorna de (1833 a 1842), Parte 5 e 6, Coimbra, Imprensa da Universidade 1929.

NAPIER, Charles, *A Guerra da Sucessão entre D. Pedro e D. Miguel*, Lisboa, Typografia Commercial, 1841.

OVAR, Visconde de (1782-1856), *Memórias Inéditas de um General Liberal*, Transcrição do original de 1849, Scribe, 2015.

OWEN, Hugh, *A Guerra Civil em Portugal; O sítio do Porto e a morte de D. Pedro*, Impresso em Londres, 1836.

### 2.1.2. Memórias Miguelistas

COSTA, Francisco de Paula Ferreira da, *Memórias de um Miguelista (1833-1834)*, Prefácio de João Palma Ferreira, Porto, Editorial Presença, 1982.

LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno: Santarém e Almoester*, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa, 1882

MANIQUE, Francisco Pina, *A Causa de D. Miguel*, Introdução de António Ventura, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.

PARDOUX, Barão de Saint, *A Guerra Civil em Portugal (1833-1834)*, Introdução de António Ventura, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.

QUINHONES, António Guedes de, *Memórias de um Miguelista Renegado; A Guerra Civil e D. Miguel exilado (1828-1841)*; Prefácio de Maria Teresa Mónica, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

TESTEMUNHOS, *D. Miguel e o Fim da Guerra Civil*, Introdução de António Ventura, Lisboa, Caleidoscópio, 2006.

### 2.2. Outras obras coevas

BALBI, Adrien, *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'État actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémishéres*, Paris, chez Reyck Gravier, libraires, 1822.

BARREIROS, Fortunato José, *Ensaio Sobre os Principios Geraes de Strategia e de Grande Tática*, Lisboa, Tipografia da Academia Real de Sciencias, 1837.

BARREIROS, Fortunato José, *Memória Sobre os Preços e Medidas de Portugal, Inglaterra e França*, Lisboa, Tipografia da Academia Real de Sciencias, 1838.

CASTRO, Padre João Bautista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, tom.I., Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762.

COSTA, Padre António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e descriçam topográfica do famoso reyno de Portugal*, Lisboa, na Officina de Valentim Costa Deslandes, 1712, tom.III., pp. 240 e 241.

COSTA, José Maria das Neves Costa, *Memoria Militar Respectiva ao Terreno ao Norte de Lisboa, em Maio de 1809*, Lisboa, Typographia e Stereotypia Moderna, 1888.

C.V. e S.C., *A dynastia e a revolução de setembro ou nova exposição da questão portuguesa da sucessão*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840.

FREIRE, António de Oliveira, *Descripçam corografica do reyno de Portugal: Que contem huma exacta relação de suas provincias, comarcas, cidades, villas, freguesias*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1739.

LEÃO, Duarte Nunez do, *Descripção do Reino de Portugal, em que se trata da sua origem: producções, das plantas, minerais, e fructos : com huma breve notícia de alguns heróis, e também heroínas*, Lisboa, Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1785.

LALLEMAND, A., *Theoria das Operações Secundárias da Guerra: Da Guerra dos Atiradores*, Capitulo IV, 1º Caderno, 1834 e da *Occupação, Defesa, e Ataque das Aldeias*, Capitulo VII, 2º Caderno, Imprensa Nacional, Lisboa, 1834.

LIMA, D. Luíz Caetano de, *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa*, Lisboa, na Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1736, 2º vol., p. 204.

MARTINS, Rocha (coordenação), *Correspondência do 2º Visconde de Santarém entre 1827 e 1855*, oito volumes, Editora Alfredo Lamas, Motta § Lda, Lisboa, 1918.

NEVES, José Acúrsio, *Noções históricas, económicas e administrativas sobre a produção e manufacturas das sedas em Portugal e particularmente sobre a Real Fábrica do subúrbio do Rato e suas annexas*, Lisboa, Impressão Régia, 1827.

----- *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos*, Lisboa, na officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1820.

SILVA, Luiz Gonzaga, *Introdução Histórico-Médica para as observações médicas em a villa de Santarém, exigidas pela portaria de 24 d'Outubro de 1812*, in *Jornal de Coimbra*, vol. IV, nº XIX, Julho de 1813,

VASCONCELLOS, Padre Ignácio da Piedade e, *História de Santarém Edificada, que dá noticia da sua fundação e das cousas mais notáveis nella succedidas*; Lisboa, Lisboa Occidental, 1740.

## 2.3. Normas governamentais e militares

*Collecção das Ordens do dia do Exército Realista e Liberal*, Lisboa, por António Nunes dos Santos, impressor do Quartel-General; anos de 1828 a 1834.

*Regulamento para a Organização do Exército de Portugal*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1816.

*Regulamento para o Commissariado de Víveres e Transportes para o Exército Português*, Lisboa, Impressão Régia, 1829.

*Regulamento Provisório para a Administração Militar*, Porto, Impressão Régia, 1830.

BNP; *Projeto de Regulamento para a Sociedade Patriótica denominada Agricultura, [...] instituída em a vila de Santarém ao 16 de dezembro de 1822*; Tipografia Rollandiana, Lisboa, 1823.

## 2.4. Periódicos (imprensa)

GAZETA DE LISBOA: números de Junho de 1833 a Agosto de 1833.

CHRONICA CONSTITUCIONAL DO PORTO: números de agosto de 1833 a dezembro de 1834.

REVISTA MILITAR: números 1, 6, 7, 12, 17, 48 de 1849, 1854, 1866, 1880, 1896 e 1906.

## 3. FONTES ICONOGRÁFICAS E MAPAS

### 3.1. BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP)

*Biblioteca Nacional Digital: Várias Gravuras do seu Espólio de 1828 a 1834.*

### 3.2. DIRECÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DO EXÉRCITO (DIE); *Mapoteca*:

*Carta militar de Santarém e dos seus arredores, escala 1:14 000, 1808, Cota: 4694 – 3 – 31 – 43;*

*Carta topográfica da província da Extremadura: Compreendida entre o oceano e os rios Tejo, Mondego e Zêzere, escala 1:250 000, 1829, Cota: 1869 – 2 – 20 – 29.*

### 3.3. CENTRO DE INFORMAÇÃO GEOESPACIAL DO EXÉRCITO (CIGeoE)

*Cadastro Militar das folhas nº340, 341, 353, da carta militar de Portugal, série M 888, escala 1:25 000, Lisboa, IGeoE, 2004;*

*Cadastro Militar das folhas nº339, 352, 364, da carta militar de Portugal, série M 888, escala 1:25 000, Lisboa, IGeoE, 2005;*

*Cadastro Militar das folhas nº 26-2, 27-2, 27-3, da carta militar de Portugal, série M 783, escala 1:50 000, Lisboa, IGeoE, 2006;*

*Cadastro Militar das folhas nº 31-1, 31-3, 31-4, da carta militar de Portugal, série M 783, escala 1:50 000, Lisboa, IGeoE.*

## **BIBLIOGRAFIA (Citada e Consultada)**

### **1. TEORIA E MÉTODO**

AMORIM, Maria Norberta, *Demografia histórica: Um programa de Docência*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 1995.

BANDEIRA, Mário Leston, *Demografia – objecto, teorias e métodos*, Lisboa, Escolar Editora, 2004.

CABRAL, Coronel Miranda *Conferências sobre Estratégia; Estudo geo-estratégico dos teatros de operações nacionais*, Lisboa, Topografia Maurício & Monteiro, 1932.

CEIA, Carlos, *Normas para Apresentação de trabalhos científicos*, Lisboa, Editorial Presença, 1997.

DIAS, Carlos Manuel Mendes, *Geopolítica*, Coleção Estratégia e Política Externa, Lisboa, Prefácio, 2005.

FERREIRA, Antero, *Sistemas informáticos para a análise de dados demográficos*, Guimarães, Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2001.

-----*Informatização normalizada de arquivos, reconstituição de paróquias e história das populações*, Braga, Universidade do Minho, 1995.

MATTOSO, José, *Obras Completas – A Escrita da História; Teoria e Métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988.

MENDES, José Amado, *A História como Ciência: Fontes, Metodologia e Teorização*, Coimbra, Coimbra Editora, 1987.

NOGUEIRA, José Manuel Freire e João Vieira BORGES, *O Pensamento Estratégico Nacional*, Lisboa, Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, 2006.

QUIVY, Raymond e Luc Van CAMPENHOUDT, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1998.

RAMA, Carlos M., *Teoria da História*, 1980, Lisboa, Edições Almedina, 1980.

SARMENTO, Manuela, *Guia prático sobre a metodologia científica, para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de Investigação Social Aplicada*; Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2008.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos, *Metodologia da Investigação, redacção e apresentação de trabalhos científicos*, Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1998.

## **2. ROTEIROS DE FONTES, INVENTÁRIOS, RECOLHAS BIBLIOGRÁFICAS E COLECTÂNEAS DE DOCUMENTOS**

CHABY, General de Brigada Cláudio de, *Synopse dos decretos remetidos ao extinto Conselho de Guerra de 1779 a 1834.*, vol. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

SANTOS, Coronel H. Madureira, *Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra (na parte não publicada pelo General Cláudio de Chaby)*, separata do boletim do AHM, Lisboa, AHM, 1966.

*Subsídio para a Bibliografia da História Local Portuguesa*, Lisboa, BNP, 1933.

## **3. COROGRAFIAS, ENCICLOPÉDIAS, DICIONÁRIOS E ESTATÍSTICAS**

AA.VV., *Dicionário de língua portuguesa*, Porto, Porto Editora, 2004.

AA.VV., *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol. I e II., Lisboa, Publicações Alfa, 1985.

AA.VV., *Dicionário Enciclopédico das Freguesias de Portugal*, Matosinhos, Publicações Minha Terra, 1996.

AA.VV., *Grande Enciclopédia Portuguesa e brasileira*, Lisboa – Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 1967, Volume 31.

BAPTISTA, João Maria, *Chorographia moderna do Reino de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1878.

CÂMARA, Paulo Perestello da, *Diccionario geographico historico politico e litterario do reino de Portugal e seus domínios*, Lisboa, 1850, pp. 97 a 109.

COSTA, Américo, *Diccionario chorographico de Portugal continental e insular: hydrographico, historico, orographico, biographico, archeologico, heraldico [e] etymologico*, vol. XI, Porto, Edição da Livraria Civilização, 1948.

GIRÃO, Aristides d' Amorim, *Geografia Física de Portugal*, Coimbra, Livraria Neves Almeida, 1915.

LEAL, Augusto Soares d' Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal antigo e moderno: dicionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*, vol. X, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira, 1883.

#### **ESTATÍSTICAS:**

-----*Anuário estatístico da região do Alentejo*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística (INE), 2007.

-----*Anuário Estatístico de Portugal*, Lisboa, INE, 2003.

-----*O Censo de Pina Manique – A População de Portugal em 1798*, Paris, FCB, Centro Cultural Português, 1970.

-----*O recenseamento da população Portuguesa de 1801 e 1849, edição critica volume I*, coordenador: Luís Espinha da Silveira, 2001, Lisboa, INE, 2001.

-----*A freguesia de S. Martinho da Arrifana de Sousa (1700 — 1729)*, por Geraldo Maria Marques Ferreira dos Santos, Lisboa, INE, 1979.

-----*Recenseamento da população e da habitação (Alentejo) / Censos 2001*, Lisboa, INE, 2002.

#### **4. ESTUDOS E OBRAS DE CARÁCTER GERAL**

BARREIROS, Eduardo Montufar, *Os Papeis de meu pae*, 1º Volume (O Jornal), Lisboa, Edições Imprensa Nacional, 1904.

BONIFÁCIO, *Maria de Fátima*, *Seis Estudos Sobre o Liberalismo Português*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996.

BONIFÁCIO, *Maria de Fátima*, *O Século XIX Português*, Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa, 2005.

BONIFÁCIO, *Maria de Fátima*, *D. Maria II*, Editora Temas e Debates, Lisboa, 2007.

BONIFÁCIO, *Maria de Fátima*, *Industrialização Oitocentista e Concorrência Externa*, in *Caderno de Documentação* nº4, Lisboa, 1980.

CAETANO, Lucília, *Repercussões da revolução francesa na industrialização de Portugal*, Separata da Revista Portuguesa de História, nº23 Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988.

- CASTRO, Armando de, *A revolução Industrial em Portugal no Século XIX*, Editora Lumiar, Lisboa, 1978.
- CARNEIRO, David, *História da Guerra da Cisplatina*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1946.
- CERQUEIRA, Joaquim M. C., *Agricultura, Solos e Clima*, Lisboa, Coleção Agros, 1978.
- COELHO, José Maria Latino, *História política e militar de Portugal, desde os fins do XVIII século, até 1814*; Lisboa, Imprensa Nacional, 1874 – 1891.
- COSTA, Alfredo Augusto d'Oliveira Machado, *A terra portuguesa: Ensaio de corografia científica*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1915, pp.55 a 58.
- CUNHA, José Correia da, RAPOSO José Rasquilho, GUERREIRO, António Machado e ESTEVÃO, Manuel Lucas, *Estudo da bacia hidrográfica do Tejo, 1º volume: Caracterização geográfica*, Lisboa, Associação Telecentros Rurais de Portugal, 1999, pp. 1 a 17.
- GASPAR, Jorge, *Os Portos Fluviais do Tejo*, Lisboa, Cento de Estudos Geográficos, 1970.
- HOBSBAWM, Eric, *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1979.
- JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional (1810-1913)*, Volume II, Editora Vega, 1989.
- MATTOSO, José, *História de Portugal*, Quinto Volume, Circulo de Leitores, 1993.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal Contemporâneo, Economia e Sociedade*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993.
- MATOS, Ana Maria Cardoso de, *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal oitocentista*, Editorial Estampa, 1998.
- MARTINS, Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 8ª Edição, Vol. I e II, 1976 e 1979.
- MEDINA, João, *História de Portugal Contemporâneo, Político e Institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994.
- MIRA, M. Ferreira de, *História da Medicina Portuguesa*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1947.

- MOREIRA, Maria João Guardado, *Vida e Morte no concelho de Idanha – a – Nova: Estudo de Demografia Histórica: Século XVII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.
- OLIVEIRA, César, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*, Circulo de Leitores, 1996.
- OLIVEIRA, Lopes, *Por terras de Portugal: Paisagens: arte – costumes – roteiros*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1929.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Política e Economia: Portugal nos Séculos XIX e XX*; Livros Horizonte, Lisboa, 1979.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos Séculos XIX e XX*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2001.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editora Presença, 1994.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Mouzinho da Silveira: Pensamento e Acção Política*, Coleção Parlamento Lisboa, Assembleia da República, 2009.
- PERES, Damião, *História de Portugal*, Volume VII, Portucalense Editora Ltd. 1935.
- PITA, João Rui, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal de 1772 a 1836*, Coimbra, Minerva, 1996, pp. 437 a 451.
- RAMOS, Luís de Oliveira, *D. Pedro, Imperador e Rei: Experiências de um Príncipe (1798-1834)*, Editora Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2007
- REIS, António, *Portugal Contemporâneo (1820-1851)*, vol.I, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.
- REIS, Jaime, *A Industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal (1870-1913)*, Revista Análise Social, 1987.
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 1963.
- RIPADO, Mário F. Bento, *Calendário rural. Medidas antigas: algumas conversões e equivalências*, Lisboa, Litexa Editora, Lda, 1991.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira (Coord.), *História da População Portuguesa: Das Longas Permanências à Conquista da Modernidade*, Porto, Edições Afrontamento e CEPESSE, 2008.

RODRIGUES, Teresa, *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista; Migrações, Mortalidade e Desenvolvimento*, Lisboa, Edição Cosmos, 1995.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, *Território e Poder: Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal*, Cascais, Patrimónia, 1997.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*; Volumes VII e VIII, Lisboa, Verbo, 1983 e 1985.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Viagens em Portugal de Manuel Severim Faria: 1604-1609-1625*, Lisboa, Academia Portuguesa de Historia, 1974.

SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira, *Nova História de Portugal*; vol.IX, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

SILBERT, Albert, *Do Portugal de antigo regime ao Portugal oitocentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981.

SOUSA, Júlio Francisco José de Sousa, *A Bacia Hidrográfica do Tejo*, in Congresso Ribatejano. *Santarém, 1923*; Lisboa, Casa Progresso, 1924.

VEIGA, Teresa Rodrigues, *A População Portuguesa no Século XIX*, Porto, Edições Afrontamento e CEPESE, 2004.

## **5. ESTUDOS E OBRAS DE CARÁCTER MILITAR**

AFONSO, Tenente-coronel Torres, *Cadeira M-151; Logística*, Lisboa, AM, 2007.

ALMEIDA, António Lopes da Costa, *Reportório Remissivo da Legislação da Marinha e do Ultramar compreendida nos annos de 1317 a 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.

BARATA, Manuel Themudo e Nuno Severiano TEIXEIRA, *Nova História Militar de Portugal*, Vol 3, Lisboa, Circulo de Leitores, 2004.

BARROS, José Filipe Rodrigues, *Organização dos Exércitos - Organização Militar Portuguesa – Geografia e História Militar*, Lisboa, Academia Militar, 1936.

BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira, *As Ordenanças e as Milícias em Portugal: Subsídios para o seu estudo*, 1º vol., Lisboa, Guarda-Mor, 2006.

BOTELHO, Teixeira, *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*, Publicações da Comissão de História Militar, Lisboa, 1944 - 1948.

- BORGES, João Vieira, *A Artilharia na Guerra Peninsular*, Lisboa, Tribuna da História 2009,
- CANBY, Courtland, *História do Armamento*, São Paulo, Editora Moraes, 1965. Teixeira Botelho, *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*, 1948, Volume II, pp.150 à 250.
- CALHAÇO, Nuno Miguel, *A Artilharia de Campanha Portuguesa no Período Contemporâneo desde o final das Revoluções Liberais ao Início da Grande Guerra*, Edição da Revista de Artilharia, Lisboa, 2012
- CARVALHO, José Dias de, *Síntese da Evolução Tática, Técnica e Organizativa do Exército Português de 1109 a 1993*, Lisboa, DHCM, 1993.
- CARVALHO, Francisco Augusto Martins de, *Subsídios para as Histórias dos Regimentos*, Lisboa, Imprensa da Universidade, 1888.
- CID, António José Balula, *Unidades de Infantaria: sua evolução desde 1640 até à atualidade*, Lisboa, Editora Rádio Renascença, 1956.
- CORDEIRO, João Manuel, *Apontamentos para a História da Artilharia Portuguesa*, Editora do Comando Geral da Artilharia, 1895.
- CORPO de ESTADO-MAIOR, *Reconhecimento da Linha de Posições Santarém, Rio Maior e Peniche*, Lisboa, Edições Estado-Maior do Exército, 1902.
- COSTA, Fernando Dores; *Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação: As Ordenanças*; in *Análise Social*, nº130,1995, Lisboa.
- DIAS, Manuel da Costa, *As subsistências dos aliados na campanha contra Massena (1810-1811)*, in *Revista Militar*, Lisboa, 1910, tom. LXII.
- ESPARTEIRO, António Marques, *Causas do Declínio da Marinha Portuguesa no Século XIX (1793-1834)*, separata dos Anais do Clube Militar Naval, 1975/76, nº 10 a 12.
- ESPARTEIRO, António Marques, *Três séculos no mar (1640-1910)*, 32 Volumes, Coleção Estudos, Ministério da Marinha, Lisboa, 1973-1987.
- LIMA, Henrique de Campos Ferreira ; *“Carta do Tenente-Coronel Dufour para Cândido José Xavier datada de 01 de Novembro de 1831, Oferecimentos de Estrangeiros para o Exército Liberal”* no *Boletim do Arquivo Histórico-Militar*, volume 16, 1946.
- MARDEL, Luiz, *História da Arma de Fogo Portátil*, Editora Imprensa Nacional Lisboa, 1887.

- MARQUES, Fernando Pereira, *Exército, Mudança e Modernização na Primeira Metade do Século XIX: A Evolução Orgânica do Exército*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.
- MARTINS, Luís Augusto Ferreira, *História do Exército Português*; Lisboa, Inquérito, 1945.
- MONTEIRO, João Gouveia, *História Militar de Portugal: Centralização (1249-1367)*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2017.
- MONTEIRO, Henrique Pires, *Noções de Organização Militar*, Lisboa, Academia Militar, 1929.
- MONTEIRO, Armando Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, volume VIII (1808-1975), 1ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1989.
- PASCHOA, Armando, *Armamento*, Edições Infantaria, 1951.
- PASCHOA, Armando, *Armas Portáteis e Engenhos de Acompanhamento*, Edições Infantaria, 1962.
- PEREIRA, Capitão de Infantaria Rodrigo Alvares, *Esboço Histórico do Batalhão de Caçadores nº 11*, composto e impresso na oficina Artes Gráficas, Ponta Delgada, S. Miguel, Açores, 1927.
- REGALADO, Jaime, *Reformas do Armamento Ligeiro na Regeneração*; Pós Graduação em História Militar na Universidade Lusíada, Lisboa, 2001.
- REGALADO, Jaime e SILVA, José Faria, *Armamento Ligeiro da Guerra Peninsular (1808-1814)*, Porto, Fronteira do Caos, 2010.
- ROSINHA, António Palma; *Da Inteligência Prática ao Comando e Liderança*, Capítulo III, Lisboa, Edições Academia Militar, 2010.
- SANTOS, Tenente-Coronel Luís Ricardo, *Organização Militar*, Academia Militar, 2010.
- SANTOS, Tenente-Coronel Rogério, *Elementos de Armamento*, Academia Militar, 2011.
- SANTOS, Coronel José Alberto Loureiro dos, *Apointamentos de História para Militares*, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 1979.
- SILVA, Jorge Manuel Moreira, *A Marinha de Guerra Portuguesa desde o regresso de Dom João VI a Portugal e o início da Regeneração: Adaptação a uma nova realidade (1821-1851)*, Tribuna da História, 2009.
- SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991.

TELO, António José e Mário ÁLVARES, *Armamento do Exército Português: Armamento Ligeiro*, Editora Prefácio, 2004.

TELO, António José, *História da Marinha Portuguesa: Homens, Doutrinas e Organizações, (1824-1974)*, Academia de Marinha, 1999.

VALLE, Henrique Pereira do, *Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*, Miscelânea da Biblioteca do Exército, 1963.

*Dicionário de termos militares*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos, (IAEM), 1977.

*Manual de Fortificação de Campanha*, Tancos, Escola Prática de Engenharia (EPE) 2006.

*Preparação do campo de batalha pelas informações*, Mafra, Escola Prática de Infantaria (EPI), 2005.

*Regulamento de campanha; operações / Anexo B: Glossário de termos*, Comando da Instrução e Doutrina (CID), 2005.

*Regulamento de Campanha, RC 130-1, Operações*, Estado-Maior do Exército (EME), 1987.

## **6. ESTUDOS E OBRAS ESPECIFICAS SOBRE AS LUTAS LIBERAIS**

ALVES, Coronel Ignácio Augusto, *Episódios Militares das Lutas Civis (1832-1851)*, Lisboa, Edição Limitada fora do Comércio, 1963.

ARRUDA, Virgílio, *D. Pedro e D. Miguel; Do Brasil ao Ribatejo*, Santarém, Junta Distrital, 1972.

BASTOS, General João Pereira, *Da Revolução de 1820 à Convenção de Évora-Monte e morte de D. Pedro IV, Resumo chronologico-historico*, Lisboa, Academia de Marinha, 2006.

BRON, Grégoire, *Revolution et Nation entre le Portugal et l' Italie: Les Relations Politiques Luso-Italiannes des Lumières à L' Internationale Libérale de 1830*, Porto, Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea (ISCTE-IUL), 2013.

CARDOSO, António Monteiro, *A Revolução Liberal em Trás-os-Montes (1820-1834): O Povo e as Elites*, Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea (ISCTE-IUL), 2007.

CHAVES, F. Sá, *Subsídios para a História das nossas Lutas Civis*, Volumes I e II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914 e 1918.

COSTA, D. António, *História do Marechal Saldanha*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.

- GOMES, Marques, *Lutas Caseiras, Portugal de 1834 a 1851, Tomo I*, Lisboa, Imprensa Nacional, Lisboa, 1894.
- DOMINGUES, Mário, *Liberais e Miguelistas*, Lisboa, Edição da Livraria Romano Torres, Lisboa, 1974.
- FERREIRA, Fátima Sá e Melo Ferreira, *Modernização e Conflito no Mundo Rural no Século XIX, Politização e "Política Popular" na Maria da Fonte* in Revista de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
- MENDES, Fernando, *História Contemporânea de Portugal de 1815 a 1912: Luctas Liberais*, Quinta Parte, Lisboa, Edição da Livraria João Romano Torres, 1912.
- LORETTE, Jacques, *Les Expéditions Belges au Portugal em 1832 e 1833*, Editions Universitaires, Paris et Bruxelles, 1950.
- LOUSADA, Maria Alexandre, Maria de Fátima Sá e Melo FERREIRA, *D. Miguel*, Lisboa, Temas e Debates, 2009.
- NOGUEIRA, José Manuel Freire, *As Guerras Liberais; Uma Reflexão Estratégica sobre a História de Portugal*, Lisboa, Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, 2004.
- PASSOS, Carlos, *D. Pedro IV e D. Miguel I (1826 - 1834)*, Porto, Livraria Simões Lopes, 1936.
- PEDREIRA, Jorge e Fernando Dores da COSTA, *D. João VI – Coleção Reis de Portugal*, Lisboa, Temas e Debates, 2009.
- PROENÇA, Maria Cândida, *História, O Liberalismo em Portugal*, Lisboa, Ministério da Educação, 1997.
- OVAR, Visconde de (1782-1856), *Memórias Inéditas de um General Liberal*, Transcrição do original de 1849, Scribe, 2015.
- Sá da Bandeira e o Liberalismo em Portugal: (1795- 1910)*, Santarém, Edição da Câmara Municipal de Santarém, 1996.
- SANTOS, Eugénio dos, *D. Pedro IV – Coleção Reis de Portugal*, Lisboa, Temas e Debates, 2009.
- SEPÚLVEDA, Coronel Christovam Ayres de Magalhães, *História Orgânica e Política do Exército Português – Provas; Guerra Civil*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916.
- SIEBERTZ, Paul, *A Maçonaria na Luta pelo Poder – D. Miguel I e a sua Época*, Porto, Enciclopédia Portuguesa Limitada, 1945.

SORIANO, Simão José da Luz, *História do governo parlamentar em Portugal, compreendendo a história diplomática, militar e política deste reino desde 1777 até 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884.

SORIANO, Simão José da Luz, *Vida do Marquês de Sá da Bandeira*, 2 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887/88.

VENTURA, António, *Batalhas da História de Portugal; Guerras Liberais, Vilafrancada, Abrilada e Cerco do Porto*, vol.XV, Lisboa, Quidnovi, 2006.

## **7. ESTUDOS E OBRAS ESPECIFICAS SOBRE A GUERRA CIVIL**

CHAVES, F. Sá, *A Batalha da Asseiceira, Memoria Histórico – Descritiva*, Lisboa, Typographia Belenense, 1907.

COELHO, Teresa Pinto, *O Portugal de 1834 e a Guerra Civil vistos por um inglês*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

----- “Introdução e notas”, in James Edward Alexander, *Um esboço de Portugal durante a Guerra Civil de 1834*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

MARTELO, David, *Cerco do Porto (1832-1833): A Cidade Invicta*, Editora Tribuna da História, Lisboa, 2001.

OWEN, Coronel Hugo, *Cerco do Porto: Contado por uma testemunha; com prefácio e notas de Raúl Brandão*, Editora Renascença, Porto, 1915.

PIMENTEL, António de Serpa, *Portugal Moderno: A Queda do Antigo Regimen (1820 até 1834)*, Livraria de António Maria Pereira, 1896,

PIRES, Tenente Saturio, *Os Caçadores no Exército de D. Miguel, (1828-1834)*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1918.

SORIANO, Luz, *História da Guerra Civil*, Tomo V, Lisboa, Editora Imprensa Nacional, 1866-1890.

TIMMERMANS, Capitão J.J. Th., *Les Tirailleurs Belgas au Service du Portugal en 1832 et 1834*, edição F. Meyer-Van Loo, Bruxelas, 1900.

VENTURA, António, “Introdução” in *A Causa de D. Miguel*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.

-----“Introdução” in *A Guerra da Sucessão entre D. Pedro e D. Miguel*, Introdução de António Ventura, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.

-----“Introdução” in *A Guerra Civil em Portugal (1833-1834)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.

-----“Introdução” in *Testemunhos; D. Miguel e o Fim da Guerra Civil*, Lisboa, Caleidoscópio, 2006.

## **8. ESTUDOS E OBRAS ESPECÍFICAS SOBRE A REGIÃO DE SANTARÉM**

ALMEIDA, Maria Irene Pereira de, *O Concelho de Santarém no Século XIX – Dinâmica Populacional e Crises de Mortalidade*, Dissertação de Mestrado em Estudos da População, Lisboa, 1998.

ARRUDA, João, *Através de Santarém. Notas d’ um chronista*. Santarém, Imprensa. Moderna, 1898.

ARRUDA, Virgílio, *Santarém no tempo*, Santarém, Edição da Comissão Municipal de Turismo, 1971.

BARATA, Albertino Henriques, *O termo de Santarém através dos tempos*, in *Correio do Ribatejo* de 28 de Janeiro de 1977, Santarém, CMS, cadernos culturais, 1992.

BARATA, José Henriques, *Fastos de Santarém*, Coimbra, Coimbra Editora, 1947.

BRANDÃO, Zephyrino N.G., *Monumentos e Lendas de Santarém*; Lisboa, Typ. Horas Românticas, 1883.

CÂNCIO, Francisco, *Ribatejo Histórico e Monumental*, Lisboa, Bertrand, 1929.

CARVALHO, Anselmo Ferraz de, *O Ribatejo: Algumas notas geográficas e Geológicas*, in *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, Santarém, JGDS, 1933.

COSTA, Corrêa da, *Terra Ribatejana*, Lisboa, Tipografia da Associação dos Compositores, 1922.

CUSTÓDIO, Jorge, *As linhas de força da História Social de Santarém no século XIX*, Santarém, Junta Distrital, 1977.

-----*Aspectos da alimentação e da gastronomia em Santarém durante a Guerra Peninsular, segundo John Gordon Smith – (1810-1814)* in actas do II Congresso Nacional de Gastronomia; Santarém, Câmara Municipal, 1996.

-----*A Vila de Santarém ao tempo da invasão de D. Miguel: Testemunhos e Realidade* in actas do colóquio, *Sá da Bandeira e o Liberalismo em Portugal: (1795- 1910)*, Santarém, Câmara Municipal, 1996.

DIAS, Maria Filomena Soares, *A Câmara da vila de Santarém: Da Vilafrancada à Convenção de Évoramonte – Homens, Factos e Ideias* – Dissertação de Mestrado em História Cultural e Política, Lisboa, 1994.

FEIO, Areosa, *Santarém. Princesa das nossas vilas*. Santarém, J. Cardoso da Silva, 1929.

- FERREIRA, Luís Eugénio, *Santarém entre as Guerras Liberais (1820-1835)*, Santarém, Junta Distrital, 1977.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, *O Ribatejo* in *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, Santarém, JGDS, 1933.
- MARTINS, General Luís Augusto Ferreira, *Santarém – seu valor militar na zona do Ribatejo* in *Boletim da Junta da Província do Ribatejo*, Santarém, JGDS, 1940.
- PENA, António, Santarém; *Um roteiro natural do Concelho, Santarém*, António Pena – Consultoria e divulgação de recursos naturais, Lda, 1996.
- PIMENTEL, Alberto, *A Extremadura Portuguesa*; Lisboa, Empresa da Historia de Portugal, 1908.
- RODRIGUES, Martinho Vicente Rodrigues, *A vila de Santarém, (1640-1706); Instituições e Administração Local*, Santarém, Edição da Câmara Municipal de Santarém, 2004.
- *A Santa Casa da Misericórdia de Santarém: cinco séculos de história*, Santarém, SCMS, 2004.
- RITA, Fernando Manuel da Silva, *A Guerra Peninsular em Santarém, Impactos da Terceira invasão Francesa na região em 1810 e 1811*, Lisboa, Editora Prefácio, 2011.
- SARMENTO, Zeferino, *História e Monumentos de Santarém*; Santarém, Câmara Municipal, 1993.
- *A Arte em Portugal: Santarém*, Nº 14, Porto, Editora Marques Abreu, 1931.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *As razões de um centenário. (conferencia proferida nos paços do concelho de Santarém, em 22 de Dezembro de 1969, no encerramento das comemorações do centenário, da elevação de Santarém a cidade)*, Santarém, CMS / Serviços de Turismo, 1970.
- SILVESTRE, Mário Rui, *“Pernes: Terra Antiga do Bairro Ribatejano”* Volume II, Pernes, Junta de Freguesia, 2001.
- SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *O terramoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal, Distritos de Santarém e Portalegre*, Lisboa, Tipografia do Comércio, volume II, 1919.
- VASCONCELLOS, Padre Ignácio da Piedade e, *História de Santarém Edificada, que dá notícia da sua fundação e das cousas mais notáveis nella sucedidas*; Lisboa, Lisboa Occidental, 1740.

## **ANEXO DE FIGURAS DE UNIFORMES DA GUERRA CIVIL**

---



**Figura 1 – Soldado de Caçadores nº 3 (1834)**



**Figura 2 – Soldado de Infantaria de Linha nº 10 (1834)**



**Figura 3 – Soldado de Artilharia a Pé (1834)**



**Figura 4 – Oficial de Cavalaria nº 4 (1834)**



**Figura 5 – Soldado de Artilharia a Cavalo  
(1834)**



**Figura 6 – Oficial de Lanceiros 2  
(1834)**



**Figura 7 – Oficial do Corpo de Engenheiros  
(1834)**



**Figura 8 – Oficial de Estado-Maior (1834)**



**Figura 9 – Guarda Municipal de Cavalaria de Lisboa (1834)**



**Figura 10 – Guarda Municipal de Infantaria de Lisboa (1834)**



**Figura 9 – Porta Machados de Caçadores 8 (1834)**



**Figura 10 – Tambor Mor de Infantaria 4 (1834)**



**Figura 13 – Oficial de Infantaria de Linha nº11; Companhia de Atiradores (1834)**



**Figura 14 – Oficial de Cavalaria nº3 (1834)**



**Figura 15 – Oficial de Caçadores nº1 (1834)**



**Figura 16 – Oficial de Artilharia a Pé nº2 (1834)**